

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 3 • Número 2 • Julho - Dezembro 2011

Latinidade - Julho-Dezembro - 2011



DÓSSIE

AMÉRICA LATINA - MEMORIA, HISTÓRIA Y CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

RESENHA

EL CARIBE, IMAGEN "TOTÉMICA" EN EL MENSAJE DE LA HUIDA

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 3 • Número 2 • Julho-Dezembro 2011



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Domenico Mandarino

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretor

José Augusto de Souza Rodrigues

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadora

Maria Teresa Toribio B. Lemos

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Julho-Dezembro (2011) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
252p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)



Latinidade



Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T.Dantas –UERJ

Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR

Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México

Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia

Lená Medeiros de Menezes-UERJ

Maria Luzia Landim-UESB/Jequié

Mauricio Mota-UERJ

Nilson Alves de Moraes-UNIRIO

Tatyana de A. Maia-USS

Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – **Academia Financeira /Governo de Moscou/UR**

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou

Adalberto Santana – UNAM/ME

Irina Vershinina – Academia

Financeira /Governo de Moscou/UR

Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Gts do Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ e colaboradores de outras universidades do estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS, UFRJ, UNIRIO, UFSM entre outras instituições de ensino superior.

Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Univ. Maria Thereza/Niterói), Eduardo Parga(UGF), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Sulbrasil Pinto Rodrigues (UFRJ), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Laboratório
Interdisciplinar
Latino-Americano

LILA- Laboratório Interdisciplinar Latino-Americano

Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas
Faculdade de Letras UFRJ

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

ARTIGOS

Breves críticas à nova lei de crimes sexuais e a incoerência na criminalização primária do estupro de vulnerável	9
---	----------

Alexandre Moura Dumans e Carlos Eduardo Barreiros Rebelo

A Liberdade Intelectual de Celso Furtado	17
---	-----------

Alexis Toríbio Dantas Cintiene Sandes Monfredo

La Instauración del Proyecto Moderno -Consolidación del Sistema-mundo Capitalista	27
--	-----------

Dejan Mibailovic

Educação e Nacionalismo para o Século XXI Brasileiro	49
---	-----------

Edna Maria dos Santos, Sul Brasil Pinto Rodrigues

Una Alternativa de Desarrollo local Sustentable Frente a los Problemas de Inundación: Feria Orgánica de Bambú, Bratsí de la Reserva Indígena Talamanca de la Provincia de Limón, Costa Rica	69
--	-----------

Francisco San Lee Campos

Ética en el sector informal: Ideales y valores vividos	85
---	-----------

Johannes Maerk

El potencial demográfico de Brasil frente a los cambios poblacionales de los países BRICs	101
--	------------

Katarzyna Dembic

A Saga dos Imigrantes Italianos do Sertão da Bahia	117
---	------------

Maria Luzia Braga Landim

A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul e a Atuação Política de Gaspar Silveira Martins	135
--	------------

Maria Medianeira Padoin Naiani Machado da Silva Fenalti, Monica Rossato

**La Posibilidad del Uso de la Radiestesia y la Radiónica
para la Prevención de la Salud y la Restauración del Ambiente 155**
Oscar Barboza Lizano

**Pós-Modernidade, Meio Ambiente, Saúde Mental,
Olhar Poético. “Congresso Internacional do Medo”.
Carlos Drummond de Andrade 173**
Raimundo Lopes Matos

**Los límites de la representación conceptual y la variable
étnica en la atención a desastres 193**
Rodolfo Meoño Soto

**As Cidades: O Estado Brasileiro – Disciplina do
Menor (1889-1927) 201**
Sebastião Pimentel Franco, Vera Monteiro Larica Cabral

**The modern migration policy of Russia: problems and
necessary directions of perfection 219**
Sergey V. Ryzantsev

Reflexiones sobre “lo económico” 229
Vershinina Irina

**DÔSSIE
América Latina -Memoria, História y construcción
de la identidad 239**
Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

**RESENHA
El Caribe, imagen “totémica” en el mensaje de la huida 247**
Beata Bereza

Normas editoriais 251

Apresentação

Este número da Revista Latinidade apresenta artigos dos participantes do VI Fórum de Debates Povos e Culturas das Américas, que teve como temática *Cidades em debate: Economia – Meio Ambiente e Etnicidade*. O Fórum foi promovido pelo Núcleo de Estudos das Américas/Nucleas, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo /UFES e a Universidad Nacional de Costa Rica (UNA). Os temas nele discutidos abordaram questões pertinentes ao Meio Ambiente, Etnicidade e Economia.

As reflexões envolveram as recentes tragédias ambientais ocorridas no mundo, especificamente no Brasil e na Costa Rica, causadas por chuvas, desmoronamentos e alterações geográficas. Esses problemas estão indissoluvelmente associados às questões pertinentes à implementação de políticas públicas eficientes, crises no sistema de saúde, desigualdades socioeconômicas, exclusões, cidadania e direitos sociais.

Durante as reuniões plenárias, universidades e comunidades discutiram e sugeriram projetos necessários para a construção de novos paradigmas sociais capazes de contribuir para a maior compreensão dos problemas cruciais que predominam nas grandes cidades do nosso continente. Os temas abordados trataram de Políticas Públicas e Direito Ambiental, Cidadania; Economia e Meio Ambiente; Saúde e Meio Ambiente e Cultura e Etnicidade.

O VI Fórum faz parte das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos Políticos das Américas /LEPAS/, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História/PPGH e que atua em parceria com a Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Econômicas/FCE.

O debate contou com a participação dos Grupos de Trabalho (GT) de estudos latinoamericanistas, de pesquisadores, da comunidade e de Instituições parceiras, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.

Maria Teresa toribio Brittes Lemos



Breves críticas à nova lei de crimes sexuais e a incoerência na criminalização primária do estupro de vulnerável

Alexandre Moura Dumans* e Carlos Eduardo Barreiros Rebelo**

RESUMO:

Nessa nova Lei o legislador, buscou aproximar o vocabulário do estatuto penal da expressão contida no princípio enunciado no artigo 1º, inciso III, da CF: dignidade da pessoa humana. Apesar da pouca relevância, essa lei presta-se para embutir no direito penal uma indesejável pitada de moralidade. Considerando que o vocábulo “costume”, difere, ideologicamente, da expressão “dignidade sexual”, que sugere um valor imutável, quando não religioso, produzindo a intolerável mistura entre crime e pecado, tão repudiada pelos doutrinadores.

Palavras-Chaves: Crimes Sexuais – Legislação – Código Penal.

I – BREVES CRÍTICAS

O artigo 1º. da Lei 12015, de 7 de agosto de 2009, altera o Título VI da Parte Especial do CP de “Dos Crimes contra os **Costumes**” para “Dos Crimes contra a **Dignidade Sexual**”. Poder-se-ia dizer que o legislador, com a troca do substantivo plural “costumes” pelo substantivo singular adjetivado “dignidade sexual”, buscou aproximar o vocabulário do estatuto penal da expressão contida no princípio enunciado no artigo 1º, inciso III, da CF: *dignidade da pessoa humana*.

Embora a modificação, neste particular, pareça ser simplesmente cosmética, sem relevância prática, o fato é que ela presta-se de sobejo para embutir no direito penal uma indesejável pitada de moralidade. Afinal, o vocábulo “costume”, cujo significado varia no tempo e no espaço, difere, ideologicamente, da expressão “dignidade sexual”, que sugere um valor ecumênico, imutável, quando não religioso, produzindo a intolerável mistura entre crime e pecado, tão repudiada pelos doutrinadores, como bem explana Nilo Batista (1).

A modificação seguinte, operada no artigo 213 do Código Penal, é um claro regresso ao **critério amplo de sujeito passivo** no crime de estupro, passando a compreender homem e mulher, a exemplo do artigo 519 do Código Penal italiano de 1930, que usa a expressão “*taluno*” (qualquer um: homem ou mulher); do art. 316, do colombiano; do art. 216, do costarriquenho; e do art. 392, do salvadorenho.

Com isso, o legislador retrocedeu séculos, olvidando as legislações mais avançadas, que adotam o **critério restritivo de sujeito passivo** no crime de estupro, compreendendo como tal somente a mulher, a exemplo do art. 429, do Código Penal espanhol; do art. 177, parágrafo primeiro, do alemão; do art. 330, do art. 342, do holandês; do art. 393, do português; do art. 187, do suíço; do capítulo XV, art. 12, do sueco; do art. 332, do francês e de toda *common law*, que segue a lição de Wharton, para a quem “*the crime of rape may be committed upon any female human being*” (2).

A outra modificação – com propósito de aglutinar em um só tipo os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor – consiste na ampliação da conduta objetiva do estupro, antes considerada apenas a cópula *secundum naturam* (introdução do pênis na cavidade vaginal), para alcançar qualquer ato libidinoso diverso da conjunção carnal, como a *fellatio in ore*, o coito anal, o coito *inter femora*, a cópula entre os seios.

Ocorre que a distinção entre os dois delitos (estupro e atentado violento ao pudor) deriva da natureza das coisas, ou como assim melhor explica Néelson Hungria: “Quando tal violência contra mulher resulta em cópula vagínica, e ainda que não se trate de *virgo intacta*, pode acarretar o engravidamento, consequência tão grave, no caso, que a lei autoriza a prática do aborto, embora este represente um sério perigo à saúde, quando não à vida da paciente. Pode ser menos vexatória ou repugnante à violentada a cópula normal do que a anormal, mas as consequências lesivas daquela podem superar em gravidade as desta” (3).

De toda sorte, após as mutilações acima aludidas, o texto do artigo 213 do código penal passa a vigorar com seguinte redação: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a **ter** conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Parece razoável indagar qual o sentido do verbo “ter”? Por que não se seguiu a transição simples do enunciado original: “constranger à conjunção carnal”? Qual a diferença entre “constranger alguém à conjunção carnal” e “constranger alguém a **ter** conjunção carnal”, além do desperdício de três dígitos?

Noutro giro, a sanha inovadora do legislador fez gerar uma **inusitada circunstância qualificadora**, referida na segunda parte do parágrafo primeiro, do artigo 213, da nova lei, qual seja: “... se a vítima é menor de 18 (dezoito) **ou** maior de 14 (quatorze) anos”.

Aqui, de fato, a novíça legislação patina no vernáculo e solapa cruelmente a inteligência alheia. Afinal, toda e qualquer vítima, por matemáticas razões, será sempre e sempre menor de 18 **ou** maior de 14 anos. Por certo, o legislador quis usar a conjunção aditiva “e” – como fez nos artigos 230, parágrafo primeiro e 218-B, parágrafo segundo, inciso I – ao invés da conjunção alternativa “ou”, impropriamente utilizada. Esse manejo equivocado da língua, especialmente no campo penal, conduz à inexorável conclusão da impossibilidade teórica de ocorrência do delito de estupro simples, previsto no artigo 213 da própria lei, pois todo e qualquer estupro será sempre qualificado em razão da idade da vítima, tenha ela 1 mês ou 150 anos de idade.

Ainda tocada pela messiânica pulsão inovadora, de coloridos medievais, a lei novel substitui o conciso título do capítulo V, “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas”, por “Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoa para Fim de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual”. Ufa! Decididamente, isto não é um título, mas sim um texto inteiro; sem contar a **falta de técnica legislativa**, pois o chamado “especial fim de agir” (antigo dolo específico) deve acompanhar o tipo penal a que se refere e não a generalidade dos delitos de um capítulo.

II – INCOERÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL

O Código Penal de 1940 tratava o atual instituto do estupro de vulnerável com a regra do seu art. 224, que presumia a violência sempre que a vítima fosse menor de 14 anos, doente mental ou, por qualquer outra causa, incapaz de oferecer resistência. Das três hipóteses, as duas últimas encerram presunções relativas – que admitem prova em contrário –, sendo certo que a última demanda uma análise com escopo de saber se a vítima podia ou não oferecer resistência. Esta hipótese ganhou destaque recentemente, devido ao episódio ocorrido no Big Brother Brasil, onde, após uma festa, um participante teria, supostamente, praticado a conduta típica ao se relacionar sexualmente com uma participante aparentemente incapaz de oferecer resistência.

Acerca da incapacidade de oferecer resistência, Guilherme de Souza Nucci traz à colação o exemplo da “... pessoa dopada, sob o efeito

devastador do álcool ou de droga de efeito análogo. Não se exige que tenha sido o autor do crime sexual a colocar a vítima nesse estado. Porém é válido destacar que, se o ofendido embriagar-se espontaneamente, para participar de ato sexual, não pode invocar a proteção da lei penal. Se a utilização voluntária de bebida alcoólica não exime o agente da prática do crime (*actio libera in causa*), conforme prevê o artigo 28, II, do Código Penal, é natural que o ingresso nesse estado de modo espontâneo, sabendo dos atos que irá praticar, não pode levar o agente a ser considerado vítima” (4).

Toda divergência doutrinária e jurisprudencial, até a edição da Lei 12015/09, girava em torno do caráter relativo ou absoluto da presunção de violência no caso de vítima menor de 14 anos de idade. Os tribunais estaduais entendiam a presunção como relativa, carecendo de análise do caso concreto para avaliar se a menor era ou não inocente, no aspecto sexual, de modo a justificar a presunção. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em acórdão da 1ª Câmara Criminal, com relatoria do desembargador Sólon d’Eça Neves, expressamente assim asseverou: “A proteção da violência presumida relativizou-se, deixando de ser absoluta, pela evolução dos costumes e da informação” (5).

Os tribunais superiores, contudo, vacilavam entre uma posição mais abrangente do poder punitivo – compreendendo tal espécie de presunção como absoluta, bastando para sua aplicação que a ofendida fosse menor de 14 anos, pouco importando sua prévia experiência ou total inocência sexual (6) – e outra, claramente redutora do poder punitivo, entendendo tal presunção como relativa (7).

Quando, enfim, depois de tantos debates jurídicos, a jurisprudência se encaminhava na direção do direito penal mais avançado, redutor do poder punitivo emanado da criminalização primária, ao compreender a presunção de violência como relativa (*juris tantum*), foi sancionada a Lei 12015/09 que criou o tipo do artigo 217-A (estupro de vulnerável), abolindo a presunção de violência e, por conseguinte, todo debate sobre sua relativização. Desse modo, tornou-se impertinente a alegação de experiência prévia da vítima no aspecto sexual, assim como a alegação acerca de sua capacidade de discernir e consentir com a prática do ato.

Em tais casos, portanto, o arsenal defensivo restou reduzido ao erro de tipo incriminador do art. 20 do CP, que produz a atipicidade da conduta quando o agente desconhecer a idade da vítima, sua incapacidade de oferecer resistência ou sua deficiência mental.

Contudo, a despeito da intenção do legislador em oferecer maior proteção aos menores e àqueles sem o adequado discernimento, exagerou ele na quantidade da pena mínima atribuída ao delito (reclusão de 8 anos) que, incompreensivelmente, passou a ter um grau de punição inicial superior ao do crime de homicídio (reclusão de 6 anos).

De qualquer forma, como já dito, o assunto ganhou destaque recentemente com um fato ocorrido em um reality show, no qual um dos participantes supostamente teria cometido o novo delito do art. 217-A (estupro de vulnerável) contra uma participante que, também supostamente, estaria embriagada e adormecida, circunstâncias capazes de ensejar a vulnerabilidade.

Há quem sustente na hipótese a inocorrência do crime, seja porque a vítima teria consentido inicialmente com a prática do ato, seja em razão do fato de não ter havido penetração. O tipo penal em comento, entretanto, não exige, para sua configuração, a efetiva penetração, pois ele também contempla como hipótese delitiva a prática de qualquer ato libidinoso diverso da conjunção carnal. E o consentimento inicial, por seu turno, não constitui um salvo conduto capaz de permitir a prática do ato a qualquer tempo, estando a pessoa acordada ou adormecida, sóbria ou bêbada.

Desse modo, se restar provado que a pessoa encontrava-se incapacitada de oferecer resistência no momento da prática do ato, a conduta torna-se ilícita. Mas se, ao contrário, restar provado que a vítima estava acordada e lúcida, o fato torna-se atípico.

Outro aspecto do mesmo fato é a responsabilização pela omissão. Pode haver a responsabilização de terceiros pela prática do crime quando ficar demonstrada a figura do agente garantidor, ou seja, aquele que tinha a obrigação de impedir a ocorrência do crime. De um modo geral, os garantidores encontram-se elencados no art. 13, 2º, do CP. E tal qualidade decorre da obrigação de cuidado, proteção e vigilância ou porque o agente assumiu a responsabilidade de impedir o resultado ou porque foi ele quem criou o risco de sua ocorrência.

Note-se que estão na posição de garantidor não apenas os familiares mais próximos da vítima, mas também aqueles que presenciam o fato e, embora podendo, nada fazem para impedir o delito de se consumar. A tais pessoas, da mesma forma, tocaria a pena mínima de 8 anos de reclusão, punição mais grave, repita-se, àquela prevista para o homicídio.

Essa falta de racionalidade revela a atual tendência de alguns legisladores no sentido de promover o recrudescimento das sanções penais,

ainda que ao arrepio da lógica e do bom senso, com o servil propósito de agradar a opinião pública que, ingenuamente, ainda enxerga na pena uma ineficácia inexistente.

NOTAS:

- * Mestre pela UFRJ, professor titular de Direito Penal da UCAM e advogado criminal
- ** Mestre pela UCAM, professor titular de Direito Penal da UCAM e advogado criminal
- 1. “Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro”, Coleção Pensamento Criminológico - 5, Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, 2000, página 163: “A promiscuidade conceitual entre *delito* e *pecado*, da qual resulta a sacralização do primeiro e a politização do segundo, abrirá ao direito penal canônico uma perspectiva de *intervenção moral* comparável a poucas experiências judiciais da antiguidade... Essa intervenção moral do sistema penal estará doravante legitimada para ocupar-se do pensamento, seja ele uma inquietação herética ou um desejo sexual nefando”.
- 2. João Mestieri: “Estudo sobre o Tipo Básico do Deleito de Estupro”, Apex Gráfica e Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1968, página 39;
- 3. Nélson Hungria e Romão Côrtes de Lacerda: “Comentários ao Código Penal”, Forense, Rio de Janeiro, 1947, página 121;
- 4. “Comentários ao Código Penal”, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2008, página 890;
- 5. Apelação Criminal 2005.030785-1, acórdão publicado no DJ 11873, de 30 de março de 2006;
- 6. STF (Relatora: Ministra Ellen Gracie), HC 94818, DJ 152, de 15 de agosto de 2008; STJ (Relatora: Ministra Laurita Vaz), Resp 250.305-SC, DJU de 5 de março de 2003, página 316;
- 7. STJ (Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior), Agravo Regimental no Recurso Especial 121 4407 SC, DJ de 28 de setembro de 2011.

RESUMEN:

En esta nueva ley el legislador, buscado para acercar al vocabulario del estatuto criminal de la expresión contenida en el principio declarado en el artículo 1º, asunto interpolado III, de los CF: dignidad del humano de la persona. Aunque a poca importancia, esta ley es útil para embutir en el derecho penal del pitada indeseable de moralidad. Considerando que el vocábulo “costumbre”, diferencia, ideológico, de la expresión “dignidad sexual”, que sugiere un valor invariante, cuando es no religioso, produciendo la mezcla intolerable entre el crimen y el pecado, negados tan por los doutrinadores.

Palabras Claves: Crímes sexuales - Legislación - Código Criminal.

ABSTRACT:

In this new Law the legislator, searched to approach the vocabulary of the criminal statute of the expression contained in the principle enunciated in the article 1º, interpolated proposition III, of the CF: dignity of the person human being. Although to little relevance, this law is useful to inlay in the pitada criminal law an undesirable one of morality. Considering that vocábulo “custom”, differs, ideologically, of the expression “sexual dignity”, that it suggests a value invariant, when not religious, producing the intolerable mixture between crime and sin, so repudiated by the doutrinadores.

Keywords: Sexual Crimes - Legislation - Criminal Code.



A Liberdade Intelectual de Celso Furtado

Alexis Toríbio Dantas*

Cintiene Sandes Monfredo**

RESUMO:

Celso Furtado diferenciou-se da grande maioria dos economistas na medida em que privilegiava a observação de condições sociais e históricas que influenciavam a formação econômica do país. Portanto, embora a princípio rigoroso quanto ao caráter científico da economia, não afastava a análise da sociedade brasileira e sua política, além de interligar o objeto de pesquisa aos grandes problemas enfrentados pela população. Seus estudos não estavam estruturalmente baseados em teorias gerais ou leis formuladas pela economia, mas buscava considerar em destaque as problemáticas sociais e políticas. Furtado destacou-se pela aplicação do método histórico sobrepujando o lógico-dedutivo que caracteriza o paradigma fundamental do *mainstream* da ciência econômica. Desta forma, sua independência teórica foi um marco importante em seus trabalhos. Enquadrar Furtado como marxista, keynesiano, ou outra filiação teórica específica seria um erro, pois um ponto chave de seu pensamento foi sua enorme capacidade de passar por escolas de diferentes matizes quando achava mais conveniente para explicar a realidade histórica.

Palavras Chaves: Economia Brasileira, Método Histórico, Problemáticas Sociais e Políticas.

1. APRESENTAÇÃO

Celso Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, em 26 de julho em 1920. Bacharelou-se Ciências Jurídicas e Sociais em 1944 pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, atuou em diversas outras áreas como a Economia e a Filosofia, continuando seus estudos na França (iniciou o doutorado em 1946 na Universidade de Paris-Sorbonne, terminando em 1948). Passou a trabalhar na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1949, instituição recentemente formada pela ONU com estudos diretamente relacionados com as questões do desenvolvimento

da América Latina, passando a residir em Santiago do Chile. Por situação de seu exílio durante o período militar, manteve contato com pesquisadores de várias áreas do pensamento e ampliou suas discussões sobre as raízes do subdesenvolvimento. Na Universidade de Cambridge, Inglaterra, a convite do professor Nicholas Kaldor, do King's College, escreveu *Formação Econômica do Brasil*¹, sua obra mais conhecida.

Além de um renomado economista, Furtado foi sobretudo um pensador dos problemas brasileiros e da América Latina, para o que dedicou boa parte de sua vida. Nesse sentido, é possível entendê-lo mais como um intelectual para a História brasileira que propriamente um economista, sobretudo se considerarmos sua grande capacidade criativa².

A este respeito, Almeida Filho (2008, p. 2) destaca que:

Celso Furtado, interessante constatar isto, não tem o status acadêmico de um grande teórico no campo da economia. Tampouco ocupa um lugar de destaque nos novos programas da disciplina de desenvolvimento sócio-econômico, mesmo em escolas consideradas heterodoxas. Certamente, o seu “Formação Econômica do Brasil” continua a ser amplamente utilizado, o que é comprovado pelo número de reedições do livro, mas apenas nas disciplinas de história econômica. Segundo Luís Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego, a partir dos anos 1970, Celso Furtado passou à categoria de clássico, como um autor indispensável para compreender o Brasil. Mas não como referência para aquilo que foi a sua marca: pensar o Brasil para construir o seu futuro.

Celso Furtado diferenciou-se da grande maioria dos economistas na medida em que privilegiava a observação de condições sociais e históricas que influenciavam a formação econômica do país. Portanto, embora a princípio rigoroso quanto ao caráter científico da economia, não afastava a análise da sociedade brasileira e sua política, além de interligar o objeto de pesquisa aos grandes problemas enfrentados pela população. Seus estudos não estavam estruturalmente baseados em teorias gerais ou leis formuladas pela economia, mas buscava considerar em destaque as problemáticas sociais e políticas. Furtado destacou-se pela aplicação do

método histórico sobrepujando o lógico-dedutivo que caracteriza o paradigma fundamental do *mainstream* da ciência econômica³.

Neste contexto, Almeida Filho (2008, p. 12) ressalta que:

A indicação dos caminhos do desenvolvimento nacional parece bem clara, até porque ela se desdobra das atividades de Celso Furtado como homem público, que sempre buscou uma ação forte da política nacional, além de ser mentor e defensor histórico de um projeto de desenvolvimento nacional [...] O foco da ação política deste homem público é o âmbito nacional. Ele acredita na autodeterminação dos povos, na diversidade econômica e cultural, ao tempo em que aspira os valores humanos mais elevados, mas não detalha o seu pensamento.

Desta forma, sua independência teórica foi um marco importante em seus trabalhos. Enquadrar Furtado como marxista, keynesiano, ou outra filiação teórica específica torna-se um erro, pois um ponto chave de seu pensamento foi sua enorme capacidade de passar por escolas de diferentes matizes quando achava mais conveniente para explicar a realidade histórica. Uma grande influência para a construção de sua visão de mundo e, conseqüentemente, de sua obra, é Raúl Prebisch, como indicam Sá Earp e Prado (2007, p. 379/380):

Raúl Prebisch tem importância capital para a América Latina em geral e para Celso Furtado em especial. Economista neoclássico quando jovem, foi durante a Grande Depressão, na década de 1930, subsecretário de finanças e presidente do Banco Central argentino. Sua experiência no governo durante esses anos trouxe-lhe grandes dúvidas sobre o pensamento em que foi formado. Na década de 1940 passou a estudar as implicações teóricas de algumas de suas dúvidas. Essas reflexões frutificaram com sua entrada na CEPAL em 1949, e a publicação no início de 1950 do *The Economic Development of Latin América and Its Principal Problems*.⁴ Nessa obra Prebisch apresentará dois conceitos que serão usados por Furtado em toda sua vida: o da relação centro-periferia e o conceito de heterogenidade estrutural. A explicação desses dois conceitos é essencial para entender com

Prebisch e os economistas e cientistas sociais formados sob sua influência, como Celso Furtado e Aníbal Pinto, viam o mundo. O diagnóstico de Prebisch era que o padrão então vigente na América Latina de crescimento para fora não era capaz de criar condições para o completo desenvolvimento desses países. A tecnologia dos países centrais penetrava principalmente nas atividades exportadoras de produtos primários. Mas a maior parte da população nos países periféricos atuavam em atividades agrícolas de muito baixa produtividade. O grande problema era o de elevar a produtividade do conjunto da força de trabalho, e não apenas daqueles envolvidos em atividades exportadoras. A expansão das exportações tradicionais estavam limitadas pela baixa elasticidade da demanda pelos países centrais e por suas políticas protecionistas. Portanto, o aumento da produtividade das populações marginalizadas dependiam da geração de emprego que só seria possível com as oportunidades abertas pela industrialização. Nesse contexto, Prebisch, que no início de sua carreira tinha defendido o livre-comércio, passou a defender a proteção da produção industrial com o objetivo de promover um processo de substituição de importações. Essa proteção seria necessária apenas durante o período de incorporação das populações nas áreas de baixa produtividade, elas não deveriam ser uma política permanente, mas um instrumento transitório para acabar com a heterogenidade estrutural. O conceito de heterogenidade estrutural contrapõe dois tipos de sociedade: a dos países centrais que seria diversificada e homogênea e a dos países periféricos que seria especializada e heterogênea.

Ao adotar a combinação do método histórico com as variáveis econômicas, o autor exalta a compreensão das especificidades de cada realidade sócio-econômica, isto é, não é possível aplicar generalizações para entender países com formações históricas absolutamente distintas. Exemplos amplamente referenciados na literatura, quais sejam a elaboração do Plano Trienal (quando Ministro do Planejamento do governo Goulart, em 1963) e o Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Nordeste (durante o governo de Juscelino Kubitschek), passo crucial para as propostas de criação da SUDENE, em que Furtado passeia livremente por vários olhares dos problemas abordados⁴.

As próximas seções se ocupam de exemplos fundamentais da versatilidade e liberdade intelectual de Celso Furtado: o Plano Trienal e suas idéias acerca de desenvolvimento regional, com realce para o papel proposto para a SUDENE.

2. O PLANO TRIENAL

O Plano Trienal foi um dos momentos mais marcantes na trajetória de Furtado como homem público, embora contrariando a própria denominação, tenha durado bem menos que o previsto. Seu objetivo primordial era o combate à inflação e, nesta direção, utilizou mecanismos ortodoxos de política econômica, fundados basicamente na doutrina monetarista, buscando reduzir os índices de elevação de preço a partir de um forte controle da emissão de moeda, particularmente determinada pela expansão dos gastos públicos.

A associação de política monetária restritiva (incluindo uma reforma no sistema bancário que inibisse a capacidade de criação de moeda por bancos privados), com proposta de reforma tributária (eliminação de gastos e criação de novas fontes de receita) era extremamente adequada à visão do Fundo Monetário Internacional e da corrente ortodoxa monetarista. A despeito do caráter também fortemente marcado por aspectos políticos (sobretudo a necessidade de renegociação da dívida externa), a receita era praticamente a encontrada nos manuais de teoria neoclássica tradicional.

Todavia, deve-se destacar a forma como o projeto foi elaborado e levado a cabo por Furtado que o afastava do receituário tipicamente indicado pela ortodoxia econômica. Em primeiro lugar, a idéia de que as medidas restritivas deveriam seguir uma trajetória gradual – seriam necessárias, mas não a ponto de interromper a capacidade de crescimento da economia brasileira, uma conduta seguida em vários outros planos econômicos do regime militar (como a prática do stop and go do Plano de Ação Econômica do Governo elaborado por Otávio Bulhões e Roberto Campos no período Castelo Branco).

Em segundo lugar, e mais importante, as medidas de ajuste estrutural que acompanharam o Plano Trienal – as Reformas de Base que se tornaram bandeira no governo João Goulart. Nesse caso, sua influência estruturalista aparece claramente, com destaque para a Reforma Agrária.

A influência da idéia de heterogeneidade estrutural é evidente, e contraria em fundamento a leitura neoclássica tradicional⁵.

3. A SUDENE

Uma das ações políticas mais importantes de Celso Furtado se refere à sua preocupação e posterior análise do desenvolvimento regional, culminando na criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959. Apesar da sempre presente preocupação com a seca e suas consequências para a região, a análise de Furtado privilegiava, sobretudo, a necessidade de medidas que viabilizassem o desenvolvimento da região – superar a seca, simplesmente, seria um resultado insuficiente para permitir a real integração do nordeste ao modelo de desenvolvimento industrial preconizado como fundamental para a superação do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, apesar de um importante conjunto de medidas para combater a seca na região, como a colonização do Maranhão e a pesquisa de plantas viáveis economicamente que fossem mais resistentes à seca (ponto chave para o recomeço do desenvolvimento agrícola do nordeste), a idéia era garantir uma raiz de industrialização aproveitando recursos abundantes da região – como a mão-de-obra abundante e subutilizada. A introdução de indústrias intensivas em trabalho, portanto, seria o ponto de partida fundamental. Contrariando mais uma vez a ortodoxia, Furtado considerava absolutamente crucial o planejamento e a implementação dessas indústrias, pois o mercado seria incapaz de, naturalmente, garantir a constituição desse processo produtivo na região – mesmo levando-se em conta a abundância daquele fator de produção (trabalho).

O projeto, como é sabido, não obteve o sucesso esperado – ao contrário, as disparidades regionais foram ainda mais aguçadas ao longo da década de 70, em particular com o Milagre Econômico, quando a industrialização concentrou-se ainda mais na região sudeste. A incipiente industrialização que ocorreu logo foi suplantada pela produção mais moderna e mais sofisticada do sul-sudeste. Persistiu, porém, a noção de uma necessária ação coordenada para reduzir os desequilíbrios regionais, dado que as forças de mercado seriam não só insuficientes, mas incapazes de garantir a convergência do crescimento das várias regiões.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

Celso Furtado deixou uma enorme contribuição para pensar o Brasil e a América Latina que, como abordado no texto, não se restringe à produção teórica resultante da enorme publicação de livros e artigos acadêmicos. Inclui uma marcada participação na vida pública brasileira, atuando diretamente na tentativa de solucionar problemas estruturais de ordem sócio-econômica e, para isso, em nenhum momento se deixou prender pelas amarras da teoria econômica, principalmente em função de sua grande capacidade de observação histórica – o que o distanciou claramente do método lógico-dedutivo da ortodoxia econômica. Foi, nesse sentido, um intelectual brasileiro.

5. NOTAS

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

** Mestre em História Comparada, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ).

¹ Considerada sua principal obra, *A Formação Econômica do Brasil*, lançada em 1959, demonstrou a dinâmica utilizada pelo autor ao abordar os poucos dados disponíveis com uma série de variáveis da economia para abarcar uma compreensão geral da economia brasileira. Atendo-se a fatos históricos e sociais o autor criou um livro de extrema importância pelo qual foi capaz de combinar criatividade com rigor lógico e apresentar a evolução histórica da economia brasileira. Assim, Furtado não pensa a economia simplesmente como abstração ou como uma área de estudo isolada, mas pensa que a economia deve estar historicamente situada.

² Seu rigor com a teoria econômica, sempre realçado em seus trabalhos, não interferia na sua necessidade de entender a realidade brasileira de acordo com suas especificidades.

³ A análise histórica realizada pelo autor o fez se aproximar do método dialético para melhor compreender as questões a serem analisadas. A importância da dialética para a ampliação e compreensão dos fatos está na importância de que a História possui uma multiplicidade de fenômenos que precisam ser refletidos e analisados. O recurso da dialética possibilitou ao autor verificar o seu objeto que sempre esteve em questão: o desenvolvimento. É neste sentido que a dialética torna-se importante como um método, um recurso para alcançar hipóteses sobre o comportamento dos processos históricos, uma ferramenta metodológica auxiliar e de fato importante para observar o objeto.

⁴ Por outro lado, a inserção do autor na política econômica brasileira estava na fundamentação de que enquanto as camadas populares cresciam em imensa pobreza causada pela má distribuição de renda, exemplificada pelo baixo nível dos salários tanto das camadas urbanas quanto rural, em oposto encontrava-se uma elite conservadora que pressionava as políticas públicas a seu favor. A formação de nosso setor primário exportador também criou uma dinâmica excludente, visto que se criava um setor exportador moderno em um campo econômico e socialmente atrasado. Na verdade, os baixos salários e altas rendas garantidas a minoria dificultavam a formação de um

mercado interno dinâmico e, portanto, de um crescimento econômico virtuoso. Era, portanto uma combinação de desenvolvimento com os setores modernos com concentração de renda. A mudança ficou por conta da liderança do Estado nos modelos de industrialização que fez emergir uma nova classe operária urbana e possibilitou a modernização do setor da agricultura, mas que esteve em oscilação a períodos de degradação econômica e desemprego constituindo o subdesenvolvimento tão abordado por Celso Furtado em suas obras e que segundo o mesmo estaria vinculado aos impasses das políticas de distribuição.

- ⁵ A idéia de industrialização necessária para superação do subdesenvolvimento, em condições de heterogeneidade estrutural, impunha a necessidade de reformas estruturais chaves que permitissem aos países periféricos lidar com a forma tradicional da industrialização substitutiva de importações. Segundo Rodriguez (1981:46/47), “quando a periferia atravessa a fase do desenvolvimento pela via da industrialização, torna-se necessário adotar essas mesmas técnicas [dos investimentos nos países centrais] de grande escala e elevada densidade de capital, em condições de atraso no que diz respeito aos níveis de renda e de capacidade de poupar [leia-se: financiamento], atraso que se reflete em problemas de utilização e de acumulação de capital [...] As técnicas se traduzem em unidades produtivas de grande escala, ao passo que as baixas rendas determinam insuficiências de mercado, com a conseqüente subutilização deste recurso [...] Além disso, considera-se que tais dificuldades [da industrialização] também estão estritamente vinculadas à estrutura da propriedade e da posse da terra característica da agricultura periférica, na qual coexistem e proliferam formas precárias de posse. Essas condições tendem a gerar desemprego e a limitar a oferta agrícola [...] A tendência ao desemprego será mais ou menos grave, dependendo das condições históricas específicas do desenvolvimento prévio”.

6. BIBLIOGRAFIA

- Almeida Filho, N. (2008). A utopia pragmática de Celso Furtado o futuro possível. In: XIII Encontro Nacional da Sociedade de Economia Política, 2008, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional da SEP, 2008. v. 1. p. 1-20.
- Bresser-Pereira and José Marcio Rego, orgs. (2001) A Grande Esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34.
- Earp, F. S. S. ; Prado, L. C. D. (2007) Celso Furtado. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. (Org.). Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 377-408.
- Furtado, Celso (1959) *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1964). *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1966) *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Furtado, Celso (1967) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Furtado, Celso (1972) *Análise do 'Modelo' Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Furtado, Celso (1974) *O Mito do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Furtado, Celso (1978) *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Furtado, Celso (1984) *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Furtado, Celso (1985) *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Furtado, Celso (1999) *O Longo Amanhecer*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Furtado, Celso (2000) “Reflexões sobre a Crise Brasileira”; *Revista de Economia Política*, v.20(4), outubro 2000: 3-7.

Pollock, D. et alli (2001) “Entrevista Inedita a Prebisch: Logros e Deficiencias de la CEPAL”, *Revista de la CEPAL* 75, dezembro, 2001.

Prebisch, R. (1949) “El Desarrollo Económico de La América Latina y Algunos de sus Principales Problemas” em Adolfo Gurrieri (org.) *La Obra de Prebisch en la Cepal*, Lecturas, Fondo de Cultura Económica, 1982, México.

Prebisch, R. (1950) “Estudio Económico de la América Latina” em Adolfo Gurrieri (org.) *La Obra de Prebisch en la Cepal*, Lecturas, Fondo de Cultura Económica, 1982, México.

Prebisch, R. (1951) “Problemas Teóricos y Prácticos del Crecimiento Económico” em Adolfo Gurrieri (org.) *La Obra de Prebisch en la Cepal*, Lecturas, Fondo de Cultura Económica, 1982, México.

Rodriguez, O. (1981) “Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal”, Rio de Janeiro:Ed. Forense-Universitária, 1981.

RESUMEN:

Celso Furtado se ha diferenciado de la inmensa mayoría de los economistas que favorecieron a la observación de condiciones sociales e históricas que influyeron en formación económica del país. Por lo tanto, aunque el principio estricto sobre el carácter científico de la economía, no lejos de un análisis de la sociedad brasileña y su política, además de conectar el objeto de búsqueda a los principales problemas que enfrenta la población. Sus estudios no eran estructuralmente basadas en teorías generales o leyes hechas por la economía, pero intentó considerar puso de relieve las cuestiones sociales y políticas. Furtado destacó por aplicación del método histórico superando la lógica deductiva que caracteriza el paradigma fundamental de la corriente principal de la ciencia económica. De esta forma, su independencia teórica fue un hito importante en su trabajo. Encuadre Furtado como marxistas, keynesianos u otra afiliación teórica específica sería un error, porque un ingrediente clave de su pensamiento fue su enorme capacidad gasto por escuelas de diferentes tonos al encontrar más convenientes explicar la realidad histórica.

Palavras Claves: Economía brasileña, método histórico, cuestiones sociales y políticas

ABSTRACT:

Celso Furtado's works really differ from the majority of economists because of his capacity of observation of social and historical conditions that influenced the economic formation of a country. Therefore, although keeping scientific rigor in terms of economic theory, he was never apart from the Brazilian reality and its social and political issues. Furtado pointed out the application of historical method overcoming the logical-deductive paradigm that characterizes the fundamentals of mainstream economics. Thus, its theoretical independence was an important milestone in his work. Framing Furtado as a Marxist, Keynesian, or other specific theoretical affiliation seems to be a mistake, because a key point of his thought was his ability to go through different schools.

Keyword: Brazilian economy, historical method, Social Issues and policies.

La Instauración del Proyecto Moderno -Consolidación del Sistema-mundo Capitalista

Dejan Mihailovic

Instituto Tecnológico de Monterrey-Mexico

RESUMO

Qualquer que seja sua extensão territorial (planetária, estatal, regional, local) e a complexidade dos dados geográficos (relevo, clima, vegetação, demografia etc.), uma situação geopolítica se define, em um dado momento da evolução histórica transgredida, por meio das rivalidades em poder de momentos importantes ou menores, e por meio das relações entre forças que ocupam diversas partes do território em questão.

Palavra Chave: Geopolítica- Planetária – Território – Evolução Histórica.

1. MUNDO CAPITALISTA

El interés por la geopolítica aumenta súbitamente en la primera mitad del siglo XX a raíz de las Guerras Mundiales pero, sobre todo, al terminar la Guerra Fría y las implicaciones que la misma tuvo con respecto a una nueva configuración planetaria. En los múltiples casos en los que hoy se utiliza este término, se trata de hecho, de rivalidades de poder sobre territorios y sobre las personas que los habitan. En estos choques entre fuerzas políticas, cada una de éstas utiliza medios diversos y, en particular, argumentos que demuestren las razones para una dominación justificada y moralmente legítima. Cualquiera que sea su extensión territorial (planetaria, estatal, regional, local) y la complejidad de los datos geográficos (relieve, clima, vegetación, repartición de la población etc.), una situación geopolítica se define, en un momento dado de evolución histórica transgredida, a través de las rivalidades en poder de mayor o menor momento, y a través de las relaciones entre fuerzas que ocupan partes diversas del territorio en cuestión (Lacoste, 1995).

En el periodo conocido como “clásico”, los principales teóricos de la geopolítica establecidos en las sociedades geográficas y las universidades

de las capitales coloniales se empeñaron en describir y analizar las condiciones geográficas del orden mundial y sus repercusiones relativas a los Grandes Poderes de los Estados imperiales. El alemán Friedrich Ratzel¹, estudiaba el espacio global bajo el enfoque del biologismo social, el norteamericano Alfred Mahan² lo hacía introduciendo el concepto de la “mirada estratégica”, el sueco Rudolf Kjellen³ aplicando la categoría del territorio como un elemento decisivo para los estudios del Estado, otro alemán, Kart Haushofer⁴ insistía en una especie de *espacialización* del deseo imperialista mientras que el emigrante holandés Nicholas J. Spykman⁵ escribía en Estados Unidos su tesis sobre la (im)posibilidad de una mirada geopolítica. Todos ellos, de alguna manera influenciaron las ideas de Halford Mackinder⁶, hoy nuevamente citado con gran frecuencia, sobre todo por la enorme importancia que este autor británico atribuye al control estratégico del *heartland*, una especie del pivote que permite el control absoluto de la gran isla mundial. Mackinder observa los desafíos que enfrenta el Imperio Británico ante los acelerados cambios sociales y económicos acompañados por las grandes transformaciones en la materia del transporte. Su planteamiento responde a la inevitable necesidad de reformar y reestructurar un imperio que, a principios del siglo XX, empieza a sufrir un acoso creciente de las potencias rivales. El desvanecimiento del modelo hegemónico que encarnaba el imperio británico no afectó la validez teórica y la vigencia histórica de la idea de “*heartland*” que, en el cruce del tercer milenio, a partir de la guerra por Kosovo, la invasión de Afganistán y la segunda guerra del Golfo Pérsico, cobró una importancia de grandes proporciones en la estructura actual del orden global.

La instauración del proyecto moderno sustentado por la consolidación del sistema-mundo capitalista ha tenido una dinámica cíclica cuyos elementos decisivos fueron un modelo hegemónico de la potencia en turno, una guerra con repercusiones mundiales resguardando la hegemonía, y dos periodos que marcan el auge y el declive del modelo hegemónico en cuestión. La mayoría de los autores identificados con la geopolítica “clásica” coincidía en la necesidad de definir un orden global y una política internacional a partir de los componentes que, posteriormente, fueron expuestos por Wallerstein para sustentar su teoría del capitalismo como sistema-mundo.

Hegemonía	Guerra mundial asegurando la hegemonía	Periodo de dominación	Periodo de declive
Holandesa	Guerra de treinta años 1618-48	1620-50	1650-72
Británica	Guerras napoleónicas 1792-1815	1815-73	1873-96
Estadounidense	Guerras mundiales 1914-1945	1945-67	1967-

Fuente: Wallerstein 1984:41-2.

La sucesión de los órdenes geopolíticos a través de los modelos hegemónicos suponía también un ciclo histórico de variable duración, dependiendo de las circunstancias que favorecían o amenazaban a una determinada hegemonía. El ritmo de cada ciclo dependía de un tipo particular de acumulación correspondiente a los intereses imperiales de la potencia en cuestión. De esta manera, en el esquema que maneja Giovanni Arrigí, la acumulación de “tipo genovés” que sustentaba el dominio de los mares por parte de Portugal, fue sustituida por la acumulación centrada en “altas finanzas” que permitió a Holanda desplegar su modelo hegemónico y dominar la economía internacional a finales del siglo XVI y una buena parte del siglo XVII (Arrigí, 1999). Por su parte, Modelski también elabora un esquema de sucesión de ciclos históricos en los que se observa que cada hegemonía lograba su preponderancia y sufría un declive definitivo en medio de una guerra global detrás de la cual siempre nacía un orden nuevo.

Ciclo	Guerra global	Preponderancia	Declive
1495-1580	1494-1516	Portugal, 1516-40	1540-80
1580-1688	1580-1609	Holanda, 1609-40	1640-88
1688-1792	1688-1713	Gran Bretaña 1714-40	1740-92
1792-1914	1792-1815	Gran Bretaña 1815-50	1850-1914
1914-	1914-1945	Estados Unidos 1945-73	1973-

Fuente. Modelski 1987:40-44.

Con la caída del Muro de Berlín, la desintegración del bloque soviético y la finalización de la Guerra fría surge una nueva corriente teórica llamada neo-geopolítica o geopolítica posmoderna que rápidamente se adjudica la complicada tarea de establecer un análisis general sobre la cuestión geopolítica mundial de la posguerra fría. Los autores como

Gearoid O' Tauthail, John Agnew o Simon Dalby⁷ cuestionan abiertamente el monopolio del Estado en la definición de la seguridad nacional. Ellos buscan una síntesis entre la geopolítica tradicional y la geo-economía para crear una nueva comprensión de las configuraciones geográficas que cambian con el tiempo, dependiendo de las alteraciones políticas, económicas y tecnológicas. Su argumento parte de la idea que el espacio global no solamente está dividido entre Estados nacionales, sino que aparecen y actúan en él, un amplio y heterogéneo espectro de protagonistas que incluye las empresas transnacionales, grupos terroristas, movimientos pacifistas, activistas de derechos humanos u organizaciones ambientales. Los teóricos de la geopolítica posmoderna están concientes que las aproximaciones geopolíticas a la política mundial forman parte de un conjunto más amplio de presupuestos conceptuales y metodológicos sobre el mundo. Esta nueva geopolítica se inscribe en las “prácticas espaciales reales”, pero también contempla las modalidades en las que estas prácticas son representadas y contestadas. A su vez, esto implica que los políticos, administradores o gestores de diversos perfiles, se vean involucrados en una red internacional de negociaciones y acuerdos sobre todo tipo de asuntos. El mundo de la publicidad, los negocios y los discursos políticos demuestra que el espacio global actual carece de fronteras fijas.

A grandes rasgos, el análisis de la geopolítica posmoderna sobre la historia de la geopolítica en general, se basa en los siguientes cuatro conceptos: 1) el orden geopolítico mundial que implica el modo de distribución del poder y las alianzas formadas con base en esta distribución; 2) modelos técnico-territoriales que derivan de los factores combinados de las tecnologías de las comunicaciones de transporte y de la guerra que, a su vez, condicionan las prácticas y modelan el espacio estratégico mundial; 3) la economía geopolítica que se sustenta con el control de la producción económica, con el comercio y con el consumo de los bienes en el mundo, así como a sus consecuencias ecológicas; 4) el discurso geopolítico como forma de expresión y de justificación de las alianzas de estados poderosos y como medio para que los líderes políticos legitimen sus acciones (Agnew, 1995).

Ahora bien, el asenso de Estados Unidos a la condición de potencia global transformó la tradición europea de la geopolítica, que pasó de las nociones de las fronteras permanentes y los espacios finitos a las de un exterior indefinido y las fronteras abiertas, centrándose en flujos y

líneas móviles de conflicto, al modo de las corrientes oceánicas y las fallas sísmicas. La geopolítica en sentido americano sobrepasa el horizonte espacial fijo para convertirse en una alternancia o una dialéctica entre la apertura y el cierre, entre el expansionismo y el aislacionismo. Y esa es, en efecto, la noción de geopolítica que encontramos hoy. Quizá la geopolítica continúe considerando que las fronteras son límites prefijados, pero al mismo tiempo las ve como umbrales o lugares de paso. Las guerras, desde esa perspectiva, comienzan cuando uno cruza la frontera portando armas. El progreso se concibe como cruzar esa misma frontera desarmados. El comercio cruza fronteras con armas y sin ellas. Las fronteras geopolíticas no tienen nada que ver con una frontera natural entendida en términos geográficos, étnicos o demográficos. Cuando la geopolítica se enfrenta a fronteras planteadas como naturales, lo hace para utilizarlas instrumentalmente o para menoscabarlas, poniendo en marcha un movimiento expansivo, transgrediéndolas. Para entender la geopolítica en su forma actual (y cuestionarlas en su debido tiempo), debemos pues prescindir de las concepciones naturalista, determinista o economicista de las fronteras y de las delimitaciones que caracterizaron la vieja geopolítica europea. Es preciso asumir la noción de fronteras y umbrales flexibles que se cruzan continuamente, algo típico de la ideología estadounidense. En efecto es necesario comprender que la geopolítica contemporánea se basa en la crisis de sus propios conceptos tradicionales. Cuando hablamos de crisis no queremos decir que la geopolítica esté a punto de derrumbarse, sino que funciona con base en fronteras, identidades y delimitaciones que son inestables y cuyo significado varía con frecuencia. La geopolítica no puede funcionar sin tales fronteras, pero está obligada a desplazarlas y rebasarlas constantemente, creando la dialéctica entre expansionismo y aislacionismo. Es la crisis de la geopolítica. Por lo tanto, la geopolítica contemporánea se revela sometida al mismo esquema lógico que define la teoría contemporánea de la soberanía y la realidad de la actividad económica: tiene dos lados, que además están en permanente contradicción y conflicto. Esa crisis interna, como decimos no es el anuncio de un derrumbe, sino el motor de un desarrollo. El análisis geopolítico asume la crisis como fundamento, y abre el sistema al conflicto entre las diversas fuerzas políticas, que determinan los espacios abiertos, los límites fronterizos y los espacios cerrados. Nuestra hipótesis, indudablemente reduccionista pero no por ellos menos eficaz, es que

estos conflictos internos o contradicciones del concepto de geopolítica deberían reconocerse como el conflicto entre la multitud (es decir, las fuerzas de la producción social) y la soberanía imperial (esto es, el orden global del poder y de la explotación), entre la *biopolítica* y el *biopoder*. Esta hipótesis nos lleva a considerar los paradigmas cambiantes de la geopolítica como respuestas a los desafíos que plantean las luchas de la multitud. En otros trabajos hemos afirmado, por ejemplo, que la transformación del marco de referencia político a finales del siglo XX, tras las crisis del petróleo y las crisis monetarias del decenio de 1970 y el hundimiento del sistema de Bretón Woods, fue una respuesta a las luchas anticoloniales y antiimperialistas en Asia, África y América Latina, así como las multitudinarias luchas sociales en Europa y Norteamérica. Creemos que hoy la crisis de la geopolítica sólo puede ser entendida en términos de las luchas contra el orden global que hemos esbozado en el capítulo anterior, desde los movimientos contra el neoliberalismo en la India, Brasil, México, Seattle y Génova, hasta movimiento contra la guerra en Irak. Los elementos de esta crisis pueden determinar la evolución futura de la geopolítica. Y aún está por ver qué utilización estratégica puede hacer la multitud de la crisis de la geopolítica. (Hardt y Negri, 2002).

2. LA CRISIS SISTÉMICA DEL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO

El capitalismo de la modernidad clásica centrado en la valorización de las grandes masas del capital material fijo queda sustituido, cada vez con una mayor velocidad, por un capitalismo posmoderno anclado en la valorización del trabajo inmaterial también llamado “capital humano” o capital de conocimiento”. Este cambio fue acompañado por una serie de metamorfosis del trabajo en las que el trabajo de la producción material medido en unidades de productos por unidades del tiempo fue reemplazado por el trabajo inmaterial al cual los padrones clásicos de medida resultaron prácticamente inaplicables (Gorz, 1996). Cada vez resulta más obvia la facilidad con la que se cuestiona la idea de que el capitalismo representaría un proyecto histórico insuperable, y por consiguiente, infinito, en donde todo nuestro futuro se inscribiría en un modo de civilización cuyos principios de base rigen la (re)producción capitalista. En otras palabras, la aparente flexibilidad que el capitalismo tiene para adaptarse a todas las transformaciones y cambios modificándolos y sometiéndolos a la lógica fundamental del capital, no

parece que sea algo suficiente para mantener un sistema cuyas contradicciones se agudizan al extremo del absurdo. He aquí algunos elementos que alimentan la idea sobre una profunda modificación del sistema-mundo capitalista o, en caso más extremo sobre “el fin del capitalismo tal y como lo conocimos” (Altvater, 2002).

He aquí una serie de consideraciones sobre la inviabilidad del sistema-mundo capitalista que, en gran parte jugarán un papel decisivo en la creación de un proyecto alternativo, abierto, inclusivo y respetuoso con el futuro de la humanidad.

El modelo poco creíble de producir y consolidar el bienestar material en todo el mundo a través de una ampliación de la acumulación de capital fue abandonado incluso por los más fervorosos defensores del capitalismo, su lógica y su bagaje sistémico.

La pretensión de universalizar el modelo de la democracia liberal mediante la promesa de establecer derechos y libertades individuales insertos en un marco institucional (a menudo impuesto), favoreció el egoísmo frente al bien común e individualismo posesivo (Macpherson) frente a la autonomía.

En el plano internacional, la constante disposición de ejercer la autoridad recurriendo a medios de violencia y represión para imponer una especie de “ilustración posmoderna” en los lugares donde fuera necesario, prácticamente convirtió la guerra en una condición permanente y necesaria para la restauración del sistema capitalista mundial.

La libre expansión de las fuerzas del mercado no sólo ocasionó un debilitamiento progresivo de las estructuras y los poderes territoriales fijos, sino también transformó significativamente las formas culturales tradicionales.

La invasión de la lógica del capital a aquellas zonas de la vida histórica moderna que no tienen como objetivo la persecución de la plusvalía generó un amplio abanico de dificultades sociales, políticas y económicas. Una de ellas, es el uso indiscriminado de recursos naturales que abrió una nueva frente geopolítica.

Las consideraciones aquí expuestas nos obligan recordar que, el imperialismo capitalista fue una fusión contradictoria de “la política estado-imperial” (el imperialismo como proyecto político específico, propio de agentes cuyo poder se basa en el control sobre un territorio y la capacidad de movilizar sus recursos humanos y naturales con

finalidades políticas, económicas y militares) con “los procesos moleculares de acumulación de capital en el espacio y en el tiempo” (el imperialismo como proceso político-económico difuso en el que lo primordial es el control sobre el capital y su uso) (Harvey, 2004:39). El primer vector de la definición de imperialismo se refiere a las estrategias políticas, diplomáticas y militares empleadas por un Estado (o una coalición de los Estados que operan como bloque de poder político) en defensa de sus intereses y para alcanzar sus objetivos en el conjunto del planeta. El segundo vector atiende a los flujos del poder económico que atraviesan un espacio continuo y, por ende, entidades territoriales (como los Estados o los bloques de poder regionales) mediante las prácticas cotidianas de la producción, el comercio, los movimientos de capital, las transferencias monetarias, la migración de la fuerza de trabajo, las transferencias tecnológicas, la especulación monetaria, los flujos de información, los estímulos culturales y otros procesos similares. En suma, las lógicas del poder denominadas “territorial” y “capitalista” son muy diferentes entre sí. Esta diferencia se remonta a los inicios del capitalismo sistema mundo cuando a principios del siglo XVI la división internacional del trabajo resultó mucho más amplia que las áreas de producción locales. En esta perspectiva, el capitalismo se distinguía de las demás formas sociales en cuanto a su capacidad de extender la dominación más allá de los límites de la autoridad política a través de los medios puramente “económicos”. El impulso capitalista hacia una auto-expansión dependía de la capacidad que se expresaba en la dominación de la clase capitalista por un lado, y en el imperialismo capitalista por el otro. Una vez comprobado esto, resulta obvio constatar que el capitalismo ha sido, desde sus inicios, un sistema polarizante por naturaleza y que dicha polarización le ha otorgado un carácter imperialista desde sus orígenes (Amin, 1999).

Ahora bien, existe una parte de la crisis sistémica del capitalismo contemporáneo que se irá agudizando a raíz de las múltiples contradicciones entre la economía la ecología. La dinámica de la economía capitalista en la actualidad opera conforme a la lógica de un proceso de incremento cuantitativo del valor. Por otro lado, en el sistema ecológico la evolución se refleja en el despliegue de cambios cualitativos o reagrupamientos de energía y de materia. Otra contradicción hace referencia a la oposición entre los binomios espacio-tiempo y eternidad-infinito. El desprecio del espacio y del tiempo promovido por las

tendencias globalizadas no sólo aleja los seres humanos de la naturaleza, sino que banaliza estas dos dimensiones de la existencia que aparentemente acaban siendo reducidas a cero. En la siguiente contradicción se observa que en el sistema económico, la lógica del cálculo mercantil implica que el capital debe completar un proceso de circulación en expansión para realizar la valorización. De ahí que todos los procesos económicos deber ser circulares o reversibles. En contraste, en la naturaleza, procesos completos de transformación de materia y energía se caracterizan por la irreversibilidad. Siguiendo la misma pauta, surge una nueva contradicción que nos permite ver que en el sistema económico, la ganancia constituye la medida del éxito de procesos macroeconómicos y -en forma mediada macroeconómicos- mientras, en cambio, la medida ecológica de los procesos cualitativos de transformación de la materia y la energía la ofrece el cambio en la entropía. Por último, la lógica del desarrollo económico -que demanda a su vez regulación social- exige un incremento de las ganancias para alcanzar elevadas tasas de beneficio y de crecimiento en el sistema económico. Por ejemplo, el empleo y la prosperidad creciente dependen de ese resultado efectivo. Al mismo tiempo los procesos naturales de transformación se organizan de tal forma que mantienen un equilibrio dinámico entre una especie del consumo entrópico y la descarga entrópica.

Indudablemente, la disponibilidad de los recursos energéticos fósiles está en el centro del conflicto global ecológico de distribución, porque su alcance demuestra una tendencia negativa y ya no sube como en el pasado. Esto ha reforzado programas de “seguridad energética” dentro de los bloques regionales hegemónicos, pero también ha obligado a los países del centro capitalista redefinir sus aspiraciones geopolíticas ante la periferia. El dominio de la geopolítica en las estrategias de la “seguridad energética” ya es un hecho. El caso de Irak no sólo es tan importante porque se trata del más de 11% de las reservas petroleras globales de alta calidad. Lo es también porque su territorio es un puente estratégico entre las áreas geopolíticas de Asia Central y Medio Oriente. Además, la ocupación de este país permite ejercer la influencia sobre la política de precios de la OPEP y los volúmenes de producción. En el fondo, existe un esquema operante que parte de las consideraciones geoestratégicas y cuya tarea es asegurar la provisión de los recursos naturales a largo plazo. En el caso del petróleo dicho esquema incluye: el control de las regiones donde se extraen los recursos petroleros, el

control de la cantidad ofertada en los mercados energéticos, el control de la logística de transporte y de las rutas del transporte del petróleo de los países productores a los países consumidores vía oleoductos o buques petroleros y la influencia sobre el precio y la determinación de la moneda utilizada para la facturación. Las guerras por los recursos se realizan con el objetivo de garantizar, a largo plazo, el abastecimiento de los países industrializados a precios aceptables (Klare, 2003).

3. EL (DES)ORDEN GLOBAL GEOPOLITICO

Como concepto, el orden se refiere a las reglas rutinarias, instituciones, actividades y estrategias con las cuales la economía política internacional opera en diferentes periodos históricos. El término calificativo de “geopolítico” dibuja atención a los elementos geográficos de un orden mundial. Esta no es una característica especial o adicional de un orden abstracto. Es algo intrínseco a él. Los órdenes necesariamente poseen características geográficas. Eso incluye el grado relativo de centralidad de la territorialidad del Estado a las actividades sociales y económicas, la naturaleza de la jerarquía de los estados (dominados por uno o varios estados, el grado de igualdad del Estado), el alcance espacial de las actividades de diversos estados y otros actores, por ejemplo, organizaciones internacionales y de negocios. Desde este punto de vista, el orden no implica un mundo basado en el consenso o la cooperación. El concepto normativo del orden como sinónimo de un mundo ordenado y sin conflicto puede inspirar la crítica de arreglos ya existentes. En realidad, cualquier orden global es una mezcla de cohesión y de conflicto entre los actores. Lo que siempre es requerido para su existencia es un sistema organizado de gobernanza que, a su vez, implica definir a los actores, reglas de operación, principios de interacción y asunciones extensamente compartidas sobre el comercio, la fuerza y la diplomacia. Éstos incluyen a las organizaciones internacionales formales y regímenes, cubriendo el comportamiento del gobierno en áreas específicas de acción tales como el comercio, el dinero o la seguridad, por ejemplo. Pero un orden mundial también requiere de un sistema de asunciones ínter subjetivas y de orientaciones del comportamiento compartidas conduciendo a agentes principales.

John Agnew y Stuart Corbridge diseñaron un marco referencial para analizar a un orden geopolítico tomando en cuenta los criterios cuya

naturaleza es multicausal (Agnew & Corbridge, 1995: 21). Estos criterios son la estructura económica mundial, la regulación político-económica, las formas político-institucionales, los mecanismos que ayudan a establecer y mantener el orden, la escala geográfica de la acumulación económica y, finalmente, el espacio de la regulación política. Todos ellos se mueven entre un nivel global y otro estatal conformando así un espacio definido básicamente por dos dimensiones geográficas: la primera es la escala dominante de la acumulación económica y la segunda es el espacio dominante de la regulación política.

Marco referencial para analizar un orden geopolítico

	Nivel Global	Nivel estatal
1. Estructura económica mundial	División internacional del trabajo (DIT) Paradigmas tecnológicos (TP)	Posición en DIT Desarrollo de TP
2. Regulación político-económica		Sistema financiero Relaciones entre empresas Relaciones laborales del salario
3. Formas político-Institucionales	<i>Regímenes internacionales:</i> comercio, dinero, sistemas de seguridad	<i>Sistema político:</i> legal, militar, movilización política gobierno, sistemas educativos
4. Mecanismos de Establecimiento y Mantenimiento del orden		Aprendizaje endógeno Emulación Legitimación, coerción
5. Escala geográfica de la acumulación económica		Territorial Internacional
6. Espacio de la regulación Política		Estado nacional Estado imperial Estado internacional

Este marco permite, según Agnew y Corbridge, discernir entre, por lo menos, tres ordenes geopolíticos en los últimos dos siglos. El primer orden abarca el periodo entre 1815 y 1875 y descansa sobre los conceptos de la economía territorial y estados nacionales en Europa bajo el dominio del Imperio Británico que, en esta perspectiva, aparece como el primer estado internacional. El segundo orden inicia en 1875 y termina

con la finalización de la Segunda Guerra Mundial en 1945. Se trata de una explosión de la rivalidad inter-imperial protagonizada por algunos estados europeos, Estados Unidos y Japón que, en su papel de potencias hegemónicas, disputan el control absoluto de la economía mundial. El tercer orden geopolítico conocido simbólicamente como el periodo de Guerra Fría, se refiere a una combinación de dos estados imperiales (Estados Unidos y la Unión Soviética) involucrados en la competencia militar, política e ideológica disputando el espacio de la economía internacional del resto del mundo y con un énfasis especial en los Estados que conformaron el así llamado Tercer Mundo. Con la caída del Muro de Berlín y la desintegración del bloque soviético se abre un nuevo escenario en el cual la bipolaridad del orden anterior es reemplazada por una distribución del poder global que va desde la teoría de una potencia única e indiscutible (Estados Unidos) a la conformación de un espacio *multipolar* y, en cierto sentido, hasta entrópico. La condición entrópica del orden global actual se inscribe en un alto grado de incertidumbre con respecto a los actores y sus movimientos de carácter estratégico que permiten la creación y disolución rápida de alianzas motivadas por los intereses cambiantes y sujetos a los procesos coyunturales locales regionales o globales.

4. EL NUEVO MERIDIONALISMO COMO FACTOR EQUILIBRANTE DEL PODER GLOBAL

Orígenes del Nuevo Regionalismo

El fenómeno del nuevo regionalismo es propio del periodo de la segunda posguerra. Existen numerosas condiciones que posibilitaron su desarrollo. Entre ellas destacan:

1. La globalización y la cambiante función de la soberanía del Estado. La nueva lectura del mapa político mundial fue elaborada por la tesis, particularmente defendida por los economistas, sobre el fin del Estado-nación y la idea del mundo como un solo conglomerado corporativo. Esta interpretación ignora el proceso del nuevo reordenamiento territorial en el cual los grupos tradicionales buscan nuevas formas de identidad en los niveles regional y local, señalando así el carácter dual de un nuevo fenómeno llamado *glocalización* (Beck, 1998).

2. La desterritorialización del Estado y el consiguiente cambio del papel de las funciones de las fronteras internacionales. Es posible

identificar, por lo menos tres perspectivas en las que ocurre este proceso. **La primera es económica.** En un sentido más amplio la desterritorialización es vista como sinónimo de la globalización económica o, por lo menos, como uno de sus vectores o características fundamentales, en la medida en que ocurre la formación de un mercado mundial con flujos comerciales, financieros y de información, cada vez más independientes de las bases territoriales definidas, tales como Estados-nación. En otro sentido, más estricto, el énfasis está puesto en uno de los momentos más típicos del proceso de globalización, llamado por algunos, capitalismo posfordista o de acumulación flexible. Dicha flexibilidad es responsable por el enriquecimiento de las bases territoriales o, más ampliamente, espaciales, en la estructuración general de la economía y, en especial, en la lógica localista de las empresas en el ámbito de las relaciones de trabajo (aquí el ejemplo más ilustrativo es la relación precaria entre los trabajadores y la empresa). De aquí surge la propuesta de ver la desterritorialización como sinónimo de “deslocalización”, enfatizando el carácter multinacional de las empresas cada vez más autónomas en relación a las condiciones locales/territoriales de su instalación. Por último, la desterritorialización se podría interpretar como un proceso notoriamente vinculado a un sector específico de la economía globalizada. Se trata aquí del sector financiero, donde la tecnología de información pone cada vez más en evidencia el carácter inmaterial e instantáneo de las transacciones, permitiendo así la circulación del capital puramente especulativo en un tiempo real. **La segunda perspectiva es política.** Para una mejor comprensión de esta perspectiva, tal vez lo más recomendable sería revisar la propuesta teórica de Gerard Ó Tauthail y su diferenciación entre una geopolítica moderna y otra posmoderna (Ó Tautail, 1996:28). La primera se caracteriza por las visualizaciones cartográficas materializadas en los mapas, la división tradicional del mundo entre el Este y Oeste, los conceptos binarios dentro/fuera y lo doméstico/lo internacional, la idea del poder territorial, los enemigos territoriales, una postura rígida y fija, el Estado y el hombre geopolítico para terminar en la noción de un espacio centrado en el Estado que implica la soberanía y límites territoriales. La segunda tiene por atributos las visualizaciones telemáticas, redes globales y la glocalización, la metáfora del enfrentamiento *Jihad/McWorld* (Barber), una especie del poder telemático, peligros desterritorializados, una respuesta flexible y rápida, terminado por una condición sin frontera

y de apertura. En suma, la política territorial del Estado de los principios del siglo XX queda sustituida por los eventos estructurados por la información y los flujos de alta velocidad del siglo XXI. La distinción entre una “política territorial del Estado” y el “poder extraterritorial de las fuerzas del mercado” significa, en última instancia distinguir entre la política territorial del Estado y la economía no-territorial de las corporaciones transnacionales. En las palabras de Hardt y Negri, esto no es más que todo un Imperio, un espacio ilimitado y universal en el cual la forma básica de organización es la red, sin importar si se trata de una estructura económica o de una distribución del poder político (Hardt y Negri, 2002). **La tercera perspectiva es cultural.** Como siempre, aquí la referencia inicial es el clásico discurso de Tönnies y su propuesta de sustituir la *Gemeinschaft* es decir, la comunidad (étnica o de grupo) por la *Gesellschaft*, o sea, la sociedad (nacional, en su forma más desarrollada). Sobra decir que la sociología moderna retomó los conceptos de Tönnies como modelos que operan conforme su propia forma de asociación e idea de autoridad. En este sentido el modelo de la *Gesellschaft* resulta mucho más *desterritorializador* si tomamos en cuenta los siguientes cuadros:

Naturaleza de Asociación	<i>Gemeinschaft</i> (Comunidad)	<i>Gesellschaft</i> (Sociedad)
	Vida Real y orgánica	Estructura imaginaria y mecánica
	Organismo vivo	Agregado mecánico y artefacto
	De Personal, (más rural) Antigua, (como denominación y fenómeno)	De Estado (más urbana), nueva

Idea de Autoridad	Paternalidad, por sangre, de lugar espiritual (parentesco, vecindad, amistad)	Relaciones contractuales
	Construcción afectiva “natural” u “original”, los individuos se mantienen esencialmente unidos a pesar de todos los factores disyuntivos	Construcciones artificial, racional, los individuos se mantienen esencialmente separados a pesar de todos los factores unificadores

En las épocas recientes la *desterritorialización* se hace presente en los discursos posmodernos que propagan una especie de “desprendimiento” cultural en relación a los lugares específicos causando la existencia de culturas híbridas (Canclini) y una especie de “no-lugares” sin identidad y sin historia. En el fondo de esta propuesta el acento está puesto en los cambios socioculturales que, primero son relativos a la reformulación de los padrones de asentamiento y convivencia urbanos y, segundo, a la redefinición del sentido de pertenencia y de identidad que vulnera las

lealtades locales y nacionales ante las comunidades transnacionales o desterritorializadas de consumidores. En última instancia la idea de un territorio estable, unido y fijo es sustituida por inestabilidad, fragmentación y mutación territorial permanente.

3. Por último, está la cuestión del estudio detallado de los textos, narrativas y tradiciones geopolíticos, acompañadas con la importancia de la imaginación geopolítica y la idea de *reterritorialización* del Estado y la emergencia de las nuevas identidades étnicas, nacionales y territoriales. Por razones del espacio, este punto será desarrollado en otra ocasión.

La idea de un mundo regional y jerarquizado se basa en el desenmascaramiento del “mito de la unidad”. No hay una unidad espacial desde un punto de vista estratégico, sino que hay diferentes escenarios en un mundo esencialmente dividido. Se introduce el concepto geográfico tradicional de *región* para describir esta división. Comúnmente, se entiende por una región a las configuraciones geográficas relativamente estables que, a su vez, permiten la creación de economías regionales capaces de conseguir durante un tiempo cierto grado de coherencia estructural en la producción. Hay dos tipos de región: 1) regiones geoestratégicas, de ámbito global y, 2) regiones geopolíticas de ámbito regional. Las primeras se definen funcionalmente y son la expresión de las interrelaciones existentes entre una gran parte del mundo. Las segundas son las subdivisiones de las anteriores y tienden a ser relativamente homogéneas cultural, económica o políticamente.

El Nuevo Meridionalismo: más allá de la globalización y la regionalización

Llegamos ahora al orden global y la política internacional actuales. En este escenario aparece un fenómeno que llamaré “nuevo meridionalismo” y cuya existencia rompe con todos los esquemas de los órdenes geopolíticos que han existido hasta hora. El “nuevo meridionalismo” no es un concepto estrictamente geográfico (dado que la distribución geográfica de sus integrantes no se asume como un espacio homogéneo) sino un fenómeno reciente que posee elementos ideológicos, culturales y civilizatorios diferenciados. Se trata de una alianza heterogénea compuesta por varios países que tienen un propósito común, esto es, buscar un equilibrio en la estructura actual del poder global limitando los poderes tradicionales de los bloques regionales hegemónicos. La primera concretización del nuevo meridionalismo obtuvo su verificación empírica mediante la creación del grupo conocido

como G-20⁸ y sus iniciativas y acciones dentro de las actividades de la Organización Mundial del Comercio (OMC). Es importante destacar que la tendencia de ampliar y consolidar al nuevo meridionalismo rebasa a este grupo aunque resulta obvio que dicho grupo juega un papel detonador del fenómeno en cuestión. El grupo integrado por una veintena de países está liderado por Brasil, India y China y con una cada vez más destacada actuación de Argentina y Sudáfrica.

En esta perspectiva la característica dominante del nuevo meridionalismo es que se trata de un modelo que va más allá de toda regionalización y globalización. Su estructura es *interregional* y prácticamente ilimitada. Es posible que sean precisamente Brasil, China e India los poderes dominantes, pero suficientemente flexibles para no desarrollar hábitos imperiales con respecto al resto del grupo y aceptar la paulatina ampliación de los nuevos estados cada vez más fuertes. No sorprendería que, en un futuro no tan lejano, sean México y Rusia dos potencias nuevas dentro del nuevo meridionalismo, debido a su particular posición geopolítica y geoestratégica que contempla dos grandes puertas con respecto a su desarrollo e integración a la economía política internacional. Rusia por su relación con la Unión Europea y su “segunda puerta” que la acerca a través de China e India al resto del continente asiático. México por su relación con Estados Unidos y su “segunda puerta” que le ha conseguido un papel privilegiado de puente integrador de la “gran familia de los pueblos latinoamericanos”. De esta manera, México, Brasil, Argentina, Sudáfrica, India, China y Rusia formarían el “núcleo duro” del nuevo meridionalismo dibujando una línea en forma de “media luna” que recorre el hemisferio sur (ver el mapa abajo). Este nuevo meridionalismo ofrecería diferentes modelos de integración en distintos niveles: convencionales, por medio de tratados y acuerdos multilaterales (el propio ejemplo de G-20 y su alianza estratégica dentro de la OMC o bilaterales (ejemplo: acuerdo de cooperación militar entre China e India), pero también no convencionales, representado por el flujo libre de patrones culturales, intercambio de conocimiento e información. Una vez lograda su consolidación el nuevo meridionalismo rompe con la geopolítica imperial, va más allá de la globalización y la regionalización, promueve la integración interregional y el desarrollo endógeno, autocentrado y, finalmente, crea una nueva configuración del poder global. En este momento el proyecto goza de varias condiciones a su favor que podrían acelerarlo e intensificarlo, entre ellas destacan:

la descentralización del sistema mundial; los cambios económicos; las nuevas actitudes en la cooperación internacional; el fin del tercermundismo; la regulación de las tendencias globales y la promoción de los procesos de democratización. Sin embargo, existen también algunos aspectos y condiciones que podrían obstruir su fortalecimiento y hasta provocar su desaparición, tales como la presión y condicionamiento estratégico de los bloques hegemónicos del poder global (Unión Europea y Estados Unidos, principalmente), la competencia interna, los derechos humanos, la diversidad cultural, y problemas del medioambiente, por solo mencionar algunos. En suma, de realizarse en su plenitud el nuevo meridionalismo supondría el fin de la geopolítica clásica, un nuevo sistema internacional: descentralizado, multilateral, solidario y entrópico.

Algunos datos importantes para visualizar alcances límites del nuevo meridionalismo

País	Superficie	Población	PIB per cápita	Principales recursos estratégicos
China	9.596.961	1.306.313.812	5.600 USD	Minerales, metales, productos manufacturados
India	3.287.590	1.080.264.388	3.100 USD	Industria de Software, productos químicos, minerales
Sudáfrica	1.221.040	44.344.136	11.100 USD	Oro, diamantes, uranio, metales pesados
Brasil	8.511.965	186.112.794	8.100 USD	Agua, recursos forestales, acero, químicos
Argentina	2.780.104	39.573.943	12.400 USD	Agua, productos agrícolas, maquinaria, químicos
México	1.967.183	103.202.903	9.600 USD	Petróleo, gas natural, biodiversidad
Rusia	17.075.400	144.664.000	9.800 USD	Agua, gas natural, petróleo, recursos forestales, oro, metales

PAISES DEL GRUPO G - 20

Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, China, Cuba Egipto, Filipinas
Guatemala, India, Indonesia, México, Nigeria, Paquistán, Paraguay
Sudáfrica, Tailandia, Tanzania, Venezuela y Zimbabwe.

PIB TOTAL

G- 20	4. 324 trillones
Unión Europea	10.505 trillones
Estados Unidos	10.949 trillones
Restos del mundo	10.683 trillones
Total/mundo	36.460 trillones

Indicador	G-20	UE	EE.UU	Resto del Mundo	Total del mundo
PIB Agrícola	549 mmd	235 mmd	175	1.884 trillones	2.844 trillones
Población	3.588 mm	380 millones	294 millones	2.039 mm	6.301 mm
Población agrícola	1.811 mm	15 millones	6 millones	763 millones	2.595 mm
Exportaciones agrícolas	101.710mm	62.649 mmd	62.305 mmd	295.515 mmd	522.179 mmd

Fuente. Informe geopolítico 2006.

Pretender que la globalización diera marcha atrás no sería un proyecto orientado al futuro. Dejar que la globalización, es cu calidad de capitalización absoluta del mundo, quedará en sus propios manos, es decir, en las de las grandes potencias económicas de las empresas transnacionales y las de los banqueros que actúan en el nivel global, como lo demandan el fundamentalismo del mercado y sus adeptos neoliberales, haría posiblemente que las transformaciones globales se convirtieran en catástrofes sociales y ecológicas. Entonces, solo queda la perspectiva de la regulación social de los procesos globales en la política y la economía. El nuevo meridionalismo podría encargarse de esta tarea tan difícil pero no imposible. De esta manera, el nuevo meridionalismo podría convertirse en un factor equilibrante del poder global.

NOTAS

- ¹ La obra del teórico alemán Friedrich Ratzel (1844-1904) posee un signo emblemático respecto al nacimiento de la geopolítica y su entrada a un selecto círculo de la familia de las ciencias modernas. Sus principales contribuciones se dirigen al desplazamiento del foco central de las investigaciones geográficas del “paisaje natural” hacia la relación “hombre-medio”, tesis que Ratzel plantea en su libro *Anthropogeographie*, escrito en 1882; y a la fundación de la Geografía Política, cuyo propósito fue elaborado en otros dos

textos no menos importantes, *Politische Geographie* editado por primera vez en 1897, y *El mar como fuente de la grandeza de las naciones* libro que apareció en 1903.

- ² Hijo de un catedrático de la famosa escuela militar West Point, este oficial de la marina estadounidense reunía en su personalidad intelectual elementos de la teología, darwinismo social y egoísmo, combinándolos con su postura imperialista, activismo político y el amor a la cultura anglófona, un amalgama tan particular que le permitió convertirse en un verdadero experto de la geopolítica y las relaciones internacionales de su época. La gran parte de sus ideas mayores está reunida en el libro *La influencia del poder marítimo sobre la historia*, escrito en 1890,
- ³ A este estudioso de la política sueco, se le atribuye el primer uso del término *geopolítica* como uno de los cinco conceptos fundamentales para el estudio territorial del Estado. Otros cuatro, *demopolítica*, *ecopolítica*, políticas sociales y *kratopolítica* forman parte de un discurso que le permitió analizar las estructuras y formas de funcionamiento de los “grandes poderes mundiales” terminó central de su libro *Grandes poderes del presente*.
- ⁴ Oficial durante la Primera Guerra Mundial, este teórico alemán anticipa en su obra la necesidad de *regionalizar* el mundo a través de lo que él bautizó como pan-regiones, una especie de unidades espaciales en interacción, cada una con su carácter predominante y tarea específica para lograr tan anhelada paz mundial.
- ⁵ Como emigrante holandés, Spykman se establece en Estos Unidos y rápidamente se convierte en un idealista willsonian que destaca por su habilidad de observador y analista político durante la Segunda Guerra Mundial sobre todo a través de sus textos *Estrategia americana en las políticas mundiales* (1942) y *la Geografía de la paz* (1944). En ambos, Spykman declara que la geografía, debido a su permanencia, es la condición más fundamental en la formulación de una política nacional.
- ⁶ Indiscutiblemente, el clásico de la geopolítica más citado el día de hoy. A partir del 1887 enseña la geografía en la universidad de Oxford, para convertirse en los años siguientes en uno de los más famosos miembros de la prestigiada Royal Geographical Society. El texto, *El pivote geográfico de la historia*, publicado en 1904 en el *Geographical Journal*, se tornara uno de las obras más influyentes y novedosas de la época cuya actualidad y vigencia histórica permanecerá hasta nuestros días.
- ⁷ Gearóid O’ Tuathail expone en forma sintética el paradigma de las geopolítica crítica en su libro *Critical Geopolitics* (O’ Tuathail, 1996) y en *Geopolitical Reader*, un libro de texto, junto con Simon Dalby reafirma la importancia de una geopolítica crítica a la altura del nuevo orden global (O’ Tuathail, Dalby, 1998). Por otro lado, en geógrafo norteamericano John Agnew reintroduce a los conceptos de hegemonía, territorio y la economía política internacional en la discusión sobre el poder global (Agnew, 1995, 2002, 2005).
- ⁸ Este grupo fue creado por la iniciativa de Brasil, poco antes de la Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio en Cancún, en septiembre del 2003. Todos los miembros de este grupo aparecen en el espacio de la economía política internacional como países en “vías del desarrollo”, todos rechazan las jerarquías existentes dentro del comercio mundial y mantienen una línea “dura” en las negociaciones con respecto a lo que consideran como puntos vitales para alcanzar sus metas de desarrollo (subsidios agrícolas, propiedad intelectual, patentes y temas abiertos de la industria farmacéutica, como ejemplos).

REFERENCIAS:

- Agnew, J. Corbridge, S. (1995). *Mastering Space. Hegemony, Territory and International Political Economy*. London: Routledge.
- Agnew, J. (2002). *Making Political Geography*. New York: Oxford University Press.
- Agnew, J. (2005). *Hegemony. The New Shape of Global Power*. Philadelphia: Temple University Press.
- Altwater, E., Mankopf, B. (2002) *Las limitaciones de la globalización*. México: Siglo XXI.
- Amin, S. (1999) *El capitalismo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- Arrighi, G. (1999). *El largo siglo XX*. Madrid: AKAL.
- Beck, U. (1998) *¿Qué es la globalización?* Barcelona: Paidós.
- Fawcett, L. Hurrell, A. (1996). *Regionalism in World Politics. Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Informe geopolítico 2006*. Madrid: Tecnos.
- Gorz, A. (1996). *Metamorfosis del trabajo*, Madrid: Sistema.
- Hardt, M., Negri, T. (2002) *Imperio*. Barcelona: Paidós.
- Klare, M. 2003. *Guerras por los recursos. El futuro escenario del conflicto global*. Barcelona: Ediciones Urano.
- Kliot, N. Newman D. (2000). *Geopolitics an the End of the Twentieth Century. The Changing World Political Map*. London: Frank Cass Publishers.
- Lacoste, Y. (1995). *Dictionnaire de géopolitique*. Paris: Flammarion.
- Lacoste, Y. (2006). *Géopolitique, la longue histoire d'aujourd'hui*. Paris: Larousse.
- Shultz, M. Söderbaum, F. Öjendal, J. (2001). *Regionalization in a Globalizing World*. London: Zed Books.
- Modelske, G. (1987). *Long Cycles in World Politics*. Seattle: University of Washington Press.
- Newman, D. (2002). *Boundaries Territory and Postmodernity*. London: Frank Cass.
- Ó Tuathail, G. (1996). *Critical Geopolitics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- O Tuathail, G. Dalby, S., Routledge, P. (2006) *The Geopolitical Reader*. London: Routledge.
- Wallerstein, I. (1984). *The Politics of World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

RESUMEN

Cualquiera que sea su extensión territorial (planetaria, estatal, regional, local) y la complejidad de los datos geográficos (relieve, clima, vegetación, repartición de la población etc.), una situación geopolítica se define, en un momento dado de evolución histórica transgredida, a través de las rivalidades en poder de mayor o menor momento, y a través de las relaciones entre fuerzas que ocupan partes diversas del territorio en cuestión.

Palabra Clave : Geopolítica planetaria - Territorio - Evolución Histórica.

ABSTRACT

A geopolitical situation is defined, no matter territorial extension (planet, state, regional, local) and the complexity of geographical data (relief, climate, vegetation, demography etc.), but at a moment of transgress historical evolution, through rivalries in power in the most or less important moments, and through relations between forces that occupy different parts of the territory in question.

Key Word: Geopolitical Planetary - Territory - Historical Evolution.



Educação e Nacionalismo para o Século XXI Brasileiro

Edna Maria dos Santos - UERJ

Sul Brasil Pinto Rodrigues - UERJ

RESUMO

A ideia de nacionalismo parece bastante fora de contexto da historiografia, e das ciências sociais em geral no Brasil, até recentemente identificada de “ideologia” e de base para o populismo, particularmente desde a publicação do livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira* de Hélio Jaguaribe, em 1958. Desde então, quem assumiu a hegemonia das idéias sociais foi a escola de sociologia de São Paulo com a teoria da dependência que redundou no modelo político de desenvolvimento do Brasil neoliberal, associado e dependente, e que agora é criticado, por exemplo, em “Por uma ideia de nação”.

Palavra-chave: Nacionalismo – Ideologia - Escola Sociológica - Teoria de Dependência.

No Brasil, a história da relação entre as ideias de educação e as de nação remontam ao período do fim do Império e ao do centenário da independência do Brasil (1922), quando os relatórios de Ruy Barbosa (1947) sobre educação pública se evidenciam. Mas a ideia de nacionalismo parece bastante fora de contexto da historiografia, e das ciências sociais em geral no Brasil, até recentemente identificada de “ideologia” e de base para o populismo, particularmente desde a publicação do livro *O Nacionalismo na atualidade brasileira* de Hélio Jaguaribe, em 1958. Desde então, quem assumiu a hegemonia das ideias sociais foi a escola de sociologia de São Paulo com a teoria da dependência que redundou no modelo político de desenvolvimento do Brasil neoliberal, associado e dependente, e que agora é criticado, por exemplo, em “Por uma ideia de nação”, por Bresser-Pereira (2011).

Nesta proposição, para debate da educação integral e sua relação com política pública, o conceito nacionalismo tem a ver com política cultural na tradição pragmática de Richard Rorty. E, distancia-se ao mesmo

tempo do estatismo de direita e da utopia da esquerda estalinista.

No capítulo 9 do livro *Por uma História política*, de René Remond (2003), não é somente levantada a questão do lugar que se deve atribuir às ideias e às ideologias no campo político dos Estados contemporâneos, como também Michel Winock apontou que os principais avatares históricos dessa temática tiveram que reconsiderar o lugar das ideias políticas na sociedade. E, para isso, Winock (2003, p.271s) sugere que essa história, produzida pelos historiadores pináculos, continua a alimentar legitimamente uma disciplina indispensável – a da história das ideias políticas-, segundo três abordagens complementares: a monografia de uma obra, ou o estudo de uma corrente e, ou ainda, o estudo de um tema.

Neste trabalho será adotada a segunda opção, a da abordagem ao estudo de uma corrente de pensamento e da prática da política educacional brasileira da educação integral. Nossa opção pela educação integral se inicia com Anísio Teixeira que define indutivamente suas diretrizes, (Teixeira, A. 2000) que se constituem, em primeiro lugar, do método experimental, seguidas da orientação para a democracia e, em terceiro lugar, da orientação para a industrialização. É a base educacional e escolar para a relação com o nacionalismo como pensamento e movimento social da consciência de ser brasileiro multicultural. A corrente retomou sua manifestação afirmativa no segundo período de reconstrução da experiência educacional (1946-1964), que se reflete ainda hoje, início do século XXI, numa contingencial continuidade. É, principalmente, o período da continuidade da Constituição de 1946 e o do governo nacional eleito democraticamente de Getúlio Vargas em 1950, quando há a formação, em primeiro lugar, da corrente sob este foco de estudo, das diretrizes educacionais pelos trabalhistas históricos do Partido Trabalhista Brasileiro, partido vencedor da eleição na aliança eleitoral de Getúlio, como uma continuidade da Aliança Liberal que antecede a “Revolução de 1930”. Era uma doutrina política com ênfase na social democracia da política cultural, que realçava a relação entre educação e nacionalismo, como foi mencionado por Vargas:

“Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a ler. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância.

A massa de analfabetos, peso morto para o progresso da Nação, constitui mácula que nos deve envergonhar. É preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas, apenas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação nacional (Vargas, G. 1933, discurso no dia 15 de novembro, p. 127)...
...O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. (Vargas, G. 1933, discurso no dia 15 de novembro, p. 130) “(Vargas, G. 1942, p. 323)”.

É, portanto a corrente de ideias que valorizava a educação escolar como fator de progresso nacional e da formação do “Povo”, como sujeito e objetividade da nação, e até então em consciência de ningüedade (Ribeiro, D. 1994). É a verdade fundada na necessidade e no interesse da busca do bem-estar dos trabalhadores, numa inflexão histórica como resultado dessa revolução de 1930, vitoriosa, mas não com a supremacia política.

Em segundo lugar, nessa corrente de estudo, há o pensamento e a ação política de Anísio Teixeira, que já participara da gestão educacional da Prefeitura do Distrito Federal, entre 1931 e 1935, mas que com a redemocratização de 1946 retoma a segunda reconstrução educacional após o período de retardamento educacional imposto pelo golpe de 1937 que perdurou até 1945. E, com a eleição de Vargas em 1950, Anísio assume a criação da CAPES, e, posteriormente o INEP, instituições do MEC sob o poder político do então Partido Social Democrático, componente político partidário da aliança de sociais-democratas e liberais, que possibilitou novamente essa eleição direta de Vargas.

E, prosseguindo, como terceiro componente dessa corrente de pensamento, provisoriamente identificada como “democrática e nacional-multicultural”, articulada com o “socialismo moreno”, e aqui elaborada neste trabalho para fins de pesquisa e estudo, é a da ação e a do pensamento educacional de Darcy Ribeiro, ao iniciar sua colaboração com Anísio Teixeira, em 1955, na fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Darcy Ribeiro vinha até então trabalhando em pesquisas científicas de antropologia com os índios brasileiros. Esse encontro, promovido por Charles Wagley da Columbia

University, quando pesquisava no Brasil, visava colocar em prática o objetivo almejado, ainda na gestão da educação no Distrito Federal, então cidade do Rio de Janeiro, e no Manifesto dos educadores de 1932, e por Anísio Teixeira, de orientar a arte da educação em atraso relativo, diferenciada, como na arte da medicina no século XVII em diante, dirigida pela ciência e pela tecnologia. Era para ser a transmissão de uma cultura nacional progressiva e em permanente reconstrução da experiência. O encontro de Anísio Teixeira com Darcy Ribeiro aconteceu após o suicídio de Vargas (1954) o que muito sensibilizou Darcy para seu rompimento com o marxismo clássico e adotando uma visão evolutiva via desenvolvimento dos meios de produção como os da ciência e da tecnologia.

Essa corrente de pensamento contingencial – democrática e nacional-multicultural da escolarização integral relacionada à conjunção educação e nacionalismo brasileiro – forma-se com a adoção teórica, e de imaginação afirmadora ou negadora, de conceitos articulados em rede como: povo, nação, democracia, educação, revolução, nacionalismo, raça (empregado aqui pela última vez!), autoritarismo, ditadura, diversidade, progresso, evolução, desenvolvimento, e, industrialização. O fluxo dessa rede em corrente de pensamentos convergentes ou divergentes, pode corresponder, e, em parte, constituir-se na ideia de Anísio Teixeira da, de longa duração, “Revolução Brasileira”. (Teixeira, A. 1969).

O conceito “povo”, e sua derivação em nacionalismo, como ferramenta teórica, no período dos ensaios e na academia brasileira, que chegou a formar inicialmente uma conceituação de valorização positiva de populismo, (Schwartzman, S.1981) ganhou grande aceitação entre as diferentes abordagens teóricas das ciências sociais no pós guerra, mas teve seu uso declinando após o golpe da “Revolução de 1964” e posteriormente com a implantação das pós-graduações em ciências humanas e sociais. Por isso é que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB - do MEC, foi identificado principalmente na academia paulista e em suas vertentes funcionalistas e socialistas-científicas, de “fábrica de ideologias”, (Toledo, C.N., 1977) a partir das premissas racionalistas do cartesianismo e da verdade desconectada de necessidade e interesse individual e social, nacional.

Entretanto, é possível localizar aqui outra componente da corrente democrática-nacional multicultural, que relaciona educação integral à educação e nacionalismo pelo pensamento e ação do educador Paulo

Freire. De quem, segundo Vanilda Paiva (2000), ao examinar o contexto do nacionalismo desenvolvimentista do ISEB na formação de Paulo Freire, previa que sua influência poderia sobreviver pelo menos até o início do século XXI. É possível concordar com a autora e colocamos conjuntamente esse pensamento e a ação educacional de Paulo Freire e sua relação com o nacionalismo na corrente em estudo, mas não a desenvolveremos em suas características neste trabalho.

A compreensão da corrente de ideias de educação integral na relação educação – nacionalismo se faz a partir de sua gênese que redundou do pensamento do pragmatismo e da ação política pública de Anísio Teixeira, que está presente em toda a sua extensa obra. É como afirma Darcy Ribeiro em sua apresentação biográfica do livro de Anísio, *Educação não é privilégio*:

Anísio foi essencialmente um educador. Quero dizer, um pensador e gestor das formas institucionais de transmissão da cultura, com plena capacidade de avaliar a extraordinária importância da educação escolar para integrar o Brasil na civilização letrada. Para ele, a escola pública de ensino comum é a maior das criações humanas e também a máquina com que se conta para produzir democracia. É, ainda, o mais significativo instrumento de justiça social para corrigir as desigualdades provenientes da posição e da riqueza. Para funcionar eficazmente, porém, deve ser uma escola de tempo integral para os professores e para os alunos, como meus CIEPs.” (Ribeiro, D. in Teixeira, A. 1999).

É também, nesse livro, ao documentar o seu esforço de análise, que Anísio Teixeira, no que aqui buscamos formar na relação entre educação e nacionalismo, anotou a luta pela escola pública, universal e gratuita, quando ele registrou a história do Movimento de emancipação popular pela educação. Dado que foi apontado por Clarice Nunes (in Teixeira, A. 1999, p.199) para a escolarização brasileira como a prioridade número um para a educação popular. Essa educação que nesse mesmo livro Anísio Teixeira define a escola primária (hoje fundamental) como a mais importante porque era ela a unidade inicial do sistema educacional, e a responsável pela formação nacional do povo brasileiro (Teixeira, A. 1999, p.113).

Ao discorrer sobre educação e nacionalismo, Anísio Teixeira inicia sua argumentação mencionando que é impossível negar o vigor da consciência brasileira em relação ao aspecto econômico do monopólio estatal do petróleo, que acabou por ser o símbolo do sentimento nacionalista, apesar de que o nacionalismo brasileiro não pode ser reduzido a símbolo e nem ter apenas vida simbólica. Para Anísio Teixeira...

Nacionalismo é, fundamentalmente, a tomada de consciência pela nação de sua existência, de sua personalidade e de seus interesses dos seus filhos. Pelo nacionalismo, os indivíduos da nação se fazem verdadeiramente irmãos e tudo o que atinja a cada um passa a atingir a todos. Por isso mesmo, antes de mais nada, o nacionalismo aguça em cada um o sentimento de justiça para com os demais habitantes do país, impondo a participação de todos na vida nacional e fazendo crescer a coesão e a consciência de igualdade entre eles. Passam todos, efetivamente, a se sentirem cidadãos da mesma pátria, com direitos à mútua solidariedade e a certa igualdade fundamental.

Não é assim, o nacionalismo, senão apenas indiretamente, um movimento de defesa do país contra inimigos externos. Muito mais do que isto, é um movimento da consciência da nação contra a divisão, o parcelamento dos seus filhos entre “favorecidos” e “desfavorecidos” e contra a alienação de sua cultura e de seus gostos, voltados antes para a imitação e a admiração do estrangeiro do que para o amor esclarecido de suas próprias coisas. E a favor da integração de todos na pátria comum, com um mínimo de justiça social, a favor de desenvolvimento de sua cultura como cultura própria e autônoma e a favor da solução de suas contradições econômicas e sociais e da correção gradual de seus defeitos maiores, que passam a ser reconhecidos sem desprezo, analisados com denodo e vigorosamente combatidos. (Teixeira, A. 1969, p.320).

Nesse sentido, para Anísio Teixeira essa concepção política de nacionalismo como movimento social e cultural é, pois, acima de tudo,

uma mudança da mentalidade colonial, tradicional e heterônoma. Portanto, um novo estado de espírito, uma nova emancipação e uma chegada à maioria dos brasileiros, enquanto povo, com uma esclarecida afirmação de vontade afinal madura e superior: a plena consciência de um desígnio coletivo, competente e apto para proporcionar à nação coerência, e para lhe orientar a vida. Para Anísio Teixeira, ainda, é certamente pelo novo comportamento dos agora cidadãos, em face dos problemas nacionais, afinal, sentidos analisados e esclarecidos, e por cujas soluções radicais, ou graduais, passarão a lutar com disciplina, esforço e coerência. E, afirma que tem sido isto que os brasileiros têm tentado realizar no campo econômico, por exemplo, com a Petrobrás, e sua indústria, ao responder sua própria pergunta de, por que meios, mais de quaisquer outros, se há de tornar realidade esse estado de espírito de autonomia e de afirmação de vontade? E, antes de iniciar uma resposta questiona novamente: bastará isto?

Para responder sua própria pergunta sobre a suficiência do nacionalismo econômico, Anísio então relaciona nacionalismo e educação, valorizando mais esta do que aquele, como justificou pela sua resposta:

Tão importante, senão mais importante, terá de ser a transformação da escola brasileira, do nível primário ao superior, para fazê-la volver ao próprio país, ao estudo do Brasil, de sua língua, de sua história, de sua cultura, e de seus problemas e das soluções que lhes estamos dando ou não estamos dando. E isto é o que não vimos fazendo.

Com efeito, a escola primária nem se pode falar, pois, reduzida a quatro anos de curso, ministrados em turnos de meio e um terço de dia, mal chega a ensinar as técnicas fundamentais da cultura escrita. Na escola secundária, entretanto, já se afirmam gritantes os aspectos desnacionalizantes. A língua portuguesa é ensinada no mesmo pé de igualdade de várias línguas estrangeiras e de uma língua morta (então havia o latim). A importância da história do passado e do estrangeiro é infinitamente maior que o da história nacional. Na geografia o mesmo. A cultura nacional, o desenvolvimento nacional, a história contemporânea do Brasil, ninguém poderá dizer que

sejam estudadas na escola secundária brasileira. E não o são também na Universidade. Na Faculdade de Filosofia, a língua portuguesa e a literatura brasileira são uma fração do departamento de línguas neolatinas. Um jovem pode formar-se sem tomar contato com nenhum dos livros da imensa brasiliana, que já possui o país. Sem conhecer um só de seus autores, pois não se pode considerar conhecê-lo, saber-lhes os nomes e um ou outro excerto ontológico (Teixeira, A. 1969, p. 321).

Anísio Teixeira, assim, nesse seu documento de crítica e de ação, prossegue se perguntando que, com uma escola assim desnacionalizada e desnacionalizante, como esperar que a juventude sinta-se esclarecida para conduzir, como vanguarda que é, o movimento nacionalista? Respondendo em sua argumentação Anísio diz que a escola brasileira é a que irá ensinar ao jovem a compreender o Brasil, mas que por mais importante que seja o petróleo, para Anísio, ele não constitui senão simbolicamente a emancipação nacional. E, que a emancipação não nos virá pelo petróleo, mas pelo homem brasileiro, mais importante que o petróleo, que terá que ser formado pela escola brasileira integral, nacionalizada e somente assim será apto para ser o construtor do Brasil.

Ainda, para Anísio Teixeira, a justificação apresentada de sua crítica acima é explicada como segue:

A escola brasileira é que lhe irá ensinar a compreender o Brasil, mostra-lhe a sua evolução. Apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos e as qualidades novas em surgimento, dar-lhes consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais – a sua democracia racial, por exemplo – e crítica aos defeitos maiores: a instabilidade, por exemplo, para que a imensa parcela ainda desintegrada da nação – os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por esse imenso país afora: o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos os que sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas o povo, a corrupção generalizada que é mais do

que tudo, manifestação de alienação, de que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, desse modo, o direito também de explorá-lo em seu próprio benefício. (Teixeira, A. 1969, p.321).

Para Anísio Teixeira, escrevendo naquela conjuntura do fim dos anos 1950, em plena luta do segundo período de reconstrução da experiência educacional, a relação entre educação e nacionalismo, entre outras de suas considerações críticas, diz que a primeira tomada de consciência, pois, será a tomada de nossa atual pobreza de investimentos e a austeridade com que nos teremos de conduzir para apressar essa integração nacional. E, para ele, nacionalismo será, assim, antes de tudo, antes mesmo de seus aspectos econômicos como os da simbologia do petróleo, acompanhada do desejo real e profundo de reparar, ao mesmo tempo, essa situação de privilégios e das diferenças sociais de exclusão, com os sacrifícios necessários para a correção das injustiças. E, concluindo, com um resumo da concepção de educação e nacionalismo, para Anísio Teixeira, ele nos diz que somente a escola e uma escola verdadeiramente de estudo e de reconhecimento do Brasil poderá mostrar-nos o caminho para esse imenso esforço de emancipação nacional. Esta é uma síntese do pensamento de Anísio Teixeira sobre a relação de educação e nacionalismo, pois tal escola não poderá ser a escola privada, mas a escola pública de tempo integral, pois somente esta poderá vir a inspirar-se nessa suprema missão pública, a de democraticamente nacionalizar o Brasil.

O PENSAMENTO EDUCACIONAL DE DARCY RIBEIRO

Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, no dia 26 de outubro de 1922. Formou-se em Antropologia em São Paulo e dedicou seus primeiros anos de vida profissional ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia (1946/1956). Neste período, fundou o Museu do índio e estabeleceu os princípios ecológicos da criação do Parque Indígena do Xingu. Escreveu uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena. Elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX e colaborou com a Organização Internacional do Trabalho

na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo.

A propagação de suas idéias rompeu fronteiras. Viveu em vários países da América Latina, onde conduziu programas de reforma universitária, com base nas idéias que defende em “A Universidade Necessária”. Foi assessor do presidente Salvador Allende, no Chile, e de Velasco Alvarado, no Peru. Escreveu, neste período, os cinco volumes de “Estudos de Antropologia da Civilização” (O Processo Civilizatório, As Américas e a Civilização, O Dilmea da América Latina, Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil e Os Índios e a Civilização), que têm 96 edições em diversas línguas. Neles propõe uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Recebeu, ainda, títulos de Doutor Honoris Causa da Sorbonne, da Universidade de Copenhague, da Universidade da República do Uruguai e da Universidade Central da Venezuela.

Retornando ao Brasil, em plena época de lutas pelas liberdades democráticas e anistia política, voltou a dedicar-se à educação e à política. Elegeu-se Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro (1982), foi Secretário da Cultura e Coordenador do Programa Especial de Educação, com a encargo de implantar 500 CIEPSs, que são grandes escolas de horário integral. Criou a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo, em que colocou 200 salas de aula para fazê-lo funcionar também como uma enorme escola primária.

Elegeu-se Senador da República (1991), função que exerceu defendendo vários projetos. Elaborou e fez aprovar no Senado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996 como Lei Darcy Ribeiro. Publicou, pelo Senado, a revista Carta, com dezesseis números (1991/1996), na qual os principais problemas do Brasil e do mundo eram analisados e discutidos em artigos, conferências e notícias.

Planejou e fundou, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, a Universidade Estadual Fluminense – UENF (1994), com a ambição de ser uma Universidade do Terceiro Milênio, onde assumiu o cargo de Chanceler. Durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente – ECO 92 – realizada no Rio de Janeiro, implantou o Parque Floresta da Pedra Branca, numa área de 12000 hectares, para se tornar a maior floresta urbana do mundo. Em 1995, lançou “O Povo Brasileiro”, que encerra

a coleção de seus Estudos de Antropologia da Civilização, além de uma compilação de seus discursos e ensaios intitulada: “O Brasil como Problema”. Lançou, ainda, um livro para adolescentes, “Noções das Coisas”, com ilustrações de Ziraldo, que recebeu, em 1996, o Prêmio Malba Tahan de Melhor Livro Informativo, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Em 1996, publicou, pela Editora Companhia das Letras, seus “Diários Índios”, em que reproduz anotações que fez durante dois anos (1949/1951) de convívio e de estudo entre os índios Urubus-Kaapor, da Amazônia e, ainda neste ano, recebe o Prêmio Interamericano de Educação Andrés Bello, concedido pela OEA a eminentes educadores das Américas.

Darcy Ribeiro faleceu em 17 de fevereiro de 1997. No seu último ano de vida, dedicou-se, especialmente, a organizar a Universidade Aberta do Brasil, com cursos de educação à distância e a Escola Normal Superior para a formação de professores de Ensino Fundamental. Organizou a Fundação Darcy Ribeiro, instituída por ele em janeiro de 1996, com sede própria, localizada em sua antiga residência em Copacabana, com o objetivo de manter sua obra viva e elaborar projetos nas áreas educacional e cultural. Hoje, esta Fundação irá se deslocar para Brasília onde será construído o Memorial Darcy Ribeiro em várias áreas do conhecimento, teve como objetivo principal “pensar o Brasil”. Um de seus últimos projetos lançado publicamente, foi o Projeto Caboclo, destinado ao povo da floresta amazônica. Pensar o Brasil significa produzir uma “teoria brasileira” para compreender esta civilização construída nos trópicos. Significa relacionar, por exemplo, a educação às necessidades nacionais, um olhar de “dentro para fora”.

Quando a primeira Lei de Diretrizes e Bases (1961) foi promulgada, Darcy Ribeiro era o então Ministro da Educação, por isso, segundo ele, foi obrigado a colocá-la em prática mesmo contra sua vontade. Para Darcy, essa nova lei liquidou com o sistema de formação de magistério primário com que contavam todos os estados brasileiros, na forma de institutos públicos, capazes de dar formação teórica e prática a seu magistério. Abriu a quem quisesse a liberdade de criar escolas normais, quase sempre com propósito puramente mercantil, convertendo-as em meros negócios. A consequência disso foi um grande êxito numérico, as escolas multiplicaram-se aos milhares, mas o efeito educacional foi degradado ao mais baixo nível.

A mesma lei, e a legislação educacional que se seguiu, orientou-se por critério idêntico e teve igual efeito no nível superior. Em lugar de forçar a ampliação das matrículas nas Faculdades Públicas que contavam com bons professores, laboratórios e bibliotecas, concedeu liberdade total para converter o ensino superior em negócio. Daí Darcy afirmar que as matrículas cresceram vertiginosamente, contudo 70% delas estavam concentradas em escolas privadas, que em sua grande maioria, são incapazes de ministrar um ensino de qualidade, e a consequência imediata disso é que o alunado mais pobre e necessitado paga caro por cursos de baixa qualidade e o conjunto de profissionais do nosso país pouco se insere na produção do conhecimento. Diante disso, pode-se dizer que vive-se, hoje, uma crise do sistema educacional que produz mais analfabetos que alfabetizados, que não prepara ninguém para prosseguir os estudos de nível superior e nem para o trabalho especializado.

Para Darcy, nenhum desses problemas teria solução enquanto nossas autoridades continuassem indiferentes à educação popular e ao progresso do país. Acreditava ser indispensável para o Brasil empreender um grande esforço nacional no sentido de alcançar algumas metas mínimas no campo da educação popular, como por exemplo:

- a) criar escolas de horário integral, sobretudo nas áreas metropolitanas, onde se concentra a maior massa de crianças condenadas à marginalidade;
- b) instituir, gradativamente, Escolas Normais Superiores e Institutos Superiores de Educação com o intuito de formar um professorado devidamente qualificado para o exercício eficaz do magistério;
- c) propiciar ao professorado, primário e médio, condições aceitáveis de trabalho com salários justos;
- d) ampliar o acesso aos cursos técnicos para qualquer pessoa que possa cursá-los de forma proveitosa, sem quaisquer exigências acadêmicas;
- e) criar universidades especializadas em Ciências da Saúde, nas Tecnologias ou nas Ciências Agrárias e em outros ramos do saber, dotando-as de recursos para pesquisar e procurar soluções para os problemas brasileiros;
- f) desobrigar o professor de nível superior a simular a realização de pesquisas para ter o salário aumentado e apoiar, substancialmente, a pesquisa autêntica, seja científica, seja tecnológica. Simultaneamente, deve-se valorizar e remunerar o Magistério em si, independentemente de qualquer programa de pesquisas, como atividade indispensável à Nação e altamente meritória;

g) investir na Educação à Distância.

Darcy conduziu vários programas educacionais no Rio de Janeiro: os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, os Ginásios Públicos – GPs que os complementaríamos para ministrar educação básica, os Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACs, que nasceram de uma revisão do programa dos CIEPs e, finalmente, as Casas Comunitárias.

A concepção pedagógica que orienta a ação educativa dos CIEPs tem como norma central assegurar a cada criança um bom domínio da escrita, da leitura e da aritmética como instrumentos fundamentais para atuar eficazmente dentro da civilização letrada. Com base nesses elementos, ela pode não só prosseguir estudando em regime escolar, como continuar aprendendo por si própria. Sem essa base, ao contrário, ela estará condenada à marginalidade e ao risco de cair em delinquência.

As aulas de linguagem são, nesse sentido, de extrema importância, pois a maior parte das coisas que uma criança deve aprender na escola primária, inclusive suas atitudes básicas diante da sociedade, da família e de si próprias, é através das aulas de linguagem.

Uma preocupação muito presente nos Centros Integrados é a de integrar a cultura da escola com a cultura da comunidade, fazendo-as interagir fecundamente. Para tanto, foi criada uma posição especial no seu quadro profissional: a dos “Animadores Culturais”, que relacionam a escola com seu contexto, oferecendo as facilidades com que ela conta – estádio esportivo, biblioteca, salão social e refeitório – para o uso comunitário, sobretudo nos dias em que não tem aula. O Animador Cultural atua, também, nos programas de recreação dos alunos, juntamente com os professores de educação física.

Segundo Darcy os CIEPs atendiam aos três requisitos essenciais de uma escola popular eficaz. *Espaço* para convivência e as múltiplas atividades sociais durante todo o largo período da escolaridade, tanto para as crianças como para os professores. O *Tempo* indispensável, que é igual ao da jornada de trabalho dos pais, em que a criança é entregue à escola. Essa larga disponibilidade de tempo possibilita a realização de múltiplas atividades educativas, de outros modo inalcançáveis, como as horas de *Estudo Dirigido*, a frequência à Biblioteca e à Videoteca, o trabalho nos laboratórios, a educação física e a recreação.

Entretanto, o professor continua sendo o motor da educação, por isso, a capacitação do magistério é de suma importância para que a escola alcance, juntamente com seus alunos, o domínio essencial dos

instrumentos de comunicação social e cultural. Os CIEPs alcançaram esse requisito com seus cursos de Educação à Distância e também com cursos especiais para o pessoal administrativo e do pessoal de serviço.

Infelizmente, os Centros Integrados de Educação Pública foram descurados pelas elites brasileiras: a reforma educacional de Anísio Teixeira fora destruída e Moreira Franco abandonou o sistema de escola de tempo integral que estava sendo implantado, dando aos seus edifícios as mais absurdas utilizações para negá-los às crianças como escola de horário integral. O mesmo ocorreu com a equipe a que Marcelo Alencar entregou a educação no Rio de Janeiro: ela se ocupou a reverter à rede comum de escolas de turno os CIEPs que vinham funcionando com enorme êxito. Daí Darcy dizer:

Nós educadores precisamos estar atentos para as nossas culpas. Sempre que um governo elitista abocanha o poder, encontra falsos educadores prontos para reimplantar a escola pública corrente que não alfabetiza e nem educa as crianças pobres. Isto é feito por adulação aos poderosos do dia e, sobretudo, pelo pendor direitista da pedagogia vadia que se pratica entre nós. Ela sustenta que o sistema escolar de turnos é auto-corretivo e através de seu próprio funcionamento superará as deficiências. (TODOROV, 1995)

Na ocasião do concurso para urbanização de Brasília, Darcy Ribeiro – que trabalhava no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que tinha o encargo de planejar o ensino primário e o médio da nova capital, sob a direção de Anísio Teixeira – começou a questionar sobre a necessidade de se criar também em Brasília uma universidade e sobre a oportunidade que ela criaria de rever a estrutura obsoleta do ensino superior, criando uma universidade capaz de colocar o saber humano a serviço do desenvolvimento nacional.

Darcy encontrou oposições e adesões: os assessores de JK queriam a nova capital livre de problemas estudantis, por outro lado, os grandes cientistas brasileiros almejavam o progresso da ciência. A idéia começa a deslanchar quando Cyro dos Anjos e Nunes Leal, respectivamente, Sub-Chefe e Chefe da Casa Civil, passaram a falar ao Presidente do imperativo de se criar uma universidade em Brasília, conseguindo,

inclusive, que Darcy fosse encarregado de projetá-la. Foi aí que ele se aprofundou no estudo dos sistemas educacionais e das formas de organização das universidades.

A 21 de abril de 1960, Juscelino manda ao Congresso Nacional uma mensagem pedindo a criação da Universidade de Brasília. Segue-se a isso um longo trabalho, primeiro nas Comissões da Câmara dos Deputados para conseguir aprovação de uma universidade inovadora. Neta tarefa, Darcy contou com a colaboração de San Tiago Dantas que deu forma ao Projeto de Lei, instituindo a universidade como uma organização não-governamental livre e autônoma, de caráter experimental e dotada de imensos recursos para constituir-se e para funcionar.

Após a aprovação na Câmara e no Senado da UNB, Anísio Teixeira aceitou o cargo de Vice-Reitor, enquanto João Goulart fazia de Darcy o fundador e primeiro Reitor da Universidade de Brasília. Mais tarde, dela se afastou para ser Ministro da Educação e depois para ser Chefe da Casa Civil. Anísio assumiu a Reitoria fazendo Frei Mateus Rocha – que levava adiante com todo entusiasmo a edificação do Instituto de Teologia Católica – o seu Vice-Reitor.

Graças às funções que Darcy Ribeiro exercia na máquina do Estado, pôde ajudar muito a nova universidade: na sua edificação, no equipamento de seus laboratórios e conseguindo residências para os professores que começavam a chegar. Assim, a Universidade foi crescendo e desdobrando suas potencialidades, até que o golpe militar que se abateu sobre o Brasil, regressivo e repressivo, caiu sobre ela com toda a fúria.

Doutor Honoris Causa pela Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro é um símbolo da defesa civilizatória e política das instituições que se organizam em torno da trilogia: cultura, ciência e tecnológica. Sêrio e irreverente, criativo e obstinado, Darcy não fugiu das questões polêmicas. Esse, talvez, seja o seu maior ensinamento.

É com base nessa compreensão, do que é e do que deve ser a universidade, que Darcy Ribeiro foi desafiado a criar, no norte fluminense, uma universidade em que a pesquisa, o ensino e a experimentação se integrassem no estudo dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil. A convite do governador Leonel Brizola, em 1993, a UENF devia ser o protótipo da universidade do Terceiro Milênio: voltada para formar alunos que iriam operar depois do ano 2000 nas fronteiras do saber científico e tecnológico. Por isso, tratou de definir no Plano Orientador o desafio de dominar o saber

das ciências básicas e das práticas tecnológicas mais avançadas da atualidade, no bojo de um novo humanismo, voltado para atender as novas necessidades da civilização do Terceiro Milênio e, particularmente, suprir as deficiências da região onde se implantava.

Segundo o Plano Orientador traçado por Darcy, o imperativo básico era definir a correspondência desejável entre a civilização emergente e a universidade necessária. Para ele, não havia dúvida de que a linguagem da nova civilização era a da ciência e suas aplicações tecnológicas, do seu cultivo e domínio dependia a sobrevivência de cada sociedade e nação. Nessas circunstâncias, portanto, é que se impôs a uma nova universidade o objetivo de alcançar o pleno e inteiro domínio das ciências e das tecnologias dela decorrentes.

Outro ponto importante é que não queria fazer da UENF apenas mais uma universidade regional, destinada a formar os tipos profissionais de nível superior que o funcionamento da sociedade local requer. Se fosse esse o seu propósito, não se teria que criar nada, uma vez que em Campos existe já uma dezena de cursos superiores. Tal fato foi imediatamente apoiado pelo governador Leonel Brizola.

Contudo, o mais extraordinário na aventura de inventar e instituir a UENF foi o apoio que ela recebeu da elite cultural de Campos e, inclusive, dos líderes das faculdades existentes. Em lugar de competitividade e de interesses corporativos, o que surgiu e se impôs foi o espírito de colaboração, com base na compreensão profunda de que o melhor para Campos era criar ali uma verdadeira universidade moderna, capaz de funcionar como alavanca de desenvolvimento regional e nacional.

A UENF tinha como ambição maior dar ao Rio de Janeiro aquilo que, por exemplo, a Universidade de Campinas deu a São Paulo. Uma universidade moderna, que atualizasse o Brasil nos principais campos do saber e que aqui implantasse laboratórios e centros de pesquisa, nos quais as tecnologias mais avançadas pudessem ser praticadas fecundamente, ensinadas eficazmente e aplicadas utilmente.

Em suma, o projeto nacional do Trabalhismo Histórico, desde Vargas, João Goulart até Leonel Brizola, foi o de desenvolver uma educação integrada em seus três níveis e Darcy Ribeiro foi um dos seus grandes artífices.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. *Obras Completas. Vol.X, Tomo I*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura.
- BOMENY, H. “Salvar pela escola: Programa Especial de Educação”. In Marieta de Moraes Ferreira (org.) *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed: ALERJ/FGV.
- BOMENY, H. “A escola no Brasil de Darcy Ribeiro”, in *Em Aberto*, v.22 n80, p.109. abr 2009.
- BRANDÃO, Z. “Escola de tempo integral e cidadania escolar”, in *Em Aberto*, v.22 n80, p.93. abr 2009.
- CAVALIERE, A.M. ; COELHO L.M. Para onde caminham os CIEPs? Uma análise após 15 anos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n119, p. 119. Julho 2003.
- CAVALIERE, A.M.; COELHO L.M. (Org.) *Educação Brasileira e(m) Tempo Integral*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. “Por uma ideia de nação”. In *EU& FIM DE SEMANA – Valor*, ed. 08/04/2011.
- GALVÃO, Cláudia. Disponível na Internet em www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx. Acesso em 15 de setembro de 2010.
- JAGUARIBE, H. *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro. Edição do ISEB, 1958.
- JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro edição de 30/03/2011.
- NUNES,C. “Prioridade número um para a educação popular”. Anexo In TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 6ª edição.
- PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. São Paulo: Edições Graal, 2000.
- REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das letras. 1995.
- RIBEIRO, D. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Ed. Salamandra, 1984.
- RORTY, R. *Filosofia como política cultural*. São Paulo: Martins Fontes ed. 2009.
- RORTY,R. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes ed. 2007.

SAFATLY, W. “Sairemos do atraso? O novo plano decenal de educação, enviado ao Congresso, é mais conciso e ambicioso”. In *Carta Capital*. São Paulo, 12/01/2011 n° 628.

SANTOS, W.G. *Horizontes do Desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro Editora FGV, 2006.

SCHWARTZMAN, S.(ORG.) *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de nosso tempo”*. Brasília, Editora UnB, 1981.

TEIXEIRA, A. *A Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 6ª edição, 1999.

TEIXEIRA, A. *Pequena introdução à filosofia da educação – a escola progressiva, ou, a transformação da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

TODOROV, João Cláudio. “Falas, reflexões, memórias”. *Revista Carta*. São Paulo: 15, 1995.

TOLEDO, C. N. *ISEB: Fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TOLEDO, C.N. *Intelectuais e política no Brasil – a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

VARGAS, G. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora. 1942.

WINOCK, M. “As ideias políticas”. P. 271 In REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro; Editora FGV, 2003.

RESUMEN

La idea de nacionalismo parece bastante fuera de contexto de la historiografía y ciencias sociales en General en Brasil, hasta recientemente identificado “ideología” y la base de populismo, especialmente desde la publicación del nacionalismo libro hoy brasileño Hélio Jaguaribe, en 1958. Desde entonces, quien se hizo cargo de la hegemonía de las ideas sociales fue la escuela de sociología de São Paulo con la teoría de la dependencia que ha traído el modelo político de desarrollo neoliberal, asociado y dependientes de Brasil, y que ahora es criticado, por ejemplo, en “Para una idea de la nación”.

Palabra clave: Nacionalismo - teoría de la dependencia - escuela sociológica - ideología

ABSTRACT:

The idea of nationalism seems quite out of context of historiography, and social sciences in General in Brazil, until recently identified “ideology” and the basis for populism, particularly since the publication of the book nationalism today Brazilian Hélio Jaguaribe, in 1958. Since then, who took over the hegemony of social ideas was the school of Sociology of São Paulo with the theory of dependency that has brought political model of neoliberal development, associated and dependent on Brazil, and that now is criticized, for example, in “For an idea of the nation”.

Keywords : Nationalism – Ideology- Sociological School - dependency theory.



Una Alternativa de Desarrollo local Sustentable Frente a los Problemas de Inundación: Feria Orgánica de Bambú, Bratsí de la Reserva Indígena Talamanca de la Provincia de Limón, Costa Rica

Francisco San Lee Campos
Centro de Estudios Generales (CEG) de la
Universidad Nacional Autónoma, Heredia, Costa Rica.

RESUMEN:

A principal fonte econômica de bambu é a agricultura: banana e banana, que são cultivadas nas margens do Rio permanecem vulneráveis a inundações anuais que destruam-os que afetem consideravelmente a famílias. O ano de 2009 para lidar com o que precede, foi construído em um espaço comunitário (utilizando materiais e técnicas tradicionais com o moderno): “La Feria orgânicos de bambu”, para organizar a (I) residente para que eles podem trocar, comprar e vender suas actuais orgânicos culturas, outros a diversificação no futuro, artesanato local e mercadorias, com fácil acesospreços justos, como uma opção para melhorar a situação econômica que existe na Comunidade e gera fontes de emprego directo ou indirecto à população. Como a feira é um espaço para a implementação de formação através de oficinas, palestras, fóruns, seminários, entre outros. Em 12 de Julho do ano 2010 foi o primeiro comércio orgânico justo. Para dar sustentabilidade ao projeto crianças, Incorporated vai apoiar a (I) os participantes e seus micro-empresas através de consultoria de funcionários públicos (os) interno (sistema operacional) e voluntárias (os), assim como ele tem estabeleceu uma aliança com a cadeira em ecológico Chico Mendes, do centro para a Universidade Nacional de estudos gerais com INA, entre outras entidades públicas e privadas para aumentar as habilidades técnicas e conhecimentos de (você) beneficiários-los (I) projeto em questões de desenvolvimento de microempresas, contabilidade básica, aspectos legais, inglês, promoção, a Comunidade, permitindo-lhes gerar maiores lucros para benefício das famílias e melhorar suas condições sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Palavras Chaves: Desenvolvimento – Sustentabilidade – Micro Empresa.

1. PROBLEMÁTICA COMUNITARIA INDIGNA DE BAMBÚ

En Costa Rica, casi 18% de la población vive debajo de la línea de pobreza. Estas familias son pobres económicamente con acceso muy limitado a oportunidades de empleo bien remunerado para poder satisfacer sus necesidades básicas. Una realidad que demuestra la veracidad de esos datos lo es la situación tan lamentable de los territorios indígenas.

Cuadro 1 - Número y porcentaje de hogares bajo línea de pobreza según zona rural o urbana en el área de atracción - periodo 2009

Zonas	No Pobres		Pobres		Extrema pobreza	
Rural-Urbana (1)						
Rural (2)	98	28%	148	42%	103	29%
Total						

Fuente: Adaptado de ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, 2010. p.82.

La inestabilidad económica, la falta de infraestructura por su ubicación rural, donde su fuente de trabajo principal es la agricultura que por décadas ha sido la manera de utilizar los suelos (siembra de banano, plátano, cacao, algunas frutas tropicales) y muy pocas personas se dedican a la ganadería (vacas, gallinas, cerdos).

Cuadro 2 - Principales actividades de uso del suelo en la zona de atracción - Periodo 2009

1-Agricultura
2-Vivienda
3-Ganaderia
4-Recreación
5-Conservación

Fuente: Adaptado de ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, 2010. p.87.

Los productos agrícolas se cultivan en su mayoría a la orilla del río y son vulnerables a inundaciones anuales que muchas veces destruyen todo afectando significativamente a las familias y a sus niñas (os) insertándolos en el proceso cíclico de la pobreza. Al ser una zona montañosa localizada en un país con alto actividad sísmica, ser un bosque tropical húmedo y estar rodeada de ríos esta zona tiene un alto riesgo de desastres sísmicos, de deslizamientos y de desastres hidrológicos, como se puede apreciar en el siguiente cuadro:

Cuadro 3 - Tipo de riesgo de desastres naturales en la zona de atracción - Periodo 2009

TIPO DE RIESGO	¿EXISTE RIESGO?
Sísmico	Si
Hidrológico	Si
Deslizamientos	Si
Riesgos por concentración de grupos humanos	No

Fuente: Adaptado de ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, 2010. p.91

La anterior situación, provocó que CI pensara en el año 2009, -junto con Tropical Adventures Foundation, el Centro de Encuentro de Culturas de Bambú (Ditsöwù) y la comunidad-, en iniciar la construcción de un espacio comunitario, (combinando el uso de materiales y técnicas tradicionales con modernas): **“La Feria Orgánica de Bambú”**, en un terreno donado por la Junta de Vecinos de Bambú, con el fin de organizar a la comunidad para que las (os) residentes puedan realizar un intercambio, comprar y vender sus cultivos orgánicos actuales, otros que diversifiquen en el futuro, artesanías locales, con fácil acceso, a buenos y justos precios, al reducir los costos de transporte ya que deben viajar a veces muy lejos para poder adquirirlos.

Las opciones de trabajo son muy limitadas como se puede apreciar en el siguiente cuadro que refleja la realidad económica de la comunidad de Bambú:

Cuadro 4 - Número de empresas y empleados según tipo de actividad económica en el área de atracción - Periodo 2009

TIPO DE ACTIVIDAD ECONOMICA	CANTIDAD DE EMPRESAS	CANTIDAD DE EMPLEADOS
Agrícola	4	110
Manufactura	0	0
Transporte	0	0
Servicios	1	10
Comercial	0	0
Turismo	3	18
Otro	0	0
TOTAL	8	128

Fuente: Adaptado de ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, 2010. p.61

Es por lo anterior, que la Feria Bambú es una opción para mejorar la situación económica que se vive en la comunidad, la cual lucha por encontrar opciones de comercio para sus productos como forma de alcanzar fuentes de trabajo que generen empleo directo o indirecto para toda la población.

Para dar sustentabilidad al proyecto CI va a estar apoyando a las (os) participantes y sus micro-empresas por medio de asesorías de funcionarias (os) internas (os) y voluntarias (os), así como ha establecido una alianza con la Cátedra Ecológica Chico Mendes del Centro de Estudios Generales de la Universidad Nacional, con el INA, entre otras entidades públicas y privadas con el objetivo de aumentar las habilidades técnicas y el conocimiento por parte de las (os) beneficiarias (os) del proyecto en temas de desarrollo de micro-empresas, aspectos legales, contabilidad básica, inglés, promoción, a la comunidad que les permita generar mayores ganancias en beneficio de las familias y mejorando sus condiciones sociales, económicas, culturales y ambientales.

Además es propósito de la Cátedra Ecológica Chico Méndes el establecer procesos de encadenamiento productivo y de turismo ambiental: ecológico (natural), aventura, cultural educativo, de aventura) tanto local, regional, nacional y extranjero, a fin de diversificar la economía comunitaria bajo los principios de una economía, social-solidaria¹ y para la vida² que permita la recuperación, protección y conservación del patrimonio cultural y natural de la Reserva Indígena para el bienestar común y el buen vivir. El ecoturismo desarrollado en

el Centro de Encuentro de Culturas de Bambú (Ditsöwù) y la alianza con la Feria Orgánica de Bambú demuestra ser una opción viable para incrementar las oportunidades de fuentes de ingresos a las (os) pobladores, como se puede apreciar el sector Turismo aunque está en una fase inicial de desarrollo va en crecimiento, pero urge la promoción de la zona como sitio de destino y el organizar y mejorar las condiciones de desarrollo.

Cuadro 5 - Número de proyectos turísticos según tipo ubicados en la zona de atracción - Periodo 2009

TIPO DE ACTIVIDAD TURISTICA	CANTIDAD DE EMPRESAS TURISTICAS
Hospedaje remunerado	3
Agencias de viajes (receptiva)	-
Agencias de viajes (emisoras)	-
Gastronomía y centros de diversión nocturna	3
Arrendadoras de vehículos	-
Transporte marítimo	-
Transporte aéreo	-
Transporte acuático	5
Otros	-
TOTAL	11

Fuente: Adaptado de ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, 2010. p.65

Como se mencionó anteriormente el turismo en la zona tiene un lugar importante tanto para la comunidad de Bambú como para la de Yorkin, que son los lugares en donde se desarrollan estos proyectos, beneficiando a varias familias que se animaron a aprovechar de forma amigable con el ambiente las bellezas de sus comunidades sin afectar el ecosistema. En los últimos años aunque no se han desarrollado nuevos proyectos, hay intenciones de hacerlo, lo cual requiere de procesos de planificación estrategia participativa.

Igual la Feria es un espacio para la ejecución de procesos de capacitación por medio de talleres, charlas, foros, seminarios, entre otras que les permita como indica Coraggio a propósito de la construcción de una economía social: *“Cuando pensamos la economía como un sistema que se da una sociedad, estamos confrontando la visión de la economía que se plantea desde Adam Smith⁵ en adelante, donde la economía es esencialmente una economía de mercado, en la que cada individuo actúa por*

naturaleza de manera egoísta buscando su beneficio particular, constituyéndose así en ley universal de la economía. Frente a esa concepción, estamos contraponiendo el carácter histórico y social de la economía, reafirmando que la economía es una construcción social, y a su vez, estamos afirmando la posibilidad de construir otra economía”³.

Esa otra economía ante todo es una que permita la satisfacción de las necesidades básicas con claro respeto a la naturaleza como base de un desarrollo sustentable⁴. El 12 de julio del año 2010 se realizó la primera Feria Orgánica con la participación de 12 puestos de ventas.

2. LA FERIA ORGÁNICA DE BAMBÚ COMO ESTRATEGIA DE UNA ECONOMÍA LOCAL ALTERNATIVA.

2.1 Misión y Visión de la Feria Orgánica de Bambú

Es importante indicar que la comunidad por medio de un proceso participativo definió su misión y visión, las cuales se presentan a continuación:

MISIÓN:

Beneficiar a las (os) pequeñas (os) productoras (es) por medio del fomento de la producción y venta de la agricultura orgánica, la artesanía local, como formas de fortalecer la Identidad Cultural.

VISIÓN:

Las familias de la Comunidad de Bambú y alrededores mejoran el acceso a comida, bienes y servicios nutritivos, por medio de un desarrollo local sustentable a largo plazo, creando micro-empresas que les brinden más oportunidades económicas al diversificar su agricultura y ampliar el comercio de las artesanías. Todo lo anterior, produciendo en armonía con la naturaleza y reforzando su identidad cultural.

2.2 Requisitos para participar en la feria orgánica de bambú: “se ska iyi” (las cosas de nuestra tierra):

La Junta Directiva de la Feria Orgánica (JDFO) junto con las organizaciones de base de la comunidad y las familias y productoras (es) definieron por consenso los siguientes requisitos para poder ocupar un local de ventas en la feria:

- Todos los productos deben ser netamente Orgánicos.
- Pagar cuota de 3,000.00 colones (6 dólares) para ocupar el puesto.
- La cuota debe pagarse ocho días antes de la feria al Tesorero de la JDFO

- Tener 3 días antes de la Feria el equipo necesario para el puesto.
- El día de la Feria a las 5 de la mañana tener el puesto con los productos listos.
- El Personal que atenderá los puestos debe cumplir con las medidas de higiene: camisa con mangas, delantal o gabacha, redecilla para el cabello de las (os) cocineras (os). Las personas que manipularán carnes o alimentos deben utilizar los guantes.
- Asistir al Taller de Manipulación de alimentos las personas que atenderán esos puestos.
- Mantener el lugar limpio y ordenado. Al retirarse deben recoger los desechos y depositarlos en los basureros. Dejar el lugar limpio.
- Es obligación asistir a las reuniones de coordinación y capacitaciones con la Junta Directiva para obtener un puesto en la Feria.
- Prohibido tomar bebidas alcohólicas y fumar dentro de los locales.
- Pago de parqueo: 500.00 (menos 1 dólar).

2.3 Frecuencia de realización de la Feria:

De momento está operando 1 vez al mes: en la tercera semana de cada mes. Un detalle importante es que si la persona que tiene el derecho a poner un puesto de ventas por alguna razón no tiene productos al momento de la realización de la Feria, puede comprar a un precio justo los productos a otra (o) afiliada (o) a la Feria, sin ceder su puesto, lo cual ha resultado beneficioso para todas las partes, lo anterior atendiendo a principios de solidaridad y cooperación muy arraigados en la forma de ser de las (os) indígenas.

3. LA CÁTEDRA ECOLÓGICA CHICO MENDES Y LA FERIA ORGÁNICA DE BAMBÚ

Es necesario indicar a manera de antecedentes que la Cátedra Ecológica Chico Mendes es de reciente creación, la misma fue propuesta en el año 2009, por circunstancias especiales la dejó de funcionar durante el año 2010. La Decanatura y Vicedecanatura del Centro de Estudios Generales quisieron que se retomara la Cátedra este año cuyo objetivo general es:

“Analizar las causas y consecuencias de la problemática y situación socio-ambiental regional, nacional e internacional para reflexionar desde un enfoque alternativo, sustentable estructural,

en el desarrollo de la economía, producción, agricultura, sociedad, cultura y política en general, contrario a las políticas neoliberales.”

Además, es necesario hacer mención de que la Decanatura a raíz de varias conversaciones que se sostuvieron con el responsable de la Cátedra el año pasado solicitó que se realizará una proyección de esta hacia las comunidades y es por ello que estamos trabajando con varias comunidades: la comunidad de San Rafael de Heredia, de Abangares, San Isidro de Heredia, de Bambú, Suretka de Bibrí, Talamanca en este caso en particular con la Feria Orgánica.

Como podrán notar dicho objetivo implica un trabajo sumamente arduo y para alcanzarlo además de los aportes que compañeras (os) en el CEG estoy seguro podrán brindar, de igual forma requiere un trabajo inter, multi y transdisciplinario que el CEG a lo largo de tiempo ha venido desarrollando y que hemos reafirmado en el compromiso asumido con el Rediseño Curricular del Centro, lo cual implica necesariamente un trabajo coordinado con las diferentes unidades académicas y paraacadémicas de la UNA, con diferentes entidades públicas y privadas, como Municipalidades, instituciones estatales, ONGs, y fuerzas vivas de la comunidad, entre otras.

3.1 El desarrollo de capacidades por medio de procesos de aprendizaje como condición para el acceso a los recursos en apoyo de actividades económicas sustentables:

En noviembre del año 2010 la Cátedra Ecológica Chico Mendes del Centro de Estudios Generales inicia un proceso de coordinación con Children Incorporated por medio del uso del correo electrónico que culminó con una visita conjunta a la comunidad de Bambú en febrero del 2011 y el compromiso de firmar un convenio de cooperación a fin de canalizar recursos económicos al proyecto para la compra de semillas, herramientas y promoción de la Feria. El proceso para que la Cátedra reciba y administre los recursos está en trámite en este momento a la espera del visto bueno de la Oficina de Cooperación Internacional de la UNA y posterior firma de la Rectoría.

Para obtener acceso a los recursos económicos y materiales de apoyo del proyecto, se definió que las (os) productoras (es) deberán participar en los diferentes procesos de capacitación que la Junta Directiva de la Feria Orgánica de Bambú organizará en conjunto con Children,

Incorporated, diferentes unidades académicas de la Universidad Nacional, el Instituto Nacional de Aprendizaje (INA), el Ministerio Agricultura y Ganadería, el Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillado (AYA), entre otras instituciones y organizaciones en función de garantizar un uso eficiente y eficaz de las ayudas económicas para el desarrollo de actividades productivas sustentables.

3.2 La Cátedra Ecológica y la construcción de redes de apoyo solidarias:

Le corresponde a la Cátedra Ecológica Chico Mendes ser el puente entre el proyecto de la Feria Orgánica y la participación del académicas (os) del Centro de Estudios Generales y de la UNA para el desarrollo tanto de los procesos de capacitación, como de la realización de investigaciones y procesos de extensión en función de las prioridades establecidas por la Comunidad de Bambú.

Los temas definidos conjuntamente con la comunidad a abordar serán:

- Aspectos legales y contables básicos
- Organización comunitaria para el bien común y el buen vivir
- Agricultura orgánica tanto en productos tradicionales como no tradicionales
- Rescate del patrimonio e identidad cultural
- Gestión del riesgo frente a los desastres naturales
- Manipulación de alimentos
- Educación y gestión ambiental
- Programa Bandera Azul Ecológica: Procesos de educación y gestión ambiental
- Implementación de la Carta de la Tierra
- Aprendizaje del Inglés, otros....

Además, de la capacitación es importante realizar un proceso de sistematización de la experiencia, de hecho esta ponencia es parte de esa necesidad de poder ir documentando el desarrollo de la Feria Orgánica y esta es una labor que la Cátedra Ecológica Chico Mendes quiere aportar, lo cual es fundamental para poder gestionar otros recursos y lograr establecer alianzas con instituciones y organizaciones del país y del extranjero. Se espera que en este Foro podamos encontrar aliadas (os), académicas (os) que tengan el gusto de conocer la experiencia y que podamos realimentarnos de los conocimientos que sin duda han desarrollado en Brasil a lo largo de estos años, con el fin de que puedan

realizar proyectos e investigaciones conjuntas en todos los aspectos y temas señalados anteriormente y en los que puedan recomendar.

REFLEXIONES FINALES

El proyecto busca crear oportunidades de producción y trabajo para estimular el crecimiento económico local en armonía con el ambiente y contribuyendo a rescatar las técnicas ancestrales de siembra, elaboración de artesanía y la arquitectura tradicional.

El proyecto permite el abordaje de los problemas económicos que las poblaciones indígenas han sufrido en la reserva por generaciones: como la falta de oportunidades económicas, de un espacio para el intercambio de bienes y servicios, que es una necesidad para el desarrollo económico sustentable local, la creación de trabajo y facilitar el acceso a variados productos a precios justos y solidarios por parte de todas y todos.

Para poder lograr lo anterior, la Feria Orgánica requiere de aumentar las habilidades técnicas y el conocimiento en el manejo de micro-empresas de las (os) beneficiarias (os) del proyecto a fin de asegurar que las mismas funcionen bien y así sean estas una fuente de ingreso a sus familias, a la vez que mejoran las condiciones sociales, económicas, culturales y ambientales de la comunidad.

Las (os) residentes de Bambú y las comunidades de alrededor en la reserva van a tener la oportunidad de ser empleadas (os) de sí mismos, valorando el ser auto-responsables, como base para que logren al largo plazo obtener acceso a oportunidades económicas, bienes y servicios más estables.

Es importante señalar que las capacitaciones se van estar brindando no solo a la Junta Directiva de la Feria Orgánica de Bambú a las personas de la comunidad, pero también a aquellas personas identificadas como líderes que puedan ser facilitadoras (es) de facilitadoras (es) para que su conocimiento sea compartido con más personas en la medida de lo posible y el proyecto como forma que logre ser sustentable en el tiempo.

Sí bien es cierto hay necesidades que el proyecto no puede resolver por sí solo, el mismo se convierte en un espacio para la articulación de redes de apoyo para el trabajo solidario y así buscar alternativas de solución conjunta por medio del involucramiento de instituciones estatales como de organizaciones no gubernamentales, empresas privadas,

para lo cual la Cátedra Ecológica Chico Mendes generará procesos de acercamiento y diálogo con las mismas en función de los objetivos, las necesidades del proyecto y la comunidad.

Se supone que en el proyecto histórico de la sociedad nacional se incluye un proyecto de país para alcanzar el desarrollo sustentable en el tiempo, ignorando, a propósito, aspectos básicos que conforman la identidad indígena, como: la estrecha relación con la naturaleza y su ambiente geográfico en el cual moraron sus antepasados y vivirán sus descendientes. A la sociedad indígena se la coloca dentro del proyecto de país. La pregunta es ¿incorpora el Estado-Nación en sus decisiones la autonomía indígena y la recuperación de sus valores ancestrales o el proyecto apunta a alcanzar los objetivos de la modernidad, a costa de los valores y riquezas que proporciona la naturaleza para vivir?

Es lamentable la situación de riesgo en la que están ubicadas las poblaciones indígenas, como lo es digno de revisión el hecho de que la población indígena de Talamanca logró ejercer su derecho al voto en las elecciones para elegir al Presidente, Diputadas (os) y Alcaldes en 1992 mediante la Ley No. 7225, es decir apenas 19 años. Si pensamos en que el patrimonio cultural, heredado de los procesos permanentes de innovación, enajenación, apropiación, imposición, supresión y resistencia, conforman el inventario de recursos culturales propios que aseguran la permanencia histórica del grupo. Es decir, que el grupo indígena es capaz de decidir, conforme a sus propios criterios, las decisiones del Estado-Nación y mantiene así sus características culturales. Por lo que la importancia de la negociación entre el Estado-Nación y las sociedades indígenas recobra importancia para disminuir los estados latentes de conflictos, que hacen posible la convivencia nacional y dan paso a diferentes alternativas dentro de la ciudadanía con identidad propia.

Todo lo anterior, contribuye al rescate y fomento de la identidad y el patrimonio cultural y natural de las comunidades indígenas de la Reserva. Como expresó Leonardo Boff, gran intelectual de este hermoso país en donde se desarrolla el presente Foro:

“Aquí en América Latina está el regulador del clima de todo el planeta. Los países amazónicos con las “florestas” húmedas que regulan todo el clima del planeta. El futuro de la humanidad en términos ecológicos, pasa por América Latina. Tenemos una

responsabilidad inmensa de cuidar esas florestas de las partes verdes. Tenemos que rescatar nuestro pasado, las grandes sabidurías de los pueblos originarios, aztecas, incas, mayas quechuas, misquitos, y tantas culturas que aquí tenemos, de mucha sabiduría, con saber ecológico que debe ser preservado y continuamente revisado. Tenemos que superar el presente con tantas desigualdades y preparar el futuro para que América Latina pueda ofrecer lo que tiene no solo para su beneficio sino para la humanidad (Boff, L. 2007^a).

NOTAS

- ¹ Coraggio José Luis. 2011. PRINCIPIOS, INSTITUCIONES Y PRÁCTICAS DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA. Encuentro Internacional: "OTRAS ECONOMÍAS POSIBLES PARA EL BIEN COMÚN Y EL BUEN VIVIR EN AMÉRICA LATINA". Facultad de Ciencias Sociales, Centro de Estudios Generales y el Centro Dominic de Investigación (CEDI), Universidad Nacional, Heredia, Costa Rica. 25 al 27 de abril.
- ² Hinkelammert, Franz J. y Mora, Jiménez, Henry. 2008. **Hacia una Economía para la Vida**. Preludio a una reconstrucción de la Economía. Segunda Edición. Editorial Tecnológica de Costa Rica. Cartago, Costa Rica.
- ³ Coraggio José Luis. 2010. "Economía social Conceptos para el análisis: Pensar desde la perspectiva de la economía social." Economía social y agricultura familiar: hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención. Compilado por Roberto Cittadini ... [et.al.]. 1a ed. - Buenos Aires: Ediciones INTA. p.37.
- ⁴ Romero, Rodia. 1991. "El Desarrollo sostenible: un concepto polémico", En: Revista de Ciencias Ambientales, N° 8, pp.72-82.1991. Universidad Nacional, Costa Rica.

FUENTES CONSULTADAS Y CITADAS

- Bateson, Gregory. 1998. **Pasos hacia una ecología de la mente**. Editorial Lohlé-Lumen. Argentina.
- Boff, Leonardo. 2000. **La dignidad de la Tierra, ecología mundialización, espiritualidad. La emergencia de un nuevo paradigma**. Editorial Trotta, S.A. Valladolid, España.
- Boff, Leonardo. 2002 "Ecología: Grito de la Tierra. Grito de los Pobres". 3ra Edición. Editorial Trotta, S:A: Ferraz, 55. 28008, Madrid
- Boff, Leonardo. 2007a. **Las Humanidades hoy en América Latina**. Conferencia de apertura del año académico 2007. Auditorio Alberto Brenes Córdoba Facultad de Derecho UCR. Jueves 15 de marzo del 2007. Universidad de Costa rica San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica.
- Boff, Leonardo. 2007b. **Calentamiento Global y Existencia de una Nueva Moralidad**. Conferencia Plaza de la Diversidad – Sede Central, Universidad Nacional. Campus Omar Dengo. 19 de marzo, hora: 03:00 p.m. a 04:00 p.m. Heredia Costa Rica.

- Capra, Fritjof. 1998a. **El punto crucial. Ciencia, sociedad y cultura naciente. La necesaria visión de una nueva realidad. Una reconciliación entre ciencia y espíritu humano para hacer posible el futuro.** Editorial Troquel S. A. Buenos Aires, Argentina.
- Capra, Fritjof. 1998b. **La trama de la vida. Una nueva perspectiva de los sistemas vivos.** Editorial Anagrama. Barcelona, España.
- Dinamarca, Hernán. 2004. **Epitafio a la Modernidad. Desafío para una crítica posmoderna.** Primer Edición. Editorial Universidad Bolivariana. Santiago Chile.
- EBAIS BAMBÚ. 2010. ASIS (Análisis de situación integral de salud) Sector de Bambú, Bratsí, Bribrí, Talamanca de Limón.
- Eisler Rianne. 1990. **El Cáliz y La Espada.** Editorial Cuatro Vientos. Santiago, Chile.
- Freire, Pablo. 2005. **Pedagogía del Oprimido.** 2ª edición Editorial Siglo Veintiuno, S.A. México, D.F., México.
- Gallegos Nava, Ramón. 2001. **La educación del Corazón. Fundación Internacional para la educación holista.** Guadalajara, México. 143p.
- Gallegos Nava, Ramón. 1998. **Educación Holística. Pedagogía del Amor Universal.** Editorial Pax-México. México-DF.
- Gallegos Nava Ramón (Compilador), Clark Edward T., Dámian Juárez Virginia, Krishna Padmanabhan, Lee Mark, B, Thomas Roberts, y Snow Gang Philip 1997. **“El destino indivisible de la educación”.** Editorial Pax-México, S.A.
- Gelb, Michel. J. 1999. **Inteligencia Genial. 7 principios claves para desarrollar la inteligencia, inspirados en la vida y obra de Leonardo da Vinci.** Bogota Colombia. Editorial Norma.
- Gutiérrez Pérez, Francisco y Prado, R. Cruz. 2004. **Germinando Humanidad.** Pedagogía del Aprendizaje. Save the Children, Noruega. Guatemala.
- Hinkelammert, Franz J. y Mora, Jiménez, Henry. 2008. **Hacia una Economía para la Vida. Preludio a una reconstrucción de la Economía.** Segunda Edición. Editorial Tecnológica de Costa Rica. Cartago, Costa Rica.
- López Miguel y otros. 2003. **Conversando con Maturana de educación.** Ed.Aljibe, Málaga. Editorial .Aljibe. Málaga, España.
- Maturana, Humberto. 1999. **Transformación en la Convivencia.** Santiago: DOLMEN.

Maturana, Humberto. y Carlos, V. 2001. **“Conversando sobre educación”**. Santiago: Universidad de Chile, Facultad de Ciencias Físicas y Matemáticas, Departamento de Ingeniería Industrial, Documento de Trabajo Curso IN 632.

Morin, Edgar. 2001. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Ediciones Piados Ibérica. Barcelona, España.

Morin, Edgar, Ciurana Emilio Rogér y Motta Raúl Domingo, 2003. **“Educar en la Era Planetaria”**. Editorial Gedisa, S.A. Barcelona, España.

Noguera, de Echaverri, Ana Patricia. 2004. **El Reencantamiento del Mundo**. Primera Edición. Programa de las Naciones Unidas para el Ambiente-PNUMA. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Universidad Nacional de Colombia. Manizales, Colombia. Diciembre.

Payán de la Roche, Julio C. 2000. **Lánzate al vacío, se extenderán tus alas**. Mc Graw Hill. Colombia.

Romero, Rodia. 1991. “El Desarrollo sostenible: un concepto polémico”, En: *Revista de Ciencias Ambientales*, N° 8, pp.72-82.1991. Universidad Nacional, Costa Rica.

Wagensberg, Jorge. 2003. **Ideas sobre la Complejidad del Mundo**. Tusquets Editores S.A. Serie Metatemas 9. Barcelona, España.

Fotografías:

San Lee, Campos Francisco. 2009 - 2011. Fotografías trabajo de campo: Bratsí, Talamanca Limón. Centro de Estudios Generales, Universidad Nacional.

RESUMEN:

La principal fuente económica de Bambú es la agricultura: banano y plátano, los cuales se cultivan a la orilla del río siendo vulnerables a inundaciones anuales que los destruyen afectando significativamente a las familias. En el año 2009 para hacer frente a lo anterior, se construyó un espacio comunitario, (utilizando materiales y técnicas tradicionales con modernas): “La Feria Orgánica de Bambú”, con el fin de organizar a las (os) residentes para que puedan realizar un intercambio, comprar y vender sus cultivos orgánicos actuales, otros que diversifiquen en el futuro, artesanías locales y bienes, con fácil acceso, a justos precios, como opción para mejorar la situación económica que se vive en la comunidad y generar fuentes de empleo directo o indirecto a la población. Igual la Feria es un espacio para la ejecución de procesos de capacitación por medio de talleres, charlas, foros, seminarios, entre otros. El 12 de julio del año 2010 se realizó la primera Feria Orgánica. Para dar sustentabilidad al proyecto Children, Incorporated va a estar apoyando a las (os) participantes y sus micro-empresas por medio de asesorías de funcionarias (os) internas (os) y voluntarias (os), así como ha establecido una alianza con la Cátedra Ecológica Chico Mendes del Centro de Estudios Generales de la Universidad Nacional, con el INA, entre otras entidades públicas y privadas con el fin de aumentar las habilidades técnicas y el conocimiento por parte de las (os) beneficiarias (os) del proyecto en temas de desarrollo de micro-empresas, aspectos legales, contabilidad básica, inglés, promoción, a la comunidad que les permita generar mayores ganancias en beneficio de las familias y mejorando sus condiciones sociales, económicas, culturales y ambientales.

Palabras Claves: Desarrollo – Sustentabilidad – micro empresa.

ABSTRACT:

The main economy in Bambu is agriculture: primarily banana and platanos, which are grown at the river banks and vulnerable to common annual flooding. Floods destroy the crops and significantly affect families. As a response, in 2009, community space was constructed (using traditional and modern techniques and technologies): “Bambu Farmer’s Market, SE SKA IYI” The purpose of the market is to provide a space for residents to exchange, buy and sell their current organic products, future diversification of crops, and local arts and crafts. Easy access and fair prices provide an alternative economic activity for the community as well as offering direct and indirect employment to the population. The Market is also a space to carry out training, seminars, lectures, among other activities. The first market day was held June 12, 2010. Children, Incorporated will be supporting participants and

community members in their small businesses through internal and volunteer assistants, as well as through the alliance that has been created with Cátedra Ecológica Chico Mendes (CECM) of General Studies Center at the National University (UNA), along with other public and private entities. The goal is to strengthen technical abilities and capacity of Project beneficiaries in diversifying agricultural crops, organic farming, small business development, legal aspects, basic accounting and marketing to allow for better income and benefit for families in economic, social, cultural and environmental aspects.

Keywords: Development - Sustainability - Micro company.

Ética en el sector informal: Ideales y valores vividos¹

Johannes Maerk

Ideaz & Megatrend International University of Vienna

“El sector informal es como un elefante que podemos no estar en condiciones de definir con precisión, pero *que reconocemos cuando lo vemos*” (Hernando de Soto, citado en Freije, 2001: 2)

RESUMO

As consequências da competição sem restrição sobre as economias e as condições de vida da população nos países é a crescente importância da economia informal com todas suas implicações nas vidas cotidianas de milhões de seres humanos. Dos aspectos diferentes do setor informal, podemos distinguir: por um lado, podemos observar trabalhos informais sem acesso ao seguro social (saúde pública, aposentadoria etc.)

Palavra Chave: Economía –Informalidad – Competitividad.

INTRODUCCIÓN

En este trabajo analizaré la situación social y económica de América Latina dentro de un marco de dramática caída de las garantías sociales y laborales a nivel mundial “gracias” a la desregularización de los mercados en aras del neoliberalismo. Las consecuencias de esta competición sin restricción sobre las economías y las condiciones de vida de la gente en estos países es la creciente importancia de la economía informal con todas sus implicaciones en las vidas cotidianas de millones de seres humanos.

Dos aspectos diferentes del sector informal podemos distinguir: por un lado, podemos observar trabajos informales sin acceso a la seguridad social (salud pública, la pensión de jubilación etc.). Por otra parte, dentro del sector informal en América Latina y en otras partes del

mundo podemos observar comunidades basadas en movimientos desde abajo (“*grassroots*”) y mecanismos de ayuda mutua contra los impactos negativos de la globalización. Un ejemplo de estos esfuerzos es un barrio en el centro en Ciudad de México, Tepito donde un espacio alternativo económico y social es construido por sus habitantes. Voy a analizar algunos valores éticos que en este barrio subyacen.

EL SECTOR INFORMAL

Parafraseando una frase de un famoso texto de Carlos Marx y Federico Engels (1848) se puede decir que un fantasma recorre a este planeta: el fantasma del sector informal. En los últimos años abundan los estudios y libros cuyo objetivo es analizar a los llamados sectores informales de la economía. Sin embargo queda la sospecha de que en esta ocasión, como ha ocurrido en muchas otras, un mismo término es utilizado para designar a realidades diferentes.

Hay una disparidad de términos utilizados para referirse al fenómeno de la economía informal. Nótese que estos términos no siempre responden a contenidos semejantes. La lista es tomada de Ruesga, 1988:18.

- | | |
|---------------------|-----------------------|
| - Clandestina. | - Bis. |
| - No observada | - Dual. |
| - Oculta. | - Sumergida. |
| - Atípica. | - En la sombra. |
| - Subterránea. | - Invisible. |
| - Paralela. | - Intersticial. |
| - Segunda. | - Escondida |
| - No oficial. | - A escondidas. |
| - No reglamentaria. | - Bajo mano. |
| - Al margen. | - Sin factura. |
| - Fantasma. | - En trastienda. |
| - Crepuscular. | - En dinero efectivo. |
| - Marginal. | - Residual. |
| - Doméstica. | - A domicilio. |
| - Familiar. | - Periférica |

El antropólogo inglés Keith Hart fue el primero en utilizar el concepto “sector informal” para analizar las actividades no reguladas que permitían aumentar los ingresos de los pobres en centros urbanos

y comunidades rurales en Ghana, África. Hart dio a conocer este concepto en una obra publicada en 1973 en el *Journal of Modern African Studies* con el título “Informal income opportunities and urban employment in Ghana”. Este trabajo fue resultado de una conferencia celebrada en el Instituto de Estudios del Desarrollo, Universidad de Sussex, Inglaterra, en septiembre de 1971 (Appela, 2009, 4-5).

Las características del auge fenómeno del sector informal que Hart desarrolló para el caso africano son las siguientes: inflación, salarios insatisfactorios, crecimiento de zonas marginadas y aumento acelerado de gente desempleada. En estas condiciones, algunos grupos se dedicaron a actividades económicas no reguladas o informales.

Un informe de una comisión de la OIT (Organización Internacional de Trabajo) enviada a Kenia (1972) para estudiar la estructura y políticas de empleo aplicadas en este país, logró amplia difusión en la literatura sobre política del desarrollo, en general, y en particular sobre las políticas de empleo. En los años, setenta, la OIT interpretó la economía urbana de muchos países en desarrollo de una manera dualista. En el informe mencionado aplicó el concepto “economía informal” como parte fundamental de sus conclusiones.

Así la OIT (según Serthuraman, 1976:78; véase también Appela, 2009) define el sector informal con las siguientes características:

Debemos por tanto enfatizar que las actividades informales no están confinados al empleo en la periferia de las ciudades, las ocupaciones particulares o aún a actividades económicas. Más bien, las actividades informales son la forma de hacer cosas, caracterizada por: facilidad de entrada; apoyo en los recursos locales; propiedad - familiar de las empresas; escala de operación pequeña; tecnología adaptada e intensiva en fuerza de trabajo; destrezas adquiridas fuera del sistema educativo formal, y mercados no-regulados y competitivos.

TEPITO – UN BARRIO AUTOORGANIZADO EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Un ejemplo bueno de un movimiento en el sector informal es Tepito - un barrio con 100.000 habitantes en el centro de la Ciudad de México. Hasta la mitad de este siglo, Tepito se caracterizaba como un barrio, donde las clases bajas de la Ciudad de México se surtían de mercancía

barata, usada, reparada o robada. A partir de los setenta se empezaron a ofrecer además mercancía falsificada y sobre todo contrabandeado (*fayugada*).

Los habitantes del barrio se comprometen en la construcción de un espacio convivial según Ivan Illich:

“Por convivencialidad entiendo lo inverso de la productividad industrial. Cada uno de nosotros se define por la relación con los otros y con el ambiente, así como por la sólida estructura de las herramientas que utiliza. Éstas pueden ordenarse en una serie continua cuyos extremos son la herramienta como instrumento dominante y la herramienta convivencial. El paso de la productividad a la convivencialidad es el paso de la repetición de la falta a la espontaneidad del don. La relación industrial es reflejo condicionado, una respuesta estereotipada del individuo a los mensajes emitidos por otro usuario a quien jamás conocerá a no ser por un medio artificial que jamás comprenderá. La relación convivencial, en cambio, siempre nueva, es acción de personas que participan en la creación de la vida social. Trasladarse de la productividad a la convivencialidad es sustituir un valor técnico por un valor ético, un valor material por un valor realizado. La convivencialidad es la libertad individual, realizada dentro del proceso de producción, en el seno de una sociedad equipada con herramientas eficaces. Cuando una sociedad, no importa cuál, rechaza la convivencialidad antes de alcanzar un cierto nivel, se convierte en presa de la falta; ya ninguna hipertrofia de la productividad logrará jamás satisfacer las necesidades creadas y multiplicadas por la envidia (Illich, 1985:11)

Este intercambio creativo puede encontrarse en Tepito y es uno de los elementos más característicos de la configuración socio-económica del *barrio*. Convivialidad en sus fiestas, en los juegos de palabra (*albur*) y el modo alternativo *dconvivencia*, viviendo amistad y viviendo personalidad -organización son algunas palabras clave para la comprensión de la arriba la teoría mencionada de Illich.

Una aporte sumamente interesante desde esta perspectiva convivencial es la idea del “ethos barroco” del filósofo Bolívar Echeverría. Echeverría distingue cuatro formas de vivir en una sociedad capitalista o sea “es un comportamiento que intenta hacer vivible lo invivible” (Echeverría, 1994: 19): el ethos realista, el ethos romántico, el ethos clásico y finalmente el ethos barroco. Echeverría se interesa sobre todo en las diferentes actitudes hacia la lógica del valor de cambio (Tauschwert) y valor de uso (Gebrauchswert) en la propuesta de Carlos Marx. En este momento queremos analizar sobre todo el primero y el último ethos: El ethos realista (que predomina en los países centrales como Estados Unidos y Europa) da una tajante importancia al valor de cambio sobre el valor de uso. En este estilo de vida donde se observa una “actitud de identificación afirmativa y militante, con la pretensión de creatividad que tiene la acumulación del capital; con la pretensión de ésta no sólo de representar fielmente los intereses del proceso ‘social-natural’ de reproducción – intereses que en verdad reprime y deforma – sino de estar al servicio de la potenciación cuantitativa y cualitativa del mismo.” (Echeverría, 1994: 19-20). En cambio, el ethos barroco (que coexiste según Echeverría en América Latina con el ethos realista) es una forma de resistencia al modo capitalista o moderno de vida. Este ethos - en las palabras del autor (Echeverría, 1994: 26-27) – es “una estrategia que acepta las leyes de la circulación mercantil (...), pero que lo hace al mismo tiempo que se inconforma con ellas y las somete a un juego de transgresiones que las refuncionaliza.” A un lado es conservador porque no rebela de manera abierta en contra del sistema capitalista, al otro lado no se somete completamente a la lógica del capital (o sea a la lógica del sacrificio de la calidad de vida). He aquí la esponandad de la vida cotidiana. Esta manera específica de “vivir el capitalismo en la periferia” significa una resistencia permante contra el capitalismo y la respectiva transformación del valor de uso en valor de cambio.

Yo quiero indicar tres tipos de valores éticos que se hacen manifiesto en Tepito a nivel económico, artístico y político:

VALORES ÉTICOS I: LA REPRODUCCIÓN MATERIAL

Desde sus inicios el barrio – que se remontan hasta los tiempos precolombinos² - se ha dedicado a diversas actividades comerciales y oficios.

Hasta la mitad del siglo XX, Tepito se caracterizaba como un barrio, donde las clases bajas de la Ciudad de México se surtían de mercancía barata, usada, reparada o robada. A partir de los setenta se empezaron a ofrecer además mercancía falsificada y sobre todo de contrabando (fayuca).

Sin embargo hasta la fecha han perdurado en el barrio actividades que fuera del mismo ya han desaparecido en otros lados:

El reciclero compra viejos artículos electrodomésticos que ya no sirven, los repara, los pinta y pone una nueva etiqueta de una marca de prestigio y los revende. Sobre todo las planchas son fáciles de reparar, normalmente se les tiene que cambiar sólo una resistencia. Después el aparato se vende a mitad de precio, y si la nueva resistencia llegara a fallar, la renovación se hace sin problemas. En Tepito existen hasta la fecha más de 25 talleres que reparan planchas, muchas veces instalados directamente en la calles (Couffignal, 1987: 38).

El goleador vende mercancía robada (en el caló del barrio: “merca chocolate”), mientras el saldero ofrece lo que las fábricas desechas, ya sea porque se deja de producir este producto, o porque pasa de moda la ropa en los grandes almacenes y el fierrero que se dedica a la venta de todo tipo de fierro usado (herramienta, autopartes, aparatos electrodomésticos, etc.).

El carrero se traslada a las colonias de la clase media para conseguir ahí “todos los teliches que Usté, Señora, siempre querría echar a la basura.” Así sube a su carrito muebles viejos y/o rotos, cuadros de novios o maridos huidos, libros viejos pero nunca leídos, todas mercancías que se ofrecen en el mercado de segunda en la Avenida del Trabajo en las orillas del barrio. También el ayatero anda recorriendo las calles de la ciudad para cambiar objetos de loza nuevos que compran en las fábricas por ropa usada o loza que en las casas ya no utilizan. (Velásco Ocampo, 1974: 79) El nombre de la profesión viene de la palabra azteca áyatl (manta rala) debido que antiguamente utilizaron costales de un hilo que se obtiene de la fibra de maguey. Hoy en día obviamente utilizan los de hilo de nylon.

El hojalatero es un trabajo de reciente creación - data de los primeros años de la década de los setenta - que repara en medio de la calle cualquier tipo de vehículo.

Desde finales del siglo XIX, uno de los oficios más importantes era la producción del calzado. Esta actividad se ha conservado hasta los

años setenta del siglo XX cuando Tepito era el segundo productor nacional de zapatos después de León. El oficio del zapatero podía ser ejercido - a diferencia de otros oficios- por todos los habitantes de la Nueva España según la primera ordenanza del gremio zapatero apropiada por el virrey de la Nueva España. En ella se establecían las condiciones bajo las cuales se registrarían los productores del calzado: la garantía de los productos bajo pena de ser sancionados y la restricción que sólo los españoles distribuyeran el calzado en sus tiendas, mientras el resto de la población en los tianguis de sus barrios. (Jarquín Sánchez, 1994: 56)

Cuando en los años treinta de este siglo México fue sacudido por la Rebelión Cristera, muchos zapateros del Bajío se instalaron con sus talleres en el barrio donde dieron nuevo impulso a la producción del calzado: en cuatro de cinco vecindades de Tepito había en los años cincuenta un taller del gremio. El oficio del fue enseñado de padre a hijo (varón) dentro del seno de la familia que podía, según el número de sus componentes, hacer una a cinco “tarefas” (26 pares de zapatos) por semana (Couffignal, 1987: 37). Esta forma de producción no podía competir con las grandes fábricas del calzado pero tenía la ventaja de ser ubicada en la cercanía de los mercados grandes (La Lagunilla y La Merced). Además había en el barrio comerciantes que vendían de manera directa y barata las materias primas y materiales como pieles, solventes y madera para las hormas.

Los zapateros asalariado trabajaban para una pequeña industria sin capital, sin acceso a los créditos bancarios formales y con pocas ganancias, circunstancias que conducían a la especialización de los talleres en diseño, corte de la piel, pegado de suelas y el adorno que realizaban casi exclusivamente las mujeres en las vecindades. Consistía en limpiar el zapato del cemento que pudiera haber quedado, emparejar el color con tintes, darle brillo, colocarle la plantilla y meterlo en cajas (Jarquín Sánchez, 1994: 88).

A principios de los setenta se acabó la producción del calzado en Tepito debido a la importación ilegal (fayuca) de zapatos desde Corea y Taiwan y muchos una parte de la producción fue trasladado a San Mateo de Atenco en el Estado de México. La venta del calzado quedó en el barrio, sobre todo en el mercado Granaditas (Tepito 60) que con más de 700 locales de venta es - según rezaba el lema en su exterior - el más grande del mundo. Hoy en día sigue siendo en existencia el mercado a pesar de la fuerte competencia china que ofrece en sus 709

locales más de 10 mil modelos y diseños diferentes de zapatos, ciento por ciento hechos en México (La Jornada, 14 de octubre 2008)

LOS SISMOS DE 1985

Los sismos de Septiembre 1985 en Ciudad de México mostraron que los *tepiteños*, es decir la gente desde Tepito, eran capaces autoorganizarse sin la ayuda oficial. Organizaron espontáneamente brigadas de voluntarios, quienes ayudaron las víctimas enterradas ambos en Tepito y en otros distritos. Los *tepiteños* eran más rápidos y más eficientes que las autoridades, que no pueden confiarse en.

En Tepito - igual como en otros barrios - se presentó un nuevo fenómeno social. la autoorganización de los voluntarios que se formaron en brigadas para ayudar - sobre todo fuera del barrio. A pesar de la advertencia del Presidente Miguel de la Madrid en la radio, que se repite por altos funcionarios y locutores de radio y televisión en los siguientes días, al pueblo de México “para que todos hagan lo que tienen que hacer, que cuiden sus intereses y auxilien a sus semejantes. Que todos vayan a la casa” (de la Madrid, citado en Monsiváis, 1992:33), las brigadas se lanzan a la calle para ayudar: jóvenes rescataron con los manos.

Una anécdota que circula hasta la fecha en el barrio: Apenas unos día antes de los sismos, el regente de la ciudad ordenó un “tepitazo” en contra de los fayuqueros del barrio. Más de quinientos agentes aduanales fueron hospedados en el Hotel Regis y en hotel cercanos al barrio de los cuales muchos perecieron en el terremoto. Los fayuqueros organizaron por ellos una solemne misa de funerales (Couffignal, 1987: 37)

Una movilización extraordinaria de la sociedad civil: antes que reaccionen las autoridades estatales, la población se había organizado para gestionar la emergencia. Los tepiteños organizaron brigadas para ayudar a los damnificados.

Los comerciantes de aquí, del barrio de Tepito, no estamos en auge, pero sí hemos logrado obtener suficientes ganancias como para levantar el barrio con nuestros propios recursos, somos 28 agrupaciones y todos estamos decididos a cooperar. Ernesto Gómez, presidente de la Asociación de Inquilinos de Tepito
Tiempo, 9/10/985

El objetivo de la asamblea de inquilinos era ponernos de acuerdo en las labores que íbamos a desarrollar cada uno, y la forma de cooperación, unos con recursos económicos, otros con herramientas y los que no tuvieran posibilidades de cooperar con alguna de las dos anteriores, lo harían con mano de obra. Rodolfo González Barbosa, secretario de la Asociación de Inquilinos de Tepito, Tiempo, 9/10/985

La falta de ayuda oficial, palpable ante el desastre, ha provocado que los propios habitantes (de Tepito) han tomado literalmente el poder, ante la ausencia total de una autoridad en la zona. Armando Ramírez, escritor, Tiempo, 9/10/985

El escritor mexicano Carlos Monsivais (1992: 79) argumenta que el terremoto es causa del auge del término '*sociedad civil*'. "Y ya el 22 de septiembre su uso se generaliza, al principio sinónimo de sociedad, sin ningún acento en los aspectos organizativos. Y a principios de octubre, la práctica es dominante: *sociedad civil* es el esfuerzo comunitario de autogestión y solidaridad, el espacio independiente del gobierno, en rigor la zona del antagonismo. Y las objeciones teóricas, por fundadas que sean, resultan inoperantes, llegan tarde. Cada comunidad, si quiere serlo, construye sobre la marcha sus propias definiciones, así la académica marxista las condene."

VALORES ÉTICOS II: LA REPRODUCCIÓN ARTÍSTICA

La leyenda más aceptada sobre el origen del movimiento artístico del barrio, Arte Acá dice que los pintores Daniel Manrique, Gustavo Bernal y Diego Marmata se encontraron por casualidad un día en el verano de 1970 en el Jardín del Arte (en la calle de Villalongin en la delegación Cuauhtemoc) donde cada domingo se exponían obras artísticas para su respectiva venta. Platicando un poco se dieron cuenta que los tres eran originarios del barrio de Tepito y decidieron trabajar juntos. Faltaba sólo un nombre para el grupo cuando surgió la idea de ponerle "el acá" que significa en este contexto algo como "desde nuestra perspectiva, desde el lugar donde nos encontramos".³

Una versión modificada de esta leyenda aporta el mismo Daniel Manrique cuando dice:

“El Arte Acá es una idea mía. Nació a raíz de una discusión con otro cuate, pintor, cuando decidimos pintar la calle. El cuete era como íbamos a llamar el asunto: si era una actitud situacional, o un ‘happenning’ o cualquier otra cosa de esas que están registradas en Inglaterra o Estados Unidos principalmente. Yo le dije: Lo que necesitamos es un arte muy acá, y esa frase me pareció bien. Intuí que el término era acertado y que lo iba a defender, que si al final de cuentas me quedaba solo, me valía, yo le entraba hasta el final.” Daniel Manrique en El Gallo Ilustrado, suplemento del Diario El Día, 16/03/1980

Después de estos inicios se identificaron (y se aprovecharon) más personas con las ideas de Arte Acá. Como voceros informales fungían el fotógrafo Carlos Plascencia, el escritor Armando Ramírez así como Daniel Manrique.

Carlos Plascencia se encargó de la documentación de las actividades de Arte Acá. El dirigió los videos y cortometrajes de “Qué es Tepito?”, “Qué es Arte Acá”, “Safari por Tepito” y “Qué es Arte, qué es cultura”. La película holandesa “Tepito Si” fue premiada en 1985 en el Festival Internacional de Películas Marginales en Berlín, Alemania (Couffignal, 1987:41).

Armando Ramírez se hizo famoso con su cuentos y novelas como “Quinceñera”, “Violación en Polanco” o “Crónica de los chorrocientos mil días del barrio de Tepito”. Abandonó al barrio como prácticamente todos que podían aprovecharse del “boom” de Tepito Arte Acá, empezó a trabajar para Televisa y utilizó al comerciable nombre Tepito Arte Acá para poner con el director Virgilio Carrillo sus obras teatrales (entre ellas “Ratero”) en escena.

En marzo de 1978 un grupo conformado por Armando Ramírez, Daniel Manrique, Juan Ceballos Casco y José Ceceña Orozco lanzó el primer número de “Chin Chin el Teporocho”. Uno de los fundadores explicó en una entrevista el significado del nombre de la revista:

Un día, platicando con Armando, en el interín de la elaboración de la historieta, me dice: “Oye, ¿qué pedo, cómo ves tú Chin Chin?” “-Lo que yo veo es que la gente se ha embarcado y

piensan en Chin Chin como un apodo fonético y no piensan en que tú estás diciendo: 'Chingue a su madre el teporocho', que es lo que en buen castellano y mejor tepiteño quiere decir 'chin chin'. No, no es el ¡salud! Italiano del choque de copas, no, es una mentada disfrazada no sé por qué, no llegan hasta allá mis conocimientos filológicos y semánticos y la chingada, pero recuerdo que desde la escuela, cuando no queríamos mentar la madre no muy fuerte fonéticamente, ¿verdad?, no decíamos: ¡chin! ¡Chin!, sí con un gesto despectivo y agresivo. Entonces es ese el pedo del Chin, Chin, tú le estás mentando su madre por perdedor, por ser atávicamente consecuente con esta cultura. No sé si te entendí, porque siempre, a todo creador, le queda una especie de secreto, es como en Joyce con el Ulises maravilloso, hay muchas cosas que sólo son de él o de su instancia, o de alguien que realmente es dublinés a fondo,(...). Y creo que quedamos de acuerdo en que yo más o menos había entendido Chin Chin el Teporocho. Juan Ceballos Casco en Rosales, 1988b: 90-91

Según el diario Reforma (29 de septiembre de 1995) Arturo Recalco era uno de los fundadores de Tepito Arte Acá, un obrero de la compañía de luz desde hace 25 años quien recorre 90 kilómetros diariamente por toda la Ciudad, ya que trabaja en el departamento de líneas aéreas y se encarga de levantar o arreglar los cables descompuestos. El hilo conductor de su pintura e instalaciones lo tejen la sátira y la ironía. La muestra "Vestigios de un estado en descomposición". integrada por 22 obras en el Salón de la Plástica Mexicana, expresó dolor, asco por la corrupción, la injusticia, la podredumbre política y la corrosión social. La crítica era directa y clara:

"La única libertad que he tenido en la vida es el arte y frente a toda esta basura que me rodea no puedo quedarme callado. Y de entrada hago un homenaje a mis compañeros trabajadores, ya que aunque lograron el montaje electrificado de la ciudad más grande del mundo, no se les reconoce a pesar de que en su labor se juegan la vida. Para mucha gente será un trago amargo, porque se verá reflejado en mi trabajo, que es como

un espejo cuyo contexto es la problemática social mexicana. Lo que cuenta es el valor de pensar en voz alta, decir las cosas tal como se sienten... Ser lo suficientemente temerario para proclamar lo que uno cree que es la verdad, caiga quien cayere...Me causa tristeza, enojo y vergüenza ver la injusticia reflejada en los contrastes sociales. Lo peor del caso es que creo que esto no terminará hasta que haya un cambio total. Muerto el perro se acaba la rabia”. Arturo Recalco, en Reforma, 29/09/1995.

Recalco utilizó desechos y chatarra para referirse a la prostitución, al conflicto en Chiapas, a la desidia de las autoridades, al abuso y traición de los líderes políticos, a la caza indiscriminada de la ballena gris y al fracaso del Tratado de Libre Comercio, entre otros temas:

“También me gusta pintar paisajes y arte abstracto, pero no lo hago porque me preocupa lo que sucede en mi País y la única forma que he encontrado para expresarme es creando. La realidad me rebasa, aunque intento estar al día con los acontecimientos para irlos tratando, no es posible, es demasiado lo que sucede diariamente. Arturo Recalco, en Reforma, 29/09/1995.

El padre Federico Loos, sacerdote católico y originario de Michigan, Estados Unidos, fundó en 1970 el barrio el periódico informal El Ñero que se convirtió en el “padre” de todas las revistas que surgieron posteriormente. El equipo de Loos se formó por el estudiante de periodismo y director de la publicación Ricardo Benitez, por el sicólogo Andrés Raviera, por el impresor Raúl Alvarado y otros, todos originarios del barrio. El periódico se vendía en cincuenta centavos, el padre no tenía realmente influencia en el periódico sino se preocupó más que nada por el sustento económico del mismo consiguiendo dinero en los Estados Unidos.

“El título “El Ñero” viene de la palabra “compa-ñero”; pero es algo mas que compañero y algo más que un amigo, es para gente pobre. Todos fuimos ñeros fuera del barrio, así nos

conocieron, así nos pusieron porque existía una hermandad, ya no existe esto. El subtítulo de la revista “Para dialogar contigo” hizo referencia a nuestro propósito principal: establecer una comunicación directa con los habitantes del barrio. El Ñero era un periódico para crear una conciencia en el barrio.” Ricardo Benitez alias El Rabanito, director de la primera etapa del Ñero, entrevista al autor, junio de 1996.

VALORES ÉTICOS III: LA REPRODUCCIÓN POLÍTICA

Tanto en el campo artístico como en el campo político los habitantes del barrio de Tepito experimentan distintas maneras de expresarse “desde acá”.

El Estado mexicano utiliza varias estrategias de cooptar a los comerciantes ambulantes para no ceder a las demandas sociales de estos grupos y para no perder el control político sobre los mismos. Esta cooptación se efectúa a través de la creación de asociaciones de comerciantes, la distribución de recursos para sus respectivos líderes o la promoción de nuevos líderes cuando los establecidos se vuelven “demasiado independientes”.

Contrariamente a lo que sucede en Estados Unidos y Europa Occidental, en México el Estado no otorga los permisos de venta en la vía pública a individuos, sino a organizaciones de vendedores que controlan el comercio ambulante. Los líderes de los comerciantes fungen como intermediarios entre las diferentes organizaciones sociales que se encuentran en el sector informal y las estructuras oficiales y formales. Su función principal es de “formalizar” supuestas acciones informales (sobre todo el ambulante y la introducción de mercancía de contrabando, “fayuca”) mediante negociaciones con las autoridades correspondientes. Este sistema social se ha denominado en México “clientilismo” - una estructura del poder político mediante una red de relaciones informales que relaciona personas con diferentes niveles de poder. En un sistema clientilista, las estructuras de autoridad y el poder están concentrados en manos de un individuo (por ejemplo jefe de un clan o un cacique) que personalmente decide sobre la distribución de los recursos (materiales e inmateriales) según sus preferencias personales.

Un modelo de la democracia representativa aquí obviamente no se ejerce. El líder se queda en su mando mientras sirva a los intereses de los agremiados es decir cuando obtiene las licencias y permisos de

ambulante directamente con los canales oficiales (oficina de mercados, secciones delegacionales de vía pública etc.) Muchas veces es originario del barrio basando su liderazgo en la capacidad de articular ciertos descontentos o resistencia a las políticas oficiales. Basa su relación con sus agremiados en amistad, compadrazgos o parentescos. Organiza convivios, reuniones, fiestas religiosas de los santos del barrio, bailes de quince años y patrocina dichos eventos con los siguientes insumos: renta de sonido y grupos de música en vivo; comida, cerveza y refrescos; distintivos, flores y cohetes para las fiestas religiosas y peregrinaciones que se hacen a la Virgen de Guadalupe.

Sin embargo, hay controles democráticos de las funciones de líder. En asambleas vecinales o gremiales (muchas veces espontáneamente convocados) los líderes rinden cuentas y informan sobre sus negociaciones con las autoridades. El concepto de “democracia” en este caso es una democracia que no está asociada a un sistema de partidos sino a un mandato directo que es en cualquier momento revocable.

CONCLUSIONES

Tepito es un ejemplo vivido de una comunidad informal en una de las ciudades más pobladas del planeta. Mediante el manejo de valores éticos en lo económico, político y artístico, la gente del barrio ha logrado la consolidación de un espacio autoorganizado y autónomo más allá de los impactos negativos de globalización.

NOTAS

- ¹ Este texto se basa en una ponencia presentada en el Rhodes Forum (World Public Forum), Octubre de 2010 y en una conferencia en el VI Fórum de Debates Povos e Culturas das Américas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Junio de 2011.
- ² La confusión sobre el origen de Tepito es grande y casi todos los autores insisten que la historia del barrio se remonta a la época prehispánica. Existen varias versiones sobre el origen del barrio. Para Héctor Romero (1988) Tepito ha existido ya antes de la conquista como barrio indígena de comerciantes y artesanos que pertenecía a la región norte del barrio mayor de Tlatelolco. Su nombre deriva de la palabra nauhatl tepitóyotl o tepitzin que quiere decir “lugar pequeño o chico”. Ahí se vendían todos los productos que no se podían comerciar en el vecino mercado grande Tlatelolco donde la venta se celebraba en un lugar pavimentado rodeado de arcos y en donde se ofrecían una gran cantidad de productos en tiendas que se colocaban o en esteras extendidas sobre el pavimento. Según los testimonios el orden predominaba los mercados de Tenochtitlan, cada clase de producto se concentraba en un lugar fijo, incluso las ofertas, aunque vehementes, eran ordenadas y todos observaban las reglas del comercio porque sino los infractores eran presentados ante una corte especial. En cambio según Guillermina

Castro (1990: 61) el barrio era uno de los calpullis que integraban el señorío de Tlaltelolco y se llamó Mecamanilco (lugar donde se tejen cuerdas). En los primeros años después de la conquista adoptó el nombre de San Antonio Mecamanilco en base a principios religiosos para la evangelización indígena y criterio geográfico de ubicación parroquial para la traza urbana. Para Castro el origen del nombre del barrio es posterior a la Conquista cuando se le comenzó a llamar 'Tepitl' que en nahuatl significa 'chiquito' tomando el nombre de su parroquia, a la cual se conocía como San Francisco Tepito (Chiquito), para diferenciarla del templo de San Francisco el grande, popularizándose con el paso del tiempo como 'barrio de Tepito'."

- ³ Para Hector Rosales (1988a) indica "desde acá" un lugar simbólico: "el que ocupa un individuo personalmente y que demuestra su presencia. Ser acá permite tener la capacidad de reflexionar sobre la noción de identidad y reconocerse como parte de una comunidad."

BIBLIOGRAFÍA

- Apella, Ignacio (2009): *Economía Informal. Conceptos, Medición y Política Pública*, CEDES-OI http://www.cedes.org/informacion/ci/novedades_ci/seminario-oi/Apella-Resultados-Ciclo-Serminario.pdf
- Castro Nieto, Guillermina Grisel (1990): "Intermediarismo político y sector informal: el comercio ambulante en Tepito", *Nueva Antropología*, núm.37, pp. 59-69
- Couffignal, Georges (1987): "Misterioso Tepito", *Trace*, núm. 11, mayo, pp. 35-41
- Echeverría, Bolívar (1994): "Ethos Barroco", en: Echeverría, Bolívar (editor): *Modernidad, Mestizaje Cultural y Ethos Barroco*, México: UNAM/El Equilibrista, pp. 13-36
- Freije Samuel (2001): *El Empleo Informal en América Latina y el Caribe: Causas, consecuencias y recomendaciones de política*, Banco Interamericano de Desarrollo
- Hart, Keith (1973): "Informal income opportunities and urban employment in Ghana", *Journal of Modern African Studies*, vol.11, n.1
- Illich, Ivan (1985): *La convivencialidad*, México: Joaquín Mortiz / Planeta.
- ILO (International Labor Office) (1972): *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*, Geneva
- Jarquín Sánchez, Ma. Elena (1994): *La producción del calzado en Tepito*, México: UNAM
- Marx, Karl and Friedrich Engels (1848): *Manifesto of the Communist Party*, Moscow: Progress Publishers, 1977
- Monsivais, Carlos (1992): *Entrada libre*, Mexico: ERA

- Ramírez, Armando (1975): "Ponle monos acá ñero. Tepito y sus muralistas", *Revista de Revistas*, núm. 147, 26 de marzo
- Romero, Héctor (1988): Barrios y colonias de la delegación Cuauhtémoc, México: Delegación Cuauhtémoc
- Rosales Ayala, Héctor (1988a): Tepito Arte Acá. Ensayo de interpretación de una práctica cultural en el barrio más chido de la ciudad de México, México: UNAM-CRIM
- Rosales Ayala, Héctor (1988b): Casco: Vibrencias de un barrio popular, México: UNAM-CRIM
- Ruesga Benito, Santos M. (1988): Al otro lado de la economía. Cómo funciona la economía sumergida en España, Madrid: Ediciones Pirámida
- Sethuraman, S.V.(1976): "El sector urbano no formal: definición, medición y política", *Revista Internacional del Trabajo*, July-August vol. 94, n.1, pp. 77-90
- Velasco Ocampo, Ma. Guadalupe (1974): Algunas consideraciones sobre la marginalidad en la ciudad de México. El caso de Tepito, México: UNAM (tesis de licenciatura)

Periódicos y revistas consultados

El Día, México - La Jornada, México - Tiempo, México - Reforma, México

RESUMEN

Las consecuencias de esta competición sin restricción sobre las economías y las condiciones de vida de la gente en estos países es la creciente importancia de la economía informal con todas sus implicaciones en las vidas cotidianas de millones de seres humanos. Dos aspectos diferentes del sector informal podemos distinguir: por un lado, podemos observar trabajos informales sin acceso a la seguridad social (salud pública, la pensión de jubilación etc.)

Palabra Clave: Economía - La informalidad - Competitividad.

ABSTRACT

The growing importance of the informal economy, with comprehensive implications in the daily life of a thousand human beings, is the consequence of the competition without restriction in economies and the life conditions of the population in countries. From different aspects in the informal sector, it can be distinguished: on one hand, we can observe informal work without access to social insurance (public health, retirement etc.)

Key Word: Economy - Informality Competitiveness.

El potencial demográfico de Brasil frente a los cambios poblacionales de los países BRICs

Katarzyna Dembicz

Profesora adjunta del Centro de Estudios Latinoamericanos
Universidad de Varsovia

RESUMO:

A crescente complexidade das relações internacionais tornar os processos de população e, especialmente, a demografia, começam a desempenhar um papel importante na análise. Nesta área também há laços de perceber mais e mais estreita, entre os chamados países BRIC - até mesmo um corpo completamente artificial. Referem-se apenas ao mercado de trabalho seria errado, porque você tem que tentar resolver outros aspectos dos processos demográficos que influenciam o desempenho econômico, desenvolvimento social e político das nações e do mundo em geral. O objetivo desta análise é testar uma análise comparativa dos processos demográficos nos países do BRIC, que juntos foi pouco estudado até agora, observando os potenciais benefícios e obstáculos.

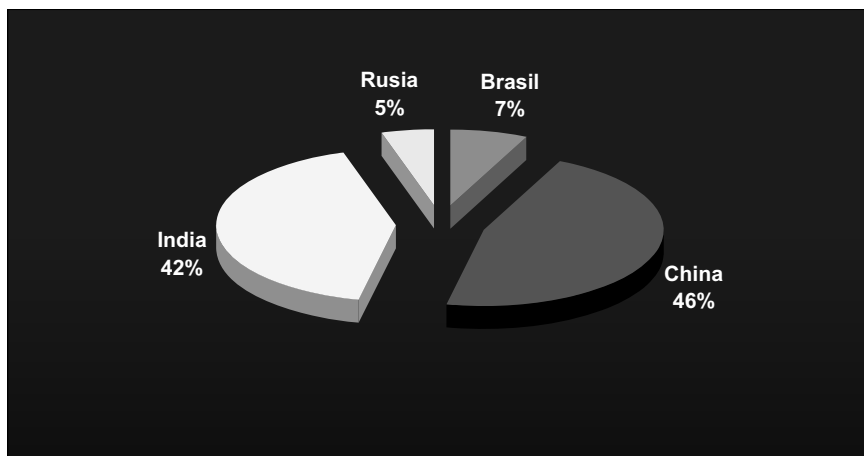
Palavras-chave: BRICs, demografia, população, transição demográfica, Brasil, Índia, China, Rússia.

Indudablemente los países BRIC son la agrupación con el mayor potencial demográfico.

Actualmente Brasil, Rusia, India y China abarcan casi la mitad de la población mundial, pero existe entre ellos una gran disparidad. China e India con casi 3 mil millones de habitantes corresponde a un 40% del total de la población del mundo y el 88% de la población de este grupo. La población total de Rusia y Brasil corresponde al 5% de la población mundial.

Deberíamos observar estas disparidades enfocándonos en la cuestión de la competencia y en la cuestión de una eventual colaboración en las vísperas de los cambios poblacionales que traerán las próximas décadas.

Cuadro 1: Estructura poblacional de los países BRIC



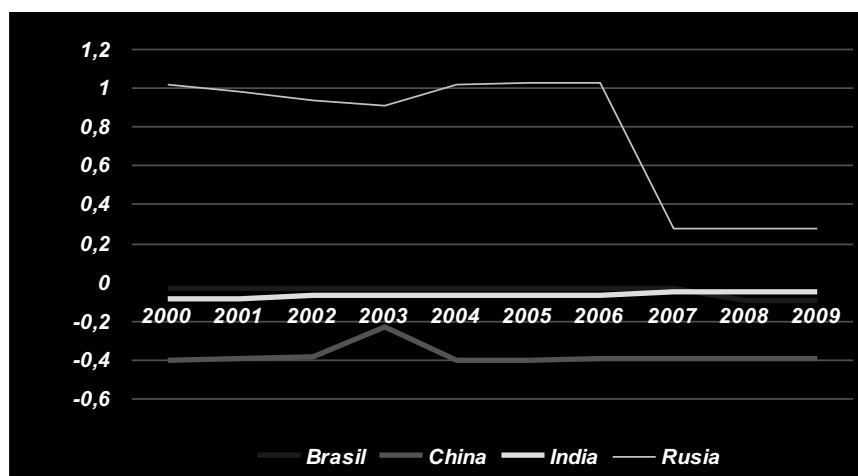
Elaboración propia en base de datos estadísticos de la Comisión Económica para Asia y el Pacífico de NU y la CEPAL

Durante el último siglo Brasil pasó por una profunda metamorfosis. Aparte del intensivo crecimiento poblacional a esta se sumaron varios elementos como una intensiva urbanización e industrialización, dinámicos flujos migratorios internos y externos. Entre 1900 y 2010 la población de Brasil incrementó más de diez veces. En 1900 contaba 17 millones 438 mil habitantes, en el año 2000 - 174 millones 719 mil y en el 2010 alrededor de 200 millones. Obviamente en las primeras décadas este proceso se debió principalmente a una inmensa inmigración europea. Se calcula que en las dos últimas décadas del siglo XIX llegaron al territorio brasileño cerca de 2 millones de europeos, la mayoría procedentes de Italia y Portugal. Esto significa que más del 10% de la población del Brasil de finales del siglo XIX estaba formada por inmigrantes. En el caso brasileño, durante décadas la tasa de migración era positiva con valores muy altos, desde la mitad del siglo XX osciló alrededor del cero llegando actualmente a un nivel negativo de -0,09 por cien. Esto significa que la sociedad brasileña se transformó de una sociedad únicamente receptora a una en la que se observan intensivos flujos migratorios al exterior y coexisten en ella a la vez fuertes *push* y *pull factors*. De un lado existe una emigración de jóvenes brasileños que buscan nuevas oportunidades en países con alto nivel de desarrollo social y económico,

y del otro Brasil se convirtió en un polo de atracción para los migrantes de países suramericanos que buscan mejores perspectivas de vida y trabajo (como bolivianos, paraguayos, peruanos).

Si vamos a comparar estas recientes tendencias con las del resto de los países BRIC resulta, con la excepción de Rusia, que India y China se caracterizan de un semejante comportamiento al brasileño. India mantiene actualmente valores de la tasa de migración muy cercana a la de Brasil y China con unos niveles mas profundos, que llegan sin embargo sólo al valor de -0,4 por mil.

Cuadro 2: BRIC - Tasa de migración neta, 2000-2009.



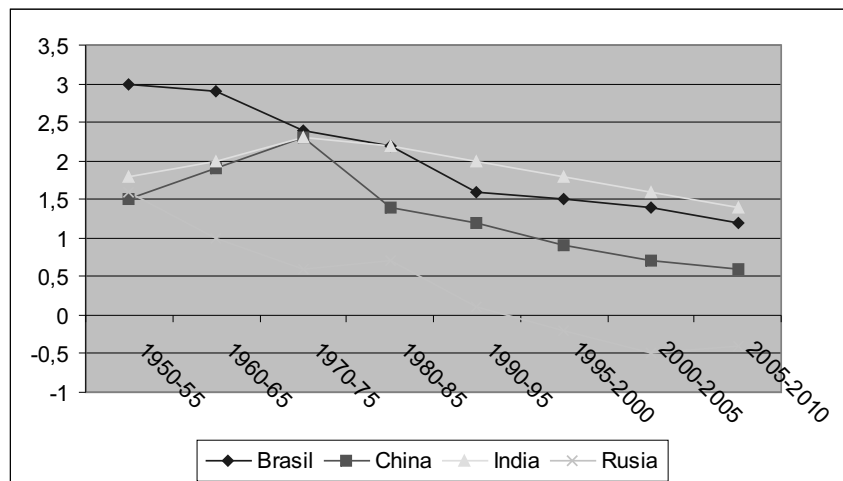
Fuente: Index Mundi, www.indexmundi.com

Sólo Rusia tiene una tasa positiva de migración neta, lo cual tomando en consideración el brusco descenso del crecimiento poblacional en este país (ver siguiente cuadro) en las últimas décadas - actualmente con valores negativos - puede llegar a ser la solución para el creciente déficit poblacional. Preocupante parece ser el descenso de la cantidad de inmigrantes en los últimos años, lo cual se debe de un lado a la crisis mundial (aumento de costos de transporte, reducción de los puestos de trabajo) pero también a una inadecuada política pro inmigratoria del gobierno ruso (Sergiei Riazantzev, Otro Lunes no. 16. www.otrolunes.com).

“(...) la emigración ha sido y sigue siendo un componente importante en el desarrollo demográfico y económico de Rusia. Los datos de la Comisión de Estadística de la Federación, plantean que en 2009 la emigración internacional compensaba en el 97% el déficit poblacional del país. (...) En octubre de 2007 se aceptó el nuevo concepto de política demográfica de la Federación, el cual reconoce esta necesidad de pobladores. Este punto fue abordado, incluso, por el propio presidente. Sin embargo, en la práctica, la regulación de emigrantes se ha dirigido, justamente, hacia el lado opuesto y concentrado en la lucha contra la emigración ilegal y la limitación de las entradas al país.” (Sergiei Riazantzev, Otro Lunes no. 16. www.otrolunes.com).

En las últimas seis décadas las cuatro naciones crecieron demográficamente de una forma diferenciada. Lo cual se debió en gran medida a condicionantes históricas, culturales, pero también al avance tecnológico y medicinal. Excepto Rusia (y antes Unión Soviética), cada una de las tres restantes naciones de los BRIC sufrió el *boom* demográfico que causó un aceleramiento del crecimiento poblacional invisto anteriormente. En menos de tres décadas Brasil duplicó el número de sus habitantes de 53 millones en 1950 a 121 millones en 1980, para llegar triplicando este primer número en 1990. El mismo proceso le llevó sólo un par de años más a China e India. La población del primer país ascendió de 545 millones en 1950 a 1.142 mil millones en 1990, y del segundo de 371 millones a 862 millones en el mismo período.

Cuadro 3: Los BRIC: tasa de crecimiento poblacional total (%)



Elaboración propia en base de datos estadísticos de la Comisión Económica para Asia y el Pacífico de NU y la CEPAL.

La sociedad Rusa devastada por la segunda guerra mundial y luego dañada por la política interna durante los años 40., 50. y 60. del siglo XX que causó muerte de muchos seres humanos, se caracterizó de un lento declive de los valores del crecimiento poblacional hasta mediados de los noventas y posteriormente de un descenso casi brusco (ver cuadro no. 3) que llegó actualmente a valores negativos de -0,5%. Lo acompañó una desequilibrada estructura poblacional por sexo (con bajo índice de masculinidad). Estos hechos, más la adopción de una política poblacional muy liberal donde el aborto era uno de los métodos comunes de control de nacimientos junto con los intensivos movimientos migratorios internos y externos después del derrumbe de la Unión Soviética, han diseñado el panorama demográfico contemporáneo de Rusia.¹

Al triste escenario ruso se junta la política poblacional de China, la cual gracias al control estatal de nacimientos frenó afortunadamente el acelerado crecimiento natural y en consecuencia poblacional del país (que alcanzó en el quinquenio 2005-2010 el 0,6 por cien), causando sin embargo inesperadas negativas consecuencias demográficas y sociales, como el desequilibrio en la estructura de nacimientos por sexo, abortos de fetos de sexo femenino, orfanatos llenos de niñas y áreas rurales con un alto índice de masculinidad.

En el caso de la India la ingerencia estatal para frenar un acelerado crecimiento poblacional no trajo resultados satisfactorios. A pesar de una disminución del crecimiento de la población en las últimas décadas, India tiene las mayores tasas de todos los países BRICs, con un promedio anual de 1,4% para el período 2005-2010.

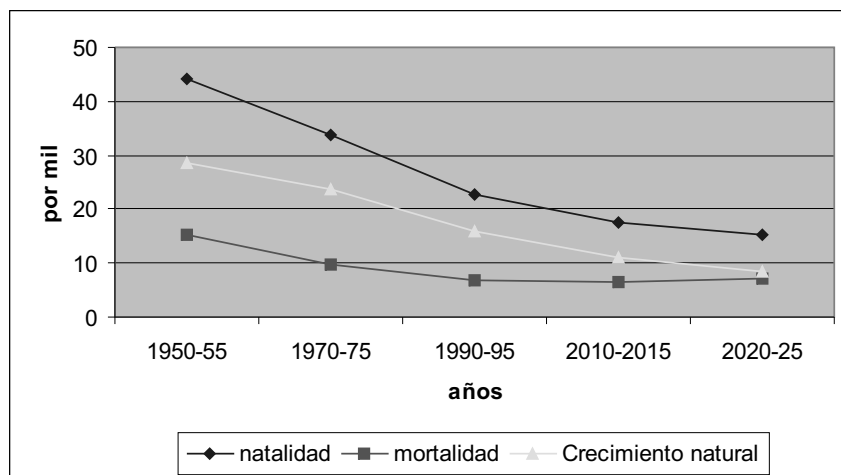
Desde la mitad de los años 60. del siglo XX se da también en el caso brasileño una acelerada disminución de las tasas de crecimiento poblacional, de 3% a 1,2% en el período 2005-2010. Lo que podemos notar actualmente es que la tasa de crecimiento poblacional para Brasil y India es semejante, y China podría repetir el escenario ruso si no fuera por el reciente cambio de la política poblacional del gobierno que va hacia la liberalización (alivio) de las restricciones de la política natalicia.

Estos cambios en el crecimiento de la población dependen directamente de los componentes del movimiento natural de la población.

MOVIMIENTO NATURAL DE LA POBLACIÓN EN BRASIL RESPECTO A LOS PAÍSES BRIC

En el caso de Brasil, durante la segunda mitad del siglo XX, el crecimiento de la población se debió principalmente a dos elementos - la descenso de la tasa de mortalidad y el mantenimiento del alto nivel de la tasa de natalidad. Estos produjeron un acelerado crecimiento natural (y dieron inicio al proceso de transición demográfica) el cual llegó en los años 1955-65 a superar el nivel de 29 por mil.

Cuadro 4: Brasil: evolución de las variables del movimiento natural de población, 1950-2025



Elaboración propia en base de datos estadísticos de la Comisión Económica para Asia y el Pacífico de NU y la CEPAL.

Actualmente la tasa de crecimiento natural en Brasil corresponde a la media Latinoamericana, es decir llegó a alcanzar el 11,1 por mil en el período 2010-15 y superó altamente las medias de los países europeos. Sin embargo se prevé que la tendencia se mantendrá y la tasa de crecimiento natural bajará entre 2020 y 2025 hasta 7-8 por mil.

En el caso de los restantes países BRIC la situación es diferenciada. Vale la pena subrayar que cada una de estas naciones se encuentra en distinta etapa del proceso de transición demográfica. El mayor descenso de la tasa bruta de natalidad se dio en China. En un poco más de medio siglo bajó del 49 por mil a 13,6 por mil. Sin embargo los valores más bajos fueron alcanzados por Rusia donde la tasa bruta de nacimientos es de 11,1 por mil y corresponde a comportamientos reproductivos de países desarrollados.²

Vale también mencionar que India y Brasil siguen una parecida trayectoria de evolución de la tasa bruta de natalidad, lo cual probablemente se debe a la tradición de mantener familias numerosas.

Tabla 1. BRIC: tasa bruta de natalidad (por mil), 1950-2009

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2009
Brasil	44	42,1	33,7	31	23	21	19,2
China	49,4	36,5	33,2	20,8	21,7	14,7	13,6
India	43,8	41,4	38	35,4	31,6	26,5	22,4
Rusia	26,4	23,4	14,3	16,4	13,6	9,2	11,1

Elaboración propia en base a datos estadísticos de las Naciones Unidas

Tabla 2. BRIC: tasa bruta de mortalidad (por mil), 1950-2009

	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2009
Brasil	15,4	13	10	8,5	7	6,5	6,4
China	27,2	19	8,1	7	7,3	6,6	7,1
India	26,6	21,3	16,2	12,5	10,7	9,2	8,4
Rusia	10,2	8,7	8,6	11	12,1	15,4	15,1

Elaboración propia en base a datos estadísticos de las Naciones Unidas

Si analizamos la tasa bruta de mortalidad - el otro componente del movimiento natural de población - se puede observar una gran diferencia entre los valores alcanzados en los años cincuentas entre los BRICs. China e India se caracterizaban de altos niveles de mortalidad lo que se debió principalmente a las existentes condiciones sanitarias y medicinales en estos países. Esto influía en la presencia de un bajo nivel de esperanza de vida al nacer y una alta tasa de mortalidad infantil. El mejoramiento de las condiciones de vida en los cuatro casos ha reducido estos índices altos, sin embargo en el caso de Rusia que se caracteriza de un rápido envejecimiento de la población no pudo frenar el creciente aumento de la tasa de mortalidad. Excepto este país el resto de los BRIC (hasta inicio del siglo XXI) se caracteriza de un descenso de la tasa bruta de mortalidad. India y Brasil han alcanzado valores semejantes y China, por razones de bajo nivel de fecundidad, empieza a tener los primeros síntomas de una sociedad en envejecimiento.

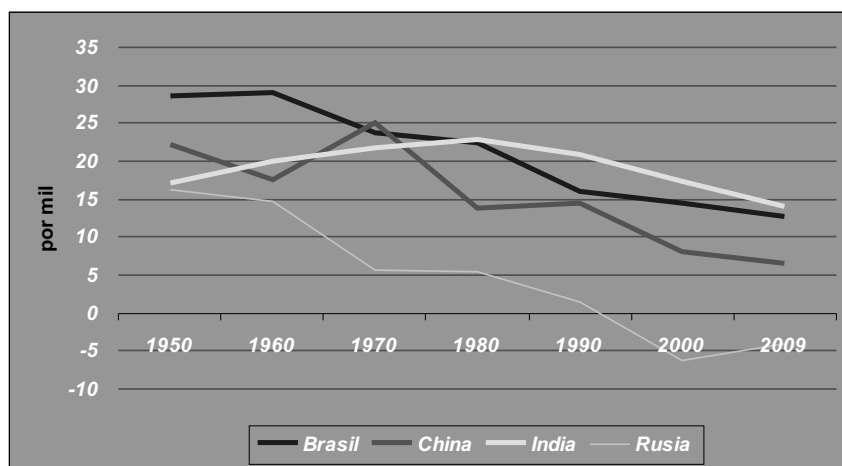
En consecuencia la evolución del crecimiento natural de la población entre los países BRIC se diferencia bastante. El descenso más espectacular sufrió Rusia de 16 por mil a -4 por mil y Brasil de 29 por mil a 12

por mil. India y China experimentaron variaciones en la evolución de la tasa de crecimiento natural en el periodo analizado. En el caso de la India los máximos valores fueron alcanzados en el año 1980 y llegaron a 23 por mil y luego se observa un lento descenso. Los índices de China se caracterizaron de fluctuaciones (bajas y altas de valores) y actualmente (2009) la tasa de crecimiento natural alcanzó el valor de 6 por mil. Por lo cual podemos observar una división entre los países BRIC:

Brasil e India con casi los mismo positivos y bastante altos valores de crecimiento natural de población y probablemente el descenso este frenando,

- Rusia y China alcanzando valores de crecimiento natural bastante alarmantes a causa de bajos valores. En el caso Ruso estos ya provocan la disminución de la población y en el Chino, tomando en consideración el potencial poblacional, pueden provocar desequilibrios en la estructura poblacional por edades lo que influirá probablemente en las próximas décadas directamente en el mercado laboral del país.

Cuadro 5. BRIC: tasa de crecimiento natural (por mil), 1950-2009



Elaboración propia en base a datos estadísticos de las Naciones Unidas

Como podemos ver en los tres cuadros de arriba, cada de los países se encuentra en diferente etapa de la transición demográfica - proceso, el cual no se podría dar sin el avance técnico y modernización socio-económica (Bendix R., 1982). El mejoramiento de las condiciones sanitarias, progreso en medicina y posteriormente la ampliación del conocimiento de los métodos anticonceptivos, prolongación de la edad escolar y mayor actividad económica de las mujeres provocaron una disminución de la tasa global de fecundidad y tasa de natalidad. Estas disminuyeron en el caso brasileño adecuadamente de 6,15 niños por mujer en el período 1950-55 a 2,25 entre 2005-2010³ y de 44 por mil a 19,2 por mil en el mismo período. El intensivo descenso de fecundidad se observa entre 1975 y 1995 cuando la cantidad de niños por mujer baja bruscamente de 4,31 a 2,60. Se prevé que en las siguientes cuatro décadas este índice bajará con mucha menor intensidad, manteniéndose desde el año 2030 a un nivel de 1,9.

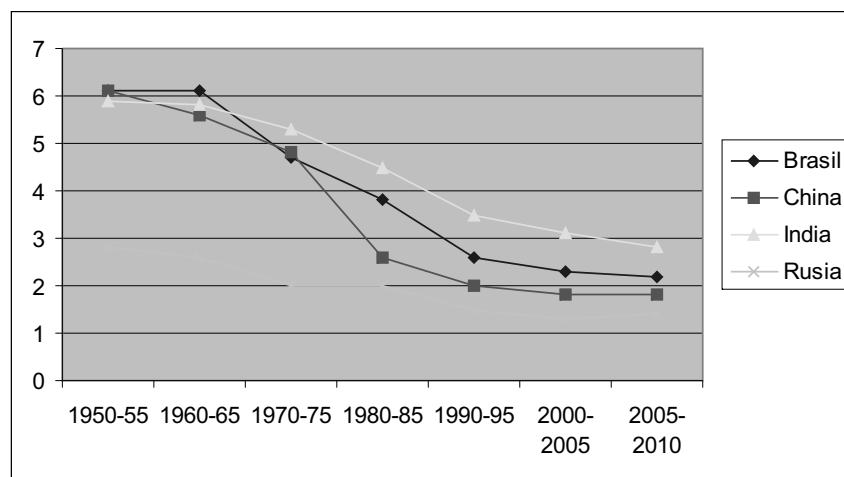
Lo que vale la pena mencionar también es que este proceso no es homogéneo en todo el área nacional brasileño. Existen diferencias regionales, aunque estén disminuyendo. Durante todo el período del análisis el norte y noreste del país mantuvieron altos índices de fecundidad que en los años cincuentas y sesentas del siglo pasado llegaron a oscilar entre 7,5 hasta 8,6 niños por mujer (ver tabla no. 3) y actualmente superan la media nacional.

Tabla 3: Brasil y sus principales regiones: tasa de fecundidad, 1940-1998

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1998
Norte	7,2	8,0	8,6	8,1	6,4	4,1	3,2
Noreste	7,2	7,5	7,4	7,5	6,1	3,7	2,6
Sureste	5,7	5,6	5,3	4,6	3,4	2,3	2,1
Sur	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-occidental	6,4	6,9	6,8	6,4	4,5	2,7	2,2
Brasil	6,2	6,2	6,3	5,8	4,3	2,8	2,4

Fuente: Hogan Daniel J., 2001, p.18

Cuadro 6: BRICs: Evolución de la tasa de fecundidad, 1950 -2010



Elaboración propia en base a datos de Index Mundi www.indexmundi.com

Entre los países BRICs el mayor descenso de fecundidad se dio en China, desde 6,1 en la primera mitad de la década de los años cincuenta del siglo XX hasta por debajo de los 2 niños por mujer en tiempos actuales. Casi igualmente brusco descenso tuvo Brasil. Aun en el periodo 2005-10 no llegó a alcanzar valores menores a 2, pero para el siguiente quinquenio se estima 1,7 niño por mujer, lo cual significa que no será alcanzado el nivel de reemplazo. La tasa de fecundidad menor de 2 niños caracteriza también a la sociedad rusa y china. Se prevé, que esta tendencia se mantendrá en ambos países y en los siguientes años Brasil se unirá a ellos.

Estos pronósticos que deberían considerarse como pesimistas, no corresponden a la sociedad de la India, en la cual probablemente en los próximos 30-40 años la tasa de fecundidad seguirá lentamente disminuyendo pero siempre manteniéndose por encima de 2 niños por mujer.

Estos cambios en el movimiento natural han llevado a un cambio de la estructura de la población por edades. Y aquí es donde se nota también la transición demográfica por la cual está pasando Brasil, y esto indudablemente tendrá su peso en el comportamiento del mercado laboral de este país en un cercano futuro (probablemente en dos décadas).

Hasta los años ochenta del siglo pasado, Brasil fue percibido como país de sociedad joven. Sin embargo su estructura poblacional por edades

evolució de una pirámide de base amplia y de forma triangular - característica para los sistemas demográficos con altas tasas de fecundidad y mortalidad - a una pirámide de base más uniforme y reducida - típica para una gran reducción de la fecundidad. Si nos fijamos en la pirámide del año 1996 resulta que por primera vez la cantidad de niños debajo de los 5 años de edad fue menor a la de los de entre 5 y 10 años, y esta menor a la de los niños entre 10 y 15 años. También desde los años setentas va creciendo el por cien de la población en edad post productiva, es decir mayor a los 64 años, que llegó a representar actualmente el 5 por cien del total de la población. Se estima que alrededor de la cuarta década (2030-2040) la población de edad más avanzada (65 años y mas) sobrepasará el número de la población más joven (por debajo de los 15 años). Es decir el número de población en edad post productiva sobrepasará el numero de población en edad preproductiva. Actualmente, en el caso brasileño, el índice de relación de viejos a jóvenes está a un nivel de 24,6 por cien, sin embargo en las próximas 2 décadas cambiará drásticamente y se estima que en el año 2030 sobrepasará la mitad llegando a un nivel de 57,5 viejos por cien jóvenes.

Tabla 4: BRICs - distribución de la población por edades, % del total de la población (est. para 2008)

	0-14 años	15-64 años	65 años y más
Brasil	24,9	68,7	6,4
China	20,1	71,9	8
India	31,5	63,3	5,2
Rusia	14,6	71,2	14,1

Elabración propia en base a CIA Factbook

En el caso del resto de los países BRIC, Rusia se encuentra en la situación menos favorable y más dramática. Tomando en consideración la tasa de mortalidad y natalidad, el por cien de personas en edad mayor a 64 años esta por sobrepasar el grupo de personas en edad preproductiva es decir de 0-14 años. Esto influirá de forma inmediata

en el mercado laboral, sistema de pensiones, social y salud. China en dos décadas repetirá probablemente el escenario Ruso. Adelantando en este caso a la vez a Brasil. El único país que seguramente en los próximos 50 años no debería preocuparse por la falta de mano de obra interna es India.

La esperanza de vida al nacer es otro dato indispensable a analizar en nuestro caso. Indica no sólo el nivel de desarrollo socio-económico del país, pero a la vez amplía la percepción de los procesos demográficos y su futura evolución. Este índice a mejorado e indudablemente influyó en la forma de las pirámides de edades.

Actualmente la esperanza de vida al nacer en Brasil para ambos sexos es de 73 años, para las mujeres 77 y para los hombres 70. Esto nos indica que la estructura por sexos es bastante desequilibrada entre la población en edad pos-productiva. Aun en 1998 la esperanza de vida al nacer no superaba los 68 años y es necesario subrayar que aumentó considerablemente en el último medio siglo, iniciando desde un valor de 45,9 años en 1950. Podríamos esperar que en el caso del resto de los países BRIC la situación es parecida. Sin embargo no del todo. En China la expectativa de vida al nacer alcanzó, para ambos sexos, los 73,5 años en 2009 (en 2000 era 71,2), India tuvo un ascenso muy dinámico y su expectativa de vida al nacer aumentó de 62,5 en el año 2000 a 70 en 2009. Rusia es el único país donde la esperanza de vida disminuye ultimamente. En el año 2000 superaba ligeramente los 67 años y actualmente bajó hasta los 66 para ambos sexos.

CONSIDERACIONES FINALES

Como podemos ver en este breve ‘viaje’ descriptivo por la situación demográfica de los países BRIC, intentando señalar el lugar de Brasil en este heterogéneo conjunto, el escenario presentado es bastante complejo.

1. Evidentemente los BRICs forman un grupo heterogéneo desde el punto de vista poblacional lo cual puede causar problemas ante una eventual cooperación, pero también crear ventajas. Uno de los espacios es el mercado laboral. Las diferencias que se irán profundizando pueden impulsar la cooperación en este marco.

2. Rusia es el país en peor situación demográfica entre los países BRIC. Con una población en “retromarcha”, en proceso de envejecimiento, con un creciente nivel de mortalidad, bajo nivel de

natalidad y fecundidad. Tal situación debería causar actuación inmediata del gobierno ruso para tapar el llamado ‘hueco’ demográfico que se está creando gracias al déficit en el grupo de población productiva (15-65 años) y también preproductiva (0-14 años de edad). Del lado opuesto a Rusia ubicamos a India - con una sociedad muy joven, de alto nivel de valores de crecimiento natural y fecundidad, casi con 3 niños por mujer.

Entre los dos países arriba mencionados se colocan China y Brasil, aunque entre ellos hay más diferencias que similitudes. China cada vez más acerca su evolución demográfica hacia el modelo Ruso y si no adopta políticas pro-natalicias los síntomas de sociedad en camino al envejecimiento se profundizarán y dado el peso demográfico de este país en el ámbito global, esta tendencia tendrá repercusiones en todo el mundo.

3. Brasil actualmente se encuentra en la situación más favorable, desde el punto de vista demográfico, de todos los países BRIC y debería aprovechar esta situación. No sólo para formar un buen capital social que podría trabajar para la economía brasileña sin la necesidad de apoyarse en la mano de obra externa (actuación que tiene que tomar en consideración Rusia), pero observando la situación en Rusia y China prevenir un colapso demográfico que puede tener lugar en 2-3 décadas, en caso que se mantenga bajo el nivel de fecundidad. La adopción de nuevas políticas públicas, reforma de sistema de pensiones y salud, en víspera de los próximos cambios poblacionales, parecen ser la prioridad del presente y próximos gobiernos.

4. Hay que señalar también que los países BRIC se ven amenazados por una emigración al exterior. Considerando el descenso del crecimiento natural y poblacional, con cambios en la estructura de edad, en las próximas décadas Brasil y China deberían formular claras políticas pro-inmigratorias que den entrada a habitantes de países vecinos y de otros continentes como India y naciones africanas.

5. Como conclusión, apoyándome en los conceptos demográficos de William Peterson y tomando en consideración la historia y la evolución demográfica de los cuatro países BRIC, hay que subrayar que el carácter de estos corresponde a dos tipos de sociedades, la totalitaria y la democrática. Como fue mencionado al principio, la política interna es un importante determinante del comportamiento demográfico de una sociedad dada. En el caso de China y Rusia sus poblaciones sufrieron un sistema totalitario, donde el estado fue más fuerte que la sociedad

y el control sobre todo y todos llevó a la situación de hoy en estos países. En el caso Chino el papel principal jugó la imposición de una 'dura' política de control de nacimientos. Rusia introdujo una extrema liberalización de actitudes reproductivas y su política se concentró también en el alejamiento de la población las tradiciones familiares preservadas durante el zarato. Del lado opuesto a estas políticas y sistemas, se encuentran Brasil e India, países caracterizados por sociedades democráticas donde el estado es un instrumento de la sociedad y donde se utilizan restricciones o alicientes especiales para guiar a la sociedad hacia lo que definen como fines buenos, pero se permite una considerable latitud a quienes disienten (Peterson, 1968).

Este escenario diseñado al final del presente análisis, crea una nueva perspectiva de los procesos descritos, no sólo explicando sus causas pero también indicando su futuro próximo. El entendimiento de las condicionantes externas de los procesos demográficos amplía el modo y métodos de actuación para formular mejores políticas poblacionales.

NOTAS

- ¹ Después de la segunda guerra mundial hubo en la Unión Soviética entre 7 y 12 millones de prisioneros político, en una sociedad que contaba con 102 millones de habitantes (Petersen, 1968, p. 379). En aquel entonces alrededor del 85-90% de los prisioneros eran varones y constituían el 16% de la población adulta masculina.
- ² La URSS terriblemente devastada por la segunda guerra mundial salió no obstante victoriosa de la misma y extendió su régimen a una parte de Europa, cosechando también algún éxito técnico. Por otra parte, algunas medidas tendieron a favorecer el matrimonio y la natalidad así como a disminuir el número de divorcios, la población aumentó pero el movimiento natural que se pareció a la segunda fase de la revolución demográfica, igual que en el occidente. (Peterson, 1969, p. 379)
- ³ Las últimas estadísticas (CEPAL, Anuario estadístico, 2010) que la tasa global de fecundidad para el periodo 2010-15 será de 1,7 niño por mujer en el caso de Brasil. Lo cual indica que el descenso será mucho más intensivo de lo que se esperaba.

BIBLIOGRAFÍA:

- (1968) Peterson William, La población. Un análisis actual, Editorial Tecnos, Madrid
- (1982) Bendix R., Industrialization, Modernization and Development en: *Modern Sociology*, ed. Worsley P.
- (2003) Rowland Donald, Demographic methods and concepts, Oxford University Press

- (2004) *Claves para interpretar la Política Exterior Española y las Relaciones Internacionales 2003. Migraciones en Brasil*. Anuario Internacional CIDOB
- (2010) *Anuario Estadístico de la CEPAL 2009*, CEPAL, www.cepal.org
- (2011) Sergiei Riazantzev, Otro Lunes no. 16. www.otrolunes.com

RESUMEN

La creciente complejidad de las relaciones internacionales hacen que los procesos poblacionales y en especial demográficos, empiezan a jugar un papel importante en los análisis. En tal ámbito hay que percibir también los lazos, cada vez más estrechos, entre los llamados países BRIC - aunque sea un organismo totalmente artificial. Referirse únicamente al mercado laboral sería erróneo, ya que hay que tratar de abordar otros aspectos de los procesos demográficos que influyen en el funcionamiento económico, social y político de las naciones y el mundo en general. El objetivo del presente análisis es probar hacer un análisis comparativo de los procesos demográficos en los países BRIC, que en su conjunto fue poco estudiado hasta ahora, señalando eventuales ventajas y obstáculos.

Palabras claves: BRICs, demografía, población, transición demográfica, Brasil, India, China, Rusia.

ABSTRACT:

The growing complexity of international relations make population processes and especially demographic, begin to play an important role in the analysis. In this context we must also perceive the links, more and more narrow, between so-called BRIC countries. Refer only to the labor market would be wrong, because we need to approach to other aspects of demographic processes that influence to economic, social and political development of nations. The purpose of this analysis is to make a comparative analysis of demographic processes in the BRIC countries, noting potential benefits and obstacles.

Keywords: BRICs, demographics, population, demographic transition, Brazil, India, China, Russia.

A Saga dos Imigrantes Italianos do Sertão da Bahia

Maria Luzia Braga Landim¹

RESUMO

Nas últimas décadas os estudos sobre a imigração italiana no Brasil tem sido alvo de releituras historiográficas que imprimem novos significados e princípios diferenciados às relações de sociabilidade e permanência das culturas de origem. Aquele fenômeno representou mudança significativa das estruturas mentais e sociais de brasileiros e italianos durante a integração no final do séc. XIX. A perspectiva de revisitar a Região Sudoeste da Bahia cria um especial destaque para o poder e a dominação simbólica, realçados pelas estratégias de ocupação do espaço territorial. Os estratagemas elaborados minimizaram alteridades e aos poucos foram sendo mescladas pelas possibilidades de inclusão social dos sertanejos ao mercado de trabalho.

Palavras-Chaves: imigração – espaço territorial – identidade.

INTRODUÇÃO

Após a unificação do Estado **italiano** completado em 1870, a Itália sofreu profundas transformações com a industrialização das regiões do norte e provocou o deslocamento de grandes populações do Sul em busca de emprego e melhores condições de vida. A crise agrícola no final do século XIX, a exaustão do solo nas regiões do Sul da Itália, a presença de grandes latifundiários na região, deixaram milhões de camponeses sem possibilidade de conseguir terras para o plantio. O período foi marcado pelo crescimento populacional acelerado e um processo de industrialização que afetaram as possibilidades de emprego naquele continente. A Itália super povoada e sem condições de manter seus habitantes nas várias regiões do país ensejava resolver o problema de sobrevivência do povo incentivando a imigração em grande escala para outros continentes, como rota de fuga.

Para acompanhar a trajetória da imigração italiana propriamente dita no Brasil, pode-se tomar como marco inicial desse movimento um decreto de D. João VI datado de 1808, que permite a posse de terra a estrangeiros. A partir de 1824 o país passou a receber imigrantes oriundos, da Alemanha e da Itália. Assim, nesse ano chegaram os primeiros alemães, que se fixaram no Rio Grande do Sul. Quanto aos italianos, a grande maioria radicou-se em São Paulo, para trabalhar na lavoura do café em substituição ao braço escravo, embora a imigração voluntária seja pouco explicada. A tentativa de importação de escravos da Região Nordeste fracassou. A nação brasileira passava por um processo de transformação e as idéias abolicionistas de intelectuais, partidos liberais e conservadores defendiam a libertação dos escravos. Em 1888, o Brasil, país novo e em desenvolvimento, necessitava de braços para o trabalho nas lavouras de São Paulo, com a escassez da mão de obra nas zonas cafeeiras por causa da Abolição da Escravatura.

“Na desagregação regional da informação da nacionalidade, observou-se que a Região Sudeste quase alcançou o dobro da média nacional na proporção de estrangeiros que fixaram residência antes do Censo de 1940. Neste caso, o peso maior foi dado pelo Estado de São Paulo, que desde o final do Século XIX atraiu importantes contingentes de imigrantes europeus, principalmente para o chamado “complexo ‘cafeeiro’”. Quanto aos brasileiros naturalizados, a Região Sul foi a região de maior percentual em 1940. A Região Nordeste praticamente não atraiu imigrantes até 1940”^{2,3}

A própria Regência se incumbiria de baixar leis e regulamentações, estimulando a entrada de estrangeiros numa época em que, a par do aperfeiçoamento do transporte marítimo e das novas facilidades de comunicações, crescia intensamente a população Européia, sacudida por crises agrícolas e políticas. A extinção do tráfico negreiro em 1850 e a aprovação das leis que erradicaram o regime escravo aumentaram as possibilidades de se tentar a vida no Brasil.

O recrutamento de trabalhadores livres dispostos a tentar a sorte no Brasil, subvencionado pelo governo, realizou-se basicamente na península ibérica, na Alemanha e, em especial, na Itália, onde multidões viam na

imigração para a América a melhor maneira de escapar à pobreza a que estavam fadados na Europa. Lá, os anúncios apresentavam o Brasil como um paraíso, mas os problemas dos imigrantes começavam antes mesmo da partida.

O porto de Santos, em São Paulo, era o principal local de desembarque dos recém-chegados, que nem sempre podiam deixar o navio imediatamente. Muitas vezes era preciso esperar dias a bordo à espera do trem ou de um barco que os conduziria até o destino final. Além disso, enfrentavam problemas com a documentação, a bagagem e até com a hospedaria, onde permaneciam praticamente fechados, obrigados a voltar para os dormitórios ao som do toque de recolher. A hospedaria funcionava também como um mercado de trabalho onde fazendeiros e seus representantes recrutavam mão de obra. O destino do imigrante era, geralmente, uma fazenda de café paulista, mas houve casos em que o imigrante voluntariamente procurava outras paragens como foi o caso do Estado da Bahia.

Além da agricultura praticada em novos moldes, os imigrantes que se instalaram inicialmente no sul do Brasil, trabalharam bastante para substituir a mão de obra escrava nas lavouras, mas, introduziram oficinas artesanais, deram origem a centros industriais na região, metalúrgicas, têxteis, malharias, vinhos, móveis e curtumes. Os imigrantes que se dirigiram para a Região Sudoeste da Bahia haviam tentado a sorte em Portugal e Rio de Janeiro. Como eram autônomos e tinham certo recurso, se tornaram mascates.

As relações bilaterais entre a Itália e o Brasil geralmente marcadas pela amizade e simpatia cujos governos, italiano e brasileiro cultivavam uma imagem positiva um do outro, em fins do século XIX esse clima amistoso foi realmente ameaçado quando conflitos de rua entre italianos e brasileiros em São Paulo causaram um estremecimento das relações entre os dois países, com o governo italiano levantando até a possibilidade de enviar uma expedição naval contra o Brasil⁴. Desde a década de 1870, mecanismos de entendimento mútuo foram criados e os organismos diplomáticos de ambos os países nunca perderam o contato entre si.

Em Salvador, início do século XX, muitos dos imigrantes que lá chegavam eram sapateiros, e se concentraram na Baixa dos Sapateiros, no Maciel e ruas vizinhas desses bairros, onde existiam numerosas lojas de calçados e tecidos, empórios e oficinas mecânicas dirigidas por italianos, e trabalharam por um longo período de tempo ao lado de comerciantes árabes e judeus⁵.

A conjuntura política existente entre a Itália e o Brasil a partir de 1920, observados os contrastes extremos entre os dois países não impediram que os grupos formados e assentados no sertão da Bahia associassem estratégias de fixação e ajuda mútua de comerciantes bem sucedidos para influenciar os Jequieenses a aceitarem os italianos que atravessarem o Atlântico em busca de dias melhores. Prometendo-lhes emprego e condições de sobrevivência os comerciantes acolhiam os patrícios, amigos e familiares que eram direcionados a trabalharem em negócios que se tornaram lucrativos, as casas comerciais de gêneros alimentícios.

O Nordeste brasileiro, especialmente o sertão da Bahia, não exerceu grande atração sobre os italianos. Por volta de 1882, apareceram os primeiros imigrantes italianos. No desejo de encontrar lugar adequado à sua cultura para se instalar, o pioneiro Guissepe Rotondano vislumbrou em Jequié um espaço profícuo para viver e desfrutar de uma vida melhor, e quem sabe mais tarde trazer os entes queridos deixados em Trecchina-Itália⁶.

De todo o exame que precede a pesquisa imigratória é possível destacar duas inferências fundamentais para a compreensão da situação dos imigrantes no interior da Bahia. Primeiro a região do sertão nordestino não apresenta incremento imigratório significativo em comparação a outros estados. Segundo, por seu turno, no Nordeste, onde havia terras pobres e também glebas agricultáveis, o problema de fixação do homem precisava repousar no desenvolvimento industrial, e no adequado parcelamento das propriedades agrícolas.

Ao se estabelecerem na Região Nordeste os imigrantes encontraram diversidades sociais e culturais que precisavam ser transpostas. Os problemas de adaptação eram muitos a resolver. Embora montanhosa como Trecchina na Itália, Jequié era recoberta de matas virgens, região extremamente pobre e seca, sem cursos d'água, povoada por indígenas, cangaceiros e animais selvagens, que constituíam ameaça iminente aos novos habitantes. As estratégias de adaptação ao novo espaço estavam vinculadas ao projeto de vida elaborado pelos imigrantes e a agricultura praticada em novos moldes seria um dos objetivos traçado. Os estrangeiros que chegaram à região traziam recursos próprios que serviram para implantar o comércio e enriquecerem. Amealharam diversos espaços físicos transformados mais tarde em instituições sociais, culturais e artísticas. Eram letrados, autônomos e perseveraram na efetivação de um

projeto de vida elaborado que tinha um processo ativo de pertencimento e italianidade latente para sua consecução.

A CHEGADA DOS IMIGRANTES ITALIANOS AO SERTÃO DA BAHIA: OS CONFRONTOS DE IDENTIDADE

A presença de italianos no sertão baiano provocou um movimento cultural dos habitantes originários de Jequié e fortaleceu laços identitários como forma de proteção contra a influência daqueles imigrantes e a demarcação dos limites na região. As características do ato de imigrar dos italianos que vieram para aquela região diferem de outras partes do Brasil na maneira como construíram uma nova identidade. Elaboraram estratégias de preservação da identidade através de manobras políticas que priorizavam o controle e o poder comerciais. Como a reprodução das tradições era exigência fundamental para os italianos, por meio da memória procuraram manter os hábitos e costumes dos seus antepassados.

O pioneiro Giuseppe Rotondano depois de tentar a sorte no Rio de Janeiro desembarcou em Salvador e como mascate se aventurou pelas estradas que o levaram ao interior do Estado da Bahia, sertão baiano. Acompanhado por um criado e duas cavalgadas, Giuseppe Rotondano saiu a mascatear pelas fazendas e lugarejos. “Nas suas andanças, vendia tecidos e miudeza trocava figuras de santos e adquiria antiguidades que, mais tarde, eram passados adiante em Curral Novo, Castanhão, Piabanha, Boca da Peça, Sapucaia, Sobrado, Jacaré e Jequié, pois estes distritos faziam parte do seu roteiro”⁷.

Os imigrantes foram os primeiros mascates do lugar, homens que visitavam as rancharias (local onde os tropeiros e vendedores de gado de toda a região estacionavam para darem alimentação ao gado, e abastecerem-se para o resto da viagem), e levavam produtos para serem vendidos ou trocados. Estabeleceu-se assim um sistema de crédito e troca das próprias mercadorias. Quase sempre sua atividade era voltada ao comércio de gêneros alimentícios, importavam produtos e traziam várias inovações da Europa, como máquinas fotográficas, instalações elétricas para serem usadas em festas populares, quermesses promovidas pela igreja, pequenas máquinas de costura e utilidades domésticas, que eram revendidos na capital e região.

Na região aonde chegaram as cidades que fazem parte do Sudoeste da Bahia cobrem uma área 3113 km², possui uma faixa no Polígono das Secas. Limita-se com os municípios de Itiruçu, Jaguaquara, Lafaiete

Coutinho, Maracás, Boa Nova, Itagi, Manoel Vitorino, Aiquara, Ipiaú, Jitaúna e Wenceslau Guimarães. A cidade está a 216 m de altitude, situada a 13° 51'50" de latitude sul e 40° 04'54" de longitude W. "Gr" e distam 189 quilômetros, em linha reta, de Salvador.

Em 1878, o arraial em formação, com cinco ou seis casas cobertas de telhas e as demais cobertas de palhas no pequeno povoado, despertou nos imigrantes a possibilidade de ser aquele o ponto central de desenvolvimento e entroncamento de várias estradas que serviam à mata e à caatinga. A facilidade de comunicação com a circunvizinhança pela conversão da encruzilhada ligando a diversos locais como, de Ilhéus para Maracás, de Camamu para o alto sertão e de Nazaré para Vitória da Conquista e norte de Minas, propiciou a efetivação dos propósitos de desenvolvimento local. Aquele pequeno lugarejo era constantemente escolhido para pouso de tropas de viajantes, onde surgiram as primeiras hospedagens, rancharias e casas comerciais, reunidas na Praça Luis Viana, nome dado em homenagem ao governador que emancipou a cidade, e mais tarde onde seria implantado o comércio pelos italianos.

Jequié, distrito do município de Maracás, de 1860 a 1880, abastecia as regiões Sudoeste e Sudeste da Bahia, assim como a bacia do Rio das Contas. Com a crescente importância como centro comercial, o então povoado da Boca do Sertão crescia linearmente às margens do Rio, cujo leito volumoso e estreito era cercado por uma extensa mata. Como a maioria dos imigrantes veio sozinha, sem família, ou fugida nos porões dos navios, encontraram dificuldades desde a partida. No sertão tiveram de disputar o espaço palmo a palmo com os nativos da terra, que abriram concessões e foram vencidos pelas propostas do mercado de trabalho.

Somente em 10 de Julho de 1897, a Lei Estadual n.180, eleva à categoria de Vila o povoado de Jequié, desmembrando-o de Maracás. Urbano de Souza Gondim primeiro intendente do município foi escolhido no pleito municipal de outubro do mesmo ano, emancipando politicamente a cidade de Jequié a 25 de outubro. Neste mesmo ano é instalado o Conselho do Município de Jequié que autoriza somente em 1911, o intendente a contrair um empréstimo de 6 contos de réis, destinado à construção de uma estrada ligando à sede ao município. O empréstimo foi contraído às firmas Miguel Grisi & Cia e Batista Scaldaferrri Irmãos.

Rotondano passou a ter fregueses em toda a região Sudoeste que o incumbiam de encomendar e transacionar produtos na capital do Estado.

Rotondano, italiano objetivo e dotado de incomum habilidade no encaminhamento dos negócios, já conhecia as manhas e artimanhas do comércio, observou o grande número de tropas vindas de todas as direções e convergiam para Jequié. Certificando-se que estava diante do “lugar ideal”, apostou na sua intuição. E ela não falhou.

Com os lucros proporcionados pelo grande volume de negócios, Rotondano iniciou a edificação do prédio da firma Rotondano & Niella em 1882, situada na Praça Luís Viana, o qual foi destruído pela enchente de 1914. Associa-se a José Niella, impulsiona o comércio em toda a região e instala o crediário, pois não existiam agências bancárias na região. Cria o serviço de correios, delibera sobre os ocupantes dos cargos neste órgão, através do Diretor dos Correios Macedo Costa.

Em 1892, foi fundado o primeiro mural manuscrito, Liberato cujo jornalista dirigente era João Bastos. Nos dias de feira, além das notícias divulgadas pelo periódico, as curiosidades locais eram escritas em cordéis que parodiavam a vida cotidiana do sertão.

A cidade desenvolveu-se a partir de movimentada feira situada na Praça Luis Viana onde desembarcavam mercadorias que vinham pelas margens do Rio das Contas. O local atraía comerciantes que vinham de todos os cantos da região e ali faziam negócios lucrativos no final do século XIX. Mas a enchente de 1914 destruiu a parte comercial que foi transferida para o lugar mais alto para evitar nova catástrofe. O lugar onde abrigou o novo comércio foi sugerido por Vicente Grillo, comerciante influente que chegou em 1904 e ascendeu através do comércio de produtos alimentícios.

Os sobrenomes que representam os italianos em Jequié são: Aprile, Bertani, Biondi, Caricchio, Colavolpe, Colombini, Ferraro, Fratelli, Giudice, Grillo, Grisi, Lamberti, Leto, Limongi, Lomanto, Maimoni, Magnavita, Marotta, Michelli, Niella, Orrico, Paladino, Pelegrini, Pignataro, Rotondano, Sarno, Scaldaferri, Schettini, Tolomei, Torregrossa e Vita, que pertenciam imigrantes italianos que chegaram ao município de Jequié e região. A interiorização do comércio começa mesmo antes da criação do município.

A firma Rotondano & Niella grande impulsionadora do comércio em toda a região, com métodos modernos para a época, dispunha de crediário quando ainda não havia agência bancária na cidade. Em 1888, Rotondano foi quem primeiro tomou conhecimento da notícia da Abolição da Escravatura. Em 1890, a firma Rotondano & Niella assumiu

a responsabilidade de adquirir toda a mercadoria que não fosse comercializada na feira local no intuito de controlar toda a produção dos colonos e agricultores. A partir daí Jequié passou a ter sua feira regular aos sábados.

Com a chegada de Vicente Grillo, o desenvolvimento do comércio foi ampliado. O imigrante migrou moço para o Brasil, se instalou fez fortuna, e dedicou-se a variadas atividades econômicas. No comércio, na Praça Luís Viana, fez prosperar a firma Grillo Lamberti Cia., desenvolveu atividades agrícolas na Fazenda Provisão — modelo para a época — onde eram criados animais de raça e aves raras, se desenvolvia a criação de carpas e funcionava uma fábrica de gelo que servia à cidade. Doou todos os terrenos onde foram instaladas as instituições sociais, culturais, artísticas e econômicas.

Foram consideráveis as doações feitas por este à cidade. Indiquem-se algumas delas: os terrenos para a construção da Igreja Matriz e do Grupo Escolar Castro Alves, do Jequié Tênis Clube, do Hospital Regional Prado Valadares (cuja escritura seria passada por seu filho Benito Grillo no começo da década de 80), do Estádio Anibal Brito (hoje Ginásio de Esportes), do reservatório da Embasa, do Parque de Exposições, do cemitério São João Batista, do Aeroporto Vicente Grillo. Doou ainda os sinos e os relógios da Igreja Matriz de Jequié e Trecchina na Itália, consideradas cidades irmãs pela UNESCO - **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**.

Vicente Grillo retornou à Itália para casar-se. Desposou uma jovem de sua cidade e teve três filhos. Dos filhos do casal, apenas Benito Grillo veio para o Brasil e aqui se radicou. Justina Scaldaferrri a esposa, morava em Trecchina nunca veio à região com medo da febre amarela e do banditismo que assolava Jequié naqueles tempos. Ao tornar-se grande comerciante, Grillo procurou aproximar a comunidade de Trecchina à de Jequié, onde tinha suas propriedades e negócios da cidade de Trecchina.

Inicialmente os imigrantes procuraram se fixar ao lugar e desempenhar o papel de comerciantes. Com o passar do tempo e da ampliação dos negócios, Grillo construiu um sobrado ao estilo arquitetônico italiano, cultivava hábitos italianos, uma cozinheira trazida da Itália e uma cozinha italiana elogiada nos jornais locais. O material da construção do sobrado Grillo foi todo trazido de navio da Inglaterra. O sobrado de dois andares, novidade para a época acolhia os patrícios imigrantes da Itália, convidados

expressamente a trabalharem e a se estabelecerem na cidade. Os fundos de ajuda eram financiados pelos comerciantes locais e pela própria comunidade que participavam dos eventos realizados na região.

Em 1854 no Rio de Janeiro é fundada a Sociedade de Beneficência e Mútuo Socorro, entidade sem fins lucrativos e destinada a dar assistência aos italianos que se encontravam longe da pátria. “No caso da **Bahia**, porém, há indícios de que recursos financeiros fluíram das empresas italianas locais em direção ao Integralismo. Se essa informação for verdadeira, a única maneira de explicar a diferença com a situação de São Paulo e provavelmente o fato das empresas italianas da Bahia ser majoritariamente multinacionais italianas, cujo grau de independência com relação aos desejos de Roma era muito menor do que o das empresas de propriedade de italianos em São Paulo”⁸.

A primeira razão social nos dados fornecidos pelo Oficial do **Registro de Imóveis** do Fórum Bertino Passos em Jequié, **Bacharel em Direito Alan Biondi, descendente de italiano**. A firma registrada na Junta Comercial foi a Agnelo Marotta e Cia, sob o registro 1504 de 29.04.1897; A firma Marotta, Pignataro, Grisi e Cia, fundada em 26-09-1900, contrato social registrado na Junta Comercial da Bahia em 16 de novembro de 1900, sob o número 2042, A firma Marotta & Rotondano e Cia, sucedeu a anterior em 10 de janeiro de 1911, registrada sob o número 3672. A firma Roberto & Grillo e Cia, sucedeu a Marotta, Rotondano e Cia em 26 de março de 1913 sob o registro 4030, a firma Grillo, Lamberti e Cia sucedeu a Roberto Grillo e Cia em 20 de outubro de 1923, sob o registro 6390, e em 13 de março de 1947, sob o número de registro 15.753, a firma Grillo pertencia a Vicente Grillo. Até 1961, a firma Braz Grillo & Sobrinho continuava em vigor.

A preferência pelo ramo de alimentos chamados secos e molhados trazia retorno imediato, sobretudo quando as compras podiam ser feitas com prazo para pagamento. Com isso instituíram o crédito que iniciaria uma trajetória de possibilidades para toda a região em termos comerciais porque expandiu as fronteiras de negócios. As instituições foram criadas pelos italianos que doaram terrenos, importaram materiais de construção da Europa para a construção de prédios, contratação de arquiteto francês que dispôs o traçado das ruas e avenidas da cidade, criou todas as instituições sociais, culturais e econômicas. Embora tenham propiciado todas as inovações à cidade as instituições se tornavam credoras das firmas italianas, pois a implantação desses órgãos era subsidiada pelo conglomerado italiano.

No ano de 1900 já viviam no Estado da Bahia cerca de seis mil italianos, a maior parte ao Sul da Bahia, embora o contingente em outros municípios, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás Ipiaú e Poções, já fossem significativos. Muitos foram os imigrantes que prosperaram no comércio, e abriram importantes firmas como: Grillo Lamberti & Cia., Vicente Leoni & Cia. Limongi & Cia., Fratelli e Biondi, Bar e Pastelaria Fascista, Geraldo Orrico & Cia., etc.

Com o crescimento dos negócios a partir de 1900 e da necessidade de empregar os amigos e parentes que continuavam em Trecchina foram convidados a imigrar e a tentar fixar residência no sertão com a perspectiva de um futuro mais promissor. Somente em 1910, Jequié é elevada a categoria de cidade. Inicialmente o sobrado Grillo, local construído especificamente para receber os patrícios com estrutura domiciliar aos moldes europeus, até uma cozinheira italiana foi trazida para preparar massas, sopas e quitutes do cardápio italiano completavam o círculo envolvente dos italianos. Os convocados eram selecionados a partir do letramento e da mão de obra especializada daí então era encaminhado para os ramos de negócios da Firma Grillo & Lamberti onde prestariam serviços. Embora os convidados fossem direcionados para serviços pré-determinados, tinham suas carteiras de trabalho atualizadas com registro da firma.

Em 1904 foi fundada a Matriz da firma Grillo Lamberti & Cia e posteriormente filiais em Salvador, Nazaré e Poções, exportadora de cacau, café, fumo, algodão, araroba (*é o nome popular de uma árvore da família das Fabáceas (ex-Leguminosas), da qual se extrai um óleo com propriedades medicinais e também uma substância conhecida como pó de goa*) e couros à Rua João Mangabeira. End. Telegráfico: Jequitália. Braz Grillo sócio gerente e secretário da firma. Vicente Leoni era sócio-chefe da firma.

Todos os negócios passavam pelo crivo do italiano através da Firma Grillo. Desde a chegada os italianos detinham o controle administrativo da região. Primeiro por que eles deliberavam as mercadorias que eram compradas e vendidas e adquiriam todo o estoque que seria comercializado na feira local instituindo o sábado como dia para os negócios. A maioria dos imigrantes que veio a convite se instalou no sobrado Grillo, local construído como um quartel general de recepção dos patrícios. Tinha estrutura domiciliar, recebia nos moldes italianos e no trato pessoal tanto na alimentação com o intuito de fazer o imigrante se sentir em casa.

Desempenharam importante função social, e não eram somente comerciantes, tinham trânsito no acompanhamento da formação intelectual e eram detentores das informações e divulgação de notícias. Eles traziam e levavam notícias, da capital do Estado e da Europa para os parentes e amigos e habitantes regionais. O primeiro serviço de correio regional foi instalado na Firma Rotondano & Niella.

A ascensão social dos grupos fazia parte dos esforços despendidos e da coesão do trabalho coletivo. Tinha o significado de vitória e demonstração sobre os próprios negócios, pois, o sucesso alimentava a vontade coletiva de manter uma identidade nacional perdida. Direta ou indiretamente ligados à política, era objeto de consulta todos os objetos políticos, sociais, culturais e econômicos diretamente a Vicente Grillo, que praticamente tinha o poder decisório em todas as articulações no município. Usava o jogo de poder, pois as ações sempre estavam ligadas à liberação de recursos e os seus ramos de negócios eram os financiadores.

Além de implantarem instituições educacionais, escolas, culturais, clubes e sociais, sociedades literárias, artísticas, cinema, teatro, clube, banco, correio, aeroporto, a Fazenda Provisão de sua propriedade era a considerada a melhor em todo o território brasileiro, e seus animais de raça, cavalos e gado leiteiro ganharam os primeiros lugares em vários concursos nacionais demonstrando o esmero do proprietário nas suas investidas. Naquela fazenda foi instalado o primeiro telefone no Estado e a primeira fábrica de gelo da região. A placa que homenageia Assis Chateaubriand em 1952, um dos homens públicos mais influentes do Brasil nas décadas de 1940 e 1960, tem destaque especial como jornalista, empresário, mecenas e político na sede da Fazenda.

Com a ausência de agências bancárias na região e a necessidade de ter instituições de financiamento e de um banco, como entusiasta da idéia Vicente Grillo, conseguiu o local para a instalação do Banco do Brasil que seria a agência de número 60 no estado. O Edifício Grillo foi usado para tal fim inicialmente e em seguida foi cedido para a instalação da primeira escola de nível médio, funcionando o primeiro ginásio. Na década de 1960, a Câmara Municipal aprovou lei reconhecendo-o benemérito maior de Jequié. A denominação do Centro de Abastecimento Vicente Grillo, dada através da Lei nº 1.132, de 2 de maio de 1990 é uma homenagem do povo de Jequié, ao considerado maior benfeitor do desenvolvimento regional.

Para alcançar os objetivos e possuir o controle sobre o espaço e sobre as pessoas tentavam anular as diferenças culturais e sociais em busca da

criação de um ambiente onde os nativos e os italianos convivessem pacificamente. Nem sempre conseguiram romper os limites de discriminação. Mas associavam às questões econômicas as formas reformadoras de acesso à liberdade e autonomia almejadas para o espaço de prosperidade.

Os imigrantes italianos reproduziram em Jequié e na circunvizinhança a cultura de seus antepassados expressa por normas, valores e crenças. A memória e o imaginário coletivo usado como preservação da identidade e recriação dos hábitos culturais. Entrelaçaram o espírito de solidariedade, convivência, e o gosto pela vida, pelos prazeres na dança, da alimentação, das canções mescladas nos traços da ambiência italiana reproduzida no Brasil. As roupas de linho retesadas pela goma que engessava os corpos foram aos poucos sendo descartadas e passaram a ser trocadas por algodão tecido refrescante. Na alimentação, o macarrão e as massas italianas foram aos poucos mesclados pela carne do sol e pela farinha de copioba de origem sertaneja. O clima quente causticante que chegava aos quarenta graus centígrados fez dos alvos lírios italianos da região da Basilicata, vermelhos pimentões do Sertão da Bahia.

Os mecanismos adotados para fixação a terra, resultaram na construção e remodelação do espaço arquitetônico e social de Jequié, a implantação do comércio, de instituições religiosas e sociais.

Havia entre os italianos um projeto comum — lutar pela sobrevivência cultural de uma pequena e dispersa comunidade. Espalhava-se por todo o mundo, e uma grande parte de seus integrantes tentava insuflar um pouco de espírito de defesa da identidade coletiva, trazendo consigo a constante perseverança jovialidade e insuperável otimismo. Apesar de se integrarem à sociedade brasileira não esqueceram a pátria de origem, e era comum dentre os que dispunham de recursos, viajar periodicamente à Europa, visitando os parentes, os amigos, e cidades de onde eram originários.

O trabalho tomava todo o tempo, e quase não se tinha tempo para pensar na vida. Os imigrantes decididos a extrair todas as possibilidades que a terra tinha a oferecer, trabalhavam de sol a sol, sem dias livres ou muitos espaços para o lazer. Na tentativa de preservar os costumes e manter a proximidade com os patrícios, criaram grupos para organizar festas que desenvolviam atividades sociais, culturais e políticas financiadas e como forma de marketing para ter o controle absoluto da região. As quermesses e festas populares eram motivo de reunir e comemorar os

frutos da popularização da imagem do italiano tirando proveito do reconhecimento os nativos tinham dos progressos trazidos pelos italianos. Os recursos eram liberados pelas firmas italianas.

Socializavam as festas em seu próprio benefício, os eventos ajudavam a divulgar os hábitos e costumes, discretamente ensinados e inculcados nos habitantes através das danças, da religião, da alimentação dos hábitos e costumes italianos. Naquele espírito nacionalista foram criadas associações literárias e entidades beneficentes, e religiosas. Com a escolha dos italianos o santo padroeiro Santo Antônio de Pádua, agradou brasileiros e italianos que construíram uma igreja no ponto mais alto da cidade, que possui um relógio igual ao de Trecchina, doado por Vicente Grillo às duas igrejas. A freguesia teve o seu primeiro vigário o cônego Jacinto Hilário Ribeiro Sanches.

Cumpre frisar, com base nos testemunhos orais de descendentes e colaboradores da região, que os italianos, com obstinação, trabalho e arte, legaram à região uma sociedade estruturada que teve na cultura sua maior referência de bom gosto. A educação artística surgiu naturalmente para assegurar maior abertura à sociedade, promoveu o surgimento de bandas de música que desfilavam nas ruas durante as festividades, e a criação de clubes sociais, como o Jequié Tênis Clube e Associações beneficentes. Nos terrenos doados pela família Grillo a Jequié estão instaladas as instituições sociais, culturais, econômicas, financeiras, políticas e artísticas. Aqueles monumentos fazem parte da perpetuação do nome de Vicente Grillo que tem seu nome estampado em diversos locais, no Aeroporto, no Centro de Abastecimento e outros.

A geografia local acelerou o progresso, mas, à proporção que os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré se aproximaram da cidade em 1930, outras cidades como Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Ubaíra, e outros centros, ameaçavam Jequié que passou a perder seu lugar de entreposto regional.

CONCLUSÃO

Na interseção entre a vida pública e privada, no resgate do cotidiano e da celebração de eventos, no trato com a vida e com morte, a trajetória desses estrangeiros vindos de terras distantes deixou marcas que transformaram as situações, valores e comportamentos, na prática de culturas, cujo objetivo principal era a ascensão na sociedade e amenizar os confrontos tanto sociais como interétnicos. O confronto de identidade provocou rupturas que ampliaram as discussões sobre a alteridade.

Na construção do espaço arquitetônico e social, a instalação do comércio, de instituições religiosas e sociais, os italianos usaram a influência econômica para intermediar e deliberar sobre as situações e conflitos sociais. O banditismo que assolava a região também esteve presente nos confrontos políticos e resolvidos com a intervenção dos italianos.

A criação de mecanismos diversos que preservavam a identidade cultural praticados em moldes estratégicos contribuiu significativamente para o progresso da região. As diferentes características do ato de imigrar mostram a especificidade da imigração em Jequié. As estratégias elaboradas para a ocupação dos espaços sociais e culturais fizeram com que os pioneiros transformassem o ambiente e mesclassem suas culturas em outras, as sertanejas.

Em Jequié não encontramos referências a agricultores entre os imigrantes do final do século XIX, mas havia artistas, fotógrafos, músicos, pintores, mascates, artesãos, ourives, mecânicos, carpinteiros, entre outros que ajudaram no progresso daquela região. Aqueles italianos esquecidos não constam nos registros ou fazem parte da lista dos benfeitores do progresso.

A imigração italiana no Brasil continuou em escala reduzida até a década de 1920. O ditador Benito Mussolini e o governo nacionalista passaram a controlar a imigração. Após a Segunda Guerra Mundial e a declaração de guerra do Brasil contra os países do eixo, a vinda de italianos para o Brasil entrou em decadência. Paralelamente, o país recebeu ajudas financeiras através do Plano Marshall, que obrigou a permanência de trabalhadores para reconstruir a Itália.

A deficiência de estatísticas que focalizam a imigração ao Nordeste impede-nos de apresentar o balanço imigratório que represente com mais fidelidade, a influência real estrangeira no quadro demográfico de 1888. A influência da imigração italiana no que se refere à transformação socioeconômica do comércio regional, ainda está presente na contemporaneidade. Os monumentos, as homenagens feitas àqueles estrangeiros são preservadas pela memória e pelo imaginário coletivo do povo sertanejo.

As firmas italianas na Região Sudoeste da Bahia começam a perder hegemonia comercial com as notícias mundiais e a abertura de outras agências bancárias com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré. A construção de 62 quilômetros e meio de trecho ligava

Jaguaquara a Jequié. Entre as pessoas que a fizeram estava o italiano Ricardo Bruni.

Havia no Brasil um momento de intensa busca e negociação pelo sentido de nacionalidade, no qual o brasileiro se percebia por meio de estrangeiros aclimados, internos, indígenas, escravos, negros que chegavam, estabelecendo uma identidade, à medida que assimilavam suas culturas. A imigração começa a ser negociada diretamente entre estrangeiros e brasileiros, abrindo espaços e diferenças entre imigrantes, empresários, fazendeiros, gerando representações de cunho escravocrata.

Os italianos começaram sua marcha pelo povoamento, enfrentaram regiões onde a natureza era hostil e a terra menos fértil. Nas condições das mais adversas, ocuparam terras e defenderam o objetivo comum a todos, construir um lugar para viverem de forma digna e pudessem voltar à terra de origem numa perfeita demonstração de coesão patriótica.

Os italianos e brasileiros se aculturaram tiveram importância significativa na interseção entre o “eu” e o “outro” e desempenharam papel fundamental nos processos de modernização no Brasil como um todo, e em particular ao Nordeste brasileiro. Participaram de forma efetiva no desenvolvimento da industrialização, da exportação, dos processos de politização e estatização de serviços, instituições, empresas e organizações de propriedade do Estado.

Os pioneiros formaram a colônia italiana que deu origem ao comércio regional do Sudoeste da Bahia, inculcaram nos habitantes locais, culturas e hábitos próprios dos europeus, desbravaram um sertão árido e seco, que carrega as marcas identitárias impressas pelas figuras italianas de Giuseppe Rotondano, José Niella e Vicente Grillo.

Os seus nomes resistiram à tradição e a modernidade e demonstraram por meio da memória coletiva que a perpetuação e agradecimento ao desenvolvimento regional estão calcados nas marcas deixadas pelos desbravadores italianos. Quase sempre identificados como “carcamanos”; sobrepujavam as diferenças e trocaram experiências com aquela sociedade nordestina.

As novas formas de imprimir poder e dominação simbólica transformaram o sertão nordestino no “novo mundo”, “o lugar ideal”, que beneficiaram italianos, e propiciou aos sertanejos uma possibilidade de viver e conviver o diferente, o outro.

NOTAS

- ¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Bibliotecária e Professora Assistente da UESB – Bahia.
- ² IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia a; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2000.
- ³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, Mestre em Memória Social pela UNIRIO, Bibliotecária e Professora Assistente da UESB – Bahia.
- ⁴ SEITENFUS, Ricardo. O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos 1930-1942 (O processo desenvolvimento brasileiro na II Guerra Mundial). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.
- ⁵ AZEVEDO, T. de. Italianos na Bahia e outros temas. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
- ⁶ Trecchina-Itália Origem datada do século V teve suas primeiras casas construídas junto às ruínas de uma antiga colônia grega. Sob a jurisdição do Estado de Potenza localizada na Basilicata, Itália Meridional durante séculos, foi cenário de memoráveis lutas que se estenderam até a unificação definitiva da Itália. Tem como principais fontes de renda a oliveira, o vinho e o trigo. Várias Trecchina Origem datada do século V, teve suas primeiras casas construídas junto às ruínas de uma antiga colônia grega. Sob a jurisdição do Estado de Potenza localizada na Basilicata, Itália Meridional durante séculos, foi palco de memoráveis lutas que se estenderam até a unificação definitiva da Itália. Tem como principais fontes de renda a oliveira, o vinho e o trigo. Várias explicações se produziram em torno da origem do seu nome, parecendo mais plausível àquela que a identifica com um morro de explicações se produziram em torno da origem do seu nome, parecendo mais plausível àquela que a identifica com um morro de três pontas ou de três espigas, que se sobressai sobre os demais que circundam a localidade.
- ⁷ ARAÚJO, Emerson Pinto de, A história de Jequié, Jequié: ACIJ, 2000.
- ⁸ BERTONHA, Fábio. O fascismo e os italianos no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 177

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Emerson Pinto de, A história de Jequié, Jequié: ACIJ, 2000.
- ARAÚJO, Émerson Pinto de. Capítulos da História de Jequié. Salvador: EGB Editora, 1997.
- AZEVEDO, T. de. Italianos na Bahia e outros temas. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
- ADA, ROLO 4/380, CÓDIGO 832.00F RELATÓRIO Italian Activities in Brasil de 6-12-1939, fotograma 19, p.90.
- BERTONHA, Fábio. O fascismo e os italianos no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 177.
- FERREIRA, Jurandyr Pires. (org). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. 2 vol.
- LA CAVA, Gloria. Italians in Brazil. The PostWorld War II Experience. Revista di Studi Italiani, (Vol. XIX n. 1, June 2001), pp. 325-326.

IANNI, Constantino. Homens sem Oaz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Difel 1963. 246p.

IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia a; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2000.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Prisioneiros de guerra: a reclusão dos imigrantes indesejáveis (1942-1945), 1999.

TRENTO, Ângelo Do outro lado do Atlântico - Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.

SAMPAIO, Consuelo Novais. A Bahia na Segunda Guerra Mundial. Salvador, UFBA, 2005.

RESUMEN

En las últimas décadas los estudios en la inmigración italiana en el Brasil ha sido blanco de los releituras de los historiográficas que imprimen nuevos significados y los principios distinguidos a las relaciones del sociability y a la permanencia de las culturas del origen. Ese fenómeno representó el cambio significativo de las estructuras mentales y sociales de brasilenos y de italianos durante la integración en el extremo del séc. XIX. La perspectiva para visitar la región al sudoeste de la Bahía crea una prominencia especial él para poder y la dominación simbólica, realzada para las estrategias de la ocupación del espacio territorial. Las estratagemas elaboradas habían reducido al mínimo alteridades y al pocos habían estado siendo mezcladas para las posibilidades de inclusión social de los sertanejos al mercado del trabajo. Palabras clave: inmigración - espacio - identidad territorial.

ABSTRACT:

In recent decades the studies about Italian immigration in Brazil has been the subject of historical retellings that print new meanings and different principles on personal relationships and permanence of the cultures of origin. That phenomenon represented significant change of social and mental structures of Brazilians and Italians during integration at the end of the 19th century. XIX. the prospect of revisiting the southwestern region of Bahia creates a special emphasis on the symbolic power and domination, highlighted by the strategies of territorial occupation of space. The stratagems devised minimized otherness and gradually were merged by the possibilities for social inclusion of people from the labour market.

Keywords: immigration – territorial space - identity.



A Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul e a Atuação Política de Gaspar Silveira Martins

Maria Medianeira Padoin¹

Naiani Machado da Silva Fenalti²

Monica Rossato³

RESUMO

A polarização entre uma frente autonomista e outra centralista, aumentou após a Revolução Farroupilha (1835-45). Estas duas frentes partidárias voltariam a se organizar na segunda metade do século XIX, desta forma: a de menor expressão na Província, mas articulada com os interesses do centro, deu origem ao “Partido Conservador do Rio Grande do Sul”, e a outra, hegemônica no Estado, defendendo os interesses das elites rurais rio-grandenses, deu origem ao “Partido Liberal” em 1860.

Palavras Chaves: Gaspar Silveira Martins, Imigração, Estado Brasileiro, Federalismo.

O presente artigo objetiva, a partir da revisão da historiografia produzida sobre a imigração européia para o Rio Grande do Sul, relacionar a atuação política de Gaspar Silveira Martins no que tange ao seu projeto de construção do estado brasileiro, em que tanto a política de valorização do imigrante quanto a defesa do federalismo foram pilares de seu discurso.

Newton Carneiro (2006, p. 126), afirma que o tamanho do Brasil se configurou como um dos elementos de dificuldade da integração nacional; fato fez com que o Rio Grande do Sul (RS) não aceitasse facilmente os desmandos vindos do governo central, principalmente naquilo que comprometia os interesses das elites sul-riograndenses. Além disso, a Província Rio Grandense era influenciada pelas idéias de autonomia vindas da região vizinha do Prata, principalmente desde o início do processo de descolonização no século XIX.

Neste sentido, Newton (2006, p.131) ainda afirma que, na Província, a polarização entre uma frente autonomista e outra centralista, aumentou

após a Revolução Farroupilha (1835-45). Estas duas frentes partidárias voltariam a se organizar na segunda metade do século XIX, desta forma: a de menor expressão na Província, mas articulada com os interesses do centro, deu origem ao “Partido Conservador do Rio Grande do Sul”, e a outra, hegemônica no Estado, defendendo os interesses das elites rurais rio-grandenses, deu origem ao “Partido Liberal” em 1860.

Quando os partidos se reorganizaram eles passaram a disputar o poder político provincial. A partir de 1872, os liberais sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, um dos mais radicais, aproveitando-se de uma cisão interna no Partido Conservador, conseguem a vitória nas eleições para a Assembléia Provincial. Nesse sentido, Helga Piccolo (1979) explica que: “O Partido Liberal provava ser a mais forte agremiação política da Província e sua hegemonia no Rio Grande do Sul seria incontestável até o fim do Império” (p. 110). No entanto, na representação nacional, o Partido Conservador continuaria a dominar, ao menos de 1873 até 1877.

Não obstante, neste mesmo período, é importante destacar que junto a essa reorganização do bipartidarismo no Rio Grande do Sul, ao menos até a fundação do Partido Republicano (PRR) em 1882, pela iniciativa do Clube Republicano de Porto Alegre, como destaca Helgio Trindade (1979, p. 122), também ocorre o início das primeiras experiências da política de imigração italiana para Brasil, e, mais tarde, a partir de 1875, no RS.

Desta forma, na Itália, país de origem destes imigrantes, salienta-se que a Unificação do Estado Nacional Italiano, em 1870, levou a constituição de seus limites políticos, que somente se completaram após a Primeira Guerra Mundial. Foi neste período, entre o início de sua unificação e a consolidação da mesma, que o Brasil, especialmente o Rio Grande do Sul, passou a receber grandes contingentes de imigrantes vindos do estado italiano.

A formação deste Estado foi resultado de uma série de transformações que ocorreram no continente europeu nos séculos XVIII e XIX com a expansão do sistema capitalista, e entre elas está a industrialização que começou na Inglaterra, mas se expandiu a diversas regiões, alcançando a península itálica. A partir disso, o trabalho artesanal e familiar cedeu lugar a indústrias de produção em série, desempregando e expulsando de suas terras inúmeros trabalhadores. Neste sentido:

Com a nova ordem econômica que se implantava, o sistema artesanal típico das sociedades pré-industriais, foi progressivamente liquidado. O próprio governo italiano, interessado em *ajustar* a economia às novas formas de produzir, tomou medidas que atingiram diretamente as camadas pobres da população: o imposto sobre a farinha, a abertura da economia ao mercado externo, a concorrência com os produtos estrangeiros acabaram por minar as bases da agricultura familiar, promovendo seu sucateamento e elevando o montante das dívidas da população rural, que vendia suas terras a preços irrisórios para obter dinheiro e saldar as dívidas. (FAVARO, 2006, p. 308).

As Revoluções Francesa e Americana proporcionaram a expansão das idéias de democratização, e tiveram como conseqüência a difusão do sentimento nacionalista de caráter liberal e a defesa do racionalismo. Neste sentido, para formar um estado nacional moderno, baseado na ideologia liberal, era necessário unificar-se a partir da institucionalização de uma Constituição (carta máxima da nacionalidade).

Esses acontecimentos foram de grande importância na constituição dos estados nacionais modernos, porque as conseqüências deles provocaram transformações na economia, política e sociedade de diversos países. E nesse contexto se insere a Itália.

A partir disso, percebe-se que todo esse processo transformou a vida de toda a população da península itálica, principalmente no que concerne a população rural, não só nos meios de produção, mas na própria organização familiar, marcada pela família extensa, onde a unidade produtiva correspondia à unidade familiar. A partir disso a estrutura familiar se modificou com a migração para os centros urbanos, passando a se constituir famílias pequenas, formadas apenas pelos genitores e seus filhos.

Contribuiu também para emigração italiana, a situação de miserabilidade da população, pois segundo Loraine Giron (1980, p. 51), a industrialização não apenas expulsou a população camponesa para as cidades, como nelas não conseguiu absorver a demanda de mão-de-obra. A partir disso, formou-se um grande excedente populacional, e a emigração foi a solução encontrada pelo novo Estado italiano para

“amenizar” o problema demográfico e social e assim inserir a Itália no sistema capitalista que se consolidava (FRANZINA, 2006).

Sendo assim, no que tange a emigração, ainda é mister esclarecer que a população que da Itália emigrada trouxe consigo os sentimentos e experiência de uma região específica, de um vilarejo, no qual tinha laços de parentesco e amizade, por isso não se entendia ainda como pertencente ao novo estado italiano como um todo, pois a unificação havia tido um alcance político, mas não social e cultural. Assim discorre Favaro (2006, p. 310):

Numa península politicamente fragmentada há séculos, marcada por rivalidades e interesses dos grupos dominantes regionais em busca de hegemonia, era mais do que natural que os milhares de indivíduos que deixavam a terra de origem não se considerassem nem se reconhecessem como italianos: diziam-se vênnetos, lombardos, piemonteses, sicilianos, calabreses, florentinos, lígures, romanos. Sua verdadeira identidade era construída a partir da *comune*, da pequena aldeia comunal, ou da cidade próxima, em torno da qual acontecia a vida camponesa [...].

Por outro lado, o Brasil, país que já tinha vivido a experiência da imigração com outras etnias em períodos distintos, passou a viver novamente com imigrantes italianos. A partir disso, considera-se relevante elencar os principais motivos que levaram o Império brasileiro a se interessar em trazer imigrantes italianos para o Brasil.

O que impulsionou a imigração, como se sabe, foi a necessidade de mão-de-obra para as lavouras, com o fim do tráfico de escravos em 1850 e a iminente abolição da escravidão, diante da crise pela qual passava o Império brasileiro bem como a situação européia e do novo estado italiano.

Outra questão que contribuiu para uma política imigratória por parte do Império brasileiro foi a necessidade de um branqueamento da população dentro de uma perspectiva de construir o estado nacional brasileiro nos padrões da modernidade, juntamente com a intenção da revalorização do trabalho braçal, pois o mesmo até então era realizado majoritariamente por escravos negros e mulatos. Esta revalorização se deve a necessidade de substituição do braço negro pelo branco, e a

aceitação de ser este também um trabalho “digno” e que agora passava paulatinamente a ser remunerado.

Neste sentido, tanto a necessidade de branqueamento quanto a de mão-de-obra demonstraram o caráter racista da elite no período, pois como afirma Cleci Eulália Favaro (2006) o “problema” da falta de mão de obra era apenas fruto do preconceito que se manifestava para com o grupo social que seria formado por ex-escravos, ou seja, haveria uma mão-de-obra abundante, a mesma que teria sustentado a economia colonial e brasileira durante praticamente quatro séculos. Mas, para trabalhar como mão-de-obra livre e assalariada este grupo não poderia ser útil, como afirma novamente Favaro (2006, p. 311): “[...] apesar de o sistema escravista estar em fase de extinção, não extinguia simultaneamente e automaticamente os escravos e ex-escravos – suporte fundamental no desenvolvimento de todos os ciclos econômicos durante a colônia e o Império”. Ou seja, este “segmento social”, continuaria no Brasil, mas seria marginalizado ao não ser absorvido de nenhuma forma na sociedade de então.

A partir da Lei de Terras, promulgada em 1850, lei nº601, segundo Giron (1980, p. 53), a terra passou a ser considerada mercadoria e não apenas símbolo de *status* social. Esse fato possibilitou a manutenção e intensificação do fluxo migratório, além de possibilitar a maior marginalização do setor formado por ex-escravos, já que estes não possuíam, em sua maioria, recursos para adquirir lotes de terra mediante a compra. As facilidades oferecidas aos imigrantes, não foram ofertadas aos ex-escravos.

Neste sentido, nota-se que esta mudança governamental no tratamento da questão da terra, não era apenas uma tática política, pois também influenciava a economia, sendo que um dos objetivos de trazer para o Brasil braços brancos e europeus era o de conseguir mão-de-obra para a produção do café, voltado em grande parte para a exportação, além de ser uma grande influência para a população do país, no que concerne a questão do trabalho braçal, pois, como foi citado a cima, a visão da população era marcada pelo uso do trabalho escravo nas lavouras, considerado, conseqüentemente, como desonroso para a população branca.

Assim sendo, a Europa possuía mão-de-obra excedente, passando a ser fornecedora dessa “mercadoria” para a América, a qual sofria de uma carência de mão-de-obra branca, segundo Giron (1980, p. 50).

No caso do sul do Brasil, a imigração italiana para esta região ocorreu em situação diversa, já que os imigrantes, a partir de 1870, vinham para a Província de São Pedro como era conhecida durante o Império, com o intuito de colonizar terras “desocupadas” pertencentes ao Império brasileiro, completando a última etapa de povoamento da Província. Além disso, a criação de colônias nos campos de cima da Serra, terras conhecidas como “zonas das matas”, eram definidas pela implantação da pequena propriedade, baseada na policultura de agricultura familiar e, também, faziam frente aos latifundiários da região sul. Neste sentido, é que se percebe o diferencial da imigração no sul do país que se diferenciou do resto do Brasil, pois os imigrantes não foram com a finalidade de atuar como mão de obra em lavouras em substituição aos escravos, mas sim para tornarem-se proprietários de seus próprios lotes de terras, apesar de todas as dificuldades encontradas. Ou seja, no caso do RS, adotou-se uma política de criação de colônias para a instalação dos imigrantes.

Diante disso, os italianos, principalmente vindos do Norte da Itália, transformaram-se em pequenos proprietários, e, com o passar dos anos, essencialmente com a intensificação da imigração no período correspondente a primeira República do Brasil, formaram quatro núcleos de colônias italianas, quais sejam: Conde D’ Eu, conhecida atualmente como Garibaldi, Dona Isabel, atualmente chamada de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, situada no local antes conhecido como Campo dos Bugres e a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana denominada Silveira Martins, formada por municípios conhecidos atualmente como Silveira Martins, Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Nova Palma, Pinhal Grande e Dona Francisca.

No entanto, havia um descaso do Império com as colônias de imigração, que se localizavam longe dos centros urbanos e as estradas que faziam a ligação eram precárias, entre outras coisas. Além disso, a participação política destes imigrantes era limitada, mesmo com a Lei Saraiva de 1881 que apesar de instituir o direito da elegibilidade aos acatólicos, restringia à apenas aqueles que fossem naturalizados e alfabetizados, sendo que os imigrantes italianos, em sua maioria, não preenchiam tais exigências. Tal situação não permitia aos imigrantes italianos reivindicar melhorias na sua situação.

Então, foi no sentido de ampliar os direitos políticos dos imigrantes e na defesa destes e da própria imigração que se inseriu a atuação

política de Gaspar Silveira Martins, político do Partido Liberal, no que tange a esse tema. Nadir Domingues Mendonça (2007, p. 79) coloca que o “Tribuno Gaspar Silveira Martins” seguia religiosamente os princípios do Partido Liberal, produzidos em 1863, na Província rio-grandense, os quais ela destaca: o princípio da liberdade individual, da defesa da propriedade, da responsabilidade dos ministros, da temporariedade do Senado, do sistema representativo, da independência da magistratura, do serviço militar obrigatório, da descentralização administrativa, da eleição direta, entre outros.

Sendo assim, no Partido Liberal, Silveira Martins pertencia à ala dos mais radicais, conhecida como ala dos “Gasparistas” (que leva o seu nome) e denunciou diversas vezes através do jornal “A Reforma”, vinculado ao Partido Liberal, o descaso da Província sulina e do Império brasileiro para com os imigrantes.

O POLÍTICO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS:

Vários dos trabalhos historiográficos-biográficos, que se empenharam em fazer a construção da representação da vida e do pensamento político de Gaspar Silveira Martins, destacam a defesa deste no que diz respeito a vinda de imigrantes para o Brasil, com destaque aos europeus, bem como para a criação de colônias de imigrantes no atual Estado do Rio Grande do Sul (RS). Como destaca Osvaldo Orico (1935, p.176), Silveira Martins defendia a remoção de todos os empecilhos que dificultassem a vinda e a vida de imigrantes europeus.

O mesmo autor ainda argumenta que tal defesa privilegiava uma determinada classe social, a dos aristocratas, que dependiam das facilidades na legislação para introduzir os imigrantes como mão-de-obra livre nas fazendas, principalmente com os entraves colocados para o trabalho escravo, como a Lei do Ventre Livre de 1871 que libertava os filhos de escravos nascidos a partir desta data, e a Lei do Sexagenário que promulgada em 1885, garantia a liberdade dos escravos com mais de 60 anos.

Corroborando com tais afirmações está o que Lafayette relata:

Era preciso, dizia êle [sic], pôr abaixo tôdas [sic] essas leis reacionárias, para que o Brasil pudesse atrair os imigrantes europeus, que fizeram a grandeza dos Estado Unidos da América

do Norte. Sem o trabalho livre abundante não se podia pensar em abolir o trabalho escravo, a menos que se pretendesse a ruína de importantes zonas rurais do Brasil. (S/d, p. 139).

Lafayette demonstra o interesse de Silveira Martins pela introdução da mão-de-obra livre, porém, especificamente, européia. Suas defesas nas bancadas legislativas, tanto provinciais como na Assembléia Geral, seguiam o rumo da exaltação do trabalho exercido pelos europeus, brancos e superiores, que poderiam reverter no Brasil a concepção de desonra do trabalho braçal, pois exercido por escravos.

Além disso, ratifica a preocupação do político em não prejudicar as oligarquias rurais, defendendo nas Assembléias e no Senado, claramente seus interesses. Ademais, o próprio Silveira Martins além de integrar o Partido Liberal, pertencia a classe oligárquica, sendo sua família da região de Bagé, fronteira com o Uruguai, os quais possuíam terras dos dois lados da fronteira. O Partido Liberal, dominante a partir da década de 1872 na Província sulina, defendia os interesses dos pecuaristas rio-grandenses, dos quais muito tinham terras no Uruguai, inclusive o líder do Partido, Gaspar Silveira Martins, como afirma Souza (1993, p. 26).

Desta forma, percebe-se que Silveira Martins ao defender a vinda de imigrantes para o País tinha interesses e finalidades políticas, bem como ao incentivar a criação de colônias na Província sulina. Seus interesses estavam inseridos tanto no objetivo de “branqueamento” e valorização do trabalho braçal em todo o País, quanto objetivava tornar a massa de imigrantes que chegava ao atual RS seus futuros eleitores e de seu partido, bem como o desenvolvimento econômico das demais regiões da Província.

Sobre a questão do branqueamento, Favaro argumenta que nesta época estavam em voga no Brasil teorias sobre uma suposta superioridade da “raça branca” e daí um dos motivos de setores hegemônicos da elite brasileira tentar branquear a população e incentivar a imigração italiana por meio de leis e incentivos (2006, p. 311).

Ademais, ponto alto de divulgação das idéias de Silveira Martins, quando ainda sua atividade política se restringia a província, foi a conferência feita por ele no teatro da fênix. Harry Rotermund apresenta em seu trabalho um trecho desta conferência que pode ser considerado como uma síntese das principais defesas de Silveira Martins:

Quem diz senhores, substituição do trabalho escravo pelo livre, diz emigração; quem diz emigração, diz liberdade de cultos, emancipação de consciência; na nossa constituição, ainda que seja escrita liberdade de consciência na lei, por motivos religiosos, cerceiam-se direitos; aquele que não for católico, não pode sentar-se na coroa. (1979, p. 25).

Uma das principais defesas de Silveira Martins e do Partido Liberal era o da formação de um Estado Laico, ou seja, o Estado livre e a Igreja livre. A laicização do Estado permitiria melhorias na vida dos imigrantes como a possível instituição do casamento civil e do registro civil, pois não seriam mais atributos da Igreja Católica. Também fazia a defesa da elegibilidade dos acatólicos, mais uma vez primando pela laicização do Estado.

Silveira Martins ao defender questões em benefício ao imigrante, não fazia apenas em relação aos imigrantes vindos da Península itálica e erroneamente chamados de “italianos”, já que não se sentiam como italianos, mas sim se identificavam a partir da região da Itália da qual haviam partido. As defesas deste, quando alcançadas, beneficiariam também a colônia germânica formada majoritariamente por protestantes, como afirma Lafayette (S/d, p. 139) criada na Província já na primeira metade do Século XIX, no Vale dos Sinos.

No que concerne a elegibilidade dos acatólicos, esta era uma das defesas de interesse crucial do Partido Liberal, e, personificadamente, do Gaspar Silveira Martins. Os italianos que chegavam a Província de São Pedro no último quartel do século XIX eram majoritariamente católicos, no entanto, a colônia germânica, formada durante o período regencial do Império, era constituída por uma maioria protestante, o que implicava na impossibilidade de tornarem-se eleitores do Partido.

A relação de Silveira Martins com a colônia germânica pode ser perfeitamente observada em artigo do periódico “Deutsche Zeitung” (Jornal Alemão), de Porto Alegre, republicado no periódico “A Reforma”, em homenagem ao Conselheiro Gaspar Silveira Martins. Neste artigo, logram-se diversos elogios a ele, e informa-se sobre os festejos que serão realizados na chegada de Silveira Martins a Província, após ter deixado a pasta da Fazenda do Gabinete Liberal chefiado por Sinimbu, justamente por negarem-se a colocar na Reforma eleitoral o item referente à

elegibilidade dos acatólicos: “O artigo que alludimos falla ao dever dos filhos da raça germânica, desta província, por cujos direitos até agora sofismados na constituição do Império, sacrificou-se o ilustre ex-ministro da Fazenda” (Jornal A REFORMA, 1879, p. 01).

O Jornal A Reforma era representante das idéias do Partido Liberal, e julgou necessário republicar o artigo do jornal germânico, em dialeto germânico, que glorificava a atitude de Silveira Martins em renunciar seu cargo de Ministro da Fazenda em nome da defesa da elegibilidade dos acatólicos que não estava sendo contemplada. Era de interesse do Partido, e do próprio Silveira Martins que esta manifestação se divulgasse por toda a província, com a intenção de convencer mais eleitores da dignidade e fidelidade deste às comunidades imigrantes da Província.

Sobre o caráter de Silveira Martins no artigo afirmava-se:

[...] estentou-se [sic] no meio da corrupção reinante tão limpo e tão puro, como talvez nenhum outro ministro antes d’ elle [sic] o fizera. [...] No Rio de Janeiro não faltaram mercenários, que procurassem insinuar pela imprensa, que os alemães e especialmente os acathólicos [sic] dentre elles [sic], não se importavam com a maneira de proceder do Conselheiro Silveira Martins. Sim, até mesmo não faltou quem por essa ocasião tratasse o nosso elemento com menosprezo, procurando ridicularizal-o [sic]. (Jornal A REFORMA, 1879, p. 01)

O artigo republicado significava uma reafirmação de que Silveira Martins era o defensor dos imigrantes da Província sulina no País e dos imigrantes em geral. A renúncia a pasta da Fazenda foi muito bem revertida em forma de propaganda política para Silveira Martins, chefe da chamada ala *Gasparista* dentro do Partido Liberal.

Além disso, antes e durante o “surto” de imigração italiana para o Brasil, jornais ligados ao Partido Liberal na província já faziam propaganda dos benefícios da imigração. Exaltavam-se tanto os benefícios da região disponível a imigração na província, quanto os adjetivos dos imigrantes. O jornal Mercantil ao publicar um artigo intitulado “Nossa Colonização”, fazia a seguinte afirmação sobre a província: “Para qualquer parte que voltemos as nossas vistas, não faltão [sic] terras productivas [sic], plagas

creadoras [sic], torrões uberrimos [sic], de onde o braço do colono poderia fazer minar a riqueza” (Jornal MERCANTIL, 1878, p.2).

Com o objetivo de combater as críticas que se fazia contra a imigração e colonização no período, o Jornal rebatia dizendo que se falava em paralisar o trabalho colonial, onde os colonos conseguiam sobreviver, mas não prosperar, no entanto, não se falava da falta de investimentos que facilitasse a prosperidade das colônias, sendo que cada colono tinha apenas dez dias à custa do governo quando chegava ao seu destino, e a partir de tal prazo tinha que viver às suas custas, sem ter tido tempo de fazer florescer nada: “Por mais trabalhador que seja qualquer desses pobres homens, nunca será capaz de conseguir o arroteamento [sic] de um prazo para no fim de dez dias alimentar-se com o fructo (sic) de seu trabalho. [...] E` pouco [sic]” (Jornal MERCANTIL, 1878, p.2).

Então, a partir de sua atuação política e dos meios de propaganda ligados ao Partido Liberal, Silveira Martins insistiu em sua política de imigração, na criação de colônias na província e em seu objetivo de tornar os imigrantes seus eleitores.

É mister destacar que o combate do Partido Liberal não era apenas ao Partido Conservador. A partir da década de 1870 o republicanismo havia crescido muito na província e os partidos imperiais receberiam ataques freqüentes do Partido republicano. O Partido Republicano criticava a forma de governo imperial em si, ou seja, queria o fim dos partidos imperiais e por conseqüência o fim da Monarquia. O Jornal “A Democracia” demonstra a efervescência republicana do período no artigo “Impulso da opinião”:

A consciência do paiz [sic] aponta, como causa da corrupção do nosso regimen (sic), a existencia [Sic] de um partido imperial⁴, que em vez de diminuir, tem, cada vez mais, apurado os meios de corrupção, de violência e de fraude, com os quaes [sic] sempre se ha mantido no poder, a despeito da opinião pública, por mais clara e manifesta que tenha sido. (1874, p.3).

Ataques também eram feitos ao Partido Liberal, como quando neste mesmo artigo afirma-se que às vezes em que o Partido Liberal esteve no poder, era apenas para “inglês ver”, ou seja, simular certa representatividade que na verdade não existia.

O Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), também teve o objetivo de angariar os votos dos imigrantes, tanto que com a proclamação da República em 1889, tal partido contará com a população das colônias como eleitores.

No que se refere a questão política da organização do estado, destacamos a questão do federalismo, da República e do Parlamentarismo, presentes na atuação política de Gaspar Silveira Martins, enquanto político atuante no Império e princípio da República.

A FORMA DE GOVERNO, O FEDERALISMO E O PARLAMENTARISMO NO PROJETO POLÍTICO DE GASPAR SILVEIRA MARTINS:

No que concerne a sua atuação como principal político da Província do Rio Grande de São Pedro, na segunda metade do século XIX, na qual ocupou importantes cargos junto ao governo imperial e sendo líder do Partido Liberal na segunda metade do século XIX, Gaspar Silveira Martins foi tachado de monarquista, e posteriormente de republicano no princípio da instalação da República brasileira. Em resposta a essas acusações, evidencia sua coerência ideológica de seus princípios em um manifesto dirigido aos eleitores do 2º distrito⁵ do Rio Grande do Sul, na qual negou que cultivasse o fetichismo das formas de governo monarquia ou república, repisando sua indiferença por sistemas de governo⁶. Seu discurso de 1877, no Gabinete Caxias comprova isso:

Mas antes de republicanos ou monarquistas, os liberais somos liberais, queremos a garantia efetiva de nossos direitos e dos nossos concidadãos, e sabemos, por experiência, que assim como há monarquias com liberdade, assim também há repúblicas com despotismo. A Inglaterra e a Bélgica contrastam com a Bolívia e o Equador⁷

A acusação de monarquista permanece presente com a República quando se posiciona contra a forma presidencialista adotada pelos republicanos. Em uma carta escrita a sua mulher D. Adelaide em 1893⁸ ele pronuncia: “Que me importam as formas de governo, monarquia ou república; contento-me com qualquer uma delas, desde que me assegure à liberdade⁹.”

Portanto, sua defesa como representante do Partido Liberal, não estava pautada em uma forma de governo específica Monarquia ou República, mas sim a defesa das liberdades individuais que deveriam estar acima de qualquer forma de governo. Por isso, colocava-se como um grande defensor da liberdade: “Não tenho idolatria por forma de governo; quero a liberdade, por ela trabalho, por ela trabalharei enquanto me restar um sopro de vida”¹⁰.

Nesse sentido, o presidencialismo advindo com a República era combatido por Silveira Martins, pois sempre defendeu o parlamentarismo na organização do governo. Da mesma forma, a República Parlamentar seria ideal para a superação dos males da monarquia, desde que essa garantisse a liberdade dos cidadãos. Com isso, permitiria que a representação fosse da região para o centro, garantindo autonomia regional. Porém, uma autonomia em um estado unitário.

Anteriormente, na ocasião do seu pronunciamento na Conferência no Teatro da Fênix Dramática em 16 de maio de 1869, pronuncia-se contra o poder Legislativo¹¹

O Poder Legislativo, o que vale no atual regime? Os Deputados, que devem manifestar a vida, as idéias e as forças da Nação, não são eleitos pelo povo, dentre os homens do país que possuem a confiança das províncias, e dos quais tem elas direitos de dedicação, honra, serviço e glória. A representação nacional não goza entre nós de prestígio algum, porque as Câmaras representam repartições do Executivo; o povo não conhece seus mandatários, e nem se sabe a língua que eles falam; hoje, mais do que nunca, a Câmara figura um feixe de parasitas abraçadas ao tronco da nação, alimentando-se da seiva do estado, que há afinal cair mirrado de sangue.

Neste mesmo pronunciamento advoga a eleição direta: “Donde vem o mal? Da concentração de poder, da falta de liberdade, que não permite que o povo se governe pelo povo.”¹² E ainda: “... um pequeno número de eleitores é mais fácil e acessível a corrupção de que o povo, muito mais numeroso: a eleição deve, portanto, ser direta; desse modo ficara garantida a liberdade do povo na escolha dos seus mandatários.”¹³

O parlamentarismo sempre foi defendido com muito entusiasmo por Gaspar Silveira Martins, inclusive pelos ex-liberais, segundo Lafayette:

Reconheciam a existência do parlamentarismo em sua forma pura, a moda inglesa, e em outros sistemas. Era-lhes indiferente tanto uma forma quanto outra, mas reconheciam ser um grave erro o parlamentarismo clássico aplicado ao Estado Federado. Daí porque defendiam a participação do povo elegendo representantes. Seu parlamentarismo se resumia em eleições buscando representatividade (1979, p. 100).

O parlamentarismo é defendido como um regime de representação, através da participação do povo na escolha dos seus representantes e que esse regime de representatividade limitasse o Executivo, descentralizando a administração e a política para formar o regime federativo. Segundo Ieda Gutfreeind (1979, p.100): “Seus desígnios parlamentaristas traduziam, apenas, a aplicação de seus ideais liberais no campo político”

A representatividade que deveria ser alcançada por meio das eleições, de modo que o povo teria o poder de escolha dos seus representantes, se estendia também a população imigrante, e acatólica, uma vez objetivava incluí-los como eleitores seus e de seu partido, condizendo com suas defesas relativas a elegibilidade dos acatólicos, que eram destituídos de direitos políticos.

Segundo Lafayette (1979), Silveira Martins era contrário a federação dentro de um regime monárquico, e ninguém lutou tanto quanto Silveira Martins pela descentralização das províncias, tão mal administradas durante a Monarquia. Com isso, o autor destaca o discurso no Senado Federal em 25 de maio de 1886, em que fica clara a defesa da descentralização:

Cada vez mais necessária se torna a descentralização administrativa provincial; de dia em dia cala mais no espírito público a necessidade de uma reforma nesse sentido, e tal convicção gradualmente se firma pelo quotidiano espetáculo da incapacidade do governo central, como da dos seus delegados nas províncias.¹⁴

Segundo Ieda (1979) a imprensa liberal manifestava sua opinião sobre o parlamentarismo explicando como o idealizavam, significando representatividade e como solução encontrada para a realização do pensamento político liberal, assumindo-se dessa forma, como antipresidencialistas ferrenhos.

Quando da sua volta do exílio que passara na Europa no fim de 1891, Ieda (1979, p.88) constata: “Desde sua chegada, reafirmou Silveira Martins seu desejo de um regime republicano representativo, em moldes parlamentaristas, combatendo o presidencialismo.” Com isso, no Congresso de Bagé em 1892 durante a rearticulação do partido, um das propostas contidas no programa foi a eleição do presidente da República por quatro anos, sem a possibilidade de reeleição justificando dessa forma, o temor de Silveira Martins pela perpetuidade do presidente no poder.

Nesse sentido, para finalizar, Vélez Rodrigues (1980) conclui:

Em síntese, Silveira Martins luta pela implantação, no Brasil, de uma República Federativa de caráter presidencial, representativo, e parlamentar, que, ajustando-se a concepção liberal do governo, forneça a primazia do poder público ao legislativo, submeta a este o Executivo e assegure o livre funcionamento do Judiciário, a fim de promover o bem-estar dos cidadãos e superar, definitivamente a crise do governo representativo, encarnada no regime castilhistas (1980, p. 151).

Gaspar Silveira Martins defenderá uma descentralização administrativa das províncias tendo em vista um bem maior, a unidade nacional, ou seja, o Estado Unitário em âmbito federal conservando a autonomia dos estados e a importância dos municípios.

As propostas de estado unitário, assim como o parlamentarismo e a importância dos municípios estarão presentes na criação do Partido Federalista a 31 de março de 1892 no Congresso realizado em Bagé, que resulta em programa do Partido com propostas voltadas a política estadual. Neste Congresso, será reafirmada a importância da autonomia dos municípios a partir do princípio de equilíbrio de poder e estabilidade, por meio da distribuição harmônica desses poderes, Segundo Lafayette:

A autonomia municipal, compreendendo o ethos do pensamento político liberal, com a periferia do poder forte, eram as forças distribuídas nas extremidades vindas para o centro, significando o controle de todos sobre todos. A autoridade fragmentada em centenas de partículas, todas elas enfraquecidas, garantidas em mãos de chefes locais, mantenedoras da ordem e do equilíbrio, não permitiria o avanço de desígnios centralistas e tampouco possíveis avanços populares. Ela simbolizava a barreira, o contrapeso, que distribuiria equilíbrio e estabilidade (1979, p.97).

Será após a Revolução Federalista (1893-1896) no Congresso do Partido Federalista em Porto Alegre no ano de 1896, que o regime unitário e parlamentar serão defendidos pelo líder do partido Silveira Martins, compondo um programa de inegável sentido centralizante (FRANCO, s/d). Nesse sentido, o próprio nome do partido, Partido Federalista, diz respeito ao reforço das competências e poderes da União em detrimento dos Estados. Dessa maneira, indo contra a posição de Castilhos que era a de proteger os Estados contra a absorção central e em reforçar e consolidar as franquias estaduais, segundo Franco (s/d).

A partir dessas considerações tem-se presente que essa inclinação para o Unitarismo mantém a descentralização administrativa das regiões por meio da autonomia dos municípios, mas que aumentara os casos de intervencionismo da União nos estados a fim de manter a ordem. Nesse sentido, Gutfreind (1979, p.125) esclarece: “Não concluímos que pretendessem dar mais poderes ao centro, em detrimento dos Estados e/ou municípios. Defendemos que buscavam, como o sempre o fizeram, fortalecer os municípios mais do que os Estados, mas sempre dentro de limites a fim de evitar o desequilíbrio.”

CONCLUSÃO

Gaspar Silveira Martins tinha suas defesas políticas pautadas nas idéias do Partido Liberal, mas, sobretudo, defendia os interesses de sua classe, os quais eram os estancieiros, proprietários de terras e escravos. Desta forma, no que tange a vinda de imigrantes, fazia uma árdua defesa em favor de mudanças na legislação que facilitasse a imigração, com perspectiva do desenvolvimento e progresso regional.

A criação da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do sul, denominada de Silveira Martins, é símbolo da incorporação de Gaspar Silveira Martins como representante dos anseios do setor imigrante. Suas defesas, pautadas em interesses políticos do Partido Liberal, fundamentalmente, atenderiam a dificuldades sofridas pelos imigrantes já no Brasil, tanto ampliando sua participação política, como possibilitando que estes não se sentissem apenas como estrangeiros. Além disso, as mudanças legislativas propostas por Silveira Martins, facilitariam a vinda de mais imigrantes, quando estes percebessem facilidades de se inserir na sociedade do país que passariam a viver. Além disso, sua defesa de um estado laico fundamenta sua postura em defesa de um estado moderno liberal.

NOTAS

- ¹ Professora da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, do Programa de Pós-Graduação em História.
- ² Mestranda do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM.
- ³ Bolsista PIBIC/CNPq/UFSM.
- ⁴ Refere-se ao Partido Conservador no Império.
- ⁵ Compreende o Planalto, Missões, Fronteira Oeste e Depressão Central.
- ⁶ Discursos de Gaspar Silveira Martins reunidos e organizados por Lafayette Rodrigues na série Perfis Parlamentares: Câmara dos Deputados, Brasília, 1979.
- ⁷ Ibid. p. 32.
- ⁸ Ibid. p. 31.
- ⁹ Discursos de Gaspar Silveira Martins reunidos e organizados por Lafayette Rodrigues na série Perfis Parlamentares: Câmara dos Deputados, Brasília, 1979, p. 41.
- ¹⁰ Ibid. p. 29.
- ¹¹ Discursos de Gaspar Silveira Martins reunidos e organizados por Lafayette Rodrigues na série Perfis Parlamentares: Câmara dos Deputados, Brasília, 1979, p. 29.
- ¹² Ibid, p. 30.
- ¹³ Ibid, p. 30.
- ¹⁴ Discursos de Gaspar Silveira Martins reunidos e organizados por Lafayette Rodrigues na série Perfis Parlamentares: Câmara dos Deputados, Brasília, 1979, p. 407.

REFERÊNCIAS

- A NOSSA Colonização. **Mercantil**. Porto Alegre, 1º de jul. 1878. p. 2.
- BRASIL. SANTA MARIA DA BOCA DO MONTE. Ata da 4ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte, 13 de janeiro de 1876, p. 060.
- _____. Ata da 5ª Sessão da Câmara de Vereadores de Santa Maria da Bocca do Monte, 27 de janeiro de 1879, p. 156.
- BRASIL. RIO GRANDE DO SUL (PROVINCIA). Presidente Alencar Araripe. Porto Alegre, Relatório de 5 de fevereiro de 1877, p. 24.
- CARNEIRO, Newton. *Dissidência política e partidos: da crise da regência ao declínio do II Reinado*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). PICCOLO, Helga Iracema, PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. V. 2. Passo fundo: Méritos, 2006. p. 125 a 138.
- CARVALHO, José Murilo de, **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil** / São Paulo Companhia das Letras 1998.
- FAVARO, Cleci Eulália. *Os "Italianos": entre a realidade e o discurso*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). PICCOLO, Helga Iracema, PADOIN, Maria Medianeira (dir.). **História Geral do Rio Grande do Sul - Império**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v.2.p. 301 a 320.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. – 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1988.
- _____. *Maragatos: O Partido Federalista Rio-Grandense (1892 – 1928)*. **Cadernos de História**. Memorial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CONESUL, 1997, n. 13
- GIRON, Loraine Slomp. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes*. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 44 a 66.
- GUTFREEIND, Ieda. **Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa**. 1979, 126 f, dissertação (Mestrado em Historia) - Pontífice Universidade Católica, Porto Alegre. 1979.
- IMPLULSO da Opinião. **A Democracia**. Porto Alegre, 16 de Nov. 1874. p. 3-4.
- LAFAYETE, Pedro. **Três perfis: Saldanha da Gama, Barão de Penedo e Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- MARIN, Jerri Roberto. **A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins**. São Paulo: Imaginário, USP, jun. 2007. vol. 13, nº 14, p. 167-197.

MARTINS, Gaspar da Silveira, 1835-1901. **Silveira Martins, discursos parlamentares**. Sel. E intr. De Lafayette Rodrigues Martins. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *O pensamento político de Silveira Martins*. Disponível em: <http://revistacientifica.famec.com.br/viewarticle.php?id=59>. Acesso em 15 de jun. de 2007.

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. **Gaspar Silveira Martins: líder esquecido**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2006.

NEVES, João. **Dois perfis: Silveira Martins e Coelho Neto**. Editora Irmãos Pongetti, 1938.

ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira, TURRA, Sandro Ronaldo **A Republica velha rio-grandense e a região da “Quarta Colônia de imigração italiana” do Rio Grande do Sul**. Relatório do Projeto BIC da FAPERGS, 2000. Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jataly. *O imigrante na política rio-grandense*. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 157-180.

_____. **História & e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PICCOLO, Helga Iracema L. *A política rio-grandense no Império*. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 93 a 117.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf, (Org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: 1835/1889** – Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1998.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da república**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

_____. *O castilhismo e outras ideologias*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **Republica Velha (1889 – 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.3. p. 57 – 88. (Coleção).

ROTERMUND, Harry. **Um cavalheiro de Bagé na corte de D. Pedro II**. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1979.

SANTIN, Silvino. **Silveira Martins: Patrimônio histórico e cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

SILVEIRA Martins. Jornal. **A Reforma**, Porto Alegre, 9 de ago. 1879. p. 01.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Republicanism and federalism: um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)**. Brasília, Senado Federal, 1978.

SOUZA, Susana Bleiel de. *A Fronteira na revolução de 1893*. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1993

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

TRINDADE, Helgio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937)*. In: DACANAL, José Hidelbrando, GONZAGA, Sergius. (org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119 a 166.

_____. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937**. Porto Alegre, Sulina, 1980.

RESUMEN

La polarización entre autonomista y centralista otro frente, aumentó después de la revolución Farroupilha (1835-45). Estos dos frentes organizaría en partidista segunda mitad del siglo XIX, de esta manera: el más pequeño de la provincia, pero articulada con los intereses del centro, dando lugar a la “partido conservador de Rio Grande do Sul” y el otro, hegemónico en el Estado, defender los intereses de las elites rurales rio-Grande, dio lugar a la “Liberal” en 1860.

Palabras clave: Gaspar Silveira Martins, inmigración, Estado brasileño, el federalismo.

ABSTRACT:

The polarization between autonomist and centralist another front, increased after the Farroupilha Revolution (1835-45). These two fronts would organize in partisan second half of the 19th century, this way: the smaller in the province, but articulated with the interests of the Centre, giving rise to the “conservative party of Rio Grande do Sul”, and the other, hegemonic in the State, defending the interests of rural elites rio-Grande, gave rise to the “Liberal” in 1860.

Keywords: Gaspar Silveira Martins, Immigration, Brazilian State, Federalism.

La Posibilidad del Uso de la Radiestesia y la Radiónica para la Prevención de la Salud y la Restauración del Ambiente

Oscar Barboza Lizano.

Centro de Estudios Holísticos de las Américas y el Caribe (CEHAC)

RESUMO

As mudanças circunstanciais que vive o mundo moderno nos faz refletir sobre as formas que temos levado e promulgado as políticas públicas: de saúde, de conservação e bem-estar do ambiente, para alcançar uma convivência, o mais harmoniosa possível, com o ser humano. Sem dúvida alguma, é antes da hegemonia ocidental que este equilíbrio, ordem e vivência integral entre natureza-ser humano funcionou, por isto, é a partir dessa suposição que procuramos um referente, encontrando ferramentas e técnicas apropriadas para viver em harmonia com o ambiente, provocando uma forma de vida de prevenção na saúde, cremos que essas formas de vida e técnicas preventivas devem ser convertidas em políticas públicas para o encontro com o outro mundo possível.

Palavras chave: radiônica e radiestesia, restauração de ecossistemas, saúde preventiva, arquitetura natural, radiações cósmicas e redes telúricas.

INTRODUCCIÓN

Se puede considerar que el inicio de la radiónica como técnica debe incluirse en la mas amplia casuística de técnicas de rabadomancia (del griego rhabdos= vara, mancia= adivinación) (Gadini, 2006, pág.9).

Desde la edad de piedra se conoce del uso de la vara asociada a la autoridad o el misterio del poder, llamada por antropólogos como la “vara de apuntar”, actualmente usada en tribus como los Arunta de Australia y emblema de muchos de los pueblos originarios de América en la delegación del poder. Esta práctica se remonta al rey Agamenón, en occidente lo podemos ver representado en el símbolo del báculo

episcopal, (bastón que representa el cayado del pastor usado por el obispo), en griego llamado “la vara” es nombrada por Homero como “rabdós” de donde deriva el término rabadomancia (adivinación mediante la vara)” (Bird, 1989, pág. 83)

Los datos más antiguos proceden del antiguo testamento, en los episodios famosos de Moisés. Los etruscos y romanos poseen prácticas adivinatorias muy semejantes a la rabadomancia de nuestra era moderna, con ritos que se valían de ciertas herramientas como: “Lituus (un bastón curvo para tomar importantes decisiones políticas y militares o para localizar lugares donde edificar)”. (Gadini., 2006, pág.11). “El alquilegus” (un bastón usado para describir brotes de agua) o “el anulus” (unos anillos de metal o fibras vegetales usadas para predecir el futuro). (Gadini., 2006, pág.11). Las varas son utilizadas como símbolos de poder y dirección, por ejemplo, los bastones de mando y batutas de los altos grados militares, así como las batutas usadas por los directores de orquesta. (Bird, 1989, pág. 85)

En la era cristiana, la adivinación fue “considerada una práctica demoníaca, o un arte sublime”, (Bird, 1989, pág. 79) en Roma fue llamada como “*augurium*” y estuvo a cargo de tres profesionales llamado “augures”, elevándose a dieciséis en la época de Julio Cesar. (Bird, 1989, pág. 80)

En la Edad Media, estas técnicas se convirtieron en adivinación popular, para localizar yacimientos de acuíferos y yacimientos minerales. En el renacimiento las técnicas pasaron a ser especulaciones teóricas donde se creía que la horqueta del rabadomante era movida por demonios subterráneos, y para otros se explicaba suponiendo existencias de corpúsculos que emanaban las sustancias buscadas.

A finales del siglo XVIII, gracias a diferentes experimentos científicos de Europa, estas posturas supersticiosas desaparecieron, gracias a los estudios mas recientes del los fenómenos magnéticos y eléctricos, para esta época ya aparece el uso de la varilla del rabadomante y el uso del péndulo. Entre las varas más usadas y con mejores resultados en la cultura Indoeuropea encontramos las provenientes del avellano, que incluso, fueron usados por castas sacerdotales, como los brahmanes. (Bird, 1989, pág. 87)

A inicios del siglo XX, en el año de 1929, se define con un término nuevo la técnica antigua de rabadomancia y surge el concepto de radiestesia, introducido por dos sacerdotes franceses, el abate Alexis

Bouly y el abate Bayard, ambos profesores de las Facultades Católicas de Lille Francia (Moine, 2002, pág.48), y así decidieron acoplar las raíces latinas de: “radium = radio”, y del griego “aisthesis = sensibilidad”, (Moine, 2002, pág.48), (Gadini.,2006, pág.13), (Bassler, 1995, pag.11), por lo que el sentido literal del término es: “sensibilidad de las radiaciones” (Moine, 2002, pág.48). Además, se “reconoció su carácter parasicológico o paranormal”. Surgen así las dos diferentes escuelas del pensamiento radiestesico”. (Gadini., 2006, pág.13).

Para Gadine la “radiestesia es entonces la técnica que se usa para localizar objetos, sustancias que se ponen en relación con el ser humano” (2006, pág.15). Con el referente del nacimiento de dos escuelas, una a favor de la radiestesia física y otra que propugna la radiestesia mental.

Para los “**fisistas**” el cuerpo humano es un aparato radorreceptor capaz de captar el campo electromagnético de otros cuerpos animados o inanimados, según esta teoría “el ser humano podría ser un emisor y receptor de ondas magnéticas”, (2006, pág.16). Por lo que la radiestesia es una facultad innata, como nos lo afirma Gadine: “se puede desarrollar con entrenamiento y con la ayuda de aparatos especiales como osciloscopios, magnetómetros entre otros. (2006, pág.16).

Según los “**mentalistas**”, la radiestesia exige una capacidad psíquica innata peculiar, la operación mecánica característica principal, sería “capacidad mental del operador, dándole un carácter mas paranormal”. (2006, pág.17). Todo operador necesita una herramienta de ayuda en la búsqueda tales como: péndulos, varillas de rdomancia, osciloscopios, magnetófonos etc. Además, deben de establecerse códigos personales de interpretación.

Dentro de este desarrollo de herramientas útiles para los radiestesistas, se fue dando el desarrollo de la radiónica, la cual para 1935, inicia sus pasos con Davinovich Kirlan y su esposa Valentina, quienes se ocuparon de la electrofotografía. Así los Kirlan lograron fijar en una placa fotográfica “una luminiscencia que emana de todos los cuerpos orgánicos e inorgánicos” (Volterri, 1981, pág.11). Volterri nos menciona que “los primeros estudios en esta área se remontan al año de 1777” (1981, pág.11), donde Luthemberg, “logro obtener algunas imágenes usando polvo de licopodio¹ sobre una placa electrizada de un electroscoipo condensador”. (1981, pág.11).

En este escenario crítico surgieron propuestas diferentes para abordar el proceso agronómico, en su conjunto, se conocen bajo el nombre de

agriculturas alternativas. Aunque existen muchas denominaciones para referirse a cada una de ellas, lo cierto es que tales formas de practicar la agricultura convergen en la aceptación de varios principios, entre ellos, “el rechazo al uso de sustancias venenosas de síntesis química, a las plantas transgénicas y la adopción de prácticas agrícolas favorables a la conservación de la biodiversidad en todas sus formas”. (León, 2005, pág. 71)

“El concepto de agro ecología se desarrolló durante el siglo XX, a través del cual, se acuñaron varios términos como agricultura orgánica, biodinámica, agricultura asociativa, energía mental y producción agrícola, radiónica tecnológica, trofobiótica, agro ecología, agricultura microbiológica, agricultura natural, agricultura biológica y orgánica, tecnologías apropiadas, agricultura natural no intervenida, permacultura, agricultura de biodiversidad, agricultura regenerativa, agricultura mesiánica y agricultura tridimensional.”(Rubio, 2006, pág. 143)

En la escuela de la radiónica el desarrollo tecnológico de la radiestesia es considerada actualmente como una disciplina muy amplia que abarca prácticamente todos los aspectos de la vida y sirve para:

“Búsqueda de aguas subterráneas, petróleo, carbón, personas u objetos perdidos, caracterología, orientación escolar y profesional, selección de personal, exploración de la personalidad, medicina, homeopatía, herboristería, farmacología, regímenes alimenticios y dietéticos, botánica, agricultura, jardinería, investigaciones geológicas, arqueología, ingeniería electromecánica, procesos químicos, estudio de la radiaciones nocivas para animales, plantas y seres humanos, entre otros usos”. (Bassler, 1995, pág.11)

Dadas estas consideraciones, es que proponemos el uso de estas herramientas para establecer medidas de prevención en la salud integral de los seres humanos y el planeta, ya que este necesita la intervención de las costumbres y prácticas antiguas para establecer la armonía y el equilibrio necesario entre naturaleza y ser humano donde la salud del ambiente sea el eje fundamental para toda la humanidad.

LAS RADIACIONES CÓSMICAS:

Para entender como funcionan las herramientas de la radiestesia y la radiónica debemos entender que es lo que miden y cual es su origen por lo tanto debemos remontarnos al génesis mismo de la creación del cosmos, donde la explosión del *Big ban*, registró gran cantidad de energía liberada al universo, esta energía proporciona radiaciones que se pueden medir por diferentes métodos, herramientas y técnicas, cuya “ley fundamental es la resonancia”(Bassler, 1995, pág.37)

La resonancia busca poner en sintonía nuestro cerebro o programas y máquinas con la gama de frecuencias de ondas sutiles, por lo cual, parafraseando a Einsten, diríamos que toda energía es de forma vibratoria, y que la materia también lo es.

Entre las radiaciones terrestres encontramos: los rayos solares, rayos de calor, rayos ultravioleta y los rayos x, entre otros. La ciencia de la electrónica nos ha hecho comprender que la atmósfera está llena de vibraciones de diferentes frecuencias, las cuales no podemos percibir con nuestros sentidos físicos comunes. Estas vibraciones, según Bassler, “pasan a través de toda materia, incluso los cuerpos humanos” (1995, pág. 38). Además, la ciencia descubrió radiaciones mucho más potentes, como lo han sido los rayos cósmicos.

Los rayos cósmicos o rayos ultra gamma, descubiertos por el profesor Hess, en 1902, con una longitud de onda de una billonésima parte de un milímetro, penetran la Tierra a 300,000.000 kilómetros por segundo, llegan a profundidades de centenares de metros, siendo capaces incluso de penetrar planchas de plomo con grosores de 25 metros de espesor. (Baerlein – Dower, 1980, pág.21).

Los rayos cósmicos se componen de electrones y protones que chocan con el oxígeno y el nitrógeno lanzándose por el espacio en partículas diminutas de “mesones”, que para Einsten son: “**el resultado de la transformación de la energía en materia**”, estos rayos pueden ser reflejados al igual que la luz, pero por vetas de agua, petróleo o vetas metalíferas en el interior de la corteza terrestre” mencionado por Bassler, (1995. pág 41).

Según Bassler (1995, pág. 43), estos reflejos son los que serian “manifiestos por la persona sensible y evidenciados”. Es así como la radiación electromagnética circundante actúa según las leyes físicas de absorción y de resonancia en los sistemas moleculares de los organismos

humanos, animales y vegetales. Por lo tanto, es sabido que las ondas pueden actuar sobre las condiciones eléctricas de las moléculas biológicas, produciendo diversas reacciones en las diferentes glándulas endocrinas. (Bassler.1995.47)

Según cita Moine, el ingeniero francés, Cody y el profesor Chijewski de Moscú, al buscar las ondas nocivas de los sitios identificados por los radiestesistas descubrió que: “estas manifestaciones de la ionización revelan la alta presencia del gas radón” así es el profesor Chijewski demostró que “la vida era imposible sin una ionización determinada, con experimentos donde una paloma muere en nueve días y una rata en dos” (Moine, 2002, pág. 208)

RED DE RADIACIÓN GLOBAL O RED DE HARTMANN:

Afirma Christopher Bird, que en la década de los treinta el doctor Peyre de Bagnoles del Orne, presentó en el congreso de radiobiología en París Francia, que mediante el uso de la radiestesia había: “descubierto una red cuadriculada de emanaciones que media 4mX4m (8m²) y que estas se levantaba perpendicularmente del suelo orientada en las direcciones norte-sur, y este-oeste concordante con los polos magnéticos terrestres”. (1989, pág. 411). El Dr. Ernesto Hartmann en la década de los años cincuenta continúa estudiando esta red, apreciando que se trata: “de una franja de radiación energética distribuida por todo el globo terráqueo”. (Bassler.1995.49).

Según Bird, “Hartmann, encontró que las cuadrículas no eran cuadrados perfectos, sino más bien rectángulos que medían 2 m en su eje norte-sur y 2,5 m en su eje este-oeste, y añadió que la anchura de las líneas de emisión energética eran de 20 a 15 cm”, (1989, pág.412). Con algunos instrumentos científicos en las investigaciones del Dr. Hartmann, se logró determinar, afirma el autor, que “la radiación térmica y la conductividad eléctrica del suelo poseían diferencias sensibles entre las franjas con respecto al resto del terreno”, así como la intensidad de campo de ondas ultracortas. (Bassler.1995.49). Por lo cual afirmáramos que estas líneas tienen una alta polaridad positiva y negativa.

Para Bassler y sus investigaciones, estas líneas de red poseen muchas alteraciones o desviaciones, en algunos casos, con 10° a 20° (1995, pág. 51) estas provocan variaciones en la anchura del eje este-oeste desde “1,2 m a 1,7m” (Bird,1989, pág. 416), el Dr. Zboj Harvalik y Whilhem De

Boer, logran explicar, que quienes habían detectado estas variaciones en el eje este-oeste, en diferentes sitios o países, podrían adecuarlas, así los investigadores logran ajustar las variaciones mediante una formula matemática al conocer el ángulo de inclinación de la localidad determinada. De esta forma afirma el autor que los investigadores: “podían calcular el radio de inclinación, por lo cual, uno de los dos es el cateto de un triángulo rectángulo, y el otro es el radio magnético de la Tierra cuyas dimensiones son constantes: 6361 Km.”, (Bird, 1989, pág. 416). Fue así como formularon la ecuación para calcular el eje este-oeste de la malla Hartmann:

$$\text{Eje E-O de X} = \frac{\cos \hat{E} \text{ del ángulo de inclinación}}{\cos \hat{E} \text{ del ángulo en Lorton}} X 1,7$$

X= Lugar donde se hace la medición.

Angulo de Lorton= 38,65°N

Estas franjas de radiación se conocen que atraviesan todos los cuerpos existentes en el planeta, nos describe Brassler “son radiaciones terrestres en el sentido físico, llamados campos energéticos geobiológicos” (1995, pág. 53). Y como ya lo hemos afirmado, poseen una marcada incidencia sobre las estructuras biológicas, por ejemplo cambian la estructura molecular del agua variando el pH y el valor iónico, modifican los procesos de transporte de membranas de las células especialmente en los puntos de sinapsis del sistema nervioso, tanto en el vegetativo como en el sistema nervioso central. (1995, pág 54).

Por lo tanto, el equilibrio químico del organismo es afectado y baja al tenor ácido, donde ya es conocido nos afirma Brassler, que las enfermedades prosperan en estos medios. (, 1995, pág. 54).

Christopher Bird afirma que además, esta red fue estudiada por el médico Alemán, “Manfred Curry del Instituto Médico-Bioclimático de Riderau / Ammersee, quien también llegó a la conclusión que en los cruces de esta malla se formaban radiaciones energéticas intensivas nocivas para aquellos que pasaran mucho tiempo en esos lugares” (1989, pág. 411).

Además, el Dr. Curry descubrió otras franjas orientadas en dirección noreste-suroeste o sea, diagonal a los puntos cardinales a lo que se le llamó la red diagonal o red de Curry, cuyas líneas eran: de “80 cm de ancho y a una distancia entre 3,50m y 4,50 m, acrecentando el efecto

negativo donde se cruzan con las líneas Hartmann,” (Brassler, 1995, pág. 57). Según nos afirma Brassler estas redes mas la influencia de las manchas solares que crecen y decrecen a un ritmo de 11 años en promedio, son vinculadas con el campo emotivo de la Tierra., (1995, pág. 57) y esto: incide sobre los factores climáticos de la Tierra, además que traen grandes cambios sociales en el mundo y profundas convulsiones políticas.

CONSTRUCCIÓN PARA LA SALUD:

En la construcción biológica o el concepto de arquitectura natural, hoy en día se promueve desde la radiestesias, la ubicación de por lo menos el dormitorio en un lugar libre de radiaciones. Nos menciona Brassler, que: “muchos arquitectos hacen el levantamiento geobiológico con un experto radiestesista y luego diseña. (1995, pág. 119).

En las ultimas excavaciones encontradas en Roma, en los asentamientos al sur de Alemania y Francia, se encontró que: “los romanos construían las ciudades alineadas según las franjas de radiación telúricas, donde la avenida principal siempre estaba sobre una línea ancha de fuerza del principal campo magnético terrestre de norte a sur, y otra avenida, en la línea de fuerza de este a oeste, (Red Hartmann), por lo que las casa las construían paralelas a estas líneas electromagnéticas. (1995, pág. 120).

Las cavas de vinos en Francia y otros paises vinícolas han sufrido efectos en algunos de sus cosechas por ubicarse algunas botellas en las franjas de líneas de fuerzas. (Moine, 2002,185)

LUGARES ENERGÉTICOS Y EL MANEJO DE ESAS ENERGÍAS:

Celtas, etruscos, romanos, los pueblos originarios de América, y pueblos orientales, siempre han respetado estos lugares energéticos, con la construcción de templos o sitios sagrados en los lugares de emanación energética.

Para occidente fueron los jesuitas quienes utilizaron estos efectos, donde se puede constatar como nos lo afirma Brassler: “en las antiguas iglesias guaraníes en Argentina y Paraguay, el altar siempre se ubicó en un punto de alta radiación energética” (1995, pág. 123), así mismo, el autor menciona a las catedrales góticas medievales de Europa construidas por las corporaciones de constructores de la época, logrando así “un efecto sobre la parte psíquica de los individuos”. (1995, pág. 124). Sin

duda alguna parafraseando a Brassler, los constructores de las catedrales no solo eran excelentes arquitectos sino magníficos radiestesistas.

El investigador Moine, referente a los sitios de radiación nos describe como el ingeniero Cody junto con el Dr. Loir, describen y encuentran que “las zonas más nocivas y que provocan trastornos diversos en las personas son aquellas cuyas camas se ubican en estas zonas de alta radiación” (Moine, 2002. pág.209).

Es en esta misma obra donde se explica el experimento realizado por el Dr. Dannert, quien introdujo unas ratas en jaulas las expuso en una zona de radiación determinada por la radiestesia y a su vez grupos control todos inoculados con alquitrán para predisponer el cáncer, al cabo de algunos meses, todas las ratas expuestas a los sitios detectados con radiación por radiestesistas presentaron tumores. Estas experiencias se repitieron con más de 4000 animales más en Aareau, Suiza, por el ingeniero Linert y la Dr. Jenny. Obteniendo los mismos resultados que el experimento del Dr. Dannert.

LOS ANIMALES COMO BIOINDICADORES DE LAS RADIACIONES.

Los animales que se encuentra fueran de los establos evitan los lugares afectados, para Brassler, “los antiguos pueblos seguían estas indicaciones para construir sus casas”. (1995, pág. 126). Según el autor, “los perros evitan acostarse sobre las franjas de radiación” o “los pájaros no hacen sus nidos encima de una veta de agua o franja”, (1995, pág. 127) por lo cual podríamos suponer que en los criaderos de animales en cautiverio, si algunos animales se enferman continuamente o mueren tendríamos que llamar a un radiestesista y corroborar si las jaulas, terrarios, corrales etc., se encuentran sobre zonas de alta radiación y cambiar las jaulas.

Sin embargo, como lo afirma Brassler, también existen animales que buscan y prefieren estos lugares, como lo son: “el gato, que se acuesta sobre estos lugares”, “las hormigas hacen sus caminos siempre sobre estas vetas de aguas o líneas de fuerza y los hormigueros están siempre sobre los cruces de vetas o líneas” (1995, pág. 127)

Otro ejemplo que nos señala este autor son la termitas, las cuales “viajan sobre franjas cuando se trasladan” así como las abejas, si el apicultor “coloca los enjambres sobre lugares de alta radiación la producción de miel será mas abundante”, las arañas, “tanto su tejido como ella siempre estarán sobre lugares de la radiación y el centro de

su tejido estará sobre el cruce de otra franja” (Brassler. 1995, pág. 128).

En cuanto otros organismos como los reptiles, por ejemplo: las serpientes buscan lugares con alta radiación”, (1995, pág. 129) así como “mosquitos, virus y bacterias” (1995, pág. 129) proliferan en gran cantidad en sitios de alta radiación.

ALGUNOS EFECTOS DIVERSOS CAUSADOS POR RADIACIONES TELÚRICAS:

Se ha detectado que algunos daños en las infraestructuras viales de las autopistas modernas que son muy rectas y sin desviaciones sucede en el mismo lugar, así como accidentes reportados con seguimiento estadístico, después en una revisión radiestesias se ha concluido, que han sucedido en cruces de líneas de fuerza o están en combinación con cruces de vetas de agua. Algunas soluciones planteadas por los investigadores son “el colocar en esos sitios vidrio molido debajo de la carpeta, ya que este sirve como aislante”. (Brassler, 1995, pág.153).

La radiónica, por tanto, en la escuela de Londres, se entiende que:

“Para que exista y se mantenga la vida es preciso el movimiento y la energía en el caso de los seres vivos de la tierra, entre los cuales se encuentra el ser humano, éstos viven porque están sometidos fundamentalmente a los siguientes campos de energía: cósmica (procedente del cosmos: sol, luna, estrellas...), telúrica (procedente de la Tierra) y a otras naturales y artificiales, entre las que destacan las radiaciones electromagnéticas artificiales de origen humano y las ondas de forma”. (<http://www.radionic.co.uk/Spanish.htm>. Consultado el 22 de mayo del 2009)

También se asocia a estos hechos las rajaduras en los edificios, los rayos que caen en las líneas de tensión eléctrica que se ubican sobre cauces subterráneos de agua. Lo que ha hecho que algunas compañías eléctricas utilicen radiestesias para evitar los cuantiosos daños (Brassler, 1995, pág 155).

LAS RADIACIONES TERRESTRES Y SUS EFECTOS EN LAS PLANTAS SIMILARES CON LOS EFECTOS EN LOS HUMANOS.

Los árboles al ser plantados sobre sitios de franjas de radiación o vetas de agua según los indiferentes investigadores, coinciden en que “estos organismos vegetales, no crecen, no florecen, se tuercen y sobreviven raquíticamente” (Brassler, 1995, pág. 131), si son plantados sobre los cruces nos afirma que: “muere irremediablemente” (Brassler, 1995, pág. 131). (Moine, 2002, pág. 173).

En los bosques naturales si observamos con detalle, podremos presenciar algunas franjas donde el crecimiento de los árboles es muy escaso, o como nos lo menciona Brassler, en las cercas vivas se pueden observar dependiendo de la especie que la componga “lugares vacíos o con árboles y arbustos muertos (1995, pág. 133).

Para el manejo de la silvicultura, se ha podido constatar que las parcelas que se han sembrado mediante un estudio previo por un radiestesista, tiene un éxito de 100%, tal es el caso del experimento realizado por Brassler y su asistente en el interior de Argentina. (1995, pág. 134)

Como lo explica Brassler, Bird y Moine en su publicaciones y libros sobre radiestesia, los radiestesistas encontraron una causa común en los tumores de los árboles, animales y seres humanos, solo que la comunidad científica no quiere reconocer aquello que se salga de “los esquemas materialistas y mecánicos contruidos” (1995, pág. 135) (1989, pág. 369), (2002, pág.214).

Las afecciones en las plantas según los investigadores ocurren cuando las plantas están parcialmente sobre las vetas de agua o líneas de energía, esta radiación provoca crecimientos alocados y descontrolados de las células desarrollándose los tumores, cuya explicación se evidencia en que “las células poseen energía química procedente del metabolismo, cuando esta energía es influenciada sutilmente pero expuesta en largos periodos a esta energía se altera y produce desequilibrios en las células.” (Bird, 1989, pág. 409) (Brassler, 1995.pág.139).

Al igual que los animales, encontramos plantas que son residentes o crecen adecuadamente en lugares de alta radiaciones telúricas, como lo son los árboles de resinas, tales como:

...”los pinos, cedros, que no producen tumores sino rajaduras, otros árboles resistentes son el sauce, plantas como el muérdago, ortigas belladona, el palo borracho, cactus en las

zonas áridas, el jacaranda, las palmeras, helechos, las plantas de la familia Mirtáceas, como el arrayán o mirto. (Brassler. 1995, pág. 149) (Moine, 2002, pág.209).

Es por estos motivos que muchas plantaciones productoras de frutales, silviculturales, y jardines, muchas veces no se entiende el por que en ciertos lugares no crecen adecuadamente, o simplemente mueren, ya sea por que necesitan sitios con altas radiaciones o mas bien esta influencia les afecta.

LAS TÉCNICAS Y HERRAMIENTAS PARA EL USO DE LA RADIESTESIA: RUMBO A LA RADIÓNICA.

Todos los radiestesistas recomiendan el uso de algunos testigos para realizar los diagnósticos, por ejemplo, si realizaremos un análisis de suelos para determinar la composición, debemos tomar una muestra o para determinar las enfermedades de las plantas.

Los radiestesistas usan desde el péndulo, las varillas, y hasta modernos equipos electrónicos e informáticos para el diagnóstico y la curación, es acá donde los manejadores de recursos naturales pueden tener grandes resultados positivos no solo para el medio ambiente, sino, para los nuevos campos de investigación que la radiestesia y la radiónica permitan explorar.

Como ya lo mencionamos, los organismos vivos reciben energía de la atmósfera y directamente del sol, Volterri, llama a esta energía “Orgón debido a que fue descubierta a través del orgasmo y de su efecto biológico, es decir la carga de sustancias de origen orgánico” (1981, pág 15). El autor explica en su obra que es y sucede al encontrar el común denominador entre la teoría pránica y la teoría orgónica, esta unidad (orgón) se deriva de la unión de los fenómenos físicos, químicos y biológicos ya aceptados por la ciencia.

Por lo cual, la energía emitida del sol, energía orgónica de Reich, la pránica del Yoga y la energía cósmica, se manifiestan en una única esencia del campo bioplasmático. Es así como la cámara Kirlian logra captar este campo bioplasmático en sus fotografías y se ha logrado deducir mediante esta fotografía del “aura de la planta” el estado saludable o no de las mismas.

A partir de la poligrafía que es la técnica del detector de mentiras el Dr, Backster experimentó con *Dracaenena massamgena* y comprobó que

las plantas respondían a estímulos, que eran detectados de una forma eléctrica por medio de una frecuencia de ondas emitidas por las plantas. (Volterri, 1981, pág 45).

Desde los años setentas se comprobó que los ucranianos, mediante la generación de ondas de radio estimulaban las semillas de trigo para mejorar las cosechas (Copen, 1999, 36). Así el revelador Backster ha podido registrar los efectos de las ondas y producirlas según lo describe el autor: “estas ondas ultrasónicas han actuado sobre el crecimiento de los vegetales”. (Volterri, 1981, pág 45).

Podríamos asumir por el momento que estos primeros instrumentos han sido los que han impulsado el desarrollo de la radiónica hasta nuestros días, como lo podemos deducir, la radiónica se ha desarrollado muy cerca de la radiestesia.

La radiónica es considerada por Bruce Copen, como “una verdadera ciencia” que está “basada en el uso de métodos e instrumentos que miden las radiaciones, de la naturaleza” (Copen, 1994, pág. 6), según la entrevista que le realizamos al Msc. Salas, experto en radiestesia de Costa Rica, dentro de la academia podemos encontrar la escuela de radiónica de Londres, la cual realiza investigaciones y publicaciones periódicas sobre el desarrollo de esta disciplina.

Para la escuela de Radiónica de Londres, representada en **The Radionic Association, Baerlein House, Goose Green, Deddington,**

“Radiónica es una técnica de curación en la cual se utilizan nuestras facultades extra-sensoriales para descubrir las alteraciones en los flujos de energía que pueden causar enfermedad y para favorecer el regreso a un flujo normal de energía que promueva la salud. Esta técnica es independiente de la distancia entre el especialista y el paciente. (<http://www.radionic.co.uk/Spanish.htm>, consultado el 22 de mayo del 2009)

Para la escuela de Londres, los orígenes de la radiónica se atribuyen al norteamericano, el Dr. Albert Abrams (1863-1924) de San Francisco y desde entonces varios investigadores han logrado muchos avances, tales como Ruth Drown, George de la Warr, T. Galen Hieronymus, Malcolm Rae y David Tansley.

Algunos de los efectos positivos que se pueden lograr con la radiónica desde el punto de vista ambiental, es el poder cambiar la estructura atómica mediante la emisión de ondas de los átomos del suelo mejorando los cultivos sin tener que usar fertilizantes sintéticos, que contaminen el suelo y las aguas. (<http://www.radionic.co.uk/Spanish.htm>. Consultado el 22 de mayo del 2009).

La radiónica ha sido usada en el área de veterinaria con efectos muy positivos, “se destacan los trabajos realizados por miembros de la Asociación Radiónica de Inglaterra con los problemas vertebrales de los caballos de carreras, perros, gatos y la salud humana” (Merino de la Fuente, 2008, pág 3).

“La Agricultura es otro de los campos donde este arte-ciencia obtiene sus mejores resultados; de hecho, desde hace muchos años se recurre a él con gran éxito para mejorar la calidad de los productos agrícolas, aumentar el rendimiento de las tierras de labor, ahorrar en fertilizantes y agua, y combatir las plagas de insectos, hongos y malas hierbas que asolan las cosechas” (2008, pág 4)

Es así como se mejoran cultivos. La metodología consiste en que los instrumentos “miden las frecuencias naturales emitidas” del organismo estudiado, se realiza un diagnóstico del estado del organismo y se programa hasta conseguir la frecuencia que se necesite para su salud. (Copen, 1989, pág 65)

Se ha comprobado que mediante la emisión de frecuencias de onda desde los equipos emisores de radiónica se han recuperado lagos, como es el caso de la empresa Quantec, que ha recuperado o biorremediado sitios contaminados e incluso ofrecen el servicio de mejorar el agua que llega al grifo como lo afirma la empresa:

“Con QUANTEC® puede solucionarse el problema ondulando las tuberías de agua que llevan el agua al piso o a la casa de modo que se borre la información perjudicial que contiene. Busque un lugar en el que se vea la tubería de agua y fotografíela” (www.quantec.eu. Consultado 25- 04 -09).

Este principio de fotografía, es el usado bajo los mismos preceptos de la cámara Kirlian y desde un ordenador con un amplificador de ondas enviaran la frecuencia para la purificación.

En estos momentos, en que las prácticas para el control de plagas, contaminación de ecosistemas, y modelos de desarrollos desiguales, la radiónica se convierte en uno de las técnicas más necesarias para lograr, la salud integral del planeta.

Como lo pudimos constatar desde que aparece la razón, como “el dios” de la ciencia moderna, se ha despreciado conocimientos milenarios como han sido la radobmancia, con claros motivos de beneficiar un “stablishmen”, que se enriquece a la luz de las enfermedades de la humanidad, plantaciones de producción agrícola y de la silvicultura con el agravante que se genera mas contaminantes que sanaciones.

Hasta la academia científica para mantener ese “*status quo*” prefieren caer en la ignorancia de la naturaleza, para amarrarse a sus postulado racionales y sus escuelas tradicionales, esas mismas escuelas que obligaron a Galileo abjurar de sus teorías o a el físico Tesla, escribir desde la marginalidad, y morir en el abandono total.

Como lo expresa Brassler en su obra “es inconcebible que preceptos tan elementales de las leyes naturales, no figuren en ningún tratado de botánica y en las escuelas de agronomía y especialidades forestales” (1995, pág.147). A lo que le agregamos: en las ciencias biológicas y en las especialidades del manejo de los recursos naturales.

La radiónica como la ciencia derivada de la radiestesia nos proporciona un sin numero de posibilidades para evitar el derroche de dinero en el manejo de plantaciones forestales, agrícolas, y de producción animal como lo son granjas avícolas, apícolas, zoocriaderos el yacimiento de minerales, agua, sitios arqueológicos, lugares abundantes para la pesca, objetos desaparecidos etc.

Incluso, nos proporciona una herramienta para el uso en la investigación pura, como lo es la determinación de sexos, las predicciones meteorológicas, análisis de los componentes químicos del agua, suelo, y hasta productos alimenticios.

En cuanto a la restauración de ecosistemas, se pueden usar los mismos principios y mecánica que con la agricultura, aumentando las potencialidades de los equipos, para así restaurar y acelerar los procesos de restauración ambiental.

En los tratamientos de restauración personalmente veo un impacto muy positivo de la radiónica y la radiestesia en la toma de decisiones, de que plantas a usar, donde sembrarlas o el como bloquear las radiaciones que no permitan el crecimiento de algunas especies que se necesiten para acelerar los procesos.

NOTAS

- ¹ Hongo del orden Lycoperdon, que crece sobre ramas o troncos en descomposición sobre el suelo. Distribución amplia en todo el mundo.

BIBLIOGRAFÍA

- Brassler Guido. 1995. "Los secretos de la radiestesia". Primera edición. Argentina, Editorial Errepar S.A. 160 p.
- Gadinni Roberto. 2006. "Péndulo Poder y Magia". Segunda edición. Mexico Editorial Edad S.A. 62 p.
- Moine Michael. 2002. "La radiestesia". Doceava edición. España. Editorial Martínez Roca, S. A. 320 p.
- Volterri Roberto. 1981. "Psicotrónica". Primer edición. España. Editorial Martínez Roca, S.A. 216 p.
- Bird Christopher. 1989. "El gran libro de la Radiestesia". España. Editorial Martínez Roca, S.A. 421 p.
- Copen Bruce. 1994. "Radionics: Natural's Miracle sciens". Cuarta edición. Volumen 1. Inglaterra. Editorial Bruce Copen laboratories Limited. 70 p.
- Copen Bruce. 1994. "Radionics: Natural's Miracle sciens". Cuarta edición. Volumen 1. Inglaterra. Editorial Bruce Copen laboratories Limited. 70 p.
- Copen Bruce. 1999. "Radionics: Natural's Miracle sciens". Tercera edición. Volumen 2. Inglaterra. Editorial Bruce Copen laboratories Limited. 62 p.
- Copen Bruce. 1989. "Radiobiology Therapy ". Tercera edición. Inglaterra. Editorial Bruce Copen laboratories Limited. 74 p.

Artículos de Revistas:

- León, Tomas. 2005. "La agricultura ecológica como posición política frente al actual modelo de desarrollo colombiano". Acta Biológica Colombiana. Vol. 10. 67-73 p. Instituto de Estudios Ambientales. Universidad Nacional de Colombia, Bogota.
- Rubio Luz Mary. 2006. "Caracterización de empresarial de algunos productores de hortalizas orgánicas en la sabana de Bogota y alrededores". Cuadernos de Desarrollo Rural. Vol. 57. 133-163 p. Colombia.

Documentos en Línea:

Merino de la Fuente Javier. 2008. "La Radiónica: Una Técnica de Tratamiento a Distancia" en línea. España Disponible en <http://www.medenergetica.com/articulos/32-energetica/47-radionica.html> 2008, 20 de noviembre.

Quantec eu. (S.f.) "Tratamiento de aguas". En línea disponible en www.quantec.eu/biocomunicación_instrumental/htm. Consultado 30 de mayo del 2009.

Radiónica RV computer system. En Línea disponible en www.radiónicainstrumentos.com. Consultado de 30 de mayo del 2009.

RESUMEN

Los cambios circunstanciales que vive el mundo moderno nos hace reflexionar sobre las formas en que hemos llevado y promulgado las políticas públicas: de la salud, la conservación y bienestar del ambiente, para lograr una convivencia lo mas armoniosa posible con el ser humano. Sin duda alguna es antes de la hegemonía occidental que este equilibrio, orden y vivencia integral entre naturaleza-ser humano funcione, por lo tanto es a partir de este supuesto que buscamos un referente, encontrando herramientas y técnicas apropiadas para vivir en armonía con el ambiente, provocando una forma de vida de prevención en la salud, creemos que estas formas de vida y técnicas preventivas deben convertirse en políticas públicas para el encuentro con otro mundo posible.

Palabras Claves: Radiónica y Radiestesia, Restauración de Ecosistemas, Salud Preventiva, Arquitectura Natural, Radiaciones cósmicas, Redes telúricas.

ABSTRACT

The circumstantial changes lived by the modern world make us reflect about the ways that we have been taking and promulgating public policies: health, environment conservation and welfare, to achieve the more possible coexistence with the human being. Undoubtedly, this balance - order and integral experience between nature and human being - worked before the western hegemony. So, it is from this assumption that we seek a reference, finding tools and appropriate techniques to live in harmony with the environment, causing a health preventing way of life. We believe that this way of life and preventive techniques must be converted into public policies for the encounter with the possible world. That is how we begin the research and put into

practice known techniques, such as dowsing and radionics, and their use for preventive health in the architectural design, rescuing the legacy of the indigenous buildings of America, of Middle Age corporations and of Ancient Rome archeological discover. Besides this, we are using these tools in the environment restoration and their use in alternative medicine. For example, in the present work we will find correlation between the sites of cosmic radiation, the electromagnetic grids of the earth and the appearance of tumors both in vegetable and animal species and in human beings. We also offer a range of biological indicators to detect the sites of high radiations, as well as tolerant species for ecosystem restoring plans.

Key Word: Radionics and Dowsing, Ecosystem Restoration, Preventive Health, Natural Architecture, cosmic radiation, telluric networks.

Pós-Modernidade, Meio Ambiente, Saúde Mental, Olhar Poético. “Congresso Internacional do Medo”. Carlos Drummond de Andrade

Raimundo Lopes Matos*

RESUMO

Este trabalho aborda a pós-modernidade, o meio ambiente e a saúde mental por intermédio de um olhar poético. Usa-se o poema Congresso internacional do medo, de autoria do poeta Carlos Drummond de Andrade, seus contextos mediatos e imediatos, a fim de demonstrar as causas desse medo que domina e assola as pessoas, neste século XXI. Palavras chave: pós-modernidade; poética; saúde mental; doença; medo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma imersão no atual espaço macro ecológico, constructo, mantenedor e energizador do grande meio ambiente no qual vive o homem ocidental, neste tempo moderno/pós-moderno. Este imergir se dá por intermédio de um olhar poético pelo viés do poema “Congresso Internacional do Medo”, de autoria do poeta Carlos Drummond de Andrade.

O tema se justifica pela relevância de uma abordagem ampliada, em termos conceituais, de como o “*modus vivendi*” atual do ser humano tem contribuído para a existência de uma ecologia/meio ambiente social danosa à saúde mental das pessoas. Ventilam-se as ecologias “semióticas da Terra”, “mental” e “virtual”, formando uma ambiência que, pelo que se observa e já é de domínio público, vem enfermado o ser humano tanto em termos mentais, quanto em termos sociais.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa procura ressaltar a maneira pela qual a poética, por meio de sua verdade subjetiva e/ou estética, expressa a verdade objetiva; e tentar mostrar que o meio ambiente econômico e social frenético, competitivo, consumista e desigual, ao extremo, por

que passa o ser humano ocidental, neste Terceiro Milênio d.C, é um fator contributivo para a incidência de diversas doenças psicossomáticas.

No tocante ao fundamento norteador e sustentador deste texto, adota-se deliberadamente, um *pout-pourri* teórico. Em outras palavras, um referencial teórico eclético. Para a realização do trabalho, recorre-se à Semiótica (peirceana), como a ciência de todas as linguagens; à História do Brasil, com o recorte do período de criação do texto; à História da Literatura Brasileira, com o registro da estética dominante na época em que foi concebido o poema; à Crítica Genética, com a ressurreição do autor; e, por último, à hermenêutica do texto, com a interpretação motivada pelos contextos mediatos e imediatos.

Quanto à metodologia, o trabalho se orienta no circuito da dedução para indução e da indução para a dedução. Começa-se com o estudo dos contextos histórico, literário, político, social sob o manto dos quais foi concebido e escrito o poema “Congresso Internacional do Medo”. E este é lido e analisado sempre à sombra desse escopo contextual. Ora o raciocínio vai do geral para o particular, ora vem do particular para o geral.

Na busca incessante do novo por meio da pesquisa estética e do estudo da poética, esta investigação pretende ser mais um contributo ao mundo do saber em parceria com outros domínios. Sempre na busca incessante do inusitado, às vezes, extraído do óbvio.

O TÍTULO JUSTIFICA A OBRA

No tocante à Pós-Modernidade (Pós-Modernismo) e ao seu conceito, afirma Jair Ferreira dos Santos ⁽¹⁾ ser “*o aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo...*” Assim, a Pós-Modernidade emerge, segundo Santos, nos anos 50 com a arquitetura e a computação; desenvolve-se nos anos 60 com a *art pop* e na filosofia, esta criticando a figura do Ocidente, nos anos 70; e, hodiernamente, surge, como presença marcante, via “tecnociência”, na moda, no cinema, na música e no seu viver cotidiano. Jean-François Lyotard, abordando a mudança no estado do saber, afirma ser esta concomitante com a entrada das sociedades “na idade dita pós-industrial” e com as culturas da idade dita pós-moderna e diz: “*Essa passagem começa desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua construção*” ⁽²⁾. Para Arnold Toynbee ⁽³⁾, o pós-moderno já sucedia à época moderna desde 1875. Octavio Paz menciona um “pós-

modernismo” por volta de 1915 ⁽⁴⁾. Para José Teixeira Coelho Neto ⁽⁵⁾, se norteadas pelo termo pós-industrial, “a Pós-modernidade genericamente entendida teria início com o final da Segunda Guerra Mundial que marca o começo da era da TV...”. Gumbrecht, ao tratar de Alta Modernidade conceitua Pós-Modernidade nos termos seguintes: “... consiste em conceber nosso presente como uma situação que desfaz, neutraliza e transforma os efeitos acumulados dessas modernidades que tem se seguido em uma à outra desde o século XV” ⁽⁶⁾.

Nos limites desta investigação, Pós-Modernidade é conceituada como sendo as rápidas, frenéticas e diversas mudanças que vêm ocorrendo e se intensificando nas ciências, nas tecnologias, nas economias, nas políticas, nas artes, nas culturas, nas religiões das mais distintas sociedades do mundo, a partir do término da Segunda Guerra Mundial ⁽⁷⁾, aos dias atuais, primeiros anos do século XXI e continua em processo.

Assim, os seres humanos se encontram num grande espaço planetário, chamado também de lugar, conhecido como mundo e tido, aqui, como meio ambiente, chamado por Pierre Levy de biosfera ⁽⁸⁾, termo usado para se referir à esfera dos seres vivos e a seus *habitats*; para os humanos, este é o espaço das ecologias: “ecologia mental” ⁽⁹⁾ – Pierre Lévy; ecologia das ideias, a noosfera ⁽¹⁰⁾ – Edgar Morin; e as ecologias mental, social e ambiental, aglutinadas na rubrica ecosofia ⁽¹¹⁾ – Félix Guatarri.

Por esses mais distintos espaços - geografias e ecologias - onde se encontram as criaturas humanas sentindo e pensando; paradas e se relacionando uns com os outros; um grupo se conectando com outro grupo; uma etnia dialogando com outra etnia; uma sociedade com outra sociedade; um povo com outro povo; uma nação com outra nação; e governos com outros governos. Porém, tudo isso, superposto, passa e perpassa por atritos, conflitos, truculência, violência, horrores sobre e sob horrores e atritos visíveis, audíveis e documentais, experienciados pelos habitantes da Terra e, mais especificamente, nos limites deste texto, os habitantes desta nesga ocidental.

E, nessa nesga, e neste mundo que, segundo Italo Mariconi, “é um ato de criação poética” ⁽¹²⁾, o olhar do poeta, como um Raio-X, penetra nessa ambiência, detecta e registra o estado de saúde física e de saúde mental de homens e mulheres, artistas desse grande palco holístico de dimensões cósmicas. E, como Augusto Comte, citado por Morin, diz que “cada qual pertence ao seu século”, não seria diferente com o poeta mineiro. Este pertence ao seu século (séc. XX), ao seu tempo, ao seu instante histórico e com eles se relaciona ⁽¹³⁾. E nesse e por esse tempo, o poeta vê, ouve,

sente e verbaliza o medo geral velado, revelado, destemido e estampado no ambiente, no tempo e nas pessoas, como mais adiante se verá.

O CONTEXTO EXPLICA O TEXTO

Esse contexto, apesar de estar grafado no singular, amplia-se, multiplica-se e se diversifica, tornando-se plural. Portanto, esse tópico, a rigor, trata de contextos. Assim, relacionam-se e se imbricam contextos diferentes, mediatos e imediatos na criação e construção de uma obra, de um poema, de um texto. E tais contextos são relevantes à hermenêutica que é “*a arte de interpretar textos*”⁽¹⁴⁾ artísticos, literários, jurídicos⁽¹⁵⁾ teológicos etc., em busca da *alétheia*, a verdade grega, a essência. Nelson Cerqueira, no capítulo “Literatura e Práxis” de sua obra *Hermenêutica & Literatura*, escreve sobre a criação do artista e afirma: “... não cria o seu trabalho do vazio, mas, antes, interpreta o seu ambiente social através do filtro da sua experiência, observação e visão de mundo...”⁽¹⁶⁾.

Em se tratando de contextos mediatos, em relação a Drummond, há que se fazer menção a nomes do poder e no poder que tinha influência e repercussão internacionais, em termos fascistas e nazifascistas: Benito Mussolini, na Itália; Antonio Salazar, Portugal; Francisco Franco, Espanha; e Adolf Hitler, Alemanha⁽¹⁷⁾.

Devem ser incluídas, também, nesses contextos mediatos do poeta e do poema, a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial. A Primeira se finara em 1918⁽¹⁸⁾, o que, pelo óbvio, seus resquícios ainda estavam na memória recente das pessoas e do autor. A Segunda Guerra começa em 1939⁽¹⁹⁾, momento da criação do poema em análise. Haja vista, o livro do itabirano “Sentimento do mundo”, com 28 poemas, um deles o “Congresso internacional do medo”, foi publicado em 1940; vale salientar-se, todavia, que os seus poemas foram escritos durante os cinco anos imediatamente anteriores. Isso confirma que o texto drummondiano fora elaborado no mais efervescente clima de guerras externas e de conflitos políticos, ideológicos e sociais internos.

Além dos nomes citados, não se deve omitir uma plêiade de outros nomes, todos alemães, homens da ciência e da filosofia como Albert Einstein, Karl Marx, Sigmund Freud e Friedrich Nietzsche⁽²⁰⁾. Estes, com suas teorias e escritos, serviram como referenciais teóricos no campo das ciências físicas, sociais e da filosofia⁽²¹⁾. Esses expoentes foram colunas sustentadoras do Modernismo brasileiro, enquanto movimento esteticamente revolucionário.

Além disso, os artistas modernistas receberam fortes influências e contribuições das vanguardas européias: Cubismo, oriundo da Espanha, com Pablo Picasso. Esta vanguarda (1907) com sua decomposição e recomposição do objeto “segundo uma lógica própria, que não obedece às leis naturais”⁽²²⁾; Futurismo (1909), originário da Itália, com Filippo Tomaso Marinetti, caracteriza-se pelo seu discurso de destruição do tradicional “em favor de uma arte voltada ao futuro”⁽²³⁾, à máquina, ao movimento, à velocidade; o Expressionismo “surgiu em 1910, na Alemanha”⁽²⁴⁾. Como afirma José de Nicola, sua preocupação é “*com as manifestações do mundo interior e com uma forma de expressá-las*”⁽²⁵⁾; dá importância à expressão “*numa tela ou numa folha de papel, de imagens nascidas em nosso mundo interior, pouco importando os conceitos então vigentes de belo e feio*”⁽²⁶⁾; Dadaísmo data de 1916, vem também da Alemanha e propõe “*a abolição da lógica e do patrimônio cultural acumulado*”⁽²⁷⁾; eleva o pessimismo ao extremo e é niilista; e o Surrealismo também vem da Alemanha, 1924, apresentando-se “*como meio de conhecimento e estudo aprofundado*” de “*tudo que é tradição da lógica e da racionalidade*”⁽²⁸⁾.

Sendo feita uma leitura do poema de Drummond à luz dessas vanguardas, perceber-se-ão, dentro do poema, muitas das suas influências. O Cubismo está presente com a tomada de todos os espaços geográficos e conceituais, pelo medo. Esse movimento primava pela geografização poemática na página em branco. Toda a página era ocupada pelo poema como toda tela era utilizada na pintura. O Futurismo pode ser percebido na referência aos soldados e aos ditadores, pois, este movimento apregoava a higiene do mundo por meio da força, por intermédio da guerra. Já o Expressionismo pode ser identificado pela fanopeia (imagem)⁽²⁹⁾, isto é, uma imagem mental sugerida e deformada em razão do medo assolador e desolador. O poeta, contando com título do poema, repete o substantivo “medo”, nada menos do que 12 (doze) vezes. Quanto ao Dadaísmo, percebe-se que o poema está contaminado e saturado pelo pessimismo: não há paz, não há tranquilidade, não há segurança nesta vida antes do túmulo, muito menos na outra sugerida por Drummond, depois da sepultura, porque diz ele: “*sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas*”. O medo patológico é amplo, geral, irrestrito e apocalíptico. O Surrealismo aflora no poema no que tange ao mistério, ao sobrenatural, à morte e ao depois da morte. Além disso, o Surrealismo está relacionado diretamente com a Psicanálise Freudiana. Esta aborda, com dedicação, manifestações emocionais como angústia, temor, pavor

e medo ⁽³⁰⁾. Ora, medo é o tema do poema. A propósito, pela definição do Dicionário de Psicologia, medo é uma “*emoção desencadeada por uma estimulação que tem o valor de perigo para o organismo*” ⁽³¹⁾. Na mesma linha se manifesta o Dicionário de Psicanálise: “*Medo, sentimento de inquietude provocado pela presença ou ao pensar em um perigo*” ⁽³²⁾. Assim, percebem-se temas caros a Psicanálise no conteúdo do poema, o que reforça a influência da vanguarda surrealista. Desse modo, ainda que o poeta não se declare sob tais influências, o seu texto o faz.

Quanto aos contextos imediatos, mais diretamente relacionados com o poeta, há de se mencionar o aquecido clima político e ideológico de então. Drummond já se transferira para o Rio de Janeiro e é chefe de gabinete de seu conterrâneo Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, do Presidente Getúlio Vargas ⁽³³⁾.

O poeta se encontra no epicentro geográfico e funcional dos conflitos e das questões políticas, ideológicas e sociais: nesse período de Governo Constitucionalista (1934 - 1937) e Estado Novo (1937 - 1945), houve repressão à Ação Integralista Brasileira (AIB), e à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esta compunha o Partido Comunista do Brasil (PCB), fechado e posto na ilegalidade por Getúlio Vargas ⁽³⁴⁾. O que não se deve omitir, também, é a Revolta Mineira de (1935 - 1936), motivada pela insatisfação ao governo constitucionalista de Vargas que, em nada favorecia Minas Gerais. Revolta que não logrou sucesso contra Vargas.

Ainda que o jovem poeta, com um pouco mais de 3 (três) décadas de vida, porventura não fosse participante de nenhuma facção contida pelo governo federal, porém, pelo simples fato de ser mineiro é razoável raciocinar no sentido de haver sido ele influenciado. Afinal de contas, no capítulo “*LA VÍA ECOLÓGICA*”, do livro *La Vía – Para el futuro de la humanidad*, Morin escreve: “*El mundo está en nosotros ao mesmo tiempo que nosotros estamos en el mundo*” ⁽³⁵⁾. E a geneticista Cecília Almeida Salles, ao tratar da ressurreição do autor à luz da Crítica Genética, escreve: “*O artista explora o mundo em toda a sua riqueza, daí ser considerado um canibal da realidade*” ⁽³⁶⁾.

Pensa-se, agora, no contexto imediato da história literária brasileira. A época na qual é concebido o poema em apreço é o segundo período do Modernismo brasileiro, chamado de fase ideológica e/ou fase de construção. O primeiro período fora chamado de fase heróica e/ou de destruição ⁽³⁷⁾.

A propósito, são oportunas e apropriadas as palavras de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães. Eles afirmam:

A poesia e o romance de 30 trilham rumos diferentes, embora guardem algumas características comuns. Preocupados fundamentalmente com o sentido da existência humana, com o confronto do homem com a realidade, enfim, com o “estar-no-mundo”, os poetas de 30 seguem caminhos diversificados, que vão da reflexão filosófico-existencialista ao espiritualismo, da preocupação social e política ao regionalismo, da metalinguagem ao sensualismo ⁽³⁸⁾.

Nessa segunda fase, como se pode depreender desta citação, não mais há o apelo do poema cabotinista (poema-piada), da panfletagem e dos manifestos literários; há, todavia, novos direcionamentos, posturas e atitudes diferentes em relação ao primeiro momento modernista, diante das realidades circundantes. Por isso, esta fase recebe, didaticamente, além dos nomes de “construção”, de “ideológica”, também de “estabilidade de idéias” ⁽³⁹⁾.

Os contextos mencionados no tocante às diversas influências e contribuições estão direta e indiretamente, explícita e implicitamente, no poema em estudo. No capítulo “Leitura, Análise e Interpretação”, do livro Pesquisa em Literatura, o professor José Edilson de Amorim, no tópico “texto, contextos”, afirma: “... uma boa compreensão de um texto pode surgir da leitura que fazemos das relações que o texto e o contexto estabelecem, uma vez que o texto já contém, em si, uma leitura dos contextos com que está relacionado” ⁽⁴⁰⁾.

BIO/GRAFIA, E NÃO BIOGRAFIA

Nessa leitura, os detalhes da biografia: hora, minutos, dia, mês, ano e lugar de nascimento como determinante da obra, aqui, é de somenos importância; a bio/grafia, com essa barra, todavia, é relevante e instigante. Pois, afinal, pensando-se como Dominique Maingueneau, trata-se de uma via de mão dupla: um itinerário do autor à obra, e outro da obra ao autor ⁽⁴¹⁾. Maingueneau afirma: “Na realidade, a obra não está fora do seu ‘contexto’ biográfico, não é o belo reflexo de eventos independentes dela. Da mesma forma que a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra participa da vida do escritor” ⁽⁴²⁾.

Ao falar sobre a obra e experiência de vida, o autor citado diz: “O escritor só consegue passar para a sua obra, uma experiência da vida minada pelo trabalho criativo, já obsedado pela obra” ⁽⁴³⁾. Ao tratar dos “ritos de escrita”, ainda escreve Maingueneau: “O ato de escrever, de trabalhar num manuscrito, constitui a zona de contado mais evidente entre ‘a vida’ e ‘a obra’” ⁽⁴⁴⁾. Nessa mesma linha de pensamento, declara Pierre Lévy: “Nós somos o texto” ⁽⁴⁵⁾.

Um estudo de um texto literário, por exemplo, só dispensa a vida de seu autor, se essa leitura se restringir a questões fonéticas, morfológicas e/ou sintáticas. Afinal de contas, para um estudo de prosódia, ortoepia, acentuação gráfica; conhecer as classes de palavras variáveis e invariáveis; e identificar na oração o sujeito, o verbo e o complemento, não há necessidade de conhecimento amplo e detalhado da vida do autor. Contudo, se a pretensão é de potencializar e diversificar a leitura do texto dentro de uma visão de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade; enfim, partir para leituras acadêmicas, artísticas e culturais holísticas, são imprescindíveis o conhecimento desses percursos de mão dupla: autor/obra e obra autor.

UM OLHAR POÉTICO: PRIMEIRA LEITURA

Congresso internacional do medo

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio porque esse não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
depois morreremos

de medo e sobre nossos tímidos nascem flores amarelas e medrosas ⁽⁴⁶⁾.

Eis o poema à leitura. Pelo viés da Semiótica peirceana – triádica – de Charles Sanders Peirce, pode ser lido como um signo tricotomicamente relacional: representâmen, objeto e interpretante. Semiótica, como conceitua Lucia Santaella, é a “ciência de toda e qualquer linguagem” ⁽⁴⁷⁾. Neste caso concreto, estão sendo tratadas duas linguagens: literária e

poética. Como a Semiótica é também tratada como a Teoria Geral dos Signos, julga-se necessário o seu conceito de signo. Este, segundo Peirce, é *“qualquer coisa que conduza uma outra coisa (seu interpretante) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu objeto) de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim, sucessivamente ad infinitum”*⁽⁴⁸⁾. Tentando deixar mais compreensível essa noção do signo peirceano, Santaella afirma: *“Um signo intenta representar, em parte, pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo que o signo represente seu objeto falsamente”*⁽⁴⁹⁾.

E, ainda, para ser mais acessível, seria dito, grosso modo, que o signo é uma tentativa de substituir o objeto. E, sempre na busca de maior clareza, vale ressaltar que o signo ou *representâmen* existe e persiste numa relação triádica com o seu objeto e seu interpretante⁽⁵⁰⁾.

Cabe esclarecer que, o fundamento do signo, conforme aborda Santaella, é composto dos objetos imediato e dinâmico, bem como dos interpretantes imediato e dinâmico⁽⁵¹⁾. Quanto ao interpretante em si, não será aqui tratado por julgar-se desnecessário.

O objeto imediato, aqui, agora, visto e ouvido, por exemplo, é a maneira como o objeto dinâmico está sendo representado no signo⁽⁵²⁾. O objeto dinâmico, também chamado de “dinamóide”⁽⁵³⁾, diferente do imediato, não está (mas pode estar) concretamente presente, visível, audível e por isso pode ser chamado também de objeto mediato⁽⁵⁴⁾. No caso do poema, “Congresso internacional do medo”, o objeto imediato é a sua “aparência gráfica”, como está digitado, configurado ou, no caso de ser lido, a sua acústica. Isto é, o modo visível ou audível pelos quais o medo está sendo representado. Já o seu objeto dinâmico ou mediato, é o medo real que assola, de fato, as pessoas. O signo medo do poema conecta-se com o signo medo das pessoas; o medo fictício, psicológico, psicanalítico se irmana com o medo real, experiencial, somático. Esta conexão é feita por meio do interpretante. Vale ressaltar, desde já, que não se deve confundir interpretante com a pessoa que interpreta, pois esta é chamada de intérprete.

Desse modo, o signo conta também com os seus interpretantes: imediato e dinâmico. Interpretante imediato é a capacidade que tem o signo de produzir sua identificação e/ou apresentação, em termos gerais, em qualquer mente, para qualquer pessoa. Por exemplo, qualquer indivíduo - escolarizado - que se deparar com o poema em discussão, vai reconhecê-lo como tal; vai chamá-lo de poema, poesia ou de texto

escrito. Existem traços intrínsecos extrínsecos no poema que permitem esse entendimento por parte de “qualquer” pessoa. O interpretante dinâmico é aquela capacidade que o signo possui de produzir em uma mente particular sentidos ampliados, a depender do repertório dessa mente. Por exemplo: se a pessoa que lê o poema for iniciada e/ou especializada em escolas literárias e na estética modernista, terá, pelo interpretante dinâmico, um conhecimento mais amplo e mais profundo em relação à pessoa sem nenhuma iniciação nos estudos literários e poéticos.

CONGRESSO INTERNACIONAL DO MEDO FRAGMENTADO: SEGUNDA LEITURA

- “Congresso Internacional do Medo”

Como a voz do poeta é singular e plural; ele fala, ao mesmo tempo, do individual e do coletivo; como essa voz é social, os objetos e interpretantes sígnicos do poema indicam que se trata de um medo generalizada em todos os lugares, em todas as repartições e em todas as pessoas.

“Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços

(...)

existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro”

As fobias e os medos motivados pelas guerras externas, conflitos internos, atritos localizados; violência ética, moral e física por todos os lados; em todos os domínios e em todo o organograma hierárquico e funcional da sociedade... Os abraços não são mais índices de afetividade, mas são indiferentes, mornos, frios, de afastamento e de desconfiança!... No trabalho, à rua, em casa, à mesa, na cama o companheiro inseparável é o medo; é o nosso pai; é nosso companheiro; é o “pai e nosso” de cada dia...

O texto seguinte é um exemplo: “As pessoas andam tão arredias, tão amedrontadas, tão inseguras, que quando um cara de bem com a vida como eu passa no corredor do supermercado e lhes diz BOM DIA, elas quase fogem de tanto pavor. Isso é fato real” ⁽⁵⁵⁾.

o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,

Sertões secos, sertões de homens secos, sertões de vidas secas; mares revoltos com seus navios de guerras, seus submarinos nucleares, mares da vida de ventos incontroláveis; desertos e rincões, revoluções e passeatas, colunas que se prestam a mudanças e transformações utópicas. Aumentam o medo.

A propósito, pode ler-se: “O Agreste, Sertão e Baixo São Francisco foram marcados pela violência neste final de semana. O Instituto Médico Legal de Arapiraca (IML) registrou a entrada de 15 corpos, sendo 12 vítimas de homicídios” ⁽⁵⁶⁾.

Quanto aos mares bravios, leia-se o texto de Denis Russo Burgierman, com o título de “Sangue no mar”:

De um lado, 6 navios japoneses faziam aquilo que fazem todo ano: matavam baleias. Do outro, 3 navios de organizações ambientalistas (dois do Greenpeace, um da Sea Shepherd) tentavam atrapalhar os japoneses. O nível de tensão chegou tão alto que houve até duas colisões entre barcos rivais - o que, naqueles mares tão distantes e inóspitos, fez muita gente temer uma tragédia ⁽⁵⁷⁾.

Mas o deserto, também, como cenário de guerra, é assustador. A citação seguinte é um exemplo:

Mas 4 dias após terem iniciado a retirada, uma grande força anglo-norte-americana chegou ao Marrocos e à Argélia, avançando para leste com o objetivo de apanhar alemães e italianos pela retaguarda. De início, estes ainda conseguiram deter o ataque, mas, a vitória final foi dos Aliados: em 12 de maio de 1943, quase 250000 soldados alemães e italianos se rendiam. Era o fim da guerra no deserto ⁽⁵⁸⁾.

o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,

Soldados, os fardados, os patenteados, os armados; os amarelos, os vermelhos, os desertados, os deserdados; os fuzilados... Os subalternos

têm medo dos superiores; os superiores têm medo dos subalternos; todos têm medo do povo e o povo tem medo de tudo... Mães biológicas, mães pátrias, mães medrosas e mães que metem medo... Igrejas integralistas, igrejas populistas, religiosos “cheirando religião, e que não crêem em Deus”, igreja “ópio do povo”, culto narcotizante, alienação total. Medo, muito medo...

A farda e o poder mal intencionados causam medo. Veja-se o depoimento a seguir:

O depoimento do policial que incriminou o ex-comandante do batalhão de São Gonçalo, desde ontem apontado pela polícia como mandante da morte da juíza Patrícia Acioli, expõe crimes para além do assassinado da magistrada. O cabo da PM, preso por ter executado o crime, expôs o mecanismo de corrupção que, segundo ele, era comandado pelo tenente-coronel Cláudio Luiz Silva de Oliveira ⁽⁵⁹⁾.

As mães e a instituição chamada família não se excluem da barbárie vivida, sofrida e praticada. Bernardo Campos Carvalho escreve:

Está virando rotina, ao abrirmos o jornal, ligarmos o rádio ou a televisão, nos depararmos com manchetes como estas: “mãe joga seu filho na caçamba de lixo”, “mãe deixa filho recém nascido no banheiro do bar”, “mãe joga recém nascido no lixo da pizzeria”, “mulher deixa seu filho na porta de uma casa” e muitos outros casos semelhantes” ⁽⁶⁰⁾.

Mas, se causam terror os que vivem na esfera da materialidade, causam e praticam atrocidades muitos dos que pertencem ao mundo da espiritualidade, conforme o texto seguinte: “O panorama político e religioso é muito variado. Temos ditaduras que se intitulam de repúblicas ou monarquias, laicas ou religiosas. Temos tiranias onde a maioria da população é cristã, muçulmana, budista, animista ou mesmo sem qualquer credo” ⁽⁶¹⁾.

cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,

Amarelos, verdes, vermelhos, azuis, pardos; discursos de libertação, Integralismo, Frente Libertadora; práticas semelhantes, patrulhamentos arrogantes; no poder e só no poder há igualdade... O medo é igual...

O perigo das ditaduras de todos os matizes não envelhece e não passa da validade: “Ideias e ações malucas ficam potencialmente mais perigosas nas mãos de quem comanda um país. Especialmente ainda mais perigosas quando esse alguém é um ditador” ⁽⁶²⁾.

Em termos funcionais e procedimentais, às vezes, ditadores e democratas se confundem. O próximo fragmento deixe isso muito claro: *“Ainda está para ser inventado um democrata como certos democratas brasileiros - poucos, felizmente. Alguns democratas brasileiros são espécimes diferentes. Tão diferentes que praticamente se tornam irreconhecíveis como democratas”* ⁽⁶³⁾.

cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte
depois morreremos de medo e sobre nossos túmulos nascerão
flores amarelas e medrosas.

O homem tem medo da morte; há medo da vida antes do túmulo, e há medo dos vivos projetado para depois da morte e da sepultura; o medo é transmatizado e transdimensional... Pela voz do poeta, o medo domina todos os domínios: mineral, vegetal, animal, espiritual... As ecologias, a biosfera, a noosfera, a ecosofia... Medo nosso de todos os dias.

Se a saúde das pessoas for pensada à luz da definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) que “define saúde não apenas como a ausência de doença, mas como a situação de perfeito bem-estar físico, mental e social” ⁽⁶⁴⁾, o poeta mostra e demonstra que as pessoas não vão bem nesse quesito por causa da sua cambaleante saúde mental em decorrência do medo assolador. Ora, a OMS define: “... situação de perfeito bem-estar físico, mental e social”. Se as pessoas viviam diuturnamente com medo, se as convulsões sociais eram realidades reiteradas, independentemente dos mutilados de guerra e por motivos outros, é certo que a saúde está ausente, e uma parcela cada vez maior dos habitantes desta antroposfera drummondiana está doente. E, a bem da verdade, há um percentual crescente de estressados, deprimidos cuja depressão extrapola os limites do razoável e se transforma em transtorno afetivo bipolar.

Esses transtornos atingem, na atualidade, até mesmo os mais religiosos, fervorosos, piedosos, calmos, serenos, tranquilos, no aroma de seus

santuários. Eclésia – A revista evangélica do Brasil, na sua edição 143, relata o resultado de uma pesquisa realizada, em 1997, na Universidade de São Paulo (USP), por Francisco Lutufo Neto, médico psiquiatra e professor do Instituto de Psiquiatria dessa instituição. O pesquisador discorre sobre o estresse e a depressão dos pastores evangélicos no Brasil.

Assim, começa o artigo da revista: *“Estresse, depressão e transtornos emocionais e comportamentais não são apenas dilemas da sociedade moderna. Pesquisas revelam que quase metade dos pastores evangélicos sofre com essas doenças e estão à beira de um ataque de nervos”* ⁽⁶⁵⁾.

O trabalho foi realizado com 750 pastores das mais distintas denominações religiosas e/ou igrejas e os resultados foram apresentados pela revista nos seguintes termos: *“Os dados obtidos são chocantes: 47% dos pesquisados apresentavam distúrbios mentais e transtornos de comportamento”* ⁽⁶⁶⁾. O professor, no segundo momento, separou 40 ministros já pesquisados para classificá-los quanto aos transtornos mentais e medir a intensidade do estresse ao qual eles estavam submetidos. Diz a revista: *“16,5% dos pastores ouvidos sofriam de depressão. Outros 13% já não conseguiam dormir normalmente por causa dos problemas”* ⁽⁶⁷⁾.

E, assim, esses problemas se alastram e se ampliam horizontal e verticalmente na sociedade moderna/pós-moderna. Sirva de exemplo, o caso do juiz William Adams, que *“é a maior autoridade da Justiça no condado de Arkansas e julga casos de violência contra menores”*. Porém, sua filha divulgou a agressão sofrida por seu pai, o juiz, em um vídeo divulgado no Bom Dia Brasil, da Rede Globo, dia 04 de novembro de 2011. O texto escrito diz: *“Hillary Adams, hoje com 23 anos, postou um vídeo na internet na semana passada que mostra seu pai, o juiz William Adams, batendo nela com um cinto mais de dez vezes”* ⁽⁶⁸⁾.

A matéria diz ainda que a jovem, quando da agressão, com 16 anos, foi agredida durante 7 minutos, *“por baixar conteúdo pirata da rede”* ⁽⁶⁹⁾. A insegurança, o estresse agudo, a depressão, as angústias, as fobias, o medo não oriundos dos mais diferenciados contextos e com as mais distintas motivações terminam na mais cruenta violência.

UM OLHAR CONCLUSIVO NO TEMPO E NO ESPAÇO SOBRE O CONGRESSO “INTERNACIONAL DO MEDO”

O poema foi escrito no final dos anos 30, do século XX; em Itabira, Belo Horizonte – Minas Gerais, ou no Rio de Janeiro, *Cidade Maravilhosa*,

territórios dos domínios e das vivências de Drummond. Se bem que, a partir de 1934, o poeta já se transferira para o Rio. Todavia, contextualizado, o poema, por sua temática, apresenta-se desterritorializado, em relação a esses *loci* determinados e específicos, e se pulveriza, sem fronteiras, por todos os espaços horizontais, verticais e conceituais, disseminado nas pessoas e pelas pessoas. Assim, o texto drummondiano se universaliza unindo passado e futuro numa presentidade, num processo de permanente atualidade.

Essa atualidade se dá por causa daquilo que se chama no texto literário de *literariedade*. Esta se faz e se perfaz pelo tema abordado, pela predominância da conotação – linguagem figurada: metáfora, rima, gradação, por exemplo, bem como por outros recursos estéticos à disposição do criador artístico. Finalmente, entram nessa composição, os contextos mediatos e imediatos da obra. Esses apontam no texto os signos indiciais e relacionais entre o mundo abstrato e o mundo concreto; entre a verdade subjetiva e a verdade objetiva; entre o patrimônio artístico e cultural intangível e o patrimônio artístico cultural tangível; transita-se no universo do processo da criação artística, passando e perpassando pelo território denotativo, com todo aparato do processo criativo, para o território conotativo. Dessa maneira, a denotação e a conotação se imbricam e se interdependem, num contínuo diálogo, formando, para o artista criador, a sua oficina repertorial de onde criará e formatará a sua obra de arte.

Desse modo, fica demonstrada a maneira pela qual a poética, por meio de sua verdade subjetiva e/ou estética, expressa a verdade objetiva do mundo concreto. Além disso, se o autor, obra e seus diversos contextos estão inter-relacionados, é de se concluir que, o meio ambiente contaminado por guerras e conflitos ideológicos, políticos externos e internos; e ambiente econômico e social frenético, competidor, consumista, desigual, discriminador, por que passava e passa o atual ser humano do Ocidente, são causas para a incidência de diversas doenças psicossomáticas.

Finalmente, a poética não omite a crueza dos fatos, e estes se poetizam para que, suavizados, vivam uma permanente intersubjetividade, mesmo que desconfiada, insegura e medrosa.

NOTAS

- * Pós Doutor em História Política da América Latina. Professor Pleno de Literatura Brasileira. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Departamento de Ciências Humanas e Letras – UESB/DCHL.
- (1) Jair Ferreira dos SANTOS. *O que é pós-moderno*, p. 7.
 - (2) Jean-François LYOTARD. *O pós-moderno*, p. 3.
 - (3) Arnold TOYNBEE *apud* Domício Proença Filho. *Pós-Modernismo e Literatura*, p. 12.
 - (4) Octavio PAZ. *Convergência: ensaio sobre arte e literatura*, p. 179.
 - (5) José Teixeira COELHO NETO. *Moderno Pós-Moderno*, p. 58.
 - (6) Hans Ulrich GUMBRECHT. *Modernização dos Sentidos*, p. 21
 - (7) Raimundo Lopes MATOS In: Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos (Org.). *Pós-Modernidade: O sólido se desmancha/o eterno é provisório/o futuro é presente*, p. 85.
 - (8) Pierre LÉVY. *A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência*, p. 50.
 - (9) Idem, p. 163.
 - (10) Edgar MORIN. *O método – 4. As idéias*, p. 13.
 - (11) Félix GUATARRI, em [http:// www.passeiweb.com](http://www.passeiweb.com), acessado em 04/11/2011.
 - (12) Italo MARICONI. *Como e Por que ler a Poesia Brasileira do século XX*, p. 9.
 - (13) Augusto COMTE In: Edgar MORIN. *O método*, p. 15.
 - (14) E. LUND & P. C. NELSON. *Hermenêutica*, p. 07.
 - (15) Ricardo Maurício Freire SOARES. *Hermenêutica e interpretação jurídica*, p. 04.
 - (16) Nelson CERQUEIRA. *Hermenêutica e Literatura*, p. 21.
 - (17) <http://www.cafebabel.co.uk/article/26006/fascist-dictator-mussolini-hitler-franco>. Acessado em 28/10/2011)
 - (18) José Robson de A. ARRUDA & Nelson PILETTI. *Toda história: História Geral e História do Brasil*, p. 265.
 - (19) Idem, p. 304.
 - (20) Lígia CADEMARTORI. *Períodos literários*, p. 62.
 - (21) Idem, *ibidem*.
 - (22) Idem, *ibidem*.
 - (23) Idem, *ibidem*.
 - (24) Idem, *ibidem*.
 - (25) José de NICOLA. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*, p. 237.
 - (26) Idem.
 - (27) Idem, p. 243.
 - (28) Lígia CADEMARTORI. *Períodos literários*, p. 65.
 - (29) Ezra POUND. *ABC da Literatura*, p. 63.
 - (30) Claude BURSZTEJN. *Dicionário Internacional da Psicanálise*, p. 1159.
 - (31) Roland DORON. *Dicionário de Psicologia*, p. 489.
 - (32) *Dicionário de Psicologia*, p. 152.
 - (33) http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acessado em 04/11/2011.
 - (34) Olavo Leoni FERREIRA. *História do Brasil*, p. 351.
 - (35) Edgar MORIN. *La via: para el futuro de la humanidad*, p. 78.

- (36) Cecília Almeida SALLES. *Crítica genética*, p. 84.
- (37) Célia A. N. PASSONI. *Modernismo no Brasil*, p. 47.
- (38) William Roberto CEREJA e Thereza Cochar MAGALHÃES. *Literatura brasileira*, p. 372.
- (39) Célia A. N. PASSONI. *Modernismo no Brasil*, p. 47.
- (40) José Edilson de AMORIM In: PINHEIRO, Hélder. *Pesquisa em Literatura*, p. 67.
- (41) Dominique MAINGUENEAU. *O contexto da obra literária: leitura e crítica*, p. 45.
- (42) Idem, p. 46.
- (43) Idem.
- (44) Idem ibidem, p. 47.
- (45) Pierre LÉVY. <http://caosmose.net/pierrelevy/nossomos.html>. - Acessado em 01/11/2011
- (46) Carlos Drummond de ANDRADE. *Antologia Poética*, p. 159.
- (47) Lúcia SANTAELLA. *O que é Semiótica*, p. 10.
- (48) Charles Sanders PEIRCE. *Semiótica*, p. 74.
- (49) Lúcia SANTAELLA. *A teoria geral dos signos: Semiose e auto geração*, p. 22.
- (50) Idem, p. 53.
- (51) Ibidem, p. 83.
- (52) Ibidem, p. 53.
- (53) Ibidem.
- (54) Ibidem.
- (55) <http://pensador.uol.com.br/frase/ODM4OTkw/> - Acessado em 04/11/2011.
- (56) <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo//> - Acessado em 04/11/2011.
- (57) http://super.abril.com.br/superarquivo/2006/conteudo_117443.shtml
- (58) http://www.conteudoglobal.com/cultura/segunda_guerra_mundial/index.asp? - Acessado em 04/11/2011
- (59) <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/juiza-assassinada> - Acessado em 04/11/2011
- (60) <http://novotempo.com/noticias/2011/07/27/maes-que-jogam-seus-filhos-no-lixo/> - Acessado em 04/11/2011
- (61) <http://confrontos.no.sapo.pt/page6.html> - Acessado em 04/11/2011
- (62) <http://hypescience.com/os-10-ditadores-modernos-mais-insanos/> - Acessado em 04/11/2011
- (63) <http://www.orm.com.br/2009/noticias/default>. - Acessado em 04/11/2011)
- (64) www.cds.ufsc.br/~osni/saude.htm - Acessado em 04/11/2011.
- (65) <http://www.scielo.br/scielo.php?> - Acessado em 04/11/2011.
- (66) Revista Eclésia. Ano 14, Ed. 143, p. 40-58.
- (67) Idem.
- (68) <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/juiz-americano...> - Acessado em 05/11/2011
- (69) Idem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Antologia Poética: **Congresso Internacional do Medo**. 64. ed., Rio de Janeiro: Record, 2009.
- ARRUDA, José Robson de A. & PILETTI, Nelson. 12. ed. Toda a História: História Geral e História do Brasil. São Paulo: Ática, 2003.
- BERGEZ, Daniel *et al.* Métodos críticos para a análise literária. [Trad. Olinda Maria Rodrigues Prata]. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Leitura e Crítica)
- BURSZTEJN, Claude. Dicionário Internacional da Psicanálise. s/l; s/ed, 2000.
- CADEMARTORI, Lígia. Períodos literários. São Paulo: Ática, 1985 (Série Princípios).
- CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. Literatura brasileira. São Paulo: Atual, 1995.
- CERQUEIRA, Nelson. Hermenêutica e Literatura. [Trad. Yvenio Azevedo]. Salvador-BA: Ed. Cara, 2003.
- COELHO NETO, José Teixeira. Moderno Pós-Moderno. 3 ed., São Paulo: Iluminuras, 1995.
- Dicionário de Psicologia. São Paulo: Artmed, 1996.
- DORON, Roland. Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática, 1998.
- FARACO, Carlos Emílio & MOURA, Francisco Marto de. Literatura Brasileira. São Paulo: Ática, 1995.
- FERREIRA, Olavo Leonel. História do Brasil. 17. ed., São Paulo: Ática, 1995.
- GUMBRECHT, Hans U. Modernização dos Sentidos. [Trad. Lawrence Flores Pereira]. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- LÉVY, Pierre & AUTHIER, Michel. As árvores de conhecimentos. [Trad. de Monica M. Seincman]. São Paulo: Ed. Escuta, 1995. (Col. Linhas de Fuga).
- _____. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. [Trad. de Luiz Paulo Rouanet]. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- _____. A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência. [Trad. de Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- _____. <http://caosmose.net/pierrelevy/nossomos.html>. - Acessado em 01/11/2011

- LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. (Trad. Ricardo Corrêa Barbosa). 4 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- LUND, E. & NELSON, P. C. Hermenêutica. [Trad. de Etuvino Adiers]. São Paulo: Ed. Vida, 1968.
- MATOS, Raimundo L. *Pós-Modernidade: O sólido se desmancha/o eterno é provisório/o futuro é presente*. In: LEMOS, Maria Teresa Brittes L. América Latina: **Identidades em construção**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- MARICONI, Ítalo. Como e por que ler a poesia brasileira do século XX. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002.
- MORIN, Edgar. O método. [Trad. de Juremir Machado da Silva]. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- _____. La Via: **Para el futuro de la humanidad**. [Traducción de Núria Petit Fontseré]. Barcelona-Spain: Espasa Libros S.L.U., 2011.
- NICOLA, José de. Literatura Brasileira: Das origens aos nossos dias. 15 ed. São Paulo: Scipione, 1998.
- PAZ, Octavio. El arco y La lira. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- _____. *Convergência: ensaio sobre arte e literatura*. [Trad. Moacir Verneck de Castro]. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- PEIRCE, Charles Sanders. Semiótica. [Trad. de José Teixeira Coelho Neto]. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PASSONI, Célia A. Modernismo no Brasil: 1922 a 1930. São Paulo: Núcleo, 1998. (Col. Temas de Literatura).
- PINHEIRO, Hélder *et al.* Pesquisa em Literatura. Campina Grande: Ed. Bagagem, 2003.
- POLAND, Doron *et al.* Dicionário de Psicologia. São Paulo: Ática, 1998.
- POUND, Ezra. ABC da Literatura. São Paulo: Cultrix, s/d.
- REBOUÇAS, Marilda de Vasconcellos Rebouças. Surrealismo. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- Revista Eclésia. Ano 14, Ed. 143. São Paulo: Ed. Eclésia, s/d.
- SALLES, Cecília Almeida. Crítica genética: uma introdução. São Paulo: Educ, 1992.
- SANTAELLA, Lúcia. O que é Semiótica. 7 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987. (Col. Primeiros Passos).
- _____. *A teoria geral dos signos: Semiose e auto geração*. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno. 14 ed., São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.

RESUMEN

Este trabajo acerca a después-modernidad, al ambiente y a la salud mental para el intermediario de una mirada poética. El congreso internacional del poema del miedo, de la profesión de escritor del poeta Carlos Drummond de Andrade, sus contextos mediatos e inmediatos, para demostrar las causas de este miedo que domina y devasta a gente, en este siglo XXI.

Palabras- Claves: pós-modernidad; poético; salud mental; enfermedad; miedo.

ABSTRACT

This paper focuses on Post-Modernity, Environment and Mental Health through a poetice eye. It uses the poem "International Congress of fear" of the poet Carlos Drummond de Andrade, contexts mediate and immediate in order to demonstrate the causes of fear that dominates people.

Keywords: postmodern, poetic, mental health, disease, fear.

Los límites de la representación conceptual y la variable étnica en la atención a desastres

Rodolfo Meoño Soto

Maestría en Derechos Humanos y Educación para la Paz

Universidad Nacional - Costa Rica

RESUMO

Devemos levar em consideração que o grau de riqueza na representação conceitual das populações em condições de vulnerabilidade está diretamente associado com a riqueza (ou, na falta, com a pobreza) nas estratégias de intervenção na gestão de risco e na advertência de desastres. Aspectos fundamentais na Costa Rica, com estreito território entre o Oceano Pacífico e o Mar Caribe, com mais de 110 unidades vulcânicas, um sistema de hidrológico e um regime de chuvas de grande magnitude.

Palavra Chave : Representação conceitual – Estratégias de intervenção – Gestão de risco – sistema hidrológico.

La idea de aplicar la cartografía simbólica a la atención de desastres, surge a raíz del huracán Katrina, que golpeó la ciudad de Nueva Orleans en los Estados Unidos. En dicha situación fue evidente el papel de la variable étnica en la atención de desastres. En primer lugar, porque era un desastre esperado; y, sin embargo, se habían reducido los fondos federales para el mejoramiento del sistema de diques. En segundo lugar, se hizo una alerta temprana para la evacuación; pero, no se brindaron condiciones para hacerlo a la población pobre, mayoritariamente negra, que no tenía los medios para trasladarse ni podía abandonar sin más sus únicas posesiones. Y, por último, porque el ejército intervino tardíamente, no para salvar vidas sino para amenazar a los eventuales saqueadores; muchos de ellos intentando poder alimentarse para sobrevivir.

Tenemos que tomar en consideración que el grado de riqueza en la representación conceptual de las poblaciones en condiciones de vulnerabilidad, está directamente asociado con la riqueza (o, en su defecto, la pobreza) en las estrategias de intervención en la gestión del riesgo y en la atención de desastres. Aspectos fundamentales en Costa

Rica con un estrecho territorio entre el Océano Pacífico y el Mar Caribe, con más de 110 aparatos volcánicos, un sistema hidrológico y un régimen de lluvias de gran magnitud.

Tal como plantea Boaventura de Sousa Santos, todo intento de representar lo concreto, en tanto intervención humana, supone su distorsión; ya sea que se presente dicha representación bajo la forma de una obra de arte, de una categoría filosófica o de un concepto científico. Pero, no se trata de una relación causal entre ambas categorías, de un efecto inverso lamentable. Decimos “supone”, en lugar de “implica su distorsión”, porque representación y distorsión no son categorías dicotómicas. La forma de distorsión es el mecanismo mismo de representación.

Lo anterior significa que no se puede representar la realidad sin distorsionarla de algún modo, así como que toda distorsión implica una forma particular de representación de lo real. Ambas categorías se implican mutuamente. Por ejemplo, en el arte, con la selección de materiales, instrumentos y técnicas diversas, se producen también formas diversas de representación/distorsión de la realidad. Solo que dicha distorsión es provocada en forma intencional por el o la artista. Por ende, se trata de una distorsión regulada. Entre otros muchos dispositivos de representación, tales son los casos de la perspectiva y del encuadre en la plástica moderna y en la fotografía.

Por su parte, en la construcción de categorías filosóficas y conceptos científicos, se recurre fundamentalmente al mecanismo de la abstracción. Con lo cual el investigador jerarquiza solo uno o varios de los múltiples rasgos que presenta su objeto de estudio, limitando en la representación conceptual el espectro de las infinitas relaciones que se entretajan en la realidad concreta.

Pero, estamos ante un doble proceso de reducción, puesto que de antemano el “objeto de estudio” era solo una sección acotada de la realidad que se pretende representar, en función del enfoque disciplinario y/o paradigmático y de la especialización en que se inscribe el investigador. Un objeto de estudio es un “objeto formal”, no así “material” porque los “objetos” no existen naturalmente en forma pura.

Lo real es impuro. Por ejemplo, el H₂O (el agua pura) es una mera entelequia; no es más que un constructo de la ciencia química. Aun el agua “químicamente purificada” mantiene rastros de su origen impuro. Así, diferenciar y aislar objetos de estudio es solo otro dispositivo de representación/distorsión de la realidad.

El problema no es que, para representar la realidad, tengamos que distorsionarla. Lo importante es conocer los dispositivos empleados en las representaciones para así contar con distorsiones reguladas. Tal es la situación en la cartografía geográfica. Permítanme ilustrar los mecanismos que usa la cartografía para representar una determinada región geográfica, orientando al mismo tiempo al viajero: a saber, la proyección, la escala y la simbolización.

La proyección cartográfica revela la perspectiva desde la cual se traslada una realidad tridimensional -el globo terráqueo, o parte de él- a una representación plana, bidimensional. Se trata de una distorsión inevitable de una región geográfica, la cual introduce un sesgo en la representación al sobredimensionar una o varias secciones en detrimento del resto del territorio representado.

Además, la escala nos revela el grado de detalle ofrecido en la representación de la región geográfica, bajo la forma de una relación directamente proporcional: en la gran escala, el detalle es mayor y, por ende, la representación más precisa y con mayor riqueza en el detalle; y en la pequeña escala, el detalle es menor, dando una representación menos completa de la región implicada. Como en el caso de la proyección, estamos ante una distorsión inevitable puesto que, de lo contrario, el mapa sería un absurdo al tener el tamaño de la región representada. El tipo de escala que se escoja, está directamente condicionado por el tipo de orientación que pretenda ofrecer el mapa en cuestión.

Finalmente, en función de la orientación escogida, la simbolización cartográfica supone la selección de los aspectos -topológicos, políticos, económicos, ambientales, arquitectónicos, entre otros- que están reflejados en el territorio representado. En consecuencia, también supone la exclusión de aquellos otros que son simplemente omitidos.

Como dijéramos anteriormente, el problema en la construcción de categorías y conceptos no radica en el empleo de dispositivos de representación/distorsión; sino el desconocimiento de los límites de dichas representaciones en virtud de los mecanismos de abstracción utilizados. Asumir ingenuamente una representación conceptual como “reflejo” fiel de la realidad, lleva a la “naturalización” del constructo y, por ende, a su cierre epistemológico.

Con un razonamiento analógico, Boaventura de Sousa Santos nos propone una cartografía simbólica para el develamiento del empleo en

la construcción de representaciones conceptuales de la proyección, la escala y la simbología, como mecanismos de distorsión regulada. El propósito es encontrar las distorsiones reguladas de la realidad histórico social que se han producido en la representación conceptual de “desastre”.

¿Por qué el interés en develar mecanismos de representación/distorsión? Para establecer los límites de las representaciones conceptuales, en cuanto a la potencia que tengan para organizar los procesos de reconocimiento, detección e intervención.

El problema radica en que una representación pobre va a conducir a una estrategia de intervención también pobre, que se convierte en una cuestión de vida o muerte para muchas personas en el caso de la atención de desastres. Dicha representación pobre va a permitir reconocer, detectar e intervenir (preventivamente y con posterioridad) en ayuda solo de lo que de Sousa Santos llama cuerpos dóciles (a esa representación) y no en favor de los cuerpos extraños.

Así me he propuesto analizar las representaciones conceptuales en Costa Rica sobre la gestión del riesgo, la atención de emergencias y la población en condición de vulnerabilidad, escudriñando su proyección, escala y simbolización en el Plan Nacional para la Gestión del Riesgo 2005-2010 de la Comisión Nacional de Prevención de Riesgos y Atención de Emergencias de Costa Rica.

En primer lugar, hay que señalar que la gestión del riesgo en Costa Rica está totalmente invisibilizada en el imaginario colectivo, a pesar de la claridad de los técnicos de ser un país altamente vulnerable. Tal vulnerabilidad está claramente planteada en el Plan Nacional de Gestión del Riesgo 2005-2010:

Costa Rica es un país de 51 100 km², ubicado en la zona intertropical de América Central, que cuenta con 4.2 millones de habitantes. El país tiene características tropicales, está cruzado por altas montañas, tiene una gran cantidad de volcanes activos y una actividad tectónica fuerte.

El país afronta diversas amenazas asociadas a su ubicación y su estructura geológica. Dado que es altamente lluvioso, la mayor parte de las emergencias que tiene el país están asociadas a eventos generados por las lluvias; durante todo el año

frecuentemente se presentan inundaciones y deslizamientos. Se suma a esto la ocurrencia periódica de eventos meteorológicos que afectan la región climática en que se encuentra Costa Rica, con aumentos o disminuciones en la cantidad e intensidad de las precipitaciones y en general en el clima. Estos eventos están asociados a los ciclones tropicales y fenómenos de baja presión en el mar Caribe, la Zona de Convergencia Intertropical, los frentes fríos, las ondas del Este y los períodos de El Niño y La Niña.

Además, los sismos y erupciones volcánicas que son parte de la geodinámica interna del planeta, constituyen amenazas latentes a lo largo de toda la historia.

Del efecto inmediato o retardado de estos factores geológicos, derivan los eventos que se identifican como propios de la geodinámica externa, tales como los deslizamientos, las avalanchas, los represamientos de agua y lodo, las mismas inundaciones y los procesos erosivos ocasionados por el lavado de los suelos. (pp. 3)

Entonces, ¿en qué se basa la presunción planteada sobre la invisibilización en el imaginario colectivo de la gestión del riesgo? En el hecho de que la anterior “Comisión Nacional de Emergencias” (CNE) fue rebautizada desde el 1999 como “Comisión Nacional de Gestión del Riesgo y Atención de Emergencias” y, sin embargo, a la fecha los mismos jerarcas y funcionarios siguen hablando solo de la “Comisión Nacional de Emergencias”, siguen usando el acrónimo “CNE”. Igualmente lo hacen los medios de comunicación y, por ende, la población en general. Por lo tanto, la gestión del riesgo está fuera de las representaciones en el imaginario social.

El mecanismo de la proyección nos permite encontrar la perspectiva desde la cual está concebido el Plan Nacional de Gestión del Riesgo y Atención de Emergencias 2005-2010. Así se nos revela cuál es el sujeto privilegiado en la gestión del riesgo y la atención de emergencias en Costa Rica: la supuesta persona blanca que habita el Valle Central, como espacio local hegemónico. ¿Por qué? Resulta que el mencionado plan hace énfasis solamente en las mujeres y los pobres como las personas

en condición de mayor vulnerabilidad. Y ese “mujeres” y ese “pobres” se nos presentan como grandes (y pobres) abstracciones, en la medida en que no se distinguen aquellas personas que pertenecen a las culturas y etnias subalternas en la “nave” del desarrollo nacional: en particular, pueblos indígenas, comunidad afrocaribeña y comunidades campesinas.

Mediante el mecanismo de totalización de lo particular que propone Milton Santos, las imágenes que expresan rasgos culturales y acontecimientos históricos -ocurridos en el espacio local hegemónico, y jerarquizados con el recurso a la inversión ideológica- son universalizados como resultado de su extrapolación a los otros espacios locales y regionales. De este modo, el espacio hegemónico se convierte imaginariamente en el espacio nacional, minimizando o trivializando la presencia de las identidades colectivas locales o de minorías.

Según Milton Santos, el fenómeno de la totalización “...crea una jerarquía entre lugares y redefine la capacidad de actuar de las personas, de las empresas y de las instituciones según su disposición espacial” (Santos, M.; 2000a:114).

De ese modo, el autor explica la relación desigual entre los subespacios en el Estado nación, y las transformaciones que éste último provoca en el espacio local como resultado del recurso a la totalización o universalización de lo particular. De ahí la necesidad de una lógica identitaria que legitime las diferenciaciones y subordinaciones que se producen en los subespacios comprendidos en un territorio nacional.

La totalización en el espacio nacional de la identidad local hegemónica, convertida en la forma universal de relación imaginaria, produce una abstracción sin referente fáctico que ha sido imaginada por la élite cultural. Lo anterior se explica por el proceso de totalización, en el cual la identidad local hegemónica es entonces vaciada de su referente original. Mientras tanto, las representaciones cognitivas y axiológicas que conforman las identidades locales subordinadas, y cuya formación responde a los intercambios cotidianos, quedan invisibilizadas, banalizadas o folklorizadas en el imaginario social.

En palabras de Paul Barry Clarke,

...el falso universalismo atribuye a los pueblos unas características genéricas que éstos no suelen tener al mismo tiempo que ignora importantes características de la vida real de la gente. Esta

abstracción pasa por alto las verdaderas identidades de la vida real; ignora aspectos como el género, la raza o la orientación sexual, por mencionar algunos. (Clarke; 1999: 46)

A pesar de lo anterior, según Milton Santos, el “real abstracto” que provoca la totalización de lo particular, se convierte luego en un “real concreto” por el movimiento de la totalidad social, explicando así su carácter instituyente en la nueva totalidad. De esa manera, una identidad práctico-formal impuesta a un subespacio local, adquiere un carácter práctico-histórico en el propio devenir social.

Coherentemente con la proyección ofrecida, la escala es muy pobre en detalles. Encontramos solamente la representación en gran escala y, por ende, una gran ausencia de particularidades en la conceptualización de las personas en condición de vulnerabilidad. El plan en cuestión no distingue la diversidad de espacios topológicos, ambientales, sociales, culturales y étnicos en el país.

En consecuencia, y concordantemente con la proyección y la escala ofrecidas, la simbología resalta solamente hitos de atención de emergencias, no así de gestión del riesgo. Y dichos hitos tienen que ver directamente con eventos que han afectado o pueden afectar el Valle Central. Me refiero a terremotos y erupciones volcánicas, mientras que las inundaciones y los deslizamientos no muestran un carácter protagónico.

Igualmente, si examinamos los esfuerzos que ha emprendido el país en gestión del riesgo nos encontramos con el código sísmico y los observatorios sismológicos y vulcanológicos, no así con inversiones públicas en construcción de diques, en labores de dragado de ríos y en desplazamientos de viviendas vulnerables.

BIBLIOGRAFÍA

Bauman, Zigmunt (2007). **Miedo líquido. La sociedad contemporánea y sus temores**. Barcelona: Paidós.

Clarke, Paul Barry (1999). **Ser ciudadano**. Madrid: Ediciones Sequitur.

Comisión Nacional de Prevención de Riesgos y Atención de Emergencias (2005). **Plan Nacional para la Gestión del Riesgo 2005-2010**. Costa Rica.

Santos, de Sousa Boaventura. (2003). **Crítica de la razón indolente. Contra el desperdicio de la experiencia**. Bilbao: Desclée de Brouwer.

Santos, Milton (1996). **De la totalidad al lugar**. Barcelona: Oikos-tau.

————— (2000a). **La naturaleza del espacio. Técnica y tiempo. Razón y emoción**. Barcelona: Editorial Ariel.

————— (2000b). **O espaço do cidadão**. São Paulo: Estúdio Nobel.

RESUMEN

Tenemos que tomar en consideración que el grado de riqueza en la representación conceptual de las poblaciones en condiciones de vulnerabilidad, está directamente asociado con la riqueza (o, en su defecto, la pobreza) en las estrategias de intervención en la gestión del riesgo y en la atención de desastres. Aspectos fundamentales en Costa Rica con un estrecho territorio entre el Océano Pacífico y el Mar Caribe, con más de 110 aparatos volcánicos, un sistema hidrológico y un régimen de lluvias de gran magnitud.

Palabra Clave: Representación conceptual - Las estrategias de intervención - La gestión de riesgos - el sistema de agua.

ABSTRACT

It is considered that the degree of wealth in the conceptual representation of the population in vulnerable conditions is directly associated with wealth (or, in a lack of wealth, with poverty) in intervention strategies in risk management and warning disasters. Fundamental aspects in Costa Rica, with narrow territory between Pacific Ocean and Caribbean Ocean, with more than 110 volcano, and a huge magnitude hydrological system and rainfall.

Key Word: Conceptual representation - Intervention strategies - Risk management - water system.

As Cidades: O Estado Brasileiro — Disciplina do Menor (1889-1927)

Sebastião Pimentel Franco¹ (UFES)

Vera Monteiro Larica Cabral² (UFES/TJ-ES)

RESUMO:

A industrialização, o inchaço das cidades, as condições miseráveis de vida da população brasileira, do final do século XIX e início do século XX, ocasionou o surgimento de abandonados na rua, que sobreviviam por conta própria. O Estado começa a ser preocupar com esse contingente e a buscar solucionar a problemática dos menores, adotando uma série de medidas com objetivo de discipliná-los. Para combater as ações dos menores que viviam nas ruas, o que aumentava o índice de criminalidade infantil e juvenil, o Estado utilizando-se da noção de defesa social, executa ações repressivas e cria instituições de correção com objetivo de moldar o comportamento e formar trabalhadores disciplinados para o mercado livre que se constituía nas primeiras décadas da República.

Palavras-Chave: Menoridade; Primeira República; criminalidade infantil.

INTRODUÇÃO

O cruzamento de olhares dos historiadores brasileiros sobre a infância é algo recente. Não obstante, um significativo número de pesquisadores, vem ultimamente se debruçando sobre essa temática, com objetivo de dar voz, buscando extrair esse segmento do anonimato e do silêncio, pois, como diz Mary Del Priore, as crianças são também sujeitos históricos (PRIORE, 2000).

No Brasil, o estabelecimento de uma estrutura agrária, latifundiária e escravocrata fortaleceu o regime paternalista. A família possuía um chefe do clã ou do grupo de parentes. Cabendo a este, cuidar dos negócios, preservar a linhagem e a honra da família. Tinha e exercia a autoridade sobre todos os que estivessem sob seu raio de influência (mulheres, filhos, dependentes). Sua autoridade era incontestável sobre

todos, segundo Sodré “*compete-lhe em todos os assuntos o voto decisivo*” (1944, p. 103). De forma geral é possível afirmar-se que as crianças no Brasil colonial viviam cercadas pela opressão patriarcal “*sob uma atmosfera de respeito, obediência e desprezo*” (LOPES, 1998, o. 37). O índice de mortalidade era muito alto, o esperado é que a criança não vingasse, isso talvez explicasse o porquê a perda constante da prole não impressionasse a população da época.

Desde pequenos quer fossem escravos ou livres, as crianças eram inseridas no mundo do trabalho adulto desde muito cedo, sendo importante para o desempenho econômico do lar, eram em verdade um “adulto em miniatura”. No século XIX, os avanços da medicina e as mudanças nos hábitos burgueses acabavam transformando a criança no centro das atenções, transformando-as em “príncipes” da casa. Não obstante, foram utilizadas nas atividades industriais, “*desempenhando importantes papéis em estabelecimentos têxteis e pequenas oficinas*” (LOPES, 1998, p. 39), obviamente isso ocorria em relação à população de menor poder aquisitivo. A industrialização, o inchaço das cidades, as condições miseráveis de vida da população brasileira, do final do século XIX e início do século XIX ocasionou o surgimento dos abandonados na rua, que sobreviviam por conta própria, assim o Estado começa a se preocupar com esse contingente e a buscar solucionar a problemática dos menores, adotando uma série de medidas com objetivo de discipliná-los.

O ESTADO E A PREOCUPAÇÃO COM O MENOR

Entre 1889, quando se deu a Proclamação da República e 1927 concentraram-se as relações entre o Estado e a sociedade para disciplinar o menor, sendo criadas instituições para atendimento deste, verificando-se que esse fato se deu em consonância com a política de controle social implementada em fins do século XIX e início do século XX, resultante das mudanças na concepção do papel do Estado em relação às questões sociais.

A criança fora da família, abandonada ou na rua, ganhou, no fim do século XIX e início do século XX, um grande destaque na sociedade brasileira. É evidente que ela já existia, mas o vigor da urbanização e do capitalismo industrial jogou sobre ela um olhar de preocupação. Na passagem do século, a preocupação com a infância vai tomando outro rumo, firmando-se a convicção da necessidade de “salvar o menor”. Em nome de uma suposta ameaça a sociedade, dado o aumento da criminalidade infantil e juvenil, utilizou-se a noção de defesa social para

justificar repressivas e a criação de instituições que tiveram como objetivo principal moldar comportamentos e formar trabalhadores disciplinados para o mercado de trabalho livre que se constituía nas primeiras décadas da República.

Escolhemos esse período para discutir sobre as ações do Estado em favor do menor, pois foi a partir do fim do século XIX e começo do século XX que a palavra menor apareceu freqüentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Ela era utilizada nos pareceres dos juristas, nos relatórios dos chefes de polícia, nos projetos apresentados aos corpos colegiados dos Estados.

O ESTADO E SUA PREOCUPAÇÃO COM A CRIANÇA

No tocante a ação do Estado, de um modo geral, a legislação relativa à infância nas primeiras décadas do Brasil Império referia-se a uma preocupação com o recolhimento de crianças órfãs e expostas. A responsabilidade de zelar pelos expostos era da Igreja, que contava com subsídios do Estado para executar medidas de cunho essencialmente assistencial. O trabalho era feito especialmente nas Santas Casas de Misericórdia, cuja origem remonta ao século XVI e que consagraram a conhecida “Roda dos Expostos”³.

No início do século XIX, o abandono das crianças nas rodas dos expostos, era fato que revelava as dificuldades de muitas famílias para garantir a sobrevivência de seus filhos. Viam na misericórdia cristã, materializada nas Santas Casas uma possibilidade de sobrevivência e esperavam que a sorte trouxesse soluções para um futuro menos desesperador. A condição de desamparo material e moral diferenciava, e fazia das crianças que viviam em ditas circunstâncias, pessoas que deviam ser tratadas e protegidas pelo Estado. A atuação deste foi sendo definida no marco da sua própria reformulação como Estado que se estenderá por toda a Primeira República.

Uma história de internações para crianças e jovens provenientes das classes sociais mais baixas, caracterizadas como abandonadas e delinquentes pelo saber filantrópico privado e governamental elaborado, entre outros, por médicos, juizes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e economistas, - deve ser anotada como parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los a vida normalizada. Mas também deve ser registrada como componente da história contemporânea da crueldade.

No Brasil, com a proclamação da República, ocorreu uma série de alterações na administração e na composição da justiça, entre elas o esvaziamento do juízo dos órfãos, repartindo-se suas funções entre os juizes singulares. Crianças e jovens passaram por situações de crueldades inimagináveis que decorriam do próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais. As dificuldades de sobrevivência levaram os pais a abandonarem cada vez mais os filhos.

Já no Código Penal de 1890 percebe-se que não ocorreu uma significativa contribuição na melhoria da situação do menor, no que diz respeito a sua responsabilidade penal. Estabeleceu-se em 9 anos o limite máximo da imputabilidade do agente do crime. O menor de 14 anos só devia ser punido quando obrava com discernimento, o que deveria ser perguntado pelo juiz ao júri: o réu obrou com discernimento? Devendo os maiores de 9 anos e menores de 14 anos ficarem submetidos a um regime educativo e disciplinar.

Em sua reflexão dizia Tobias Barreto (1923, p.78), que com fé na relação direta entre conhecimento e responsabilidade; a instrução passou a ser usada como critério que define a responsabilidade penal. Para o jurista, o problema no Brasil não é, pois, a idade, mas falta de instrução, fato que no seu entender deveria estender a menoridade penal até os 18 anos, pelas condições deste “país sem gente”. O menor surge na obra de Barreto definido por sua consciência do bem e do mal, esta, por sua vez, determinada pela instrução.

A problemática do menor no Brasil até o final do século XIX era tratada como caso de polícia e não como caso de política. Foi no início do século XX que o Estado começou a trazer para si a responsabilidade de cuidar dos menores. Assim, a questão da criança abandonada, vadia e infratora, pelo menor no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. Edson Passeti (2000), no que diz respeito à exploração do trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina, nos setores industriais, comerciais e de transportes em São Paulo observava:

Com a greve de 1917, as autoridades governamentais são despertadas para a situação social dos operários e de suas

famílias e tanto a plataforma de Rui Barbosa a presidência, em 1919, quanto a de Washington Luís candidatando-se ao governo de São Paulo, em 1920, passaram a tratar o problema não mais como caso de polícia, mas como questão social. (2000. p.352).

Mesmo trazendo para si essa responsabilidade, o Estado brasileiro não tinha uma política efetiva para cuidar do menor abandonado. Existia muito mais a preocupação do que eles poderiam causar a sociedade, em detrimento de políticas voltadas para agir na origem do problema. Este comportamento do Estado é facilmente percebido quando se analisa a preocupação que os governantes manifestavam em relação ao problema dentro do contexto social, só que, efetivamente as ações propostas por eles restringiam-se a cuidados pontuais. “Os anos 20 são de aplacação das iniciativas autônomas e de preparação para a grande conformação das massas como rebanhos nos anos 30” (Passeti, 2000, p.355).

Fechando-se os primeiros trinta anos da República, os governos, com a pretensão de domesticar as individualidades e garantir com isso os preceitos de uma prevenção geral, passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos. Para tal, a escola e internato passam a ser fundamental.

Essa tomada de consciência do papel inerente ao Estado não era contextualizado no âmbito de uma política de Estado, já que as preocupações limitavam-se tão somente em ações individuais representadas por atos, leis, decretos, que não eram articuladas entre si. Como bem apontou Passeti:

Sobreviver, entretanto, continuou sendo tarefa difícil para maioria da população tanto no Império como na República. Mudanças sucessivas nos métodos de internato para crianças e jovens, deslocando-se dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar as soluções efetivas. (2000. P.348)

Vejamos agora como o Estado e a sociedade viam a condição do menor desde o final do século XIX até o início do século XX, especificamente até a constituição do Código de Menores de 1927.

A CONDIÇÃO DO MENOR: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A história sobre a criança no Brasil mostra-nos uma grande distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não-governamentais ou pelas autoridades, e aquele no qual está inserido. O mundo que a criança vive é diverso do mundo no qual a “criança deveria ser” ou “ter”. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”. O segundo, as crianças são orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe é associada: aquela de riso e da brincadeira. (Priore, 2000).

Num passado marcado pela instabilidade e a permanente mobilidade populacional dos primeiros séculos da colonização, existem pouquíssimas palavras para definir a criança. “Meúdos”, “ingênuos”, “infantes” são expressões com as quais deparamos nos documentos referentes a vida social na América portuguesa. (Priore, 2000). Ana Maria Mauad (2000) lembra que os termos “criança”, “adolescente” e “menino” já aparecem em dicionários da década de 1830 no Brasil:

Ao contrário de que muitos pensam, o termo adolescente já existia, no entanto, seu uso não era comum no século XIX. A adolescência demarcava-se pelo período entre 14 e 25 anos, tendo como sinônimos mais utilizados mocidade e juventude. Os atributos do adolescente eram o crescimento e a conquista da maturidade (2000, p.137-176).

O Brasil, como um país escasso de investimentos, apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e posteriormente numa tardia industrialização deixou sobrar pouco tempo para tratar entre nós, da escolarização da criança. Desde o início da colonização, as escolas jesuíticas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e ainda assim de forma precária, durante o governo do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em

cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares.

Philippe Àries (1981) identifica os sinais da emergência do sentimento de infância. A sua premissa básica é a de não existir o sentimento de infância durante o Antigo Regime e na Idade Média, tentando desvendar o processo de construção desse sentimento a partir de análises de elementos iconográficos. Seu objeto de estudo é basicamente a criança e a família na França Medieval. A característica marcante desse período é o fato de que as crianças estão integradas no mundo dos adultos, o que difere substancialmente da situação encontrada no século XVII, onde, ao se reconhecer a necessidade de limitar a participação das crianças no “mundo dos adultos”, separa-se o espaço infantil do espaço destinado aos adultos. As idéias de Àries são relacionadas ao caso brasileiro, com as peculiaridades que marcaram a história nacional. Para Mary del Priore (2000), as crianças eram tratadas desde a sua infância como verdadeiros adultos, ou seja, inseridas no mercado de trabalho quando, na verdade deveriam estar nas escolas:

A entrada de imigrantes, capazes de alavancar a incipiente industrialização, ao final do século XIX, trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril. Mais uma vez, empurrados pela miséria, desprovidos do apoio de um Estado que deveria estar empenhado em educá-los e não, simplesmente em fazê-los substituir, pelo custo mais baixo, o trabalho escravo, os pequenos imigrantes passavam 11 horas frente as máquinas de tecelagem, tendo apenas vinte minutos de “descanso”.(2000, p.13)

A Primeira República marca a entrada em cena do conceito de menoridade e aumentam-se as relações entre o Estado e a sociedade para disciplinar o menor. O problema da criança toma uma forma política com base no ideal Republicano da época. “*Ressalta-se a urgência de intervenção do Estado, educando ou corrigindo os “menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade*” (Rizzini, 2000, p.19). Crescem as discussões sobre a possibilidade de que o Estado assuma a responsabilidade sobre os menores, a criação da função do juiz e do tribunal especializados nos assuntos relativos aos menores, a fixação da imputabilidade penal exclusivamente aos 14 anos, a vigilância sobre

o menor e sua família e a criação de estabelecimentos que cuidassem da educação ou da reforma de menores, sob a tutela do Estado.

Até o século XIX, a palavra menor como sinônimo de criança, adolescente ou jovem era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito a emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas. (Lodoño, 1991). A partir de 1920 até nossos dias, o menor deixou de ser uma palavra associada a idade quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos.

Olhando para seu próprio país, os juristas brasileiros descobrem o “menor” nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamados pelos juristas de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos. Em 1923, nas palavras de Lemos Britto, o significado do termo estava claramente limitado:

Os menores abandonados eram os menores de 14 anos que por serem órfãos ou por negligência, vícios, enfermidades ou falta de recursos dos pais, tutores ou parentes ou pessoas a cargo, foram entregues as autoridades judiciais ou policiais, ou foram encontrados habitualmente na via pública, entregues a si mesmos ou desamparados de qualquer assistência natural. (1929, p.44)

Para Fernando Torres Lodoño (1991), relacionando a origem do abandono com as condições econômicas e sociais que a modernização trouxe, os juristas, tanto no começo do século como nos anos 20 e 30, não deixaram, porém de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno, como os principais responsáveis de tal situação. Assim, Evaristo de Moraes (1900) falando a propósito dos menores entre 10 e 20 anos que povoavam as ruas das cidades observava:

Entre esses precoces vagabundos os ha que tem pai e mãe; os ha que teem apenas um dos progenitores; os ha vivendo aparentemente sob direcção de qualquer membro da família.

A realidade, porém, a das mais dolorosas: são moralmente abandonadas, são, na maioria dos casos aquillo que d'elles disse Julio Simon: - orphãos com pais vivos!

Em verdade, a situação delles a peor que a dos materialmente abandonados e a dos orphaos. Dos materialmente abandonados os pais quizeram separar-se; no emtanto, dos moralmente abandonados apenas deixam de cuidar ou si d'elles cuidam a intermittenemente, muitas vezes com o intuito de abusar da sua inexperiência e engajal-os no exercicio do mal. Si e certo que os materialmente abandonados sao mais infelizes do que os expostos, nao menos indubitavel é que os moralmente abandonados ficam sujeitos ao mal do que uns e outros. (1900, p. 7).

Também o menor atravessava o círculo do judiciário e aparecia nos editoriais e nas manchetes dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Os juristas faziam eco às vozes que apontavam a rua como o lugar da desagregação, onde floresciam e se multiplicavam todos os vícios que ameaçavam a sociedade. Avançado o século, fazendo uma comparação entre a escola e a rua, Lemos Britto, desenvolvia a seguinte análise a respeito da relação entre o menor e a rua:

A rua tem justamente influência oposta. É nela que, pela convivência com os maus camaradas, com os meninos já viciosos e de vocabulario pornográfico, se formam outros tantos espíritos defeituosos, outros tantos menores de mentalidade propicia aos pequenos delitos, menores delinquentes, enfim. (BRITTO, 1929, p. 86).

Britto, por exemplo, ao desenhar o quadro que gera a infância abandonada, aponta para uma crise da própria sociedade:

O augumento das populações humanas; a organização industrial, dando logar a vida em comum, em commodos de reduzida área, de numerosas pessoas de idades e sexos differentes; a imprensa, reproduzindo, com o colorido mais vivo, as scenas

mais degradantes da sociedade, os crimes mais vis, os suicídios; os maus livros, disseminados a preços ínfimos; o cinematographo, pondo a nu o bas-fond da sociedade e da família; o alcoolismo, a expandir-se por falta de leis correctivas; a chamada educação moderna, baseada em liberdade mais ampla; o pauperismo, a licença, tudo isto tem contribuído para crear uma situação de tal modo grave que os governos, os parlamentos, os juristas, os pedagogos acabaram por se preocupar com esse capitulo impressionante da infância abandonada. (1929, p.43-44)

Mesmo sendo claro que no discurso dos juristas e dos novos especialistas em “crianças abandonadas” o “menor abandonado” foi definido como um perigo para a sociedade foi crescendo a convicção de que este era a vitima. Assinalava, Alfredo Pinto Vieira Mello, essa última condição:

São victimas da falta de educação intellectual e affetiva; da miseria dos pais; da ausência de carinhos maternas formando-lhes os corações para o bem; das exigências do instincto de conservação individual, que muitas vezes assimilam o homem aos irracionaes na ferocidade e no egoísmo. (1910, p.25).

Mas se as crianças abandonadas representavam um problema sério, logo elas colocavam em risco o futuro da sociedade, era ainda mais grave a atitude do Estado brasileiro. Para os juristas da transição do século, o Estado em relação à criança abandonada ou criminosa não tinha conseguido superar um comportamento policial, desastroso. A criança ganha, pois, importância não só no campo jurídico porque ela passa a ser enxergada como futuro. Garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir.

Mesmo que o Código de 1890 tivesse cogitado de prisões especiais para menores, dez anos depois Moraes diria que: “não se fundou qualquer estabelecimento destinado ao fim constante do artigo citado” (1900, p. 7). Assim, os visitantes de Casas de Detenção e das Cadeias das grandes cidades, no começo do século, tinham que assistir ao espetáculo

da convivência de menores com adultos criminosos, o que fazia das cadeias verdadeiros laboratórios do crime e escolas para criminosos. Na opinião do estudioso Londoño:

a infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, era tratada, na opinião dos juristas, como um caso de polícia e de simples repressão urbana. Esta era pois confiada às mãos dos delegados e suas grandes e apavorantes razias, nas que se recolhiam as crianças que vagavam nas ruas, “limpando” assim as praias, parques e praias dos “pequenos judeus errantes”, que representavam um perigo para os comerciantes e os transeuntes. Tudo isso com o aplauso da imprensa, mas sem que as crianças e seu destino fossem levados em conta. Sendo esta a situação, sera postulada pelos juristas a necessidade de uma mudança na atuação do Estado, com a criação de uma lei de proteção ao menor. Desde 1902, quando Cardoso de Almeida, chefe de Polícia de São Paulo, apresentou os chamados menores criminosos com o projeto de um Instituto Disciplinar, até 1927 quando se constituiu o Código de Menores, vários foram os planos e projetos de lei de menores apresentados ao congresso que foram reprovados ou simplesmente não foram discutidos (1991, p. 140).

Mesmo diante da recusa do Legislativo, quanto a promulgação de uma lei geral para solucionar a problemática do menor, não impediu que fosse criada por decreto, tanto em nível federal como estadual, uma série de instituições, destinadas a albergar as crianças abandonadas e as julgadas criminosas.

A idéia de destinar as instituições criadas a formar e educar, como objetivo de prevenir a criminalidade do menor e do adulto, confrontava-se com a idéia de encaminhar as instituições para o castigo e punição, com o objetivo de reprimir nos moldes das pessoas adultas. A prevenção, por meio de assistência aos menores, foi apresentada como uma estratégia mais racional e eficaz do que a simples repressão, já que na opinião de Aztolpho Rezende, secava “*uma das fontes mais fecundas do crime*” e enfrentava “*corajosamente o monstro insaciável que ameaçava devorar a sociedade contemporânea*” (1911, p. 400). Também, além da estratégia, a prevenção resultava mais barata, como ponderou Cândido Nogueira Motta:

Ora, é innegavel que, protegendo a infância abandonada, guiando os seus passos, encaminhando-a para o trabalho honesto, capaz de assegurar o seu futuro, o Estado, se por um lado preserva essa infância das mas tendências, por outro previne a sociedade contra os maus elementos. Há ainda uma razão de ordem econômica para justificar a intervenção do Estado: muito mais fácil e menos dispendiosa a função preventiva que a repressiva. Consultem-se os estatísticos dos reformatórios e dos institutos industriais para menores, nos países que o possuem, e saltará a vista a enorme porcentagem dos que dali saíram perfeitamente encaminhados para as mais recomendáveis profissões. (1909, p. 32)

No entanto, a prevenção, para ter sucesso, exigia um plano de Assistência e Proteção a Infância. E isso pressupunha necessariamente o aparecimento de uma legislação que lhe desse sustentação e que removesse empecilhos como a inquestionabilidade do pátrio poder, para poder tirar filhos de pais viciosos e o aumento da idade até 18 anos para a responsabilidade criminal, o que devia afastar os menores das perniciosas prisões de adultos. Isso começou a ser conseguido a partir de 1921, com a lei orçamentaria 4.242/51 que autorizou o Serviço de Assistência e Proteção a Infância Abandonada e aos delinqüentes e que foi regulamentado em 20/11/1923 pelo decreto 16.272.

Neste contexto, é importante transcrevermos o pensamento de Passetti no que diz respeito as relações envolvendo o menor, o mercado de trabalho e o Código de Menores criado em 1927:

Classificando os menores quanto a sua inserção no trabalho e na conduta anti-social, através de graus de periculosidade determinados, o antigo Código de Menores apenas faz transparecer que se não há condições para absorver toda a população infanto-juvenil no trabalho, deve-se garantir a adequação constante dos comportamentos desviantes ao padrão normativo, tornando-os capazes a competirão. A exclusão do mercado de trabalho é, portanto, um dado normal que em si não explica o desvio de conduta, pois a fonte do desvio se ancora na família (1991, p.150).

O interesse pela menoridade por parte dos juristas coincide também com a introdução da puericultura por parte dos médicos e com a importância que já desde o século XIX vinha cobrando a educação dos jovens. Acredita-se que esse querer saber sobre a criança, esse querer tratar adequadamente dela, evidenciou-se como força de subproduto do prestígio que adquiriram entre os setores ilustrados das classes dominantes as chamadas ciências positivas e o desejo de copiar a europeus e americanos com uma forma de participar dos avanços do progresso ocidental.

A criança torna-se objeto privilegiado do projeto da Medicina Social, de acordo com o entendimento de que as outras fases da vida dependem dos cuidados com a infância. Faz-se necessário, então, um

“(...) controle positivo da vida da criança através de uma instituição para ela voltada [a escola], instituição perfeitamente medicalizada. Exigência justificada pela importância da criança para a sociedade. O progresso desta depende do desenvolvimento saudável de cada indivíduo”. (MACHADO, 1978, p. 297).

Ao longo da segunda metade do século XIX, aparece a chamada medicina higienista, que, devido as altas taxas de mortalidade infantil, preocupa-se com a criança, sobretudo a criança filha da pobreza, tendo como um de seus precursores o Doutor Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência a Criança (1891). Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, busca-se atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto sobre o universo da pobreza, moralizando-o.

A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento, pois consistira em um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível, sustenta Rizzini (2000). Através da medicina higienista, o Estado, exercendo uma forma de controle social, passa a intervir na vida das famílias pobres, através do poder médico. Para Michel Foucault:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo e uma realidade bio-política. A medicina a uma estratégia bio-política (1982, p.80).

Assim, no entendimento da medicina higienista a infância e o alvo, mas não o fim. Para além do indivíduo, visa-se a produção de uma sociedade sadia, tanto física quanto moralmente, que possa responder e dar continuidade ao processo de modernização do país – preocupação intensificada a partir da década de 20, trazendo em seu cerne medidas profiláticas em relação à infância.

A República inicia, assim, com uma adesão ao poder normalizador dos higienistas, atitude esta que extrapola os meandros do governo e adquire apoio, sobretudo entre os poetas, pedagogos e estadistas, que, por sua vez, transformam seus discursos numa apologia às intenções da higiene sobre a população brasileira.

Com fulcro nas reflexões até agora desenvolvidas podemos observar que a criança sempre foi envolvida pela trama das relações sociais. Ela foi modelada a partir da ordem estabelecida, quer essa ordem conceba, ou não, as particularidades da natureza infantil. Algumas considerações devem ser feitas sobre a criança num espaço em que se mostram figurantes a ideologia dominante e o adulto com suas significações contraditórias sobre o universo infantil, e ressaltando ainda a relação adulto/criança num contexto gerado pelas injustiças e manipulações travadas no âmbito da economia política. Vânia Carvalho de Araújo, nesse sentido, sustenta que:

A especificidade de criança construída pela ideologia burguesa encerra em si uma mistificação reducionista que se conjuga aos inúmeros atributos concedidos pela classe dominante a criança. Tal intenção tem como objetivo fazer valer seus princípios e alimentar o caráter de alienação na relação homem/mulher, patrão/empregado, classe dominante/classe dominada. Assim como na lógica do capital tornou-se “natural” expor o trabalhador ao domínio do poder econômico, a criança tem sido exposta ao mundo das relações sociais e econômicas através de

formas abstratas de pensar a infância e sua especificidade de criança (1996, p.28-29).

Os espaços ocupados pela criança correspondiam aqueles pensados pelos determinismos social, político, religioso e econômico. A criança era vista como alvo de subordinação as regras da burguesia e, neste sentido, sua vida transcorria numa liberdade relativa. Uma liberdade que expressava uma passividade conduzida e imposta pelo modelo social vigente.

A criança, por este contexto, via-se constantemente ameaçada por uma multiplicidade de conceitos que pouco representavam suas condições objetivas e subjetivas de vida. Qualificada por uma série de atributos negadores do caráter histórico, a infância era tratada como um período preparatório a idade adulta e levada a perpetuar as forças legitimadoras da sociedade burguesa. A concepção de criança, influenciada por uma imagem reducionista e a histórica de infância, tem se mostrado, ao longo do tempo destituída de um conteúdo crítico.

São inúmeros os fatores que tem desqualificado a particularidade da criança e revelado um estado de vida subjugado por traços ideológicos, produzidos pela sociedade burguesa. Vê-se, neste contexto, uma concepção de criança expropriada de um significado que sugere o dado biológico de sua especificidade; materializa-se a condição de criança subsumida de sua generosidade, de seu ser social e histórico. Segundo Maria de Lourdes Oliveira:

O conteúdo de infância das crianças que vivem a rua, a marginalidade social e mesmo o trabalho a negação do conteúdo com que a sociedade, em geral, pensa a infância. Responsabilidade, trabalho, violência, agressão, horror social, todos estes tragos que podem provir de práticas desses “meninos de rua” negam o conteúdo da imagem com que em geral se formula da criança e da infância (1993, pag.8).

A criança de rua, ao menor trabalhador, ao marginalizado pela sociedade são destinados outros construtos, indicando os limites de sua vivência como criança. A sua frente se põe um modelo que ignora sua especialidade e sua condição de sujeito nas relações sociais. Enquanto

nas crianças da classe dominante sobressaem qualidades que se potencializam conforme o projeto burguês de infância, nas crianças das classes populares acentua-se um olhar discriminado sobre elas, uma imagem que as desqualifica em face da hegemonia instaurada com a especificidade da criança burguesa. Durante o século XX, em nome da preservação da ordem social, da educação estatal obrigatória, da necessidade de integrar crianças e jovens pobres pelo trabalho, o Estado também passou a zelar pela defesa da família monogâmica e estruturada.

CONCLUSÃO

Como vimos do século XIX para a Primeira República, a legislação relativa a infância sofreu modificações. Enquanto no século XIX a preocupação maior do Estado era recolher órfãos, cuja responsabilidade cabia a Igreja, subsidiado pelo Estado, portanto uma ação assistencialista, a partir do final do século XIX, e durante o transcorrer da Primeira República, o Estado vai ter que envidar esforços no sentido de definir uma política que desse conta em atender a problemática do excessivo número de menor que passaram a viver perambulando pelas ruas.

Não podemos esquecer que o crescimento da população das cidades em razão do processo migratório, da urbanização e o início do processo de industrialização, proporcionou um maior volume de problemas sociais, o que resultou em que o Estado, tivesse necessidade de domesticar individualidades garantindo um controle sobre a população. Os menores também eram alvo de controle e uma das formas de se efetuar uma ação direta sobre eles, foi a criação dos internatos, além é claro da utilização da escola como vínculo de moldagem de comportamentos da população. Assim, é criada toda legislação que objetivo proteger e dar conta de controlar esse menor.

NOTAS

- ¹ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Adjunto do Departamento de História da UFES. Doutor em História Social pela USP.
- ² Mestre em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
- ³ Roda dos Expostos era um local onde as crianças eram deixadas, abandonadas pelos seus familiares, tendo sido fundada pela Santa Casa de Misericórdia e mantida pelos nobres da época ligados a irmandade, contando também com subvenções do Estado.

REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, Vânia Carvalho de. *Do reino da necessidade ao reino da liberdade*. Vitória: Edufes, 1996.
- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BARRETO, Tobias. *Menores e loucos*. Aracaju: 5 ed., 1923.
- BRITTO, Lemos. *As leis de menores no Brasil*. Rio de Janeiro, 1929.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.
- LODOÑO, Fernando Torres. “A origem do conceito menor”. In: Priore, Mary Del. (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAUAD, Ana Maria. “A vida das crianças de elite durante o império”. In Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. *Menores abandonados e menores delinquentes*. Rio de Janeiro. O Direito. 1910.
- MORAES, Evaristo de. *Criança abandonadas e criminosas*. Rio de Janeiro, 1990.
- MOTTA, Cândido Nogueira. *Os menores abandonados*. Rio de Janeiro, 1909.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes B. de. *A infância como categoria histórica: reflexões metodológicas*. João Pessoa, 1993. 19 f. (Circulação restrita).
- PASSETI, Edson. “Crianças carentes e políticas públicas”. In: Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. “O menor no Brasil republicano”. In Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- REZENDE, Aztolpho. *Os menores abandonados e delinquentes*. Rio de Janeiro, 1911.
- RIZZINI, Irma. *A criança e a lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000)*. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000. p. 19
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

ABSTRACT:

Industrialization, city swelling and the miserable life conditions of the Brazilian population at the end of the 19th century and at the beginning of the 20th century have brought about the appearance of homeless people, who were left to live on their own devices. The State starts then to worry about this group of people and to look for solutions concerning the issue of the underage, taking a number of measures so as to discipline these minors. In order to combat the action of minors who lived in the streets, which made the rates of juvenile criminality higher, the State, by making use of the notion of social defense, enforced repressive acts and created institutions for offenders so as to mold behavior and to form disciplined workers to the free market that was being built in the first decades of the Republic.

Key-Words: Minority; First Republic; juvenile criminality.

The modern migration policy of Russia: problems and necessary directions of perfection

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscow

Head of Center Social Demography and Economic Sociology - Dr. (Economy), Professor

RESUMO

Nesse artigo, é considerada a situação da migração moderna na Rússia. Os principais fatores definidores da migração são analisados. São dadas análises em relação às migrações de trabalho, de estudo, de compatriotas e internas. São oferecidas recomendações sobre as políticas migratórias interessadas no desenvolvimento demográfico, social e econômico na Rússia.

Palavra Chave : Migração – trabalho – políticas migratória.

The Russian Federation has become one of the leading immigration receiving countries based on absolute number of immigrants. It is possible to identify two principal causes that determine immigration to Russia. According to United Nations data, the Russian Federation has become one of the leading immigration receiving countries based on absolute number of immigrants. According to available data from international comparisons between 1990 and 2000 Russia ranked second among immigrant receiving countries with a flow of 13.3 million persons. This placed Russia behind only the United States, which received around 35 million immigrants over the same period. Between 1995 and 2000 in Russia the mid-year net annual average level of migration was 176 per thousand persons. This compared with the United Kingdom at 205 per thousand and Germany at 204 per thousand and was ahead of Canada (145 per 1,000) and Italy (121 per 1,000). The highest level of net migration was in the US, which received 1,249,000 immigrants.

It is possible to identify two principal causes that determine immigration to Russia. The first is internal: the Russian economy has developed in a relatively successful way, demands for expanding the labour force have increased and relatives of Russians who formerly lived

in the USSR are now living in CIS countries. The external cause of immigration to Russia lies in the fact that Russia has potent demographic resources nearby. China, India and the Central Asian states represent this potential. At present these countries are home to nearly half of the world's population. Among numerous consequences of large-scale immigration to Russia is the formation and increase in the numbers of ethnic communities that occupy "niches" in some branches of the economy where they enjoy solid positions in business.

The main migrant flow to Russia is channelled from the Commonwealth of Independent States (CIS) countries. From 1993 to 2007 Russia received 6.5 million persons from these former USSR countries. For the most part (59 per cent) the migrants were ethnic Russians (see Table 1). In 2007 the special state programme to stimulate the return of fellow nationals started to be implemented. According to our estimates, at present 16–17 million Russians live in CIS and Baltic countries.

Table 1: Share of Russians in the migration flow from CIS countries and Baltic states to the Russian Federation (1993–2007)

	1993– 2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total (thousands)	5 300	186	177	121	112	170	186	275
Russians (thousands)	3 225	108	97	63.1	63	90	83	92
Share of Russians (%)	60.8	58	54.7	54.8	56.2	52.9	44.6	33.4

Source: Russian Federation Federal State Statistics Service.

Migration was and remains the important component of demographic and economic development of Russia and some regions. The data of the Russian statistic committee says that in 2009 international migration on 97% compensated natural decline in population of the country. At the regional level a situation with the migration role is differed. The first zone is characterized by migratory outflow of the population and covers 38 regions. And in 30 regions migratory outflow of the population coincides with the general reduction of a population. The second zone includes 46 territories of Russia in which inflow of migrants is marked, however only in 16 of them migration or completely compensates a natural decrease or supplements a population natural increase.

At present time, the Russian Federation is confronted with the negative demographic situation which involves the population decline, the decrease of the part of able-bodied citizens, and the ageing population. According the pessimistic predictive estimate of the Conception of demographic development, Russian population decline on 18-20 million people. In this situation the immigration policy of Russia directed not on restriction of entrance, and on attraction of necessary categories of immigrants is required to the country.

In October, 2007 was accepting the new Concept of a Demographic Policy of the Russian Federation till 2025. It has been accepted designates purpose absolutely adequate to demographic situation in Russia - immigrants are necessary for the country. The given point of view was stated repeatedly by the Russian President as well. However, before last time at level of practice of regulation of immigration until recently has developed and there was cardinally opposite situation. The Russian immigration policy was reduced to struggle against illegal migration and limited inflow of any immigrants to the country.

Change of a migratory policy of Russia it is necessary in following directions.

1. *“Collecting of Russian Compatriots”*: Russia, unlike other countries of the world, is in unique position. It is surrounded by the states which made earlier the uniform country, and now focus millions the people close in the cultural and mental relation, speaking in Russian. Now more than 16-17 million ethnic Russian people live in CIS and Baltic States. The part of this population forms the migratory potential for Russian Federation. Migratory potential Russians and Russian ethnic groups is estimated approximately 3-5 million people in next 5 years, if the Russian migration policy will be open for them. It gives chance throughout several years to involve Russian and representatives of the Russian people and sharply not to change ethnic structure of the population, and also to spend much smaller means for integration of immigrants in a society and to avoid serious international conflicts.

The Russian President signed by the in 2006 the decree “On the measures to aiding voluntary return of compatriots living abroad to the Russian Federation”. Also a corresponding governmental scheme (the period of 2006-2012) has been carried out for the purpose of stimulating the voluntary resettlement of compatriots in the Russian Federation on the ground of increasing appeal of its subjects; for the purpose of

compensating the population decline on the basis of attracting immigrants to have permanent residence in Russia. For March, 1st, 2010 within the limits of the state program to Russia already has moved more than 18 thousand persons and about 27 thousand are at various stages of resettlement. The program planned to accept much more migrants. Some experts hasten to declare that the program has failed. The Russian authorities have underestimated scale of the given project. On its realization time and money is required.

According to the governmental scheme the federal government provide compatriots with: citizenship, public assistance, payment for passage and baggage delivery, extraordinary grant. The local authorities must help compatriots with placing in a job. According to the scheme the whole part of the Russian Federation was divided into three categories ("A", "B", "C") with corresponding size of a moneyed assistance, which is to be given to the compatriots by the government. The regions "A" are supposed to have a national border and population decline in the last three years. The participants of the scheme, who are to remove to these regions, will receive 60.000 rubles (2.000 USD) and 20.000 rubles (670 USD) for each member of the family. Only one member of the family may receive status of participant of the scheme. The regions "B" and "C" are determined by several economic indexes, such as unemployment rate, level of investment, share of region in gross domestic product and number of migrants. The compatriots removing to regions "B" will receive 40.000 rubles (1.340 USD) and 15.000 rubles (500 USD) for each member of the family.

On first stage the government has selected 12 regions. They are the Krasnoyarsk Territory, the Primorsky Kray, the Khabarovsk Territory, Province of Amur, Province of Irkutsk, Province of Kaliningrad, Province of Kaluga, Province of Lipetsk, Province of Novosibirsk, Province of Tambov, Province of Tver and Province of Tyumen. The scheme suggests removing about 670 thousand people here. At the second stage program action will extend at the expense of new territories of Russia. Now regional programs of resettlement of compatriots are confirmed approximately in 20 regions. The geography of action of the program has considerably extended. This external migration can help Russia to solve several problems, first of all, population decline and losses of the able-bodied population. Russia will try to compensate natural loss of the population of economically and geopolitically important regions like Far East with the help of governmental scheme.

The main part of the compatriots is arriving in Province of Kaliningrad. This fact can be explained by particular geographical location, improvements of economy and living standards of the region, the above mentioned process is a matter of great interest to local authorities. They are ready to receive about 300 thousand of resettles. The regions of the Far East cause anxiety. There is a population decline and sizeable migratory outflow in these regions, but compatriots, however, don't aspire to migrate here. Only 2,2% of compatriots chose these regions.

The detailed analysis of the mechanism of resettlement displayed essential measures for increase of compatriot's migration flow. First of all, state must help settlers with habitation. It may be if state will extend pace of construction, will create on preferential terms state hypothec for resettles and will place at him disposal land and construction materials for building. Secondly, it is necessary to make special programmes for Russian-speaking young people and families with many children, because they are the most favorable migrants due to ageing Russian population. Thirdly, it is necessary to make special programmes to stimulate business initiative of compatriots. It will help them to accommodate better and develop Russian regions. Also, travelling allowance must be augment especially in the regions of Far East.

In the end of 2009 the Ministry of Regional Development of Russia has developed the new project of the program which realisation will begin since 2012. In this document have a new impotent positions, capable to stimulate resettlement is made. There will be new categories of immigrants: managers, workers, farmers, students, businessmen and persons, with having great achievements in science, technician or culture. Also possibility of participation in the program will be given compatriots who already are in Russia. Only in January, 2010 the new presidential decree was signed number 60, which will give the chance to become participants of the program to people who have arrived earlier and there live in Russia many years. By approximate estimations the number compatriots, arrived to Russia before start a special program can make to 5 million persons, some of them live into Russia till now without the Russian citizenship. This position will start to work since summer of 2010 because the Government of Russia should accept some documents.

2. *"Attraction of Educational Migrants in Russia"*. According to Ministry of Education and Science the most significant country

providing Russia by educational migrants, is China. In 2008 in Russia studied in 15,2 thousand students from China, 13,5 thousand – from Kazakhstan, 5,6 - from India, 4,4 thousand – from Ukraine, 4,0 thousand – from Vietnam, 3,5 thousand – from Uzbekistan and other countries.

Educational migration is one of the best migratory flows. It has positive economic consequences (brings money to universities, fills up the Russian labour market with qualified employees) and demographic effects (many foreigners to leave in the country after end of study and fill up the country population). Now foreign students are study approximately in 600 Russians university. The majority of educational migrants are study in Moscow, St.-Petersburg, Novosibirsk and other cities.

In the Concept of Social and Economic development of Russia till 2020 (signed in November, 2008) as other target reference points it is registered «Increase in a share of the foreign students study in Russia, to 5 % of total number of students» (now is 2% only). Russia could scoop more actively migratory potential from among youth in CIS, and also in some developing states of Asia, Africa and Latin America. At the same time it is necessary to designate more accurately a priority of attraction of educational migrants to Russia in all demographic documents, including in again developed Federal Migratory Service of the Concept of migratory policy. It is necessary to give the chance for foreign students to obtain the Russian citizenship automatically.

3. *“The invitation of necessary number of guestworkers on Russians labour market”.* According the pessimistic predictive estimate of the Conception of Demographic Development of Russian Federation quantity of population above age 60 will exceed on 8.3 million in 2025. Also, in period between 2010-2014 the quantity of able-bodied citizens will decrease on 1.3 million people per year. It will create deficiency of a labour. Partly it will be possible to compensate reduction of a manpower growth of labour productivity and introduction of high technologies in economy. The country should involve foreign workers.

External labour migration represents the most considerable migratory flow in the Russian Federation. In 2008 2.4 million guestworkers worked in Russia. However, thus the share of foreign labour migrants among the population occupied on Russian labour market in 2008 remained concerning small - only 3,4%. However in some economy branches this share was more appreciable (for example, in building it has reached

almost 19%). Between the official given and real scales of labour migration in Russia there is a considerable rupture. The quantity of not registered labour migrants differs from number registered several times though estimations of the first are rather approximate. For example, representatives of the Ministry of Internal Affairs of Russia define number of not registered labour migrants in Russia around 10 million persons, and some politicians sounded figure 15 of million migrants. More exact represent estimations to 5 million the persons, received by researchers. Approximately 70% of illegal labour migrants in Russia are these citizens of the CIS countries. They have arrived legally, without the visa, but have not received registration or the work permit in Russia. In big cities we can see the illegal markets of a labour force.

Now the foreign labour is involved to Russia more than from 140 countries. Three countries of the Central Asia were the largest suppliers of foreign workers in 2008: Uzbekistan (643 thousand), Tajikistan (391 thousand), Kyrgyzstan (185 thousand persons). From the CIS countries number of workers from Ukraine (245 thousand), Moldova (122 thousand), Armenia (100 thousand) and Azerbaijan (76 thousand persons) also is appreciable. After simplification of procedure of registration and work permit reception in Russia for citizens of the CIS countries since January, 2007, their share in total number of foreign workers has grown and in 2008 has made more than 73%. The third place in the list of the exports countries of a labour to Russia occupies China (282 thousand) and also positions of Turkey (131 thousand), Vietnam (95 thousand) and Democratic People's Republic of Korea (35 thousand persons) are powerful.

In the beginning of 2007 in Russia have been accepted a number of new laws which have been urged to correct a state of affairs in sphere of time labour migration. For example, registration procedure in a stay place has been simplified, penalties are increased by employers for use of illegal migrants. Really, now it became much easier to labour migrants to be registered. However, employers employ foreign workers spontaneously and unorganized, mainly that they can pay less. In the country it is required to develop a network of stock exchanges and private agencies on employment, to supervise working conditions of migrants. Also it is necessary to sign bilateral agreements with sending of labour migrants countries.

Crisis also was reflected in the migratory policy of Russia regarding regulation of labour migration. Attraction of a foreign labour force in

the country is carried out within the limits of the special quotas confirmed annually by the Government of the Russian Federation. Then by the order of Ministry of Health and Social Development of a quota on delivery of work permits to foreign citizens are distributed between regions of Russia, and also various professional groups of migrants. Since 2007 of a quota began to be established separately for the countries with free-visa and a visa regime. And the size of a quota for the countries with a free-visa regime several times more than for the countries with visa relations.

System of quoting of foreign labor force in Russia arouses serious pretensions. For example, in 2003 and in 2007 quote was “taken from the ceiling”. As a result, its implementation was only 40% and 20% accordingly. It mainly occurs because there is not clear mechanism of evaluation and methodic of accounting of real demand for foreign labor force, there is no balance of labor resources. On the strength of various conditions not all employers may make prognosis of scales of demand for migrants as a prospect, a part of them simply don’t apply in time.

Applications which are collected in the regional level don’t fix with concrete employers. There are often situations when application is given by one employer, but quote is factually used by another employer. But those who declare need in foreign workers, feels lack of quota. Such situation took place in the mid-year of 2008, when authorities were forced to increase quote very urgently, because it had been exhausted in June already. As a result, instead of initially stated quote in over 1,8 million permits, 3,4 million work permits were issued for foreign citizens in Russia. Thus, initial quote was exceeded almost in 2 times.

In 2009 Government of Russia fixed quote for issue of permits for foreign citizens in size of 4 million. But world economic crisis hardened development of several economic sectors, stimulated growth of unemployment and forced Russian authorities to revise size of quote for labor migrants. Also many foreign labor migrants lost the job, lost earnings in the territory of Russia. Particularly, prime-minister V.V.Putin declared for double reduction of quotes for foreign labor force attraction into Russia in 2009. He explained reduction of quote by the impact of economic crisis: “At first, we should provide opportunity of employment for Russians, who will be over the board of their enterprises. Foreigners will be taken for job places which are not taken by citizens of Russia” – prime-minister claimed. As a result, the quota has been reduced to

2010 almost in 2 times and has made 2,6 million work permits in Russia.

4. «Stimulation of migratory mobility of the Russian population».

More than 6 million unemployed among the Russian citizens is in Russia now. Migratory mobility of many Russians is limited because of low level of wages and a strong difference in the prices for habitation between different regions of the country. For example, many workers in Russia receive wages on which it is impossible to rent apartment, and, having sold own apartment in a province - will not buy flat in a big city where there is a possibility to get a job. It is necessary to change cardinally system of regulation of an internal migration, stimulating with economic methods of resettlement of people, to remove barriers in the form of registration on a residence for the Russian citizens. It should be marked that in Russia reserves of internal labor migration and unemployed persons are not used practically nor in neighboring territories, nor in my own region. The most effective use of own labor resources could reduce needs of Russia in foreign labor force a little. Only in 2009 Federal Service on Labor and Employment introduced united bank of vacancies in the scale of all the country.

So, migration is the major resource of demographic and social and economic development of Russia. Now Russia has good chances to involve on the territory of migrants necessary categories. It should take advantage of this situation in interests of the development. Change of the Russian migratory policy in the specified directions can benefit the state and a society.

RESUMEN

En este artículo, la situación de la migración moderna en la Rusia es considerada. Los principales factores definidores de la migración son analizados. Son dadas análisis relacionadas a las migraciones por trabajo, por estudio, de compatriotas e internas. Son ofrecidas recomendaciones sobre las políticas de migración interesadas en el desarrollo demográfico, social y económico en la Rusia.

Palabra Clave: Migración - el trabajo - las políticas de migración.

ABSTRACT

In this article the modern migratory situation in Russia is considered. The major factors defining migration are analyzed. The analysis of labor migration, educational migration, migration of compatriots, internal migration is given. Recommendations about perfection of a migratory policy in interests of demographic and social and economic development of Russia are offered.

Key Word: : Migration - work - migration policies.

Reflexiones sobre “lo económico”

Vershinina Irina - Ph. D. (Economía)

Pues no hay que conocerse mal: somos tanto autómatas a cuanto espíritu...

Las pruebas sólo convencen al espíritu.

La costumbre hace que nuestras pruebas sean más fuertes y más creídas...

Rascal “Pensamientos”

RESUMO

Até o momento, a economia é estudada a parte, como uma entidade independente, como uma matéria física que está submetida às leis objetivas que parecem as leis, por exemplo, da física ou da química. Mas sabemos que o fundamento de qualquer método científico é a observação. Então, o que nós vemos? O que nos diz a experiência histórica? Esta nos diz que o econômico nunca existia por si mesmo, que sem a consciência humana, que sem a vontade do ser humano, ele não existe. O econômico, a economia é somente uma parte do processo de reprodução social, isto é, do processo de reprodução da sociedade, o que significa do humano, em seu sentido próprio (estricto) da palavra, como o fazer histórico da gente que se realiza pelo seu esforço volitivo, baseado, por sua vez, na fé.

Palavra Chave : Economia – Reprodução social – Fazer Histórico.

En este texto me gustaría salir fuera del marco de reflexiones ordinarias sobre la economía y los fenómenos económicos y confesar mi visión de la problemática económica. Me lo parece muy importante ahora cuando todavía estamos sumergidos en una crisis pesadísima. La crisis que es no sólo y no tanto económica y financiera, como alguien quiere presentarla, sino la crisis civilizacional y de formación, la crisis del mismo modelo capitalista. Y algunas mejoras no deben inducirnos a error. Ellas sólo pueden hacernos una pregunta: ¿Si es para mucho tiempo?

Los desafíos actuales ponen ante nosotros el problema de revisar nuestro enfoque de los problemas económicos en general y su resolución,

en particular. Tenemos que aprender hacernos y a otros preguntas no triviales que salgan fuera de los estereotipos tan corrientes. Solo así podemos poner de manifiesto las causas verdaderas de los problemas actuales, hacer el diagnóstico correcto y encontrar una salida adecuada.

Por desgracia, hasta ahora la economía es estudiada aparte, como una entidad independiente, como una materia física que está sometida a las leyes objetivas que parecen a las leyes, por ejemplo, de física o química. Pero sabemos que el fundamento de cualquier método científico es observación. ¿Entonces qué vemos? ¿Qué nos dice la experiencia histórica? Ésta nos dice que lo económico nunca existía por sí mismo, que sin la conciencia humana, sin la voluntad del ser humano no lo existe. Lo económico, la economía es sólo una parte del proceso de reproducción social es decir del proceso de reproducción de la sociedad lo que significa de lo humano, en el sentido propio (estricto) de la palabra como el quehacer histórico de la gente que se realiza por su esfuerzo volitivo basado a su vez en la Fe (Idea). Sólo en este caso todo adquiere el sentido humano que, en particular, engendra nuestras esperas del resultado benéfico.

Al fin y al cabo aquí estamos hablando de que la motivación del hombre, su comportamiento económico son determinados por los factores socioculturales y espirituales. En este contexto nos parece muy importante analizar qué tipo del hombre estuvo formándose durante últimos 50 años, qué tipo del hombre está predominando ahora y si se quedaron las diferencias socioculturales entre distintas comunidades civilizacionales. Sólo estudiando estos problemas y al mismo tiempo observando lo que pasa en la actualidad, analizando las causas de fracasos y logros, podemos comprender lo que no hacemos bien, que no hacemos correctamente. Pero este enfoque nos lleva a la necesidad imperiosa de dejar de vernos con ojos ajenos, en primer lugar del Occidente y apreciarnos desde sus posiciones. Si no, siempre seremos perdedores. Siempre seremos menos “desarrollados” y menos “civilizados”. No se trata de que debemos meternos en nuestra concha sin ver lo bueno que se puede sacar de afuera. Pero esto tiene que ser un complemento para nuestro propio modelo civilizacionalmente determinado.

Por desgracia, en el mundo comenzó a predominar un concepto característico para la ciencia económica occidental que siempre veía la economía no sólo fuera del contexto histórico sino también la excluía del sistema de reproducción social y se basaba en el paradigma que se

caracterizaba por usar excesivamente, a nuestro parecer, la simulación económico-matemática abstracta. La economía se convirtió en un conjunto de indicadores micro- y macroeconómicos que muy a menudo no tienen nada que ver con la realidad. Con eso la economía empieza a existir por sí misma, como si fuera un sistema separado de la sociedad. Y resulta que no la economía es la que sólo garantiza las condiciones materiales para el hombre y la realización de sus intenciones sino él mismo y su horizonte de sentidos comienzan a limitarse a así llamadas “leyes objetivas” de materia económica.

Es imposible ignorar que ahora, al hablar de la economía, muy rara vez usan tal combinación como “el desarrollo económico”. Más hablan del crecimiento económico apoyándose en varios indicadores entre los cuales el más preferido actualmente es la tasa de crecimiento del PIB. Pero pensar que el crecimiento económico es el criterio principal de la actividad exitosa de un gobierno y logro importante de un país significa evaluar exclusivamente la situación corriente ya que el crecimiento económico es sólo una manifestación cuantativa de la reproducción, y no siempre de lo mejor y avanzado. Este indicador no nos dice nada en absoluto de la calidad de vida y situación real en la economía de cualquier país. Es más, él nos desvía de lo social que tratan de ocultar detrás de este presuntamente económico “objetivo”, nos desvía del análisis de lo que pasa en nuestra vida social. Él no nos da ni una idea sobre el proyecto de organizar la vida en un territorio concreto de un país concreto.

Para que nos apartemos del economicocentrismo extremo que reina actualmente, primero hay que romper con la idea de progreso que está en su fundamento. “...Esta idea se creó a base del crecimiento exuberante de la ciencia y la fe en su omnipotencia, en las posibilidades infinitas de la razón humana, cuando la razón sustituyó a Dios y usurpó sus cualidades: la unidad, omnipotencia....”.

Ella fue basada tanto en un nuevo para su tiempo concepto de mundo como en que la ciencia se consideraba como un sistema de conocimientos y un modo de transformar el mundo que estaba en desarrollo continuo. Podamos ponernos de acuerdo con la opinión del historiador ruso M.I. Rostóvsev de que la idea de progreso es una forma particular del «sentimiento religioso de la gente que está acostumbrada al método científico y que divulga lo que es aplicable a ciertas ramas de la ciencia a la vida humana en toda su complejidad en general».

Mientras tanto esta idea se hizo uno de los fundamentos de la ideología de la sociedad industrial. La humanidad se desarrolla y “progresas hacia adelante”. Y si antes este desarrollo, este movimiento adelante se entendía en dos aspectos – como acumulación de conocimientos y como multiplicación de bienes materiales, pues actualmente, como pienso, la noción de progreso relacionan casi exclusivamente con el segundo componente – multiplicación de bienes materiales. Y precisamente eso nos presentan como una característica del desarrollo progresivo de la humanidad. Y si es así, resultan “inútiles” y “innecesarios” los valores espirituales y culturales que acumuló la humanidad. Los renuncian como a los que no tienen relación directa con la producción supuestamente axiológicamente neutral.

El filósofo ruso A. Lósev relacionó directamente la idea de progreso con la mitología del nihilismo (pasotismo) social. Él consideró la idea de progreso continuo, ilimitable de la sociedad y cultura como la teoría específicamente europea. La aspiración a ampliar la producción y aumentar la productividad del trabajo no era un motivo natural y permanente en las acciones de la gente. Aquella se presentó como una cualidad nueva que se convirtió en un elemento importante del régimen social y exigió sus argumentos ideológicos. Se encontraron en la idea de progreso que poco a poco estuvo adquiriendo la fuerza de ley “natural”. Esta idea legitimó la ruptura de las relaciones humanas tradicionales y el desplazamiento de los sentimientos de empatía, compasión y solidaridad.

La idea evolucionista de progreso en la conciencia pública de sociedad capitalista se convirtió en la seguridad de que todo lo nuevo a priori era mejor que lo viejo, por eso la novedad se hizo un parámetro independiente de importancia y la meta. En la política industrial esto llevó a quitar todos los obstáculos que enfrentaba la expansión de la producción. El progreso técnico se reorientó a reducir el ciclo de la vida de la producción, a cambiar más pronto las generaciones en ésta. Se engendró el fenómeno muy específico – la economía de oferta y la sociedad de consumo.

La continuación natural de este proceso fue transformación del capitalismo de economía real en el capitalismo financiero – capitalismo de burbujas financieras y de economía virtual – que revistió el carácter global. La difusión de este proceso en el mundo se hizo posible después de haber desaparecido la Unión Soviética y desintegrado el sistema socialista.

La caída del Proyecto socialista en su versión soviética sólo confirma la idea de que lo material, lo económico no es principal para el sistema de reproducción de un país. La decadencia de la URSS no fue una cosa repentina, no comenzó en los años 90 como quieren presentarlo, sino antes, en otros tiempos. Sus raíces hay que buscar en los años 60 cuando fue proclamado el lema “Alcanzamos y Sobrepasamos a los EE.UU.” Justamente en aquellos tiempos lo ideal comenzó a desaparecer de la vida del hombre soviético y en el primer lugar fueron puestos los valores materiales. Aquí es necesario reconocer que tiene razón el filósofo alemán Guard Bergfeldt diciendo que la causa de “reacción en cadena” que tuvo lugar en los países socialistas después del septiembre de 1989 y que llevó a la descomposición de los regimenes marxistas no consistió no en que la burocracia soviética había sofocado la posibilidad de “desarrollo infinito de las fuerzas productivas”. En realidad el fracaso del comunismo fue un preludio del fracaso de todo el sistema político-económico basado en este “desarrollo infinito de las fuerzas productivas”. El filósofo escribe: “Una de las lecciones más importantes que nos dio el fracaso del experimento marxista consiste en que la crítica profunda y real de “la locura de producción” no puede ser realizada por la ciencia económica... por eso si ya no podemos esperar nada más del marxismo, que ahora podemos considerar como el punto de vista más avanzado de autocritica capitalista, pues está claro que no podemos esperar nada de diferentes corrientes de la ciencia económica liberal que está subordinada ciegamente al terrorismo de la químera de producción”³.

Estos 20 años pasados después de desintegrar la URSS confirman las palabras de este filósofo. La ideología neoliberal que está en el fundamento del actual capitalismo financiero en mayor grado está orientada al dominio de lo material dejando al margen las diferencias socioculturales de sociedades. Entusiasmados por su victoria sobre el socialismo, sus adeptos ahora tienen fe sincera, y es posible que no muy sincera, que precisamente lo material es la piedra angular de toda la vida humana. Ellos no quieren y, lo más probable, no pueden ofrecer ningunas ideas nuevas presentando esta crisis actual como una recesión cíclica habitual y temporal. Pero si lo pensamos bien, estos 20 años sucedidos al colapso del sistema socialista, mostraron que el modelo actual capitalista no es capaz de resolver sus problemas por vía de desarrollo intensivo, no puede proponer a la humanidad ninguna salida para salvarse. El capitalismo salió de la crisis de los 80 por el desarrollo extensivo

redistribuyendo recursos de los antiguos países socialistas, en primer lugar de la Unión Soviética, sacando de allí gran volumen de recursos financieros y comenzando a apropiarse del mercado nuevo para sí, muy amplio que contaba con casi 500 millones de consumidores. Con todo eso muchos países, no sólo en desarrollo sino también más desarrollados, como por ejemplo Rusia, resultaron lanzados hacia atrás y algunos casi cayeron en el arcaísmo. Los países, que durante últimos 50 años trataron de apartarse del modelo de economía primario-exportadora, volvieron a incorporarse en la división “nueva” de trabajo como proveedores de materias primas, posiblemente más variadas que antes, pero esto no cambia la esencia del asunto.

Así pues, el capitalismo de nuevo resolvía sus problemas no a cuenta del desarrollo intensivo, elaboración de nuevas tecnologías punteras y prácticas avanzadas que podrían ayudar al mismo capitalismo a resolver sus propios problemas y apoyar otros países en su pasar a nueva etapa de desarrollo. No, el capitalismo prefirió una vez más “lanzar” sus problemas a la perefería que se hizo más extensa que antes.

Con relación con lo dicho me gustaría fijar la atención en lo siguiente. En la base de cualquier teoría económica está un pensamiento determinado, o bien el pensamiento económico cuyo carácter está determinado por un complejo de particularidades civilizacionales. Tomando como ejemplo teorías ajenas, modelos ajenos y ideas de otros a priori nos condenamos a los fracasos, al retroceso, de este modo entramos en el camino de desarrollo de alcanzar, es decir de pisar los talones de alguien. Y este camino es camino a la nada, la vía muerta.

Al tomar la vía de “determinismo de producción” hemos llegado a pensar que sólo en lo material, o mejor dicho, en la multiplicación de las riquezas materiales, está ocultado el camino hacia “el futuro luminoso”. Pero éste es el camino desastroso.

Para hacer una verdadera “ruptura” hacía algo realmente nuevo necesitamos un nuevo Proyecto que estaría fuera de liberalismo o marxismo con su totalitarismo de producción. Y su principio deberá ser siguiente – ir a lo general a través de lo nacional. Respecto a la economía significa que el modelo económico debe ser civilizacionalmente determinado. Él debe tener en cuenta la comprensión nacional del sentido de vida, es decir construyendo nuestro modelo de economía debemos tomar en consideración todo un conjunto de tradiciones, costumbres, prácticas, incluyendo las particularidades psicológicas del

pueblo ya que influyen mucho en su mentalidad y comportamiento económicos, y también condiciones históricas y naturales. Y tal modelo, por mi profunda convicción, debe basarse en logros de pensamiento propio. Esto no significa que debemos ignorar una experiencia de otros pueblos. No, pero ésta debe ser comprendida creativamente y transformada conforme con lo nacional y civilizacional. Como escribía el científico ruso Mendeléev (en el siglo XIX) respondiendo a las ideas cosmopolitas de muchos sus compatriotas y a las prédicas del bien universal, “no se puede perder de vista la unión de personas en un Estado y sólo por medio de Estados en la Humanidad. No se puede juntar, suprimir las diferencias o mezclar los separados, será el caos, un nuevo babel ... “. A su vez, lo valioso que está en cada experiencia nacional puede ser incluido en lo general.

Hasta que punto este enfoque tiene importancia para un país concreto se puede ver por las diferencias que existen, por ejemplo, entre el pensamiento económico ruso y la economía política del Occidente. La última considera como lo fundamental condiciones materiales de la vida, producción, relaciones de producción, trabajo, capital, etc. Si antes en la aurora del capitalismo este pensamieto podía tomar en consideración un elemento espiritual (moral, según A. Smith) de la economía nacional, ahora este elemento está excluido totalmente de cualesquiera teorías económicas. Actualmente en el planeta está dominado “un hombre económico” con su credo llegado hasta el extremo – “tener” y “consumir”, lo que Julius Evola llamó la “obsesión por la economía”.

A diferencia de la economía política occidental el pensamiento ruso siempre estaba partiendo de una importancia trascendental del aspecto espiritual de una persona lo que encontró su reflejo en la ciencia económica rusa. Sus mejores representantes no se apoyaban en las categorías y modelos abstractos sino en el territorio concreto de país y, haciendo sus propuestas, ligaban el estudio profundizado teórico de problemas con las investigaciones prácticas y cálculos que se referían justamente a este territorio concreto. Sólo en este caso podría ser posible seguir el camino de desarrollo no para alcanzar sino para sobrepasar.

Además, la escuela socioeconómica rusa siempre centraba su atención en los problemas de una personalidad, de su desarrollo, aspiraciones axiológicas, normas éticas y morales en relaciones con otra gente, con familia, colectividades de trabajo, con la sociedad y el Estado. Se analizaba no sólo realidad económica sino también se estudiaba a una persona real

y concreta y no a un cierto individuo económico inventado. Se tomaban en consideración las exigencias de esta persona que vivía en una sociedad concreta, en un medio histórico concreto, que tenía sus propios intereses, sus ideas sobre fenómenos y problemas vitales: sobre el Estado, acciones de las autoridades, el destino de su país, misiones de sus empresarios; de esta persona que estaba incluida activamente en los precesos económicos y que realizaba y desarrollaba su potencial de creación. El desarrollo espiritual de una persona ellos lo consideraban como el máximo criterio del progreso económico.

Y precisamente esto debe estar en el centro de nueva teoría económica: un persona real con toda la complejidad de sus interrelaciones y lazos, tradiciones profundas, intereses y percepciones de lo ideal o, si quieren, de lo debido. Y no un tal individuo abstracto económico privado de la base ideológico-moral. Las sociedades en las cuales este tipo de hombre todavía sigue existiendo se presentan estructuras sociales solidarias donde tienen lugar precesos de autoorganización no lineales, “irracionales”, los que muy a menudo no se puede prever. Y al menospreciarlo nos quitamos a nosotros mismos la posibilidad de no sólo desarrollarnos económicamente sino, y lo que es más importante, durar su existencia histórica.

Esto nos muestra de una manera muy dramática el desarrollo de las reformas en Rusia: al haber destruido lo ideal hemos destruido lo material, lo económico.

RESUMEN

Hasta ahora la economía es estudiada aparte, como una entidad independiente, como una materia física que está sometida a las leyes objetivas que parecen a las leyes, por ejemplo, de física o química. Pero sabemos que el fundamento de cualquier método científico es observación. ¿Entonces qué vemos? ¿Qué nos dice la experiencia histórica? Ésta nos dice que lo económico nunca existía por sí mismo, que sin la conciencia humana, sin la voluntad del ser humano no lo existe. Lo económico, la economía es sólo una parte del proceso de reproducción social, es decir, del proceso de reproducción de la sociedad lo que significa de lo humano, en el sentido propio (estricto) de la palabra como el que hacer histórico de la gente que se realiza por su esfuerzo volitivo basado a su vez en la Fe.

Palabra Clave Economía - La reproducción social - Haciendo Historia.

ABSTRACT

So far, the economy has been studied separated, as an independent entity, as a physical theme subject to objective laws that looks like laws from physic and chemistry, but we know that the fundamental of any scientific method is observation. So, what do we see? What does the historical experience tell us? It tells us that the economic has never existed by itself, that without the human conscious and without the human will it does not exist. The economic, the economy is only one part of the process of social reproduction, in other words, the process of reproduction of the society, what the human means, in the own sense (strict) of the word, as the making history of the people that is accomplished by their volitional effort, based, in turn on, in their faith.

Key Word: Economics - Social reproduction - Making History.



América Latina -Memoria, História y construcción de la identidad

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

INTRODUCCIÓN

Desde las primeras décadas del siglo XX, con la obra de Maurice Halbwachs acerca de los *Cuadros Sociales de la Memoria*, historiadores y científicos sociales, además de los psicólogos, reconocieron la importancia de profundizarse los estudios de la memoria colectiva para mayor entendimiento de los procesos de identidad de los grupos sociales. La necesidad de conocer la formación y la transmisión de la memoria colectiva dominó los autores de la memoria. Así, los estudios de Pierre Nora sobre los *Lugares de la Memoria*, como noción abstracta y puramente simbólica, destinada a desentrañar la dimensión de recuerdo de los objetos materiales y especialmente inmateriales que impregnan los grupos sociales, alertaron los historiadores para el poder de la memoria colectiva.

Los historiadores de la Escuela de los Anales también contribuyeron substancialmente para el entendimiento de la memoria como fuente para la construcción de la historia social o de las mentalidades, como Jacques Le Goff, Georges Duby, Aurore Becquelin, además de los aportes recibidos de James Fentress y Chris Wickham y de la psicología a través de los estudios de Maurice Moscovici, Denise Jodelet, Celso Sá, entre otros estudiosos. Esos autores puntaron la necesidad de valorizarse los recuerdos y las representaciones del pasado, a través de un imaginario, reformulado por el tiempo, anacrónico, en el compromiso con verdades, comprendiendo solo informaciones conservadas en la memoria, contado por los mayores, o aprendidas por la interacción de los grupos sociales.

Los recuerdos pasaron a ser valorizados, así como la cultura popular, desde la tradición a la oral. La historia necesita abastecerse de esas memorias, de sus estrategias de guardar o olvidar hechos, de sus astucias en arreglar las representaciones del pasado vivido o imaginado, versiones de una realidad o una irrealidad. Los expertos en ciencias sociales reconocen que la memoria es hecha de fragmentos dispersos, muchas

veces evasivos, frutos de una imaginación creativa, de recuerdos individuales o colectivos, versiones de la realidad y del imaginario.

La memoria constituye también un espacio de divergencia y enfrentamientos, de olvidos y silencios, de prácticas individuales y sociales y de los espacios de apropiación. Reconfiguración y recuperación de las diferentes visiones del pasado hacen parte de la memoria y de sus estrategias de recordar, crear representaciones y constituir enlaces de identidad de los grupos sociales. Y estrategias de dominación son mecanismos reveladores de manipulación de la memoria como instrumento de poder.

LAS ESTRATEGIAS DE LA MEMORIA Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD

La Memoria y la Identidad representan elementos que vienen siendo debatidos a lo largo de la historia, de acuerdo con cada vertiente científica. Sin embargo, desde el siglo XX los estudios sobre la memoria tomaron un impulso muy grande, en el mundo de las ciencias físicas y biológicas, cuanto en las ciencias sociales. Pero todavía se discute la cuestión de la memoria individual como reconstitución del pasado o almacenamiento de las experiencias. Fue con Maurice Halbwachs, según Henri Bérgson, que el enlace entre la memoria individual y colectiva fue consolidado. Halbwachs consideró la memoria colectiva como la constructora de la identidad cultural del grupo, en su obra *Memoria Colectiva*.

El autor puntó para la reelaboración de la memoria colectiva en diferentes grupos sociales y en tiempos diversos, ejemplificando con la influencia de las creencias religiosas en varios momentos de la historia, así como para otros hechos. Él marcó que la memoria social tiene no solo una base material, pero también un fundamento material, que puede ser documentado o registrado. La memoria social materializada asociada a la inmaterializada constituirá la historia.

Halbwachs percibió convergencia y enfrentamientos de la memoria colectiva o social con la historia, porque tanto una cuanto la otra tienen el mismo contenido material – el pasado de una sociedad, cultura o grupo. El pasado constituye una de las convergencias, pues es la base material de la memoria y de la historia, así como el olvido u ocultación, pues historia también tiene sus olvidos, desde un obstáculo ideológico, escribe Wehling¹. Los enfrentamientos entre historia y memoria son intensos, según explica Wehling, citando Jorge Luis Borges: “Somos

hechos, en gran parte de memoria. Esta memoria es constituida, en gran parte, de olvidos” y Nietzsche afirma que “es posible vivir casi sin recordar, y ser feliz, como demuestra el animal, pero es imposible vivir sin olvidar”².

Para Halbwachs, la memoria es simplificadora en cuanto la historia es compleja. La memoria colectiva retiene lo que es esencial de determinados hechos o procesos. Philippe Joutard complementa ese análisis, afirmando que la memoria se basa en la identidad y legitimidad de un grupo en su recuerdo histórico, arreglándose en torno de un evento fundador que absorbe los precedentes y los posteriores, pues el tiempo de la memoria es indefinido – el tiempo histórico es preciso (desde procedimientos cronológicos rigurosos).³

Wehling escribe que la sociedad de la memoria es casi inmóvil y de la historia es dinámica (vive sus coyunturas que se cambian), pues mientras la memoria elige espacios emblemáticos, la historia los relativiza. Y concluye que: “La memoria se articula en torno de un evento axial y la historia en torno de una cuestión”.⁴

En artículo reciente, Robert Jaffard⁵ escribe sobre la diversidad de la memoria enfatizando que la idea de una memoria múltiple se impone desde los años 1970. Aunque detalla los lazos entre los comportamientos, fisiología y mecanismos moleculares de la memoria, sus estudios nos permiten inferir algunos aspectos sobre la memoria y sus estrategias para la construcción de la identidad de los grupos sociales.⁶

Para el autor, la memoria es una función “inteligente”, que permite a los hombres aprovechar experiencias pasadas para solucionar múltiples problemas que lo cercan, confiriendo a ellos aptitudes diversas que van del simple reflejo condicionado al recuerdo de hechos personales. Y, especialmente sobre el tema que tratamos, Jaffard afirma que la memoria se utiliza de “reglas para prever los hechos”, que consisten en una de las astucias o estrategias de memoria para la manutención de la identidad.

De la misma forma que Jaffard, Georges Chapoutier⁷ confirma que la memoria se convierte más compleja con la evolución biológica y añade que el rasgo del hombre es de poseer, además de su propia memoria, memorias paralelas, como libros y ordenadores, que son formas estratégicas de conservar los hechos sociales.

La análisis de Chapoutier llama la atención porque, además de los estudios de memoria y evolución biológica, preocuparse con la capacidad prodigiosa, o, como él dice “... monstruosa” de memorización,

que atribuye no solo a una cualidad a los vertebrados de la sangre caliente, pero también a un problema que divide todavía los filósofos, tanto de la naturaleza cuanto de la cultura. Apunta un aspecto específico del hombre, que es la capacidad de crear instrumentos capaces de simular el mundo y, por consiguiente, capaces de memoria, como los libros, bibliotecas, archivos, película y, más recientemente, las memorias de los ordenadores.⁸

Aunque pretendamos abordar las estrategias de la memoria como constructoras de identidad de los grupos sociales, pues son fundamentales para que los recuerdos, los hechos vividos, aprendidos o recordados pasen a constituir a nuestra memoria, son significativos los aportes teóricos de aquellos autores que, de sus laboratorios, estudian la memoria como un hecho social y del cotidiano.

Sin embargo, existen otras estrategias, pero que son peligrosas – los falsos recuerdos. Ésos ni siempre constituyen recordaciones, pero, al revés, elementos contruidos a través de sugerencias e imaginación, creando hechos que jamás fueron producidos, pero que pasan a hacer parte de la memoria de quien los escucha. Los falsos recuerdos son frecuentemente producidos por la combinación de recordaciones reales y sugerencias de terceros, según escribe Elizabeth Loftus⁹, en su artículo *Les Faux Souvenirs*.

Aunque en aquél artículo, la Dra. Loftus estuviese preocupada con los pacientes que tendrían dificultades en distinguir las verdaderas recordaciones de las falsas, y después conocer relatos psicológicos que revelaran como las falsas recordaciones de experiencias conmovedoras son creadas entre los adultos, observó, también, que las presiones sociales sobre el individuo colaboran para el apareamiento de esas falsas recordaciones. En ese caso, no podemos considerar esa problemática como una estrategia para valorizar un hecho que muchas veces atormenta un individuo. Es una memoria que se desarrolla en el grupo, como observó Celso Sá y no colectiva.

Otro aspecto a ser considerado se refiere a la distinción entre Historia y Tradición, en la cual la memoria colectiva de grupos sociales se encuentra presente. Natham Wachtel¹⁰ al distinguir entre la Historia y Tradición, escribe que, en el periodo de la conquista del Nuevo Mundo, los europeos no aceptaron las historias de los nativos como siendo la historia de esos pueblos y las consideraron Tradición. Sin embargo, esa Tradición, guardada en la memoria de los descendientes de esas

sociedades, contada por los mayores, con algunos hechos olvidados, aumentados u otros interpolados, pasó a constituir la historia de ese pueblo. Así, el autor concluye que “la tradición es seguramente historia y, mismo que transporte los despojos de un pasado lejano, ella es una construcción histórica relativamente reciente”¹¹.

La memoria, diferente de la Historia que busca hechos y sutilezas para la su comprensión no tiene compromiso con verdades, tiempo y espacio. La memoria es anacrónica, repetitiva, formada por recuerdos de hechos vividos, aprendidos, falsos o verdaderos. Todos los hechos que llegan al individuo pasan a hacer parte de su memoria y ahí se encuentra su estrategia. La memoria puede guardar hechos, ocultar, olvidar y mismo silenciar. Muchas veces existe la necesidad, no solo de una persona, pero de una comunidad olvidar un hecho que se acordado podrá traer sentimientos de tristeza, rencor o mismo venganza. Los olvidos y los silencios colaboran para la manutención de la estructura social. Sin embargo, esas recordaciones podrán afluir a cualquier momento, pues hacen parte del imaginario social y constituyen las resistencias sociales.

En Vitória da Conquista, por ejemplo, el Golpe de 1964 traumatizó la población, especialmente por tratarse de una ciudad del interior baiano, donde eran fuertes los lazos de amistad entre los residentes. La muerte, la prisión, el desaparecimiento y la cooptación de algunos de esos habitantes por el nuevo sistema causaron un terror entre los que escaparon. La población buscó no hablar en las muertes, en las prisiones y en el desaparecimiento de algunos de los activistas, aunque en las Atas de la Cámara de los Concejales esos hechos estuviesen apuntados. La ciudad se caló y un profundo silencio reinó hasta los días actuales, cuando una profesora resolvió estudiar lo porque de ese silencio, resultando en su disertación final de Master, que la costó casi dos años para conseguir algunos testimonios¹².

La misma estrategia de memoria puede ser observada en la obra *Los Sapos de la Memoria*, de la escritora cordobesa Graciela Biale. Para escapar de la censura argentina, la autora escribe, en la forma narrativa, un cuento infantil sobre la historia de los desaparecidos por la dictadura instalada en el país y el drama de las abuelas de la Plaza de Mayo. En su obra, los hijos de los desaparecido a la busca de su identidad intentan descubrir quien fueron sus padres y de que manera murieron en las prisiones. Fue la manera encontrada por la autora para repasar la memoria sobre los desaparecidos con la represión en su país.

En el cuento *Los Sapo de la Memoria*, la voz de sus hijos de los desaparecidos puede ser oída. Además de los testimonios, y de la memoria de los entrevistados, la narrativa de Graciela Bialet incorpora y reunió la historia de un joven a de sus padres, víctimas de la violencia que vivió la Argentina durante la última dictadura militar.

En esa narrativa, la estrategia de la memoria para construir la identidad del personaje consistió en el silencio premeditado, y muchas veces no deseado, de los que participaron de los hechos. El personaje poco a poco conoció los fragmentos de su pasado, pagando como escribe Graciela "... cotas de demonios y pesadillas cuando el personaje se confrontó con la verdad del grupo social en que estaba envuelto (abuelos, tíos, amigos, vecinos) que le acordó hechos de su vida contados en forma de cuenta-gotas; tal vez para preservale de dolores insoportables"¹³. La memoria busca de forma estratégica esconder la verdad, pero, como cuenta Juan Manuel Serrat, "nunca es triste la verdad, lo que no tiene es remedio"¹⁴. Los silencios, los olvidos y los ocultamientos constituyen estrategia de racionalidad de la memoria colectiva para la preservación de los grupos sociales.

De la misma forma, Vargas Llosa escribe sobre los Pishtacos en su obra *Lituma de los Andes*. Los Pishtacos aun permanecen en el imaginario andino. Personajes míticos de la época pre-hispánica que asombraban a la sociedad, matando y retirando de los cadáveres sus grasas para sobrevivieren, durante la dominación española fueron utilizados como representación del poder para someter a la población nativa por el terror. Actualmente, reaparecen en la memoria colectiva como aquél que tortura, a servicio del poder oficial, sometiendo la población por la fuerza y extrayendo de los hombres su "energía vital". La creencia en los pistachos demuestra el profundo temor de la población delante de los gobernantes que los envían para sacrificar cruelmente a la gente inocente"¹⁵.

Vargas Llosa describe la presencia de los Pishtacos en la sierra peruana. El pueblo se acuerda de ellos, muchos dicen que conocieron varios pistachos y los describen de forma horrenda. Ellos meten mucho miedos. Todos los acreditan. Los pishtacos consiguen asustar más la población de la sierra que los "terrucos" o Senderos Luminosos.

Esas historias pertenecen a un pasado mítico, pero permanecen en la memoria colectiva andina como estrategia para recordar a las comunidades los peligros del poder y del autoritarismo, en una sociedad dominada por el medo.

De la misma forma que en Lituma de los Andes, Vargas Llosa narra en La Fiesta del Bode la dominación de la Republica Dominicana por Trujillo. La memoria colectiva permite que la sociedad dominicana nunca se olvide de los años de terror y tortura por los cuales el país ha pasado. La sociedad no se preocupa en saber se todo lo que cuentan sobre Trujillo era verdad o no. La sociedad se interesa por las recordaciones y las historias de los mayores, de los familiares y vecinos que convivieron con el general dominicano y sus crueldades.

De esa forma, observamos que la memoria colectiva es un elemento de cristalización de la identidad de los grupos sociales y que, por eso mismo, necesita articular estrategias para la cohesión y permanencia de esa identidad. Según Le Goff “la memoria donde crecen la historia, que por su vez la alimenta, busca salvar el pasado para servir el presente y el futuro”.¹⁶

NOTAS

- ¹ Wehling, A- Memória e História.Fundamentos, convergências , conflitos, In Memória Social e Documento. RJ, 1997., UNIRIO, p. 9
- ² Borgez, L. - Apud Wehling, op. cit., p. 18
- ³ Joutard, P. - Mémoire Collective, In Dictionnaire des Sciences Historiques.Paris, PUF, 1986, p. 447 Apud, Wehling, op. cit., p. 18
- ⁴ Idem, op. cit., p. 19
- ⁵ Robert Jaffard é diretor do Laboratório de Neurociências Cognitivas da Universidade de Bordeaux.
- ⁶ Jaffard, Robert - La diversité de la Mémoire- Préface da la Revue Dossier pour la Science. Paris, Édition Française de Scientific American, Série -Avril/Juillet 2001 - La Mémoire -Le Jardin de la Pensée, p. 4
- ⁷ Chapoutier, Georges - Mémoire et évolution biologique. Paris, Ed.Française de Scientific American, avril-juillet, 2001, p. 8 (Dossier pour la Science) George Chapoutier é diretor de pesquisa em CNRS, Université de Paris 6 e Paris 7.
- ⁸ Idem , op. cit., p. 12
- ⁹ Elizabeth Loftus é professora de Psicologia da Universidade de Washington e Presidente da Associação Americana de Psicologia. Mémoire et évolution biologique. Paris, Ed.Française de Scientific American, avril-juillet, 2001,
- ¹⁰ Wachtel, Nathan - La Visión des Vaincus (1971). Apud, Le Goff História e Memória, SP.Edit.Unicamp,1996, p.69
- ¹¹ Idem, op. cit., p.96
- ¹² Souza, Mercia Silva de - dissertação apresentada ao Mestrado, intitulada “Memória e Silêncio em Vitória da Conquista”- O Golpe de 1964, UNIRIO , 2001
- ¹³ Biale, Graciela- Los Sapos de La Memória. Córdoba, Collección Memoria y Maravilha, 2000.
- ¹⁴ idem, op. cit. , 4ª p.

- ¹⁵ Macera, Pablo e Forns, Santiago – Nueva Crónica Del Perú Siglo XX. Lima, Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2000, p. 490:491 Os pishtacos , aqueles que secam os indivíduos retirando-lhes a gordura do corpo. Atualmente, esses personagens míticos permanecem na memória coletiva andina conhecidos também como “rouba-olhos”. Em Ayacucho, camponeses contam que houve uma invasão de pishtacos, aterrorizando a população e uma mulher do povoado lembra que viu quatro gringos com túnicas brancas levando um menino; outro camponês encontrou o cadáver de um menino, sem olhinhos, numa valeta e que os rouba-olhos tinham colocado cinquenta dólares em seu bolso, narra Mario Vargas Llosa em seu livro Lituma nos Andes, baseado nas histórias locais, op. cit., p152. Sobre os pishtacos , consultar Macera, Pablo e Forns, Santiago em sua obra Nueva Crónica Del Perú Siglo XX.
- ¹⁶ Le Goff, Jacques – História e Memória. SP., Unicamp, 1996, p. 477

BIBLIOGRAFÍA

Bialet, Graciela- Los Sapos de La Memoria. Cordoba Colección Memoria y Maravilha, 2000.

Jaffard, Robert – La diversité de la Mémoire- Préface da la Revue Dossier pour la Science. Paris, Édition Française de Scientific American, Série - Avril/Juillet 2001.

Joutard, P. – Mémoire Collective, In Dictionnaire des Sciences Historiques.Paris, PUF, 1986.

Le Goff, Jacques – História e Memória. SP., Unicamp, 1996.

Loftus, Elizabeth- Mémoire et évolution biologique. Paris, Ed.Française de Scientific American, avril-juillet, 2001.

Macera, Pablo e Forns, Santiago – Nueva Crónica Del Perú Siglo XX. Lima, Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2000.

Wachtel, Nathan – La Visión des Vaincus (1971). Apud, Le Goff História e Memória , SP.Edit.Unicamp,1996, p.69

Wehling, A- Memória e História.Fundamentos, convergências , conflitos, In Memória Social e Documento. RJ, 1997., UNIRIO.

Autora: Bereza, Beata – El Caribe, imagen “totémica” en el mensaje de la huida. Warsaw, Cesla/Universidad de Varsóvia. Resenha apresentada ao Cesla para publicação.

El Caribe, imagen “totémica” en el mensaje de la huida

O texto *El Caribe, imagen “totémica” en el mensaje de la huida*, de autoria de Beata Bereza, retrata aspectos singulares da cultura caribenha. A autora analisa questões significativas em relação à alteridade e à multiculturalidade originadas pela fuga, evasão, êxodo rural ou imigração do nativo caribenho para os grandes centros metropolitanos e também para o exterior, como para os Estados Unidos, Europa e Canadá.

A autora se apoia nas obras de Benitez Rojo e Lévi Strauss, fazendo uma conexão entre a literatura e a antropologia, para explicar com clareza as implicações das permanências culturais e o processo de assimilação da cultura do “outro”. Aponta as exclusões culturais e a discriminação originada pela alteridade, que ignora os valores da cultura do recém chegado. Assim, o caribenho, visto como um *outsider*, procura reorganizar seu universo cultural, ao lado do “outro”, através da memória coletiva guardada em seu imaginário.

O que chama a atenção da autora é a riqueza dos valores totêmicos que norteiam as formas de viver do indivíduo que, ao se desligar de seu grupo social, procurando outros espaços para sobreviver, não se esquece de seus mitos de origem e de sua ancestralidade. Aí se encontram os motivos e a racionalidade para suportarem os embates da alteridade. Com acuidade, Beata Bereza observa que as mensagens relatadas sobre a fuga retratam o elemento que unifica as diversas narrativas, muitas vezes heterogêneas, para explicar o significado da cultura caribenha.

A autora recorre a Levi Strauss e ao dicionário da Real Academia sobre o conceito de totem, com a finalidade de explicar a ausência de fontes históricas sobre os habitantes do Caribe. Também aponta questões relativas ao imaginário do colonizador, que considerava os habitantes dessa região dóceis ou canibais, estigmatizando, desde o início do processo de colonização, a cultura daqueles habitantes : ou eram bons ou canibais, forjando o dualismo - bom e mau - que ao mesmo tempo que atraía dava medo, como a autora explica “el mágico binomio de *taíno y caribe*

bajo el unificador topónimo de indios – caníbales”. Também explica que, após a conquista, foi imposta na região uma cultura binária étnica e cultural, que recebeu influências exógenas de negros escravos, asiáticos, hindus e palestinos, mas que não retirou o caráter de canibal em relação ao caribenho. A partir do século XIX iniciaram-se grandes debates sobre o significado da cultura caribenha e assim a representação simbólica do “ser caribenho” passou a ser entendida como o produto de uma cultura totalmente domesticada, periférica e subalterna, conforme informa Mateo.

No entanto, outros projetos apresentam o Caribe formado por sociedades dinâmicas, suscetíveis à inovação e canibalizantes. Essa nova perspectiva surge diante da necessidade de se problematizar culturalmente o Caribe, uma cultura resultante do contraponto indo-afroamericano e europeu, que a partir de 1898 se torna dependente e periférica dos EUA, associando-se a essa questão a permanente imigração para aquele país. Essa situação é percebida pela literatura, relatando mensagens de fuga dos imigrantes. Nessa literatura, no entanto, mesmo diante de tantas mesclas, salientam-se os traços marcantes das etnias dominantes no Caribe: o negro e o índio. O mulato, a negra e a índia predominam como personagens portadores de sabores eróticos à serviço da dominação do “outro”, quase sempre europeu, além dos tipos protagonistas de inversões e transgressões, pois, na qualidade de imigrantes, ex-revolucionários ou ex-militares, são observados como indivíduos desarticulados que fogem e retornam para se observarem a si mesmos e ao país abandonado através de instâncias ideológicas, o que pressupõe que os tornem seres rechaçados e aceitados.

A partir desses pressupostos, a autora passa a relatar aspectos da memória social e individual dos personagens da literatura caribenha como *Contrapunto haitiano*, onde se observa como a memória individual de Lucien e Odile, personagens haitianos, consiste no poder das permanências culturais que fazem Lucien regressar a seu país natal, o Haiti.

Segundo Beata Bereza, a literatura caribenha é rica em narrativas sobre a fuga voluntária ou involuntária do país, especialmente quando os autores procuram relatar as histórias guardadas na memória de seus personagens e de seu grupo social, isto é, quando retratam, a memória pessoal ou individual de seus personagens, e coletiva quando abrangem os grupos familiares.

Para a autora, o sentido de evasão ou fuga dos personagens caribenhos se apresenta muitas vezes como uma guerra contra o atraso, herança da época das *plantations* escravistas, das guerras de independência e do período da abolição da escravidão e construção dos estados nacionais. Segundo Beata Bereza, a evasão dos personagens para as áreas metropolitanas e para outros países surge como a única forma possível de escapar das perseguições políticas, do atraso e da intolerância. Essas mensagens encontram-se nos relatos caribenhos, tanto dos autores que vivem na região como os que se encontram no exterior. Os textos enfocam questões relativas à identidade, sexualidade, tolerância religiosa, reconciliações políticas e familiares, que provocam nos leitores reflexões sobre os supostos códigos moral, étnico, religioso, sexual ou ideológico, explica a autora.

A autora conclui que, apesar da variedade literária sobre a evasão dos caribenhos, há nas mensagens uma singularidade que permite a identificação de uma cultura pancaribenha.



Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.